

arq.urb

#23

| setembro - dezembro |
| 2018 |

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
mestrado em arquitetura e urbanismo

revista eletrônica de arquitetura e urbanismo
ISSN 1984-5766 | www.usjt.br/arq.urb/

English version

i | Apresentação

2 | Editorial

6 | **Jeffrey Hou**

> Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns: diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking

19 | **Marcos L. Rosa e Bruna F. Montuori**

> Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e articulação de uma constelação de ações no território

41 | **Maíra R. Nobre e Natacha S. A. Rena**

> Das revoluções aos levantes

64 | **Alana Moraes**

> Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo

82 | **Mariana Kimie da S. Nito e Simone Scifoni**

> Ativismo urbano e patrimônio cultural

95 | **Daniela Sandler**

> A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura

117 | **Todd L. Lester e Paula Van Erven**

> São Paulo, um mosaico visto a partir da Rua Paim

133 | **Bianca Jo Silva e Silvia A. Mikami G. Pina**

> Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos

147 | **Adriana S. Fontes ; Fernando E. Galarce; Leticia M. do Valle; Victor F. Motta; Thais da Silva Faria**

> Táticas cidadãs para a ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro

170 | **Cintia E. de C. Marino**

> Ativismo e apropriação no espaço urbano de São Paulo

>> **acesse a edição integral deste número**

> estrutura > linha editorial > normas > números anteriores > contato

> sumário > editorial > temático > ensaios & pesquisa > depoimentos & debates > em fomação > discutindo projetos > clássicos, em português

Editorial

Eneida de Almeida e Fernando G. Vázquez Ramos

Este número especial da revista acadêmica **arq. urb** é dedicado ao debate dos processos participativos envolvidos em experiências de apropriação e produção do espaço urbano e, por extensão, à discussão dos conflitos que envolvem a construção da cidadania no espaço urbano. Nele comparecem articulações entre referências conceituais e determinadas práticas urbanas, com a perspectiva de abrir novas possibilidades de interpretação e, sobretudo, de ação. A organização desta edição temática coube às pesquisadoras Eneida de Almeida, coeditora desta revista, e Maria Carolina Maziviero, professoras do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu no momento em que este número foi concebido.

A edição é constituída por artigos de importantes profissionais, nacionais e estrangeiros, que se dedicam aos problemas urbanos desde pontos de vista não convencionais, como: Jeffrey Hou (Universidade de Washington); Bruna F. Montuori (School of Architecture do Royal College of Art) e Marcos L.

Rosa (pesquisador cuja formação está associada à Alfred Herrhausen Gesellschaft e à London School of Economics); Máira Ramirez Nobre e Natacha Silva Araújo Rena (Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Alana Moraes (Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Simone Scifoni (Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Mariana K. Nito (Conselho Gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial); Daniela Sandler (Universidade de Minnesota); Todd L. Laester (coletivos Lanchonete.org e ArtistSafety.net, cuja atuação é dirigida aos temas do direito à cidade) e Paula Van Erven (formada em Artes Visuais pela Bard College de Nova York, atualmente professora da Escola da Cidade, SP); Bianca Jo Silva (Mestre pela UNICAMP e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Silvia A. Mikami G. Pina (Livre Docente na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

na UNICAMP); Cintia Elisa de C. Marino (Doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com experiência em políticas públicas nas prefeituras de São Paulo e Taboão da Serra); Adriana Sansão (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Fernando E. Galarce (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), com a participação dos estudantes de arquitetura da UFRJ: Leticia M. do Valle, Victor F. Motta e Thais da S. Faria.

Abre esta edição o artigo **Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns: Diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking**, de Jeffrey Hou, no qual se apresenta ao leitor novos modelos de interação na sociedade que podem ser facilitados por meio de práticas de design, planejamento e placemaking. Na primeira parte do artigo, o autor faz uma revisão das noções de comuns e *comunalização*, explorando o interesse contemporâneo no tema. O tema tratado é central para compreender as práticas urbanas insurgentes com base em práticas cidadãs. Na segunda parte, apresenta dois estudos de caso, um em comunidades em Seattle e outro em Taipei, para demonstrar como responder a desafios e oportunidades de criar novos agenciamentos sociais e novos comuns por meio do design e planejamento participativos junto a comunidades.

O artigo seguinte, **Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e**

articulação de uma constelação de ações no território, de autoria de Bruna F. Montuori e Marcos L. Rosa, também retoma a noção de coprodução do espaço, como “*práticas baseadas em parcerias e formas de colaboração que buscam a aproximação com não-arquitetos, reconhecendo saberes não institucionalizados*”. Partindo de uma revisão dos modelos participativos e ativismos desenvolvidos no Brasil, amparados na observação das questões locais, os autores apresentam o processo de construção da 11ª edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, realizado entre 2016 e 2018, enfocando sua estruturação enquanto plataforma de pesquisa.

Partindo de uma revisão crítica, a partir de autores consagrados, dos conceitos de revolução, revolta, levante, insurreição, entre outros, o artigo **Das Revoluções aos Levantes**, de Maira Ramirez Nobre e Natacha Silva Araújo Rena, busca apontar diferenças quanto à organização interna, objetivo e atuação dos movimentos sociais de ativismos, a fim de compreendê-los contemporaneamente. As autoras apontam que os principais levantes, insurreições e contracondutas atuais, ainda que guardem motivações e disputas bastante particulares estão relacionados com a questão urbana por meio de pautas que relacionam o direito à cidade e à moradia, o direito à mobilidade, à ocupação dos espaços públicos, além de incorporarem um questionamento da propriedade privada por meio da discussão dos comuns.

O artigo **Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na pe-**

riferia de São Paulo, de Alana Moraes, explora os espaços de construção coletiva na cotidianidade a fim de discutir outra “espacialidade política” presente nas ocupações de terrenos vazios na cidade de São Paulo. O relato inclui a apresentação da relação que mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST, tecem no seu espaço imediato, e das possibilidades de resistência possíveis desde o trabalho invisibilizado. A narrativa é construída a partir de uma cuidadosa abordagem etnográfica somada a um resgate teórico de importantes pensadoras da teoria política feminista, com o objetivo de reinterpretar os problemas sociais e as lutas urbanas como novas formas políticas a partir da perspectiva do cuidado e como experiências de um comum urbano.

Em **Ativismo urbano e patrimônio cultural**, Simone Scifoni e Mariana K. Nito elegem uma abordagem das práticas de patrimonialização voltadas às áreas centrais da cidade de São Paulo deliberadamente afastada tanto dos processos oficiais de inventariação de bens culturais adotados pelos órgãos de preservação, quanto das tendências de valorização econômica e consumo cultural urbano – comumente empregadas nas intervenções de requalificação de preexistências de interesse histórico e cultural implantadas na cidade. Relatam uma experiência de educação patrimonial promovida pela Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial) e pelo Movimento Baixo Centro, exercitada nos

moldes de um ativismo urbano, em franca oposição aos mecanismos de exclusão social reproduzidos no discurso de degradação do centro, que convertem a defesa do patrimônio em fonte de legitimação dos fenômenos de gentrificação.

Centrado na relevância da expressão cultural como força integral à formação do espaço urbano, o texto de Daniela Sandler, **A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura**, explora o uso da cultura nos espaços públicos da periferia, com o propósito de ampliar as premissas epistemológicas do urbanismo, incorporando as práticas e saberes das comunidades residentes nas áreas em estudo. A autora descreve o percurso de sua pesquisa que à leva a expandir os limites disciplinares e a compreender a dimensão territorial da cultura, com base na observação empírica de contribuições de sujeitos e grupos de ativistas urbanos que, tradicionalmente excluídos das convencionais atribuições profissionais e acadêmicas, fundem cultura e território em ações táticas e iniciativas de diferentes naturezas, logrando significativas transformações do espaço urbano, com inclusão social e acuidade espacial.

Todd Lanier Laester e Paula Van Erven, no artigo **São Paulo, um mosaico visto a partir da Rua Paim**, abordam as várias experiências da plataforma cultural Lanchoente.org, conduzida por artistas, dentre os quais há arquitetos, designers, vídeo *mappers*, jornalistas, jardineiros, livreiros, com o objetivo de compreender e documentar

“como as pessoas vivem, trabalham, navegam e compartilham a cidade contemporânea, tendo o centro de São Paulo como panorama de observação”. Interessados no tema do Direito à cidade, os componentes dessa plataforma cultural comparam abordagens teóricas e estratégias de organização comunitária de ocupações existentes nas áreas centrais. Mais do que discorrer sobre a intenção artística de tais intervenções urbanas, o intuito é reconhecer as formas de organização comunitária envolvidas nesses contextos, o quanto os comportamentos reproduzem padrões largamente aceitos ou os contrariam.

No artigo seguinte, **Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos**, de Bianca Jo Silva e Silvia A. Mikami G. Pina, as autoras apresentam o caso da atuação do movimento social urbano “A Batata Precisa de Você” na estreita relação com o que as autoras chamam de produção imaterial do espaço público. A hipótese defendida ao longo do texto é a de que a baixa disponibilidade de recursos públicos aliada ao conveniente interesse da iniciativa privada no setor construtivo forjou instrumentos urbanísticos de outra ordem, mais flexíveis e experimentais. As autoras ressaltam os aspectos positivos da experiência do Largo da Batata no sentido de se oferecer à cidade um amplo espaço aberto e público, com reais possibilidades de ocupação.

Prosseguindo no relato de experiências ligadas a iniciativas participativas, o artigo **Táticas ci-**

dadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro, de autoria de Adriana Sansão, Fernando Espósito Galarce, Leticia Martins do Valle, Victor Fernandes Motta e Thais da Silva Faria, dedica-se às iniciativas comunitárias cidadãs voltadas à transformação de espaços cotidianos, como formas de reocupação de áreas residuais subutilizadas, caracterizadas por modos alternativos e proativos que desafiam e tensionam os procedimentos do planejamento urbano tradicional. O estudo dialoga com os temas do urbanismo tático e insurgente, com o intuito de analisar os casos das hortas urbanas do Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras).

Encerra esta edição especial o artigo Cintia Marino, **Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo**, que discorre a respeito das diferentes modalidades de construção colaborativa e apropriação dos espaços sejam eles públicos, ou privados, através da ação direta de grupos de ativismo urbano. O artigo explora inicialmente conceitos e proposições teóricas, no sentido de reunir um arcabouço teórico essencial que possa sustentar a análise de dois territórios específicos, adotados como objetos de atuação ativista na cidade de São Paulo: a via expressa elevada de ligação centro-oeste, conhecida como “Minhocão”, e o caso do “Parque Augusta”. O estudo dispensa uma atenção especial aos impasses entre a institucionalização e a espontaneidade das ações existentes na disputa pelos espaços urbanos e pelo direito à cidade. ■



Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns: Diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking

Public Space Activism and the Space for the New Commons: Directions for Socially Engaged Design, Planning, and Placemaking

Jeff Hou*

*Jeff Hou é professor de paisagismo na Universidade de Washington. Como pesquisador, professor e paisagista, Jeff trabalha com engajamento comunitário e projetos participativos, focando nos temas de espaço público, democracia, e justiça social e ambiental. É autor e editor de numerosos artigos e livros sobre urbanismo insurgente, ativismo urbano e diversidade social, sendo o mais recente *City Unsilenced: Urban Resistance and Public Space in the Age of Shrinking Democracy* (Routledge, 2017).

Resumo

Este artigo foi desenvolvido com base numa palestra apresentada ao Departamento de Paisagismo na Universidade Estadual de Nova York em Syracuse em abril de 2017. O título original era “Ativismo no espaço público e a retomada dos comuns”. Mudei o título para sua versão atual por perceber, depois, que a questão não é a retomada ou restauração de um espaço comum que teria existido no passado, mas a construção de novos comuns – novas relações sociais, novos modelos de interação na sociedade que podem ser facilitados por meio de práticas de design, planejamento e placemaking. Essas práticas se apoiam no que já sabemos e fazemos em termos de engajamento comunitário, mas o fazem de uma maneira mais ágil, conectada e aberta, uma maneira exemplificada por aspectos do ativismo recente no espaço público. Parte deste artigo foi também publicada previamente na revista científica *Perspecta* n. 50 (HOU 2017a).

Palavras-chave: Design participativo; Seattle; Taipei; comunidades multiétnicas; paisagismo

Abstract

This article was prepared based on a talk given at the Department of Landscape Architecture at SUNY ESF (College of Environment, Science and Forestry, State University of New York) in April 2017. The original title was Public Space Activism and Reclaiming the Commons. It was changed to the current title as I realized later that the focus was not about reclaiming or restoring commons that once existed but instead about new commons – new social relationships, new model of interactions in the society that can be facilitated through design, planning, and placemaking practices that build on what we know and do already in community engagement but in a more nimble, networked, and open-ended manner, a manner that is exemplified in aspects of recent public space activism. Additionally, part of the writing has been previously published in *Perspecta* 50 (HOU 2017a).

Keywords: Participatory design; Seattle; Taipei; multiethnic communities; landscape design.

Introdução: Ativismo no espaço público

O ativismo no espaço público como fenômeno social e político vem configurando uma forma distinta de movimento social urbano já há algum tempo, muito antes de manifestações recentes como Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e o Movimento 15-M na Espanha. Em 1971, cidadãos em Estocolmo uniram-se para proteger um popular bosque de olmos no parque Kungsträdgården, que iriam ser removidos para a construção de uma estação de metrô. Podemos considerar isso como um antecessor do movimento Occupy, pelo fato de os cidadãos terem ocupado o espaço com seus próprios corpos como meio de protesto e de pressão para conseguir resultados. Em Estocolmo, a ocupação levou a cidade a repensar maneiras de incluir o público de forma mais efetiva no processo de planejamento. No início dos anos 90, Reclaim the Streets (Retome as ruas) surgiu como movimento em Londres, para diminuir o uso automobilístico das ruas e devolvê-las às pessoas. Podemos considerar isso como um exemplo pioneiro de Zona Autônoma Temporária,

em que cidadãos temporariamente ocuparam a rua para organizar eventos e expressar sua visão sobre a cidade de forma pública. Esta também foi a época em que o movimento Critical Mass (Massa crítica) começou em São Francisco – uma reunião mensal de ciclistas que virou tradição e se espalhou pelo mundo, continuando até hoje.

Observo que esses movimentos têm ao menos duas coisas em comum. Primeiro, sugerem que espaços públicos, sejam ruas ou outros espaços abertos, podem ser algo integral à cultura e senso de identidade de uma sociedade. O espaço público é tanto um lugar quanto um conceito que define a relação do indivíduo com a sociedade. Em segundo lugar, o espaço público pode ser ele mesmo um veículo eficaz para a mobilização social e para a expressão do poder cidadão. É algo que pode ser transformado com a participação de indivíduos e grupos coletivos. Como um lugar onde podem acontecer desde reuniões de pequenos grupos a mobilizações de massa, o



Figura 1. Occupy Wall Street transformou parques e calçadas em espaços para o debate de ideias políticas entre desconhecidos e passantes. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

1. Os protestos ocorreram porque, segundo os ativistas, a empresa Google e outras companhias de tecnologia digital haviam pago uma taxa baixíssima à cidade pelo direito de estacionar seus ônibus nas ruas. O serviço de ônibus, por sua vez, permite aos funcionários dessas empresas morar em diversos bairros da cidade, espalhando a gentrificação pelas áreas em que decidem residir.

espaço público permite a expressão e a visualização de ideias e opiniões. A mobilização social e a atenção que a sociedade passa a prestar a tal espaço podem então se transformar em força política, e assim cobrar que as autoridades cumpram seu papel ou respondam a demandas. Nesse contexto, o ativismo no espaço público é uma forma de ação social construída tanto sobre os significados culturais quanto o potencial emancipatório do espaço público.

Recentemente, temos visto o ativismo de espaço público adquirir um caráter mais urgente e um tom claramente mais político, mas ainda assim continuando a representar uma dualidade similar – primeiro, o espaço público como conceito, como algo compartilhado pela sociedade e essencial à democracia; segundo, o espaço público como lugar e veículo de mobilizações, protestos e visibilidade. Durante os protestos de Occupy Wall Street, por exemplo, o espaço público serviu como palco para encontros entre desconhecidos, que podiam se reunir, participar em processos coletivos de decisão, e ter diálogos políticos que não teriam ocorrido de outra forma. Até mesmo o confronto entre a polícia e os ativistas gerou debates sobre a gestão, significados e funções do espaço público. No Parque Gezi, em Istambul, ameaçado por um projeto imobiliário, o parque funcionou tanto como algo a ser protegido pelos ativistas quanto como o palco no qual os ativistas realizaram suas ações. Até mesmo os protestos contra os “ônibus Google” em São Francisco

operaram de maneira similar, com os ativistas tentando proteger tanto a sobrevivência de moradores locais contra interesses corporativos e gentrificação, quanto as próprias ruas como espaços públicos, que por sua vez serviram como palcos de protesto (MAHARAWAL, 2017)¹.

Por meio desses casos, podemos começar a ver como o espaço público funciona tanto como foco como instrumento de mobilizações (o espaço público como entidade a ser protegida também funciona para reunir as pessoas). Ao mesmo tempo, o espaço público também serve eficazmente como palco de ações políticas e sociais. Isso é particularmente importante para grupos marginalizados social e politicamente, pois são grupos que muitas vezes não têm acesso a outros recursos e meios para expressar suas opiniões e defender seus direitos. Além disso, o espaço público (e movimentos por sua defesa), por atrair e reunir uma variedade de pessoas, oferece um lugar para repensarmos como diferentes indivíduos e grupos, e a sociedade em geral, podem se relacionar uns com os outros. Com isso em mente, o espaço público, junto ao ativismo associado a ele, tem o potencial de prover oportunidades para o surgimento de novos agrupamentos sociais e redes colaborativas. Em outras palavras, o espaço público pode funcionar como espaço de novos agenciamentos – um conceito de formação social focado na fluidez, flexibilidade e funcionalidades múltiplas introduzido por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1987), e que vem reverberando recentemente com o surgimento de

novos movimentos sociais. Finalmente, porque muito do ativismo se ocupa de reunir pessoas e compartilhar conhecimentos, habilidades, contatos e recursos, podemos dizer que o ativismo no espaço público pode contribuir à construção de novos comuns, baseados em relações sociais e na produção social, em vez de se restringir apenas a recursos materiais.

Construindo os novos comuns

Como pesquisador na área do urbanismo, venho refletindo e escrevendo sobre espaço público há quase uma década. Começando com o livro *Growing Cities, Growing Communities: Learning from Seattle's Urban Community Gardens* (Cultivando cidades, cultivando comunidades: Aprendendo das hortas comunitárias de Seattle; HOU, JOHNSON, LAWSON, 2009), inspirei-me nas hortas comunitárias como uma forma de espaço público híbrido – não totalmente público nem totalmente privado no sentido convencional desses termos, uma forma de espaço público que incorpora a agência de indivíduos e coletivos. No livro *Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism* (Espaço público insurgente: Urbanismo guerrilheiro, 2010), me apoiando no meu trabalho anterior sobre hortas comunitárias, voltei minha atenção à constituição do espaço público por cidadãos ordinários (e por “não-cidadãos”) com relação a instituições do estado. Estava interessado em como esse tipo de construção do espaço de baixo para cima ocorre fora, ou no limite, dos domínios regu-

latórios do governo, e em como esses lugares e esses esforços de placemaking (construir lugares) permitem que comunidades sobrevivam e floresçam, e que novas comunidades e redes surjam. Exemplos incluem moradores de Pequim, em especial migrantes provindos de zonas rurais, que ocuparam espaços residuais na cidade para atividades sociais e de lazer (CHEN, 2010); e também o Park(ing) Day,² que começou em São Francisco (MERKER, 2010; BELA, 2015) como um ato temporário e de “guerrilha”, e que desde então se tornou um fenômeno mundial, inclusive sendo adotado por vários governos locais.

Em outro de meus livros, *Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking* (Cidades transculturais: Cruzamento de fronteiras e placemaking; 2013), eu me voltei ao modo como lugares e o processo de placemaking (criação de lugares) podem transformar relações sociais – em particular relações entre grupos culturais e étnicos diferentes. Em outras palavras, como espaços urbanos podem servir de veículo para a compreensão mútua entre culturas. Por exemplo, hortas comunitárias em Oakland permitem que refugiados e moradores locais plantem e cultivem lado a lado; pessoas de origens culturais e étnicas muito diferentes acabam compartilhando refeições e conversas. Lugares específicos e iniciativas de placemaking muitas vezes permitem e geram essas interações cotidianas (PRINCE, 2013). Eu também me vi interessado pela maneira com que agentes específicos – em um caso

2. Nota da Tradutora: Em inglês, o nome Park(ing) Day faz trocadilho com as palavras parking (estacionar, estacionamento) e park (parque). O movimento começou em 2005 em São Francisco, quando ativistas converteram uma vaga de estacionamento num parque temporário. Desde então, o Park(ing) Day acontece anualmente em várias cidades, com cidadãos e ativistas ocupando vagas dedicadas a carros com usos de estar e lazer, vegetação, mobiliário urbano etc. Park(ing) Day luta para a expansão de espaços públicos e a contenção de espaços dedicados ao automóvel. Ver o site do Park(ing) Day em <https://parkingday.org/about-parking-day/>. Acesso em: 28 out. 2018.

em particular, estudantes e professores no curso de assistência social do Centro de Parceria Harland, na Universidade de Utah – mediam esse processo, que demanda lidar com desconfortos e mal-entendidos, mas que gera oportunidades para interações em pessoa e para superar e respeitar diferenças (MAI E SCHMIT, 2013). Diferentemente de formas institucionalizadas do espaço público, a produção desses espaços por meio de ações independentes e coletivas pode ser considerada como a criação de novos comuns ou de atos de comunalização (commoning).

Os comuns e a comunalização (commons e commoning) emergiram como influente arcabouço intelectual por trás dos movimentos sociais recentes contra restrições e privatizações do espaço. Por um lado, alguns pesquisadores argumentam que essas ideias representam uma desconfiança em relação a instituições governamentais que não mais detêm o monopólio na provisão de bens e serviços sociais sob o neoliberalismo (SOHN, KOUSOULA E BRUYNS, 2015). Por outro lado, o conceito de comunalização também sugere formas de autogestão participativa diferentes de instituições estatais (KIP ET AL, 2015, p. 9). De acordo com Hess (2008, p. 3), o surgimento dos novos comuns representa uma reação à “crescente mercantilização, privatização, corporatização, globalização desenfreada e governos indiferentes.” Hess descreve como os novos movimentos desenvolvem “novas formas de autogestão, colaboração e ação coletiva” (p. 3–4).

O interesse renovado nas noções de comuns e comunalização tem gerado muitos esforços para articular os significados contemporâneos dos termos. Por exemplo, os filósofos políticos Michael Hardt e Antonio Negri (2016, p. 8)³ sugerem que os comuns podem ser entendidos tanto como “a riqueza comum do mundo material” (ar, água, terra, etc.) quanto como os “resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção” (conhecimentos, linguagens, códigos, informação, afetos, etc.). Mais especificamente, eles propõe uma noção do comum que se foca nas “práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais” (Ibidem). De modo similar, Hess define os comuns como “comunidades que trabalham juntas por meio de autogestão para evitar a restrição de recursos ou para construir novos recursos compartilhados livremente” (HESS, 2008, p. 40). Ao examinar o processo de comunalização em movimentos recentes de ocupação de espaços públicos, como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o movimento Occupy pelo mundo inteiro, Stavros Starvides (2013) nota que, em todos esses casos, o espaço serviu tanto como bem a ser compartilhado quanto como forma de organizar práticas coletivas.

No livro *Urban Commons: Moving Beyond State and Market*, os autores observam que a maior parte das definições contemporâneas do comum incluem três aspectos: os comuns como recur-

NT: O artigo original de Hou refere-se à edição em inglês (2009). Aqui na tradução uso a edição em português (2016).

sos, como instituições, e como comunidades “envolvidas na produção e reprodução dos comuns” (KIP ET AL., 2015, p. 15). Também usando uma estrutura tripartite, a filósofa Adrian Parr (2015, p. 87) sugere que a comunalização urbana refere-se a três processos paralelos: primeiro, “um projeto político que tenta construir coalizões entre causas individuais, locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais”; segundo, “um processo de urbanização que constrói alternativas à produção e realização da mais-valia”; e terceiro, “atividades colaborativas envolvidas em transformar concretamente o sistema de propriedade exclusiva que transforma o comum em não-comum”. Em suma, a comunalização urbana sugere uma visão da sociedade diferente do paradigma neoliberal dominante que vem regendo a transformação de cidades e a privatização dos espaços urbanos em décadas recentes.

Como um educador que trabalha junto a comunidades e que leciona numa faculdade de design e planejamento, venho pensando em como as nossas práticas profissionais e pedagógicas podem lidar com esses fenômenos e processos de uma forma melhor. Em particular, aqueles entre nós que trabalham junto a comunidades nem sempre têm o luxo de se dedicar puramente à pesquisa e publicações. Trabalhando lado a lado com nossos colaboradores e parceiros na comunidade, temos a preocupação de gerar resultados sociais e materiais tangíveis, incluindo a capacitação de pessoas; se não o fizermos, perdemos credibi-

lidade. No resto deste artigo, apresentarei dois exemplos para demonstrar como podemos responder a esses desafios e oportunidades na prática – os desafios e oportunidades de criar novos agenciamentos sociais e novos comuns por meio do design e planejamento participativos junto a comunidades. Os dois estudos de caso representam, primeiro, meu trabalho com comunidades em Seattle, e, depois, o trabalho de meus colegas em Taipei.

O bairro de Chinatown-International District em Seattle

Nos últimos dezesseis anos, meu trabalho junto a comunidades em Seattle está focado no bairro conhecido como Chinatown-International District, na parte sul do centro da cidade. O bairro, como o nome indica, é uma comunidade multiétnica, com uma história fascinante de imigração e assentamento multicultural. É também um bairro marcado por muitos desafios – a chegada de novos imigrantes que precisam de serviços sociais, a ameaça de novos empreendimentos imobiliários – comuns a muitos outros bairros étnicos na América do Norte. Um dos problemas recorrentes do bairro tem a ver com a competição por territórios entre grupos étnicos diferentes, resultando em tensões e conflitos constantes sobre identidade e outros interesses. Outro desafio é que, no passado, outras tentativas de trabalho junto à comunidade não foram capazes de sustentar interações entre diferentes grupos étnicos, sociais e até mesmo



Figura 2. Fotografias tiradas por moradores locais revelam a importância de ambientes cotidianos na vida de imigrantes recentes. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

etários. As questões centrais para nós, planejadores e designers comunitários trabalhando no bairro, são: como assegurar que moradores e outros membros da comunidade participem do processo de maneira efetiva e significativa, especialmente aqueles com limitações no uso da língua inglesa ou no entendimento de processos públicos nos Estados Unidos; e como cultivar interações e diálogos sociais de maneira a superar tensões e conflitos persistentes. Em outras palavras, como podemos tornar o processo de planejamento e design mais envolvente e participativo, e como podemos criar um espaço acolhedor e inclusivo para membros diferentes da comunidade?

Desde 2002, com meus alunos e colegas, venho trabalhando com diferentes associações comunitárias, experimentando modos diferentes de envolver moradores e outros com interesses na comunidade por meio de vários projetos de planejamento para o bairro – com o propósito não apenas de melhorar o ambiente do bairro, mas também de capacitar a comunidade a enfrentar questões importantes por meio de colaboração e engajamento. Ao longo dos anos, produzimos projetos que agora estão em estágios diferentes de realização. Além de projetos desenvolvidos em disciplinas universitárias de projeto, há também projetos que as associações comunitárias criaram por si mesmas, muitas vezes a partir de conversas conosco em nossas disciplinas universitárias, e às vezes com nosso envolvimento direto também.

Testamos muitos métodos para envolver os membros da comunidade e superar barreiras culturais e linguísticas. Por exemplo, para conduzir conversas mais substanciais com a comunidade, em particular com idosos, usamos a técnica da “fotovoz” (photovoice), dando câmeras fotográficas para que as pessoas pudessem tirar fotos do que gostam e do que não gostam no bairro. Então usamos as fotografias para conversar e aprender mais sobre suas experiências cotidianas naquele ambiente. As fotografias e conversas renderam uma compreensão mais profunda da vida dos indivíduos naquele bairro. Em um caso, um homem idoso incluiu seus amigos em todas as fotos que tirou de uma horta comunitária. Ele nos explicou que seus amigos eram os elementos mais importantes da horta. Como um imigrante recente, a horta permitiu que ele desenvolvesse redes de contato social e se adaptasse ao novo ambiente (HOU, 2005).

Em vez de reuniões públicas que tendem a ser ineficazes e aborrecidas, enfatizamos a importância de atividades interativas e práticas por meio de “jogos de design” (SANOFF, 1979). Um dos jogos que desenvolvemos chamava-se “design como segunda língua,” que foi incorporado a um curso de inglês para estrangeiros. Com figuras recortadas representando diferentes elementos de paisagem, legendadas em chinês e inglês, os participantes projetaram um parque juntos ao mesmo tempo em que aprenderam inglês. O jogo inseriu a participação comunitária numa atividade cotidiana (neste caso, o curso de inglês, que muitos dos



Figura 3. Jogos de design e oficinas oferecem aos moradores oportunidades de colaborar, aprender, e participar ativamente nos processos de design e placemaking. (Fotografia de Jeffrey Hou.)



Figura 4. O design para a expansão do parque Hing Hay foi desenvolvido com base nos resultados de uma oficina de design participativo, moderada em parte por jovens locais. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

moradores do bairro já estavam mesmo cursando). Além dos jogos, outra técnica que usamos é pedir para jovens do bairro organizarem e coordenarem as atividades em grupo por si mesmos, em parte porque são bilíngues e podem ajudar muito como intérpretes, mas também porque é uma maneira excelente de desenvolver lideranças e capacitar jovens imigrantes. E mais: ao incluir os jovens, criamos oportunidades entre gerações diferentes – evitando separar as faixas etárias em grupos isolados no processo participativo.

Com esse espírito experimental, insistimos em desenvolver um jogo de design diferente a cada vez, o que nos permite trabalhar com os conhecimentos e habilidades que aquele grupo de moradores já possui. Em um caso, uma das atividades mais populares na comunidade era comer uma refeição tipo bufê; então, criamos um jogo chamado “bufê de design” (HOU, 2017b). Assim como numa refeição de bufê, os participantes podiam escolher atividades de lazer e elementos de paisagismo (a comida) de uma mesa de bufê, e retornar às suas respectivas mesas para planejar um parque. Misturamos pessoas de idades diferentes em cada mesa, criando chances de interação entre as diferentes faixas etárias. Ao fim do jogo, os participantes tiveram a chance de apresentar e explicar seus projetos uns para os outros, o que ajudou a cultivar a apreciação e compreensão de perspectivas diferentes. Este jogo em particular foi provavelmente o mais bem sucedido que já fizemos. Assim que explicamos que o jogo seria como um

bufê, todo mundo começou a fazer fila. Não precisamos nem explicar o que é design ou o como é o processo de uma oficina criativa. Todo mundo entendeu o processo intuitivamente.

Para evitar a falácia de assembleias e apresentações públicas que parecem muito formais e inóspitas, com pouca interação substancial, nós preferimos usar eventos abertos ao público onde moradores podem conversar diretamente com designers, em vez de ficar sentados passivamente na plateia. Isso também facilita a participação das pessoas pelo tempo e no horário mais convenientes para cada um, durante um período em geral de duas a três horas. Além disso, é um formato que permite a crianças bem novas participar também, conversando diretamente com profissionais ou com alunos universitários, da mesma forma que fazem os adultos. Com base no que aprendemos com essas atividades, completamos uma série de projetos desde 2010, incluindo a Maynard Avenue Green Street (rua verde da Avenida Maynard); a renovação do parque Internacional das Crianças Donnie Chin; a reativação do Canton Alley, um beco histórico; o Yesler Hillclimb na Décima Avenida, uma via peatonal com escadaria, rampa, mosaicos, bancos e outros equipamentos; e a expansão do parque Hing Hay.

Como mencionei anteriormente, o objetivo principal do trabalho junto a comunidades é capacitar as pessoas a participar mais efetivamente no processo público, e até mesmo a poder liderar e



Figura 5. Eventos comunitários oferecem a oportunidade de ativar espaços do bairro e de capacitar grupos e indivíduos a participar em processos públicos. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

coordenar um projeto. No caso do parque Internacional das Crianças, nós apoiamos a criação de um Grupo de Amigos do Parque que tem sido fundamental no desenvolvimento do projeto, e que tem continuado seu papel de liderança por meio de programação e eventos regulares no parque. Também participamos da criação de um centro de design e recursos comunitários – espaço IDEA, que tem sido muito importante para o envolvimento da comunidade de forma continuada, no dia-a-dia e também em processos como a busca de financiamento e a coordenação de projetos. Esses projetos, por sua vez, ajudam a manter o comércio local, empreendimentos imobiliários, a segurança pública e o design de espaços públicos do bairro. O espaço IDEA acabou de comemorar dez anos em 2018.

O Programa Open Green em Taipei

O segundo estudo de caso é o Programa Open Green Matching Fund (programa de subsídios equivalentes para espaços verdes) em Taipei, um programa de placemaking que apoia comunidades locais em seus esforços para ativar espaços vazios (sejam públicos ou privados) na cidade como uma maneira de reenergizar espaços abertos, em particular em bairros mais antigos, e de construir laços comunitários. Desde sua criação em 2014, o programa tem sido gerido por um escritório local de planejamento e design, contratado pelo governo municipal. O programa de subsídios financia cerca de dez a vinte projetos anualmente, pela

cidade inteira, com a condição de que os espaços sejam abertos para o público, e assim contribuindo para a melhoria geral de cada bairro. Para concorrer, comunidades desenvolvem propostas e obtêm permissão para utilizar o espaço escolhido. O município então provê o financiamento para implementar o projeto, segundo recomendações de uma comissão formada por profissionais e acadêmicos. O programa Open Green se originou de uma iniciativa para criar espaços verdes temporários na cidade, usando lotes vazios. Mas em vez de apenas plantar e aumentar as áreas verdes da cidade, o grupo de paisagistas e planejadores que encabeçou o projeto viu nisso a oportunidade de desenvolver novos comuns para a comunidade – ou seja, lugares que sustentam a construção dessas comunidades.

Exemplos de projetos financiados pelo programa Open Green incluem hortas e jardins comunitários, e a conversão de espaços residuais em locais para o encontro da comunidade, onde eventos como sessões noturnas de cinema ao ar livre podem acontecer. Exemplos incluem também projetos como a White Hut (barraca branca), um prédio vazio de dois andares de propriedade do Ministério da Defesa. Com apoio do programa Open Green, ativistas do bairro converteram o prédio em uma “ferramentoteca” para a vizinhança. Em um curto período, a biblioteca de ferramentas foi transformada em uma oficina comunitária de consertos e em um makerspace (estúdio e oficina para designers, artistas,



Figura 6. O sucesso de experimentos temporários com placemaking, como esta horta urbana, levaram ao desenvolvimento do Programa Open Green Matching Fund em Taipei. (Fotografia de Jeffrey Hou.)



Figura 7. A White Hut serve como lugar para consertos, compartilhamento de recursos, e sociabilidade. (Fotografia de Jeffrey Hou.)



Figura 8. Subsídios iniciais do programa Open Green permitiram a ativistas transformar um subsolo vazio em um centro de atividades comunitárias e experimentação social. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

4. NT: Do You a Flavour (faço um sabor) faz trocadilho em inglês com as palavras “favour” (favor) e “flavour” (sabor).

artesãos etc.) As pessoas podem frequentar o espaço para aprender a fazer reparos em eletrodomésticos, móveis etc. A oficina e estúdio são abertos a todos, sejam moradores do bairro ou não; voluntários que trabalham na oficina provêm de muitas áreas diferentes da cidade. Em vez de fazer os consertos para as pessoas que trazem seus objetos, os voluntários ensinam as pessoas a consertar suas coisas sozinhas. A White Hut foi concebida como um espaço de compartilhamento – de habilidades, conhecimentos, tempo e recursos. O espaço também é usado para outras atividades, como cursos de treinamento para designers comunitários. O que começou como uma “hora do conserto” acabou virando muitos outros usos – agendados estrategicamente para incluir pessoas diferentes da comunidade, cujos horários de trabalho nem sempre são os mesmos.

Com muitos voluntários para um espaço relativamente pequeno, a White Hut começou a apoiar a criação de makerspaces em outras áreas, como a Timber Hut (barraca de madeira), localizada numa parte diferente da cidade, mas que também transformou um espaço vazio e sem uso em uma oficina e makerspace comunitário. Um outro projeto interessante está localizado no complexo habitacional South Airport Apartments, um conjunto construído com ajuda financeira norte-americana. Quando o complexo foi terminado em 1968, era a construção mais avançada e moderna da cidade. No entanto, desde então sua condição física vem decaindo. O projeto original

previa um mercado no subsolo, que se abriria para um pátio central. O mercado havia fechado há muito tempo, e o espaço tinha ficado desocupado por muitos anos, até que um jovem recém-formado em arquitetura apareceu. Ele reconheceu o potencial desse espaço e mandou uma proposta para o programa Open Green para fazer uma renovação. Em menos de um ano, o subsolo passou a abrigar múltiplas organizações de serviço social, incluindo a CityDreamer, organização que oferece treinamento profissional para moradores de rua e que usa o espaço para uma oficina de marcenaria. Outra organização é a Nanji Rice, um projeto do grupo Do You a Flavour em colaboração com outras ONGs⁴. O projeto tem como foco uma cozinha comunitária na qual moradores e voluntários cozinham e comem juntos, além de compartilhar ingredientes e oferecer serviços a pessoas carentes. Eles também entregam marmitas a moradores idosos que não conseguem se deslocar até a cozinha comunitária. O novo espaço do subsolo também é palco de outros eventos, como sessões de cinema, um restaurante em que o freguês escolhe o quanto paga, e “horas de conserto” com voluntários vindos da White Hut.

Outro projeto notável do programa Open Green envolveu a Comuna Hun, que começou como o primeiro espaço de coworking (lugar de trabalho compartilhado) da cidade. Para conseguir a participação de seus vizinhos, membros da Comuna Hun concorreram ao financiamento Open Green



Figura 9. O Projeto Guarda-Chuva Taipei também transformou um lote vazio em um espaço experimental. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

para converter um espaço vazio próximo à sua sede em um espaço aberto temporário. O projeto inteiro foi realizado em apenas um dia – com paletas, grama artificial e muitos jovens voluntários. Depois, vários elementos foram sendo acrescentados, incluindo enormes faixas com fotografias dos vizinhos que haviam sido convidados para ser retratados. Enquanto esperavam ser fotografados, os vizinhos começaram a conversar entre si – tanto residentes recém-chegados quanto moradores de longo tempo, que antes não tinham chance de conversar uns com os outros (HOU, 2017a). Com a transformação bem-sucedida do espaço, os membros da Comuna Hun transformaram sua própria organização em um escritório de design especializado em transformar e ativar lotes vazios na cidade. Além dos projetos individuais, devido a seu repetido sucesso o programa Open Green foi copiado em outras cidades de Taiwan, como Keelung, Taoyuan e Hsinchu.

Criando espaço e prática para os novos comuns

Em suma, para criar espaços e práticas para os novos comuns, precisamos pensar no planejamento e no design como formas de prática social, no sentido de que a prática do planejamento e do design precisa contribuir com a construção de redes e relações sociais – tanto quanto contribui com a construção de estruturas e espaços. Assim como fazemos espaços, criamos habitats e recuperamos ecossistemas, também precisamos considerar maneiras de construir e desenvolver

redes e relações por meio do design e de processos de participação comunitária. Além disso, precisamos não apenas abrir o processo de design à participação social, mas também contribuir para capacitar comunidades, para que participantes e interessados possam ser capazes de agir e criar redes e intervenções por si mesmos. No caso do bairro Chinatown-International District em Seattle, isso ocorreu com atividades práticas e interativas nas quais os moradores usaram suas habilidades pré-existentes e desenvolveram novas habilidades. Isso também ocorreu com parcerias com organizações locais, incluindo grupos de jovens que têm a oportunidade de desenvolver sua capacidade de liderança durante o processo.

Em segundo lugar, precisamos facilitar e promover a cultura do compartilhamento e aprendizado social – processos fundamentais ao espaço dos novos comuns. No caso do programa Open Green, projetos como a White Hut são exemplares, pois sustentam uma cultura de compartilhamento não apenas de recursos materiais mas também de habilidades, conhecimento e redes sociais. É importante frisar que esta cultura de compartilhamento deu origem a muitos projetos similares. Isso me leva ao meu argumento final: que precisamos criar redes e relações não apenas dentro de comunidades e vizinhanças existentes, mas também entre comunidades e redes sociais de diversas origens sócio-culturais e condições econômicas. Em outras palavras, precisamos considerar lugares e placemaking como partes

de uma rede – o que, pode se dizer, é a essência dos novos comuns – um comum construído na formação de novas relações e agenciamentos.

Em particular nesta nossa época em que as divisões sociais e políticas estão aumentando, esses novos comuns são cada vez mais importantes para desfazer barreiras sociais e reconectar comunidades ao espaço e umas às outras. Um tal processo de construir os novos comuns pode dar a indivíduos e comunidades um sentimento confiante de agência e capacidade de transformar o meio construído e suas relações sociais. Nossa capacidade de participar em tais processos irá determinar a relevância e significado da nossa profissão e prática diante dos profundos desafios sociais e políticos contemporâneos.

Referências:

BELA, John. User-Generated Urbanism and the Right to the City. In: HOU, Jeffrey et al. (eds.). **Now Urbanism: The Future of City is Here!** Londres e Nova York: Routledge, 2015, p. 149-164.

CHEN, Caroline. Dancing in the Streets of Beijing: Improved Uses within the Urban System. In: HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities.** Londres e Nova York: Routledge, 2010, p. 21-35.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia.** Min-

neapolis: University of Minnesota Press, 1987.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Commonwealth.** Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HESS, Charlotte. Mapping the New Commons. In: TWELFTH BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE COMMONS, 14–18 jul. 2008, Cheltenham, UK.

HOU, Jeffrey et al. **Greening Cities, Growing Communities: Learning from Seattle's Urban Community Gardens.** Seattle: University of Washington Press, 2009.

HOU, Jeffrey. Speaking Images: A Case of Photovoice Application in Community Design. In: VISUALIZING CHANGE: ASSOCIATION FOR COMMUNITY DESIGN ANNUAL CONFERENCE. 30 mar. – 1o. abr. 2005. Nova York.

_____. (ed.). **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities.** London and New York: Routledge, 2010.

_____. **Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking.** London and New York: Routledge, 2013.

_____. Urban Commoning in Cities Divided: Field Notes from Hong Kong and Taipei. **Perspecta: The Journal of the Yale School of Architecture** n. 50: Urban Divides, 292-301, 2017a.

_____. Design Buffet. In: DE LA PEÑA et al. **Design as Democracy: Techniques for Collective Creativity**. Washington, DC: Island Press, 2017b, p. 178-181.

KIP, Markus et al., Seizing the (Every)Day: Welcoming to the Urban Commons! In: DELLENBAUGH et al., **Urban Commons: Moving Beyond State and Market**. Basel: Birkhäuser Verlag, 2015.

MAHARAWAL, Manissa M. San Francisco's Tech-led Gentrification: Public Space, Protest, and the Urban Commons. In HOU, Jeffrey e KNIERBEIN, Sabine. **City Unsilenced: Urban Resistance and Public Space in the Age of Shrinking Democracy**, Londres e Nova York: Routledge, 2017, p. 30-43.

MAI, Trinh e SCHMIT, Kimberly. Creating Political and Social Spaces for **Transcultural Community** Integration. In HOU, Jeffrey (ed.), **Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking**, Londres e Nova York: Routledge: Routledge, 2013, p. 207-221.

MERKER, Blaine. Taking Place: Rebar's Absurd Tactics in Generous Urbanism. In HOU, Jeffrey (ed.) **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**, Londres e Nova York: Routledge, 2010, p. 45-58.

PARR, Adrian. Urban Debt, Neoliberalism and the Politics of the Commons. **Theory, Culture & Society** vol. 32, n. 3, 69-91, 2015.

PRINCE, Adam. Urban Agriculture as "Agricultural" Producer. In HOU, Jeffrey (ed.), **Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking**, Londres e Nova York: Routledge: Routledge, 2013, p. 237-250.

SANOFF, Henry. **Design Games: Playing for Keeps with Personal and Environmental Design Decisions**. Los Altos, CA: William Kaufman, 1979.

SOHN, Heidi et al. Introduction: Commoning as Differentiated Publicness. **Footprint: Delft Architecture Theory Journal**, n. 16, p. 1-8, 2015.

STARVIDES, Stavros. Re-inventing Spaces of Commoning: Occupied Squares in Movement. **Quaderns-e**, vol. 18, n. 2, p. 40 – 52, 2013. Disponível em: [https://www.antropologia.cat/files/Quaderns-e%2018\(2\)_article3\(Dossier1\).pdf](https://www.antropologia.cat/files/Quaderns-e%2018(2)_article3(Dossier1).pdf). Acesso 31 out. 2018.



Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e articulação de uma constelação de ações no território

Public Utility. The process structured by the São Paulo Architecture Biennial: a platform of investigation and the articulation of a constellation of actions in the territory

Marcos L. Rosa* e Bruna F. Montuori**

1.Arquiteto e urbanista (FAU USP), Doutor em Planejamento Regional e Desenho Urbano (Technical University of Munich). Pesquisa o estudo de estratégias urbanas. Foi pesquisador na Alfred Herrhausen Gesellschaft e London School of Economics, lecionou na Technical University of Munich, Escola da Cidade, Instituto Federal Suíço. Escreveu Microplanejamento, Handmade Urbanism, From Large Scale Infrastructures to a Operational Networks e Co-desenhando a Cidade.2.Este artigo faz parte da pesquisa realizada no âmbito do Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, na ETSAM-UPM. Foi de-

envolvido na FAU-UCHILE com recursos do projeto “CUBOOK. 1200 gramas destinadas a contornar a ‘mãoagem’”, financiado pela área de Criação (DICREA) do Vice-Reitorado de Pesquisa e Desenvolvimento (VID) da Universidade do Chile. 2. **designer, mestra em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) e doutoranda na Royal College of Art, Londres. Como pesquisadora, ela investiga as trocas entre práticas urbanas colaborativas e práticas de design realizadas em espaços coletivos e a relação entre design, antropologia, cultura e política.**

Resumo

Neste artigo apresentamos o processo de construção da 11ª edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, realizado entre 2016 e 2018, enfocando sua estruturação enquanto plataforma de pesquisa. Ao longo do texto apresentamos uma breve narrativa acerca do processo de construção da Bienal, da definição de seu formato – que enfatizou a ação no território – culminando em uma revisão crítica do evento na atual conjuntura do campo de atuação da arquitetura nos âmbitos social e político. Ao focar a geografia de seu próprio território, a cidade de São Paulo, apresentamos uma constelação de ações, ou, uma série de ‘lugares’ articulados pelo evento. A partir desta experiência, realizamos uma reflexão localizada, situada e articulada globalmente, apresentando os desafios, o processo e os resultados do evento, incluindo o registro do legado proposto por este formato.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo. Espaço urbano. Processos Colaborativos. Plataforma de Pesquisa. Mapeamento.

Abstract⁵

In this paper we present the construction process of the 11th edition of the São Paulo Architecture Biennial, carried out between 2016 and 2018, focusing on its structure as a research platform. Throughout the text we present a brief narrative about the process of construction of the Biennial, the definition of its format – which emphasizes the action in the territory – culminating in a critical review of the event in the current conjuncture of the field of architecture considering its social and political approach. With a focus placed in the geography of its own territory, the city of São Paulo, we present a constellation of actions, that is, a series of ‘places’ articulated by the event. Based on that experience we promoted a localized and situational reflexion, also globally articulated, introducing the challenges of its process and the outcomes of the event, including the register of the legacy proposed by that format.

Keywords: Architecture and Urban Planning. Urban Space. Collaborative Processes. Research Platform. Mapping.

Criatividade é a inteligência dos sentidos.

Joy Paul Guilford (1950)

Introdução

1. Não institucionalizado, ou, conhecimento que não é respaldado por instituições - no âmbito governamental, corporativo, acadêmico, entre outros - como apresentado pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar. Escobar dedica seus estudos na Universidade de Carolina do Sul a práticas descolonizadas na economia, na antropologia e, mais recentemente, no design; buscando questionar os parâmetros desenvolvimentistas hegemônicos. Cf. Escobar, 2016.

2. Trata-se sobretudo desde a segunda metade do século 20. Uma das frentes que pontuam a discussão sobre a autoconstrução é proveniente de discursos derivados de instituições de desenvolvimento como o Banco Mundial e a ONU-Habitat, concretizados na década de

1970 e cujas premissas podem ser identificadas em um discurso elaborado pelo menos duas décadas antes, em autores como Frank Lloyd Wright (USA), Constantino Dioxiadis (Grécia), Yona Friedman (Hungria), Aldo van Eyck (Holanda), P&A. Smithson (Inglaterra), Charles Correa (Índia), entre outros - autores que elaboraram um entendimento da cidade a partir de duas escalas, uma rede estruturante e suportes para ação local. Cf. Osmont, 1995; Rosa, 2015.

3. Nos referimos às Viagens etnográficas - Missão de Pesquisas Folclóricas - realizadas por Mario de Andrade, de 1927 a 1929. Cf. Andrade, 1976.

4. Cf. Carvalho, 1930.
5. Cf. Magalhães, 1962.
6. Cf. Bo Bardi, 1950s.
7. Cf. Caldas, 1985.
8. Porto, 1973.

Na última década, acompanhamos a construção e disseminação de um discurso que, de maneira crescente, ganha fôlego no campo da arquitetura: trata-se das formas de coprodução urbana, fomentadas pelo desenvolvimento de práticas baseadas em parcerias e formas de colaboração que buscam a aproximação com não-arquitetos, reconhecendo saberes não institucionalizados¹, materializados em contribuições por inúmeros agentes, sugerindo novas formas de se praticar arquitetura. Como trataremos adiante, ainda que esta abordagem acerca das formas de coprodução do espaço não seja uma novidade - incluindo o que se chama de 'urbanismo insurgente' e 'ativismos urbanos' -, esta situa um fenômeno recente que respalda estas formas de desenho e transformação física e da experiência do espaço.

Neste artigo, apresentaremos a 11ª Bienal de Arquitetura, realizada de 2016 ao começo de 2018, como uma oportunidade para abordar e discutir

algumas das questões relacionadas a este contexto de transformação - do entendimento disseminado sobre formas de fazer e participar ativamente da produção do espaço urbano.

Diferente de modelos participativos e ativismos adotados no contexto internacional², e em paralelo a estes, desenvolveram-se no Brasil referencial teórico e prático próprios, amparados na observação das questões locais (Mário de Andrade, 1920s³; Lina Bo Bardi, 1950s; Sérgio Ferro, 1982; Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1981; Milton Santos, 1977) e no desenvolvimento de um repertório em resposta a demandas específicas impostas pela realidade brasileira, apresentados na 11ª Bienal em trabalhos como de Flávio de Carvalho⁴, Aloisio Magalhães⁵, Lina Bo Bardi⁶, José Zanine Caldas⁷, Severiano Porto⁸, entre outros.

Com base nestes referenciais históricos, sugerimos outro recorte temporal, que enfoca o momento atual; e um recorte geográfico, que situa a

produção brasileira e articula um diálogo com a produção internacional. Importa reconhecer e dar visibilidade a ações locais promovidas por não-técnicos que são fundamentais para compreender a construção do espaço urbano das cidades brasileiras. É ainda igualmente relevante para a construção do discurso arquitetônico desvelar práticas de arquitetura que lidam explicitamente com esta condição urbana, situando formas de produção do espaço essenciais à compreensão da lógica de produção e operação do espaço, tal como apresentado nos textos de abertura da exposição da 11ª Bienal:

São várias as maneiras de habitar o ambiente urbano, que atravessam a imaginação e as vivências de suas diversas populações. Usufruir das arquiteturas, em suas variadas dimensões, formas e propostas, faz parte do cotidiano daqueles que habitam as cidades, mas são poucas as oportunidades de conversar sobre sua adequação às necessidades de seus moradores e transeuntes, assim como espaços para questionar as estruturas existentes e propor novas configurações, derivadas de desejos e intenções de suas comunidades.

A 11ª Bienal de Arquitetura, intitulada *Em Projeto*, propõe uma discussão pública a respeito dos caminhos da arquitetura e do urbanismo nas metrópoles contemporâneas, se delineando como uma plataforma para projetos coleti-

vos de cidade. O ato de projetar, fundamental às práticas dos profissionais encarregados de propor espaços públicos e privados, é colocado em questão e, acima de tudo, apresentado como possível ação colaborativa. Essa reunião de saberes coletados em diversos pontos geográficos de São Paulo, onde acontecerão as atividades dessa edição da Bienal, formará um corpo de propostas vinculadas à qualificação, edição, aos usos, ocupações e possíveis transformações da cidade.⁹

Isto posto, neste artigo apresentaremos o processo de construção da 11ª edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, enfocando sua estruturação enquanto plataforma de pesquisa com interesse na investigação dos pontos colocados acima. Ao longo do texto apresentaremos uma breve narrativa acerca do processo de construção da Bienal, da definição de seu formato, que enfatiza a ação no território, culminando em uma revisão crítica do evento na atual conjuntura do campo de atuação da arquitetura nos âmbitos social e político. É relevante mencionar que o foco da Bienal de Arquitetura foi colocado na geografia de seu próprio território, a cidade de São Paulo, sua Região Metropolitana, como o ‘lugar’ a partir do qual se promove uma reflexão localizada, situativa, e articulada globalmente¹⁰.

Por meio de seu Observatório, um grande arquivo em processo – originado no estúdio da 11ª Bienal e complementado com quatro chamadas abertas

9. SESC São Paulo, texto de abertura da exposição “Imagário da Cidade”, apresentada no Sesc Parque Dom Pedro II de Outubro de 2017 a Fevereiro de 2018.

10. Adiante aprofundaremos uma discussão sobre redes e lugares, fundamental para a compreensão desta proposta a partir de referenciais teóricos como Milton Santos, Gabriel Dupuy, Bruno Latour, entre outros.

–, construímos um inventário de formas de representar, mapear, qualificar, edificar, editar, usar, colaborar e ocupar a cidade. O Observatório¹¹ serviu como base para a estruturação dos conteúdos do evento, posteriormente apresentados no formato discussões, encontros, dezenas de ações propostas por toda a cidade e exposições-arquivo – incluindo registros videográficos, ampliações fotográficas, mapotecas, coleções, e uma biblioteca.

O trabalho partiu de uma investigação, na qual identificamos uma condição latente que permeia os trabalhos compilados: uma aparente vontade por participação nos processos de decisão e de construção do espaço urbano. Tal condição foi revelada em práticas encontradas entre os anos de 2016 e 2017, com foco na produção da última década em São Paulo, no Brasil e no Mundo. Desta forma, os trabalhos selecionados reconhecem formas de coprodução da cidade em vozes de distintos agentes, incluindo arquitetos e não-arquitetos¹², em uma série de trabalhos que desafiam os tradicionais limites colocados à arquitetura, valorizando formas de produção urbana que incluem práticas de urbanismos insurgentes e ativismos urbanos. Como tal, a compilação apresentada pela 11ª Bienal lança luz sobre outras possibilidades de colaboração, apontando conteúdos relevantes a uma reflexão sobre outras possibilidades de ação da arquitetura, com base em questões relacionadas à participação e democratização do acesso ao design como ferramenta de transformação da escala local.

Embora os discursos da arquitetura e a própria Bienal de Arquitetura no Brasil tenham abordado, historicamente, a aproximação da arquitetura formal do conhecimento popular, sobretudo a partir da perspectiva de arquitetos¹³, sugerimos aqui um olhar complementar, que reconhece tanto a prática de arquitetura, quanto a prática realizada por não arquitetos¹⁴. Buscamos entender formas de colaboração e disseminação do conhecimento em ambos os sentidos, ou seja, não predominantemente a partir de um reconhecimento e transformação por parte de arquitetos sobre a cultura popular – usada como referência e desenvolvida em arquiteturas e construções elitizadas –, mas incluindo formas de apropriação da high culture por cidadãos (não arquitetos).

Verificada a escassez de recursos disponibilizados por meio de editais e políticas públicas para a realização de ações no espaço público – conforme apontado por cidadãos que já vinham trabalhando nesta frente¹⁵ – procuramos investir recursos materiais, financeiros, imateriais e ambientais em ações com relevância para a cidade, com o objetivo de deixar um legado a partir de produtos desenvolvidos no evento. A construção de uma rede e de um legado concreto foram resultantes da articulação de atores e as correntes formas de transformar e melhorar as condições de vida no espaço construído.

Esta atitude proposta pela Bienal, enquanto um evento articulador e propositivo na cidade, partiu

11. A ideia de instalar um Observatório como plataforma de pesquisa parte de nosso interesse em desenvolver um olhar e escuta a partir de muitas práticas levantadas, com o interesse de situar práticas locais a fim de apresentar alternativas ao discurso dominante. Em seu artigo 'Uma Epistemologia para a Próxima Revolução', a filósofa panamenha Linda Alcoff (2011) argumenta "pela necessidade de um debate propositivo e reconstrutivo sobre a verdade, bem como de uma discussão reconstrutiva sobre como e por quem o conhecimento é produzido." (p. 67) Cf. ROSA, MONTUORI, BAROSSO, BARATTO, 2018.

12. Cf. RUDOFISKY, 1964; BARDI, 1995; SANTOS, 2003; JACQUES, 2005; CAMPOS et al., 2005; JANSON; WOLFRUM, 2006;

13. SENNETT, 2009; ROSA, 2012; 2015; FAUS, 2012. uma discussão amparada na leitura do "regionalismo crítico". Cf. Montaner, 2007; Frampton, 1983.

14. O pesquisador Fernando Lara (2018, tradução nossa), nos apresenta o reconhecimento da produção da arquitetura a partir da noção de High Culture – que ampara-se no "conjunto de produtos culturais que são muito valorizados pela sociedade"– e Low Culture – nas "formas de cultura popular que têm apelo de massa".

15. Em nossas conversas com coletivos, realizadas em Julho de 2018, fomos informados por alguns deles sobre a escassez de recursos disponíveis para a realização de suas atividades, uma condição que se acentuou nos últimos anos.

de um debate explorado pelo filósofo da ciência Bruno Latour (2008). O autor (2008) aborda a dualidade entre as ‘questões de fato’ e as ‘questões de interesse’ – traduzidas do inglês: *matters of fact* e *matters of concern*. Em seu texto ‘O Prometeu Cauteloso’, Latour (2008) se direciona a arquitetos e designers com o intuito de provocá-los sobre uma mudança de foco nas práticas profissionais, que são frequentemente interessadas apenas no resultado do ambiente construído e nos objetos prontos ao invés das demandas diárias, as preocupações e as necessidades dos cidadãos. Embora tenhamos abraçado tal aspecto, mostraremos como ainda não é possível trabalhar apenas com ‘questões de interesse’ sem contemplarmos também as ‘questões de fato’, especialmente porque a natureza do evento, enquanto uma exposição, tradicionalmente se apresenta como ‘espetáculo’¹⁶.

Com a intenção em reduzir distâncias entre espetáculo e realidade, consideramos relevante mencionar que, durante a produção dos textos que apresentaram a 11ª Bienal, evitamos o uso de linguagem acadêmica, incluindo notas de rodapé e referências no texto. Esta escolha foi guiada pelo objetivo de formular leituras acessíveis e confortáveis a um público geralmente distanciado das discussões da arquitetura, demasiado encerradas em seus circuitos de discussão, buscando levar as questões propostas a um público ampliado. Desta forma, este artigo nos dá a oportunidade de situar discursos e embasar a

proposta apoiada em referências dos estudos urbanos, arquitetura, antropologia, sociologia, geografia entre outras disciplinas e saberes, dentro de um formato acadêmico, revelando encontros discursivos que permearam nosso trabalho e que formam a trama sobre a qual se estruturou esta Bienal. A partir destas premissas, trazemos uma breve narrativa do processo de realização da Bienal, com o intuito de situar o leitor no período de dois anos de desenvolvimento do evento.

Narrativa

A 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo teve seu início em 2016 no Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo. A convite do então diretor do IABsp, começamos com uma equipe pequena de apenas três pessoas. O trabalho foi iniciado com uma investigação acerca de discussões sobre a cidade, verificadas em notícias, eventos, atividades, leituras de projetos e discursos que nos pareciam latentes naquele momento. Com o desafio de pensar a Bienal como uma plataforma de reflexão viva e contínua, nos dois anos que configuram o intervalo do evento, inauguramos o Estúdio da Bienal, iniciando nossas atividades por meio da observação e visando a construção de um projeto que facilitasse o desenvolvimento de ações pela cidade. Este processo inaugurou aquilo que chamamos de nuvem temática, realizada no primeiro semestre de 2016. A nuvem se tangibilizava em um arquivo estruturado em um formato simples de fichas que

16. A noção de espetáculo à qual nos referimos aqui o define como um objeto de contemplação, distanciado das possibilidades da experiência e vivência urbana. Cf. Jacques, 2004.

traziam uma breve descrição do objeto mapeado, sua localização e ano. Tratava-se do Observatório da Bienal, um inventário operacionalizado ao longo dos dois anos do evento, alimentado continuamente com práticas desenvolvidas na última década em São Paulo, no Brasil e no mundo¹⁷.

De início, buscamos indicar linhas temáticas com base na leitura desta ‘nuvem’ e que, posteriormente, orientariam o posicionamento adotado na 11ª edição do evento. Optamos por não definir e delimitar temas rígidos e segregadores, organizando os materiais reunidos em uma compilação que, embora não possuísse uma categorização temática formal – a exemplo de eixos de leituras tradicionais da cidade como habitação, transportes, infraestrutura urbana –, nos permitia enfatizar o aspecto processual desenvolvido em práticas e projetos na cidade, possibilitando construir um discurso inclusivo sobre a arquitetura, entendida de maneira ampla a partir de diversas formas de coprodução do espaço e de sua experiência urbana.

Com base nesta investigação inicial, nossa leitura identificava um cenário promovido por formas de coprodução urbana, fundamentado em um forte engajamento de diversos agentes na transformação do espaço urbano, o que ocorria por meio da ampliação ao acesso do que chamamos de ferramentas. As primeiras evidências do emprego de tais ferramentas foram aferidas em inúmeros guias, cartilhas e manuais compartilhados

virtualmente para ação na cidade, encontros que promoviam debates e discussões sobre o espaço urbano, mapeamentos, registros fotográficos e diferentes formas de produção gráfica que tinham como objeto de intervenção a cidade.

É relevante pontuar que, em nossa investigação, enfocamos as ações localizadas, responsáveis pela criação ou transformação de situações urbanas específicas e distribuídas pela cidade. Amparamos esta leitura por meio do entendimento do teórico Michel de Certeau acerca do termo “tático” – enquanto uma forma de ação localizada, com um objetivo imediato, projetado no presente e buscando soluções pontuais – com vistas a subverter as lógicas de controle e prescrição que caracterizam a forma predominante de se operar no espaço urbano, qualidade conferida aos espaços por práticas tradicionais do planejamento urbano.

Com foco na cidade de São Paulo, o processo de compilação de práticas desenvolvido no Observatório foi acompanhado por inúmeros encontros, conversas e reuniões com agentes locais, possíveis parceiros, patrocinadores e apoiadores. Costurava-se a base para se estruturar um evento que não priorizasse apenas seu caráter expositivo, mas que propunha desenvolver a Bienal de Arquitetura como plataforma de discussão, com a ambição de contribuir diretamente na construção de um legado postulado na cidade. Conforme detalharemos depois, este legado se

17. Já em 2008 e 2009, Marcos L. Rosa, diretor de conteúdo da 11ª Bienal, atuou em um mapeamento com iniciativas comunitárias (Rosa, 2011) que dava visibilidade a uma rede de atores que já vinham desenvolvendo atividades relacionadas à coprodução urbana. De 2008 a 2013, a mesma plataforma de mapeamento foi expandida a outras cidades do mundo, incluindo Cidade do México, Istambul, Cidade do Cabo, Nova Délhi e Rio de Janeiro. Esta e outras experiências foram relevantes na construção da nuvem da proposta para a 11ª Bienal em 2016.

concretizaria tanto pelo desenvolvimento da pesquisa no Observatório, como por meio de desdobramentos daquela pesquisa, materializados em micro ações distribuídas no território que, não apenas promoveriam articulação entre grupos, mas reconheceriam, dariam visibilidade e facilitaríamos (dentro plataforma da Bienal) ações de transformação direta do espaço urbano e de sua experiência. Assim, propunha-se a construção de um discurso amparado em práticas existentes que buscou reconhecer e trazer a público narrativas dos próprios agentes da transformação do espaço, no contexto da arquitetura e urbanismo.

Construção da geografia expandida do evento

O mapeamento de práticas pontuais compiladas no Observatório desvelava não apenas a possibilidade de realização de ações na cidade, mas um mapa que pontuava a já existência de uma constelação de práticas urbanas, ações e atividades distribuídas de forma ubíqua por todo o território metropolitano de São Paulo. A atuação por toda a cidade podia ser visualizada no mapa, apresentando uma rede distribuída e que se potencializava na proposta de articulação de agentes urbanos responsáveis pela coprodução da cidade e da experiência urbana¹⁸.

A construção de um raciocínio sobre a geografia destas práticas, embora fosse uma vontade inicial, sugeriu caminhos para o desenvolvimento da própria Bienal na cidade. Descentralizada

e distribuída, a 11ª Bienal se fez possível pela estruturação de uma rede de parceiros culturais que inclui promotores de cultura na cidade assim como os agentes de produção cultural que atuam no espaço urbano. Evidenciava-se uma potência advinda de iniciativas locais, no que toca sua capacidade de transformação e edição do espaço coletivo na cidade, alinhada com um questionamento de valores públicos na vivência urbana.

A nove meses das datas previstas para realização oficial do evento, incluindo seu componente expositivo, a incerteza sobre a possibilidade de sua realização conforme proposto inicialmente colocava o desafio sobre manter o formato proposto, que demandava um evento realizado ao longo de muitos meses, organizado de forma orgânica por toda a cidade, ou compactá-lo em um formato com ênfase em exposições, limitado geograficamente e em um período menor de tempo.

O processo desenhado previa lançar quatro chamadas abertas¹⁹, a partir das quais selecionaríamos ações a serem realizadas por toda a cidade, além de material expositivo para as mostras propostas. Adiamos o lançamento público das chamadas abertas por muitos meses por conta da incerteza da realização do evento, até que se confirmasse a viabilidade de realização da Bienal em um processo expandido, conforme proposto inicialmente. Por meio das chamadas abertas, – apesar do foco colocado no campo da arquitetura em duas de suas chamadas – convocamos

18. Em 2013, realizamos uma pesquisa no Rio de Janeiro sobre iniciativas comunitárias que tinham o objetivo de transformar os espaços da metrópole e qualificar a vida cotidiana, buscando resiliência. Neste ano, esta pesquisa foi realizada como a plataforma de pesquisa estruturada para o prêmio Deutsche Bank Urban Age Award. Embora se trate da mesma investigação realizada cinco anos antes em São Paulo, no Rio de Janeiro notou-se a existência de grupos mais mobilizados politicamente – com um posicionamento determinado e confiante sobre a relevância de seus métodos e práticas

na transformação da qualidade de vida urbana, oferecendo alternativas viáveis e testadas a práticas tradicionalmente implementadas em nossas cidades –, melhor estruturados financeiramente e melhor articulados entre si, sobretudo por conta do desenvolvimento e acesso à mídias sociais.

19. Em meados de julho de 2017, eram lançadas quatro chamadas abertas internacionais: 'Imaginário da Cidade', 'Utilidade Pública', 'Escolas de Arquitetura' e 'Arquitetura Urbana'. Estas abriam a oportunidade do público participar nos formatos de ação ou material expositivo.

todo e qualquer cidadão a participar com o compartilhamento de saberes diversos aplicados na construção da cidade²⁰.

Em paralelo ao lançamento das primeiras chamadas para participação, organizamos conversas em diferentes pontos do território – Sesc Campo Limpo, na Zona Sul; Okupação Cultural Coragem, na Zona Leste; e Casa de Cultura da Vila Guilherme, na Zona Norte; Sesc Parque D. Pedro II, na região central – com o intuito de escutar o que pessoas, ativistas, artistas e construtores vinham desenvolvendo e entender suas práticas cotidianas.

O objetivo destas conversas – que convocou agentes identificados desde o Observatório – foi aproximar-se de práticas realizadas para além do centro expandido da cidade, de fundamental importância para entender a construção social do espaço urbano dentro da proposta colocada²¹. Buscou-se um diálogo pouco comum da arquitetura com não-arquitetos, relevante para iluminar outros meios de atuação possíveis da arquitetura frente a demandas reais.

Falar sobre a atuação periférica – como a denominam coletivos da borda geográfica – compreende reconhecer outros centros²². O entendimento de que os muitos centros são determinados em relação às experiências individuais que orbitam – inclusive encontrando soluções propositivas a problemas locais com base nas oportunidades

encontradas e recursos disponíveis – questiona o entendimento baseado na dicotomia centro-periferia, uma questão colocada mais de uma vez pelos próprios agentes em nossas conversas, perfeitamente ilustrada na fala “Meu centro é aqui, onde vivo e onde estou.”²³ Historicamente descrita pela literatura hegemônica de forma homogeneizada, visão cujo questionamento recentemente ganhou visibilidade²⁴ a partir de representações periféricas e movimentos ativistas, a periferia não é um espaço único, senão uma série de construções realizadas com base em expressões e identidades sócio-culturais plurais.

Neste processo buscamos entender o que faziam, que práticas desenvolviam inúmeros agentes a fim de aproximar o discurso da arquitetura de práticas desenvolvidas por não-arquitetos e reconhecer formas de ação projetual desenvolvidas por arquitetos com o objetivo de responder a demandas latentes, com frequência não solucionadas pelas abordagens mais tradicionais e predominantes – as mesmas ‘questões de interesse’ (‘matters of concern’) situadas por meio da leitura de Latour (2008) anteriormente.

Formato

A partir destas premissas, o projeto curatorial – intitulado “Em Projeto” – propõe discutir o lugar da arquitetura e o lugar da Bienal de Arquitetura. Assim, propusemos a Bienal como espaço para trocas complementares que dá lugar de fala a di-

20. Nos deparamos com um cenário de luta por parte das iniciativas localizadas para trazer a sua voz, sua identidade, apresentar suas formas de fazer como alternativas ao status quo, em resposta a um ‘desmonte’ de estruturas de amparo e apoio a estas iniciativas locais, que, há de se notar, sempre foi escasso.

21. Vale aqui enfatizar que, ao propor outro formato ao evento, a 11ª Bienal tirou o foco das exposições e deu visibilidade e voz a dezenas de práticas consolidadas, apresentadas em seus próprios contextos.

22. Ainda que muitos dos grupos proponentes que participaram das atividades da Bienal se auto-intitulam “periféricos”, na discussão do urbanismo feito pela academia, a noção de ‘periferia’, e seu entendimento binário são questionados por VILLAÇA (1998), MARICATO (1996), MEHROTRA (2008). Ainda sobre a relação centro

periferia, recomendamos a leitura da edição 32 da revista Volume: Centers Adrift, publicada em 2012.

23. Fala colocada por um participante na primeira conversa que realizamos sobre as chamadas abertas da Bienal no Sesc Campo Limpo em agosto de 2017.

24. Embora recentemente tenhamos testemunhado um aumento exponencial de visibilidade sobre práticas realizadas fora dos centros das cidades, apresentadas por seus próprios agentes, é importante notar que estas manifestações já estavam presentes e eram estudadas por investigadores do campo da arquitetura e estudos urbanos mais de meio século atrás. Carlos Nelson dos Santos atuou em projetos de urbanização de favelas de forma colaborativa, na qual moradores participavam ativamente da construção de suas moradias e transformação do espaço público. Cf. Nelson, 1981.

ferentes atores igualmente relevantes na produção social do espaço²⁵, distribuídos por toda a cidade, a partir de projetos apresentados pelos proponentes.

Tais projetos, ou ações articuladas com a exposição, aconteceram em uma rede de espaços oficiais, que recebeu uma programação fixa; em espaços parceiros, que receberam programações pontuais; e em módulos Satélites, projetados para articular e dar visibilidade às ações da Bienal, atomizadas pela cidade, garantindo suporte para interação, convívio e diálogo.

Buscamos por um formato capaz de dar legibilidade a processos que já ocorrem na cidade, apresentados in loco e que demandam um formato distinto daquele de uma única exposição. Este formato foi apresentado como um processo de pesquisa e troca, fomentado por uma programação contínua de ações por toda a cidade e orquestrado para permitir a experiência efetiva de meios de produção do espaço. Com este objetivo, a 11ª Bienal se constituiu como uma constelação de situações articuladas que privilegiaram a vivência, promovida por suas atividades, oferecendo ao público a efetiva experiência e contato com uma série de atos transformadores na cidade, evitando a espetacularização ou fetichização de situações – conforme explanado por Paola Berestein Jacques (2004) – e apresentando-as ‘como encontradas’ (do inglês, *As found*, conceito definido em 1991 por Peter and Allison Smi-

thson²⁶) –, ou ainda, “no campo da realidade”, como descreve Alcoff (2011). Como são práticas naturais do território e não práticas comissionadas pela Bienal, esta constelação segue em um processo contínuo e não-terminado de troca²⁷ de conhecimento e experiências na cidade.

O desenho da presença da Bienal de Arquitetura no território levou em consideração as premissas desenhadas para o evento e apresentadas anteriormente. A 11ª Bienal se estruturou por meio da articulação de uma série de ações organizadas em seu território, sua documentação e articulação em um projeto comum, acompanhadas por uma exposição.

Os Satélites da Bienal são módulos sobre rodas que itineraram por quatro unidades do Sesc. São pequenos módulos de 3 x 2 metros, que permitiram que a Bienal viajasse pela cidade, funcionando como amparo para algumas atividades e como motores de interação, convívio e diálogo. Os satélites articulam e dão visibilidade às ações da Bienal atomizadas pela cidade, incluindo os entornos dos Sesc. Cada módulo expôs trabalhos selecionados pela Bienal, organizou a documentação das atividades propostas no entorno do Sesc e compartilhou informações que ocorreram em outros espaços da Bienal.

Enquanto estruturas-satélite que circulam pela cidade, ambicionam chegar a outros territórios, enfatizar diversos discursos e vozes e ampliar o

25. Pelo menos desde a década de 1970, a Geografia situa a oposição entre a rede e o indivíduo, argumentando por formas mais horizontais de organização baseada em rede e sugerindo a transformação da forma como a organização social é realizada. (CASTELLS, 1990) A noção de indivíduo apresentada por esta leitura compartilha responsabilidade e assume papéis propositivos na criação de uma paisagem cultural baseada na presunção de que o espaço é em si, uma construção social. (SANTOS; 1977). Nos anos 1990, o mesmo campo de estudos enfoca o conteúdo urbano das redes, discutindo instrumentos de planejamento para a cidade-rede (DUPUY; 1987). Esta perspectiva se compromete com a análise da questão operacional

das redes. In: ROSA; 2015, p. 287. Antecede esta discussão, a abordagem propositiva de uma geração de arquitetos comprometidas com a operação do indivíduo (na escala local) orquestrada dentro de uma visão da cidade-rede. Cf. WIGLEY, 2000. 26. SMITHSON, P and A. The ‘As Found’ and the ‘found’, in: ROBBINS, D. (ed.). *The Independent Group: Postwar Britain and the Aesthetics of Plenty*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990. Pp. 201-202. 27. Cf. GATT; INGOLD, 2013. Os autores argumentam por prática de pesquisa que gera correspondência, de maneira que a ação continue “viva” mesmo com o término do processo do qual ela passa a fazer parte, neste caso, a rede articulada de atividades à qual se deu visibilidade no âmbito da Bienal.

acesso aos conteúdos produzidos pelo evento. Este raciocínio de ubiquidade da exposição e, por consequência, das informações e articulações geradas pelo evento, percorre todo o discurso da 11a Bienal de Arquitetura que acredita na democratização dos saberes.

Além dos Satélites, foram definidas quatro exposições que apresentavam – em formatos diversos de arquivo – o processo da Bienal, alinhado às suas chamadas, e seu legado para a cidade. Estas foram: ‘Imaginário da Cidade’, no Sesc Parque Dom Pedro II; ‘Utilidade Pública’, na Vila Itororó Canteiro Aberto; ‘Biblioteca da Bienal’, na Biblioteca Mário de Andrade; além de ‘Devires do Brasil’ e ‘Observatório da Bienal’, na Praça das Artes. Ao longo do próximo tópico detalharemos o formato de cada parte que compõe a estrutura maior da Bienal.

Caracterização da proposta

‘Em projeto’ insinua um olhar atento sobre os processos de pesquisa, elaboração e construção das cidades. Refere-se ao espaço urbano como uma construção em andamento e em constante transformação. Optando por não eleger temas predefinidos, iniciamos o percurso desta edição com a construção de uma plataforma de pesquisa e mapeamento, a qual chamamos de Observatório da Bienal, em que foram documentadas formas de coprodução do espaço urbano e as ferramentas utilizadas nessa realização. Identificamos no

território ações responsáveis por transformar a experiência urbana, que pautaram o desenvolvimento da pesquisa da Bienal em seus dois eixos: Imaginário da Cidade e Utilidade Pública.

Imaginário da Cidade

O Imaginário da Cidade se estruturou a partir da observação de experiências do cotidiano, percepções espaciais e situações urbanas que dão outros sentidos ao espaço urbano, questionando como engajar os cidadãos em um processo de construção de um imaginário urbano, necessariamente inclusivo e colaborativo.

Com o objetivo de refletir sobre estas questões e dar visibilidade a percepções espaciais, ações pontuais, experiências, situações e imaginários urbanos produzidos cotidianamente por diferentes agentes na cidade de São Paulo, realizamos um chamamento para envolver e dar voz àqueles que reconhecem realidades urbanas de seu entorno e compor, com estes, registros de formatos distintos, prestigiando e potencializando espaços da cidade – ou como foi registrado no texto curatorial da exposição Imaginário da Cidade (Rosa, 2018):

O imaginário pode se referir a algo que não é real, àquilo que é fictício ou criado pela imaginação. O imaginário urbano, no entanto, mais do que algo que somente poderia existir na imaginação, para além de qualquer coleção de imagens, refere-se ao conjunto de registros de

momentos, de conteúdos vividos. Como tais, nos oferecem outros olhares, transformam percepções, revelam experiências urbanas, formas de vivenciar a mesma cidade e inspiram reflexões acerca da vida na cidade e na coletividade. O imaginário urbano materializa-se a partir da reunião de uma constelação de ações, pois entende-se que o espaço só se torna um 'lugar' [AUGÈ 1992] a partir de seu componente performativo: são a vivência e a experiência de um espaço que constroem a percepção dele. [ALBAN, WOLFRUM 2006²⁸

Trata-se de olhares não-técnicos sobre a cidade que podem se materializar em registros de percursos, práticas de escuta, observação, colaboração, denúncia, produção de cartografias sociais, ações experimentais, corpografias, fotografias, vídeos, entre outros. Uma vez relacionadas, estas obras desvelam diferentes perspectivas sobre o território projetado, em diversas formas de leitura e expressão.

Utilidade Pública

Ao interesse pelo imaginário da cidade, que nos apresentou formas de coprodução urbana com frequência desenvolvidas por não-arquitetos, somou-se o questionamento sobre a utilidade pública da arquitetura. Encontramos na prática contemporânea do projeto, arquiteturas que visam a transformação, a adequação e a qualificação do espaço urbano aos usos do cotidiano,

junto a inúmeros outros agentes envolvidos na coprodução da cidade. Na articulação com outras disciplinas, saberes e experiências em alinhamento, ampliam-se as oportunidades para a ação do arquiteto, particularmente em resposta às demandas urgentes.

A partir destes dois eixos temáticos, enfocamos a discussão sobre formas de editar e transformar a cidade, por meio da realização do projeto em suas inúmeras frentes de ação e considerando diferentes formas de colaboração:

Busca-se lidar explicitamente com um arcabouço de instrumentos e ferramentas relacionados à escuta, observação, experiência, edição, uso, ocupação e desenho urbano, entre tantos outros. Resultam práticas em formato de construção-teste, prototipagem, processos participativos, manual, manifesto, entre outros, cujo conteúdo com frequência é apresentado de formas que facilitam o compartilhamento, ou ainda, cujo conteúdo propõe repensar modos de ação que possam, eventualmente, informar novos instrumentos urbanos de regulação e desenho, rascunhos de lei, ferramentas e modelos de observação, cartografia e mapeamento, modelos experimentais ou alternativos de gestão, entre outros.²⁹

Compreendemos a importância em reposicionar o lugar de fala e ação do arquiteto frente à coletividade e fomentar a tomada de consciência

28. Cf. Catálogo da 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo in Rosa 2018.

29. Cf. Catálogo da 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo in Rosa 2018.

coletiva a partir da ação; valorizar as referências locais da arquitetura, das artes e da cultura histórica e popular do país; fomentar uma prática de projeto que aproxime o desenho ao lugar que ele propõe; dar visibilidade à atuação de grupos que lidam com questões relacionadas aos direitos humanos e sua relação com o espaço urbano; defender a valorização equânime dos diferentes saberes. Adicionalmente, nos pareceu fundamental democratizar o acesso ao conhecimento de arquitetura e ampliar as formas de atuação do arquiteto a partir da colaboração com outras disciplinas e saberes.

O Observatório da Bienal

O Observatório da 11ª Bienal foi desenvolvido como um grande arquivo em processo, que se originou no Estúdio da Bienal e cujo objetivo foi mapear, articular, evidenciar e democratizar formas de ação, construção e registro da cidade, refletindo sobre a utilidade pública da prática da arquitetura.

O conteúdo investigado foi sistematizado em um arquivo – formatado em fichas-tipo –, propondo a compilação e organização de temas presentes em discussões urbanas latentes reconhecidas em São Paulo, no Brasil e no mundo. Foram reunidas ferramentas de reconhecimento, leitura e escuta, mas também suportes que ambicionam a realização e a transformação espacial, como parâmetros legais e políticas públicas que podem

amparar pequenas iniciativas, aparatos que facilitam a organização coletiva, formas alternativas de financiamento, manuais e roteiros, plataformas abertas, fabricações digitais, e outros meios de editar e intervir diretamente na cidade.

A partir destes conteúdos, o Observatório resulta numa espécie de glossário, compartilhado com o público de maneira aberta e gratuita como um dos legados deixados pela 11ª Bienal, ao contribuir com a produção contemporânea, sua articulação e pertencimento social e cultural, coletivizando o acesso e o debate sobre a construção da cidade e seu contínuo processo de transformação, como situado no texto da Equipe da Bienal³⁰ (2017) apresentando a exposição:

O trabalho realizado no Observatório nos mostrou que a busca pela participação cidadã nas decisões e ações diretas na cidade tem ganhado maior visibilidade e presença, especialmente com as redes sociais e, junto a estas, o compartilhamento de diversos imaginários urbanos. Estes, por sua vez, apontaram para uma construção mais inclusiva, desvelando um arcabouço de práticas e abordagens diversas e complementares aos projetos e planos urbanos tradicionais.

O Observatório reconhece ações pontuais que estrategicamente apontam para possibilidades de transformação efetiva da metrópole contemporânea. Uma vez compartilhadas com

30. Equipe 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, 14 Dez 2017.

o público, elucidam outros caminhos para a prática da arquitetura, mirando a propagação desse conhecimento. Por esta trajetória o Observatório se estrutura como legado da Bienal ao contribuir com a produção contemporânea, sua articulação e pertencimento social e cultural, coletivizando o acesso e o debate sobre a construção da cidade e seu contínuo processo de transformação.

Grande Caminhada Urbana por São Paulo

A 11a Bienal apresentou uma grande caminhada pela borda geográfica da cidade que marcou sua abertura oficial, assim como simbolizou a expansão geográfica do evento. A iniciativa propõe incorporar uma série de práticas realizadas por grupos em toda a cidade, que discutem uma multiplicidade de formas de fazer, editar e transformar o espaço e a experiência urbana, num esforço de dar voz a grupos historicamente excluídos, sobretudo no que toca suas experiências na coprodução urbana, pouco reconhecidas apesar de seu protagonismo e importância na construção da paisagem urbana. Ambicionou facilitar encontros com arquiteturas, com agentes locais e com lugares. Segundo Kohler, “a caminhada oferece uma experiência de costura e articulação de agentes e práticas diversos no território. Enquanto prática política, a caminhada desvela a multiplicidade e potência da produção sociocultural ligadas ao território percorrido” (Baratto, 14 Set 2017)

O arquiteto alemão Martin Kohler e o produtor cultural Tiago Kinzári percorreram junto a agentes locais e ao público geral, um trajeto de 120 km pela cidade, durante 7 dias. O percurso foi norteador por pontos pré-definidos (unidades do Sesc e iniciativas comunitárias), nos quais ocorreram atividades de debate e reflexão em torno ao tema da produção cultural e formas de construção coletiva da cidade. O percurso da caminhada previu o itinerário do Satélite da Bienal – mostra itinerante e incubadora de atividades –, que percorreu unidades do Sesc, articulado a um programa de ações em espaços por toda a cidade.

A caminhada produziu conteúdos gráficos e videográficos apresentados nos Satélites durante o evento. Produzido por Martin Kohler junto ao Núcleo Editorial, o ensaio fotográfico “Arquitetura Paulista” resulta do trajeto realizado a pé por São Paulo e alude à Escola Paulista, como ficou conhecida internacionalmente a produção arquitetônica de um grupo de arquitetos de São Paulo. O ensaio provoca reflexão sobre outros imaginários das arquiteturas encontradas em São Paulo:

Trata-se de arquiteturas de naturezas distintas: as autoconstruídas, edifícios com intervenções sobrepostas, apropriações dos edifícios por manifestações artísticas e de protesto, além de arquiteturas de morfologias diversas, por toda a cidade. O ensaio apresenta arquiteturas produzidas em um território construído, em sua totalidade, com pouca participação de arquitetos,

desvelando processos de coprodução urbana latentes na metrópole paulistana.³¹

A 11ª Bienal: uma constelação de ações

A Bienal acolheu mais de 80 atividades, das quais 53 ações realizadas na cidade de São Paulo por proponentes diversos, de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. Cada uma destas ações espacializam na escala local questões sobre formas de coprodução urbana, enfocando a construção do “lugar”³². Em muitos destes momentos, as ações consistiram em uma oportunidade de troca entre o arquiteto e outros agentes espaciais, tal como descrevemos no artigo publicado para a revista online Archdaily³³:

As mais de 50 ações locais participantes desta Bienal apontam para possibilidades de se valorizar e aprender com outros saberes, com outras disciplinas, presentes e aplicados cotidianamente na construção das cidades. Um ponto comum e importante que valorizamos é o lugar de fala daqueles que são responsáveis por iniciativas diversas na construção das cidades, assim como agentes envolvidos na produção cultural, responsável pela transformação nos usos e experiência urbana. Em muitos casos, o arquiteto não é o protagonista da ação, nem aquele que apresenta soluções prontas de antemão. Trata-se de um olhar cuidadoso que valoriza a leitura, a escuta, o mapeamento, as narrativas, assim

como formas de ação mais propositivas que envolvem a construção efetiva. Vale ainda ressaltar que, neste último caso, trata-se de níveis de colaboração e participação distintos (quanto a sua intensidade e formato) que abrem para pensarmos muitas possibilidades de atuação do arquiteto junto ao coletivo, de maneira prática e objetiva, a partir de práticas concretas e não de um projeto utópico.

Resulta de seu processo de construção, a cartografia da 11ª Bienal: um produto transversal a todos os outros formatados pelo evento, incluindo a geolocalização de práticas realizadas, a experiência da multiplicidade desvelada pela Grande Caminhada por São Paulo, os resultados dos chamamentos abertos, a experiência facilitada pelos Satélites, dezenas de ações e as exposições-arquivo, além de exposições em espaços parceiros.

Esta cartografia possibilita a articulação e visibilidade da rede de atores no território da Região Metropolitana de São Paulo e apresenta a geografia da 11ª Bienal. As ações se somam em uma ‘constelação de situações’, momentos de cocriação urbana articulados em rede, por toda a cidade.

Para além de um evento efêmero, articular uma discussão a partir desta plataforma nos levou a sistematizar o conhecimento editado no Observatório em suportes capazes de ensaiar o resultado deste processo como um legado em dois formatos: um arquivo – inventário de formas con-

31. Cf. Catálogo da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, in Rosa 2018.

32. Cf. Augé, 1992.

33. Equipe ArchDaily Brasil, Rosa, 2018.

temporâneas de atuação da arquitetura –, e uma rede articulada de ações que, a partir da Bienal, promove resultados materiais e imateriais no espaço e em seu território.

Legado

O raciocínio por trás da proposta da 11ª Bienal ambicionou garantir que os recursos utilizados não se restringissem a uma exposição, mas tivessem utilidade pública, cumprindo também uma função social. Para tanto, o Estúdio da Bienal trabalhou para que o conteúdo produzido fosse sistematizado e publicado em formato aberto e gratuito. Além disso, definimos que os recursos disponíveis para a realização de ações durante o evento seriam concedidos prioritariamente a grupos situados à margem dos recursos e das instâncias decisórias, com frequência localizados fora das áreas centrais da cidade, onde observamos esta demanda. Com isso, pretendeu-se ainda valorizar a participação de atores que tradicionalmente não são reconhecidos como co-produtores da cidade, convidando-os a contribuir ao debate sobre a experiência do espaço urbano.

O Legado da 11ª Bienal fundamenta ainda nosso questionamento sobre o próprio lugar de uma bienal de arquitetura: reconhecemos a vocação histórica deste evento em São Paulo como um espaço para falar dos desafios daqui, dentro de um contexto nacional e internacional. Para além disso, a Bienal enquanto plataforma sugere um espaço per-

manente de reflexão, um lugar a partir do qual podemos falar de nossas formas de praticar a arquitetura e das formas de se viver em nossas cidades.

Em alinhamento com o processo desenvolvido, seu Catálogo – e sua documentação – foram concebidos como um documento em processo, em construção, desenvolvido ao longo do tempo a partir da introdução de diversas peças gráficas que se somam em uma peça única. O raciocínio por trás de seu projeto gráfico, tanto na documentação quanto nos formatos expositivos, alinhou-se com a proposta curatorial do evento: suportes que funcionam como partes – documentos-tipo – dentro de um sistema aplicado a todas as peças gráficas e de sinalização, permitindo que o todo fosse construído a partir da soma das partes, com base na lógica do objeto, articulado, escalado e replicado. Estes formatos foram traduzidos no Observatório da Bienal e nas exposições – que apresentaram os arquivos de pesquisa em diversos formatos³⁴.

Revisão Crítica e reflexões

Com base no conteúdo apresentado sobre a 11ª Bienal de Arquitetura consideramos relevante trazer algumas reflexões e revisões críticas elencadas durante e após o término do evento. A partir da realização da Bienal, foi possível notar como o desenvolvimento de um processo, tal qual o narrado anteriormente, é complexo e descolado dos modelos já evocados para Bienais de Arquitetura, que nor-

34. O núcleo de documentação e produção gráfica (Estúdio Gráfico) da Bienal foi coordenado pela arquiteta Julia Masagão, o núcleo editorial pela arquiteta Joana Barossi em colaboração com Romullo Baratto e o núcleo de expografia pela arquiteta Helena Cavalheiro. As fotografias do processo foram realizadas sobretudo pelo Fotocoletivo Dicampana, comissionado para realizar a documentação das atividades, um trabalho já realizado em sua prática na documentação do cotidiano periférico.

malmente priorizam seu espetáculo em formato expositivo em detrimento da experiência na cidade, a troca entre atores sociais e o legado de aprendizado.

Neste contexto, vale ressaltar a importância da X Bienal, realizada em 2013, como um evento que transformou a forma como a exposição vinha sendo apresentada, pela discussão trazida e pelo formato proposto. Aquela edição rompeu com a tradicional exposição sediada no Parque do Ibirapuera, fechada e limitada a um público específico, levando-a ao eixo de transporte público configurado pelo Metrô de São Paulo.

Esta abertura permitiu que a 11ª Bienal partisse de outro patamar. Iniciamos esta edição pensando que a Bienal, enquanto plataforma, poderia oferecer a oportunidade para funcionar como um espaço permanente de reflexão e crítica da prática da arquitetura. Por isso, buscamos valorizar a produção das Bienais de Arquitetura anteriores à nossa, além de sugerir tratar de outros temas, sem dúvida complementares a elas, utilizando a oportunidade para focar práticas realizadas por arquitetos e por não-arquitetos, com vistas a agenciamentos no território ainda pouco reconhecidos pelo campo, sobretudo desvelando ferramentas que fomentam a democratização do acesso ao design, com vistas à transformação e qualificação do ambiente urbano a muitas mãos.

O caminho por sua localização no território foi natural e estruturaria de maneira incremental

uma rede de atores pelo espaço metropolitano, sugerindo uma geografia própria ao evento. O ato de espalhar-se, no entanto, trazia consigo uma série de dificuldades na criação de vínculos muitas vezes inéditos, engajamento, sobretudo na construção de uma relação negociada capaz de contemplar reciprocidade e relevância mútua nas ações propostas.

O intuito em romper com o modelo tradicional expositivo trazia ainda a oportunidade de alcance de um público ampliado e diversificado, e que em grande medida desconhecia o próprio evento e papel de uma Bienal de Arquitetura. Configurava-se aí um dos maiores desafios colocados pela edição, ao convocar uma conversa entre aqueles que vivem na cidade e não centrada naqueles que tradicionalmente a desenham.

A articulação com os participantes e construtores ativos na cidade ocorria com fluidez, visto que as conversas realizadas no território e as chamadas abertas propiciaram a aproximação do evento a inúmeros atores e grupos. Embora o evento não permitisse a construção de um vínculo longo e amadurecido com ativistas, coletivos, organizações e institutos, ocorreu a formação de uma rede articulada por toda a cidade, que mais tarde fomentaria um impacto direto ao território por meio de ações e encontros. As trocas com os participantes nos evidenciou a relevância em democratizar o diálogo e o conflito, reconhecendo as diferenças existentes. Para dar voz a iden-

tidades plurais do território, foi preciso negociar durante todo o processo os conflitos insurgentes.

A Bienal revelou a necessidade de dialogarmos em diferentes línguas: aquela dos viabilizadores e aquela dos ‘fazedores’ da cidade. A parceria com o Sesc São Paulo foi imprescindível, unindo forças com um importante promotor cultural que já habitava nos espaços da metrópole, negociando as diferenças e reconhecendo conflitos há décadas. Esta parceria valorizou a visão experimental pioneira desta Bienal, como também viabilizou o alcance a públicos diversificados – não limitados ao Centro da cidade e a uma elite intelectual.

No que se refere ao caráter experimental do processo da Bienal, abrimos mão de um formato baseado em uma exposição para adotarmos outro interessado na proposição à cidade. Lidamos diretamente com situações adversas e imprevisíveis, tais como a negociação com grupos e suas ações, o alinhamento e a formação de parcerias com equipamentos culturais para a realização de exposições, a itinerância dos Satélites por toda a cidade, entre outras.

Ao abrir o evento a proposições por diversos atores, abrimos o observatório a contribuições, em sinalização ao nosso entendimento de que se somam, mas não se esgotam as formas de fazer. As chamadas abertas nos proporcionaram ampliar nosso espectro acerca das variadas formas de colaborar no espaço urbano, já registradas no

Observatório da Bienal, permitindo que qualquer cidadão propusesse sua participação no evento, dentro dos formatos previamente estabelecidos.

Entre os aprendizados levantados, apontamos o valor em reconhecer agentes locais como protagonistas da transformação no território, o que tornava possível entender o que vinha sendo realizado e como profissionais das disciplinas de projeto poderiam colaborar na construção e transformação da cidade, onde usualmente o arquiteto tem pouca participação. Ao lançar luz a diferentes formas de atuação na cidade, legitimando práticas realizadas por arquitetos e não arquitetos, buscamos entender onde e como pode ocorrer este diálogo. Neste intuito, visamos ampliar o leque de formas de colaborar por meio da profissão, evitando excluir o que já foi feito e os modos de fazer e propondo extensões às práticas existentes.

Abrimos a Bienal como um lugar para compartilhar as coisas como elas são. A participação da Ocupação 9 de Julho como um de seus espaços oficiais talvez seja um dos exemplos mais claros desta atitude. Sem fetichizar ou espetacularizar, buscamos dar visibilidade à iniciativa, dando protagonismo a estas vozes e buscando criar uma oportunidade para que o público pudesse conhecer a Ocupação e a forma como sua organização contribui para a construção de uma cidade mais humana e justa, desvelando um caminho para o cumprimento da função social da propriedade, princípio desenvolvido a partir da constituição de 1988.

Neste contexto, importa enfatizar que o arquiteto não é responsável, nem deve, por meio do desenho, buscar solucionar sozinho problemas complexos materializados na cidade. Reconhecemos um cenário, configurado por muitas situações, nas quais muitos atores colaboram e onde o arquiteto é um entre muitos colaboradores. Trata-se de uma postura profissional na qual o arquiteto não atua como um voluntário, por meio de uma perspectiva assistencialista, mas como um colaborador em uma visão “fraternal” que esboça reciprocidade e aprendizado mútuo (Thorpe; Gamman, 2011).

As Bienais de Arquitetura, por todo o mundo, apresentam mostras de conteúdo muito distintos e linhas de pensamento próprias. É isso que as fortalece enquanto eventos localizados, porém internacionais. Historicamente, podemos dizer que a Bienal de Arquitetura de São Paulo, para além de uma mostra internacional, se estabeleceu como um espaço para falar dos desafios de dentro do Brasil – de nossa arquitetura e de nossas cidades –, refletidos dentro de um contexto internacional. A 11ª Bienal reafirmou o compromisso de falar sobre seu território, fomentando trocas internacionais articuladas à exposição, onde foram apresentados projetos de todo o mundo permeados por referências de pensamentos urbanos brasileiros.

Lançamos esse projeto para falar do processo de forma experimental e aceitando as dificuldades e desafios de um processo tão complexo. Falar so-

bre o processo é falar sobre formas de negociação, sobre acertos e erros, e muito aprendizado. Não se trata de exibir belas imagens prontas, que registram momentos, mas de toda a complexidade por traz delas que com frequência a prática do projeto simplifica e achata, ou não encontra espaço para entender e desenvolver³⁵.

Um ponto comum à reflexão sobre muitas das ações realizadas e que merece destaque nesta discussão é a necessidade da escuta por parte do arquiteto. Trata-se de questionar a figura do técnico que predefine o desenho de maneira solitária e desconectada do mundo e de sua experiência, a partir de seu escritório, ou o arquiteto-herói, responsável por sanar os problemas do mundo a partir de um desenho imposto e muitas vezes descolado da realidade cotidiana. Frente a este desafio, este processo se apresenta como uma oportunidade para encontrar formas de colaboração nas práticas de desenvolvimento urbano, situando a utilidade de seu conhecimento específico dentro de um leque de saberes e de uma prática interdisciplinar.

Como apresentamos anteriormente, dentro desta perspectiva, algo comum entre muitos projetos é uma reivindicação sobre o direito e lugar de fala de grupos que, tradicionalmente, não tiveram lugar no debate sobre o projeto de cidade. Esta é uma condição urbana que, de acordo com a nossa experiência, talvez siga uma tendência internacional, mas que encontra aqui condições de

35. Cf. Latour, Hermant 1998

desenvolvimento muito peculiares, pautadas por urgências, por movimentos de resistência, pela frequente escassez de recursos destinada à qualificação e valorização da cultura urbana, assim como pelas oportunidades oferecidas pelo emprego de saberes distintos – da culinária à biologia – no desenho urbano, na transformação de lugares, pela criatividade, resiliência, tolerância do uso e ocupação em espaços onde as atividades não haviam sido previstas pelo projeto, etc.

Percebemos uma vontade crescente de participação nas decisões e construção direta de espaços, mas também nas formas de seu uso e ocupação, que transformam a experiência da vida urbana. Trata-se de uma demanda legítima e de uma forma de atuação política na micro esfera do espaço, a partir da ação direta. Este fato postula ao arquiteto demandas específicas e urgentes acerca de um desenho mais afinado com os atores que constroem o tecido social e cultural na cidade, sensível ao cotidiano e vida urbana, mas também desenhado com a participação deles, podendo ocorrer de uma série de maneiras. Um exemplo de representatividade em nossa programação foi a discussão sobre a questão de gênero na cidade, buscando pensar como outros atores poderiam contribuir para se pensar uma cidade mais equânime neste e em outros aspectos, raramente abordados no desenho urbano.

A valorização do fazer e das formas de ação daqueles que participam da construção e produção

urbana em uma cidade como São Paulo poderia ser algo absolutamente óbvio – o status quo – dentro do discurso de nossa disciplina e, sem dúvida alguma, transformado em algo urgente a se fazer. Com base nesta lacuna, levantamos uma discussão que se faz urgente, com vistas a aproximar a arquitetura de um público mais amplo: “Com quem falamos? Com quem queremos e podemos falar? Que oportunidades de projeto podem ser criadas a partir de novos diálogos para que possamos encontrar outras formas de contribuir com o espaço vivido de nossas cidades?”³⁶

Agradecimentos

Embora tenhamos escrito este artigo a quatro mãos, gostaríamos de reconhecer que o corpo de trabalho aqui apresentado resulta de um grande número de indivíduos e coletivos, como já dissemos acima. Especificamente, Joana Barossi e Romullo Baratto Fontanelle trabalharam no conteúdo editorial do evento, sendo citados acima onde esses textos foram apresentados. André Goldman, Máira Fernandes, Tiago Kinzári, Julia Masagão, Helena Cavalheiro, Martina Brusius, Letícia Rey, Luiza Strauss, Pedro Caravaca e os estudantes selecionados para estágio participaram da produção intelectual de conteúdo e/ou contribuíram para a sua formatação e devem ser aqui reconhecidos por este trabalho. Além disso, é importante reconhecer o apoio de nossos parceiros e apoiadores, sem os quais esta Bienal não teria sido possível, sobretudo o Sesc São

36. Equipe ArchDaily Brasil, Rosa, 2018.

Paulo. Ainda mais importante, os coletivos, artistas e arquitetos que participaram das chamadas abertas, e posteriormente no evento, contribuíram com o conteúdo gerado para ele. Todos os seus nomes são creditados individualmente no catálogo do evento.

Referências:

ALCOFF, Linda. An epistemology for the next revolution. In: **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 2, 2011, p. 67-78. Tradução: Cristina Patriota de Moura.

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. Estabelecimento do texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Cultura, Esportes e Tecnologia, 1976.

AUGÈ, Marc. **Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Paris: Seuil, 1992.

BARATTO, Romullo. Expedição pela borda geográfica de São Paulo abre oficialmente a 11ª Bienal de Arquitetura. 14 Set 2017. **ArchDaily Brasil**. Acessado 5 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/879693/expedicao-pela-borda-geografica-de-sao-paulo-abre-oficialmente-a-11a-bienal-de-arquitetura>> ISSN 0719-8906

BARDI, Lina Bo. Artefatos populares (1950s) da Coleção do Instituto Bardi / Casa de Vidro.

_____. **L'impasse del design**. L'esperienza nel Nordest del Brasile. São Paulo: Charta, Milano, 1995.

CALDAS, Zanine. **Taipa em Painéis Modulados**. Brasília, Brasil. 1985.

CAMPOS et al. **Espaços Colaterais**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2005.

CARVALHO, Flávio de. **A Cidade do Homem Nu**. Apresentado em 28 de junho de 1930 no IV Congresso Pan-americano de Arquitetura e Urbanismo.

CASTELLS, Manuel. **The informational city: A framework for social change**. Toronto: University of Toronto, 1990.

Centers Adrift. Volume Magazine, v. 32. Amsterdam: Idea Books, 2012.

DUPUY, Gabriel. Crisis in the urban infrastructure network: the case of Buenos Aires. in: Dupuy, Gabriel, 2008, pp. 97-110. Previously published as two Chapters in: Dupuy, Gabriel, 1987, **La Crise des Réseaux d'Infrastructure: le Cas de Buenos Aires**. Paris, Latts, pp. 11-24 & 251-270. Chapters: Recherche sur Buenos Aires: La Ville et ses Réseaux & Les Réseaux d'Infrastructures et la Ville.

Equipe 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. Devires do Brasil: cartografia de um imaginário

- daqui. 14 Dez 2017. In: **ArchDaily Brasil**. Acessado 5 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/885318/devires-do-brasil-cartografia-de-um-imaginario-daqui>> ISSN 0719-8906
- Equipe ArchDaily Brasil. Constelação de ações: Entrevista com Marcos Rosa, curador da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. 19 Jan 2018. In: **ArchDaily Brasil**. Acessado 5 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/887099/constelacao-de-acoes-entrevista-com-marcos-rosa-curador-da-11a-bienal-de-arquitetura-de-sao-paulo>> ISSN 0719-8906
- FAUS, Paus. New Terms for the Retired City. In: **Volume Magazine**, v. 32. Amsterdam: Idea Books, Pp. 92-97.
- FERRO, Sergio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto 1982.
- FRAMPTON, Kenneth. Towards a Critical Regionalism: six points for an architecture of resistance. In: FOSTER, Hal (Ed.). **The anti-aesthetic: essays on Postmodern culture**. Seattle: Bay Press, 1983. p. 16-30.
- JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 053.04, **Vitruvius**, out. 2004 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>.
- JANSON, Alban; WOLFRUM, Sophie. Kapazität. Spielraum und Prägnanz. In: **Der Architekt**, 5-6, 2006, pp. 50-54.
- GATT, Caroline; INGOLD, Tim. From Description to Correspondence: Anthropology in Real Time. In: GUN, W.; OTTO, T.; SMITH, R. C. (eds). **Design Anthropology: Theory and Practice**. London: Bloomsbury, 2013, pp. 139-158.
- LARA, F. L. Dissemination of design knowledge: evidence from 1950s' Brazil. **The Journal of Architecture**, 23:4, 694-708. 2018.
- LATOUR, Bruno; HERMANT, Emilie. **Paris Ville Invisible**. Paris. 1998.
- MAGALHÃES, Dario A. **My Dear Darcy**. Rio de Janeiro, Brazil. 1962.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MEHROTRA, R. Negotiating the Static and Kinetic Cities. The Emergent Urbanism of Mumbai. In: **Other Cities, Other Worlds**. Urban Imaginaries in a Globalizing Age. Huyssen, A. Durham and London: Duke University Press, 2008.
- MONTANER, Josep Maria. *Arquitetura e crítica*. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

- OSMONT, Annick. **La Banque mondiale et les villes: du développement à l'ajustement.** Paris: Éditions Karthala, 1995.
- PORTO, Severiano. **Campus da Universidade do Amazonas.** Manaus, Brasil. 1973.
- ROSA, Marcos L. **Microplanejamento: Práticas Urbanas Criativas.** São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.
- ROSA, Marcos L. **From Modern Infrastructures to Operational Networks: the Qualification of Local Space at Existing Large Scale Utility Infrastructure: a Method for Reading Community-driven Initiatives. The Case of São Paulo.** 2015, 350f. (PhD Thesis) - Universidade Técnica de Munique, Munique, 2015.
- ROSA, Marcos L.; MONTUORI, Bruna; BAROSSO, J.; BARATTO, R. **Observatório da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.** São Paulo: Meli-melo. 2018.
- ROSA, Marcos L. et al. **Catálogo da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.** São Paulo: Meli-melo. 2018.
- RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture Without Architects.** New York: Museum of Modern Art, 1964.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Quando a rua vira casa.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Finep, 1981.
- SANTOS, Maria C.L. dos. **Cidades de Plástico e Papelão: o Habitat Informal dos Moradores de Rua em São Paulo, Los Angeles e Tokyo.** Tese (Livre-Docência). FAU-USP, São Paulo, 2003.
- SANTOS, Milton. **Society and Space: Social Formation as Theory and Method.** Antipode, 9/1, pp. 3-113, Jan.-Feb. 1977. In: Santos, M. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2002.
- SENNETT, Richard. **The Craftsman.** Yale: Yale University Press, 2009.
- GAMMAN, L.; THORPE, A. **Design with society: why socially responsive design is good enough.** CoDesign Journal, v.7, nº 3-4, p. 152-165, 2011.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WIGLEY, Mark. **Network Fever.** In: **Grey Room 04,** Summer 2001, MIT, pp. 82-102, Originalmente apresentada como Aula Myriam Bellazoug Memorial, na Yale University, 12/12/2000. ■



Das revoluções aos levantes

From revolutions to uprisings

Maíra Ramirez Nobre* e Natacha Silva Araújo Rena**

Resumo

Há diferentes formas de manifestar indignação em relação à estrutura vigente. No tocante ao poder estabelecido por um Estado ou, até mesmo, organizações morais que controlam os corpos e as ações sociais, a maneira mais comum de manifestar-se ocorre por meio da ocupação das ruas e criação de “palavras de ordem”, demonstrando revolta, fazendo uso ou não de bloqueio e/ou depredações do espaço físico. Entretanto, existem diferentes formas de manifestar-se nomeadas por diversos autores (DIDI-HUBERMAN, 2016; FOUCAULT, 1994; ARENDT, 2001; BENJAMIN, 2006; FLORESTAN FERNANDES, 2000; BADIOU, 2012; HOBBSAWM, 1995; CANDIOTTO, 2013). Das revoluções aos levantes, por exemplo, há claras diferenças em relação à organização interna, objetivo e atuação. Até mesmo dentro de cada um dos conceitos, é possível observar leituras distintas quando analisadas as perspectivas de escrita de cada pensador. Neste artigo buscar-se-á analisar e qualificar algumas esferas e maneiras de manifestação ou ação coletiva, pensando suas contradições e modificações ao longo da história, principalmente para compreender a relação com movimentos sociais e ativismo dentro do cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Revoluções. Levantes. Movimentos sociais. Ativismo.

Abstract

There are many different ways of expressing indignation about the current structure. Concerning the power established by a state or even moral organizations that control social bodies and actions, the most common way of manifesting occurs through occupation of the streets and use of “slogans”, demonstrating resentment, and either employing or not barricades and / or depredations of the physical space. However, there are different ways of manifesting named by various authors (DIDI-HUBERMAN, 2016; FOUCAULT, 1994; ARENDT, 2001; BENJAMIN, 2006; FLORESTAN FERNANDES, 2000; BADIOU, 2012; HOBBSAWM, 1995; CANDIOTTO, 2013; GOHN, 2014). From revolutions to uprisings, for instance, there are clear differences concerning internal organization, purpose and action. And, even within each of the concepts, it is possible to observe different readings when analyzing the perspectives of writing of each author. In this article we will analyze and qualify different spheres and ways of manifestation or collective action, thinking about their contradictions and modifications throughout history, especially for understand social movements and activism within the contemporary scenario.

Keywords: revolutions; uprising; social movements; activism.

*Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São João del Rei, mestranda no PACPS, UFMG, investiga as Jornadas de Junho de 2013, atendo para os movimentos sociais, a pauta urbana e as questões geopolíticas que compuseram o processo. Faz parte da pesquisa Geopolítica e Territórios, no eixo que busca compreender as insurgências dentro de uma perspectiva transescalar.

**Professora e orientadora nos programas de pós-graduação PACPS e NPGAU da EA UFMG. Líder do grupo de pesquisa Indisciplinar e coordenadora do Programa de extensão IndLab. Atua desenvolvendo pesquisas cartográficas junto aos diversos atores envolvidos nas lutas urbanas. Coordena a pesquisa Geopolítica e Territórios e participa da rede de pesquisa Territórios Populares (LabCidade USP).

Introdução

Frente a incômodos advindos de arranjos sociais contraditórios, exercícios de poder julgados inadequados, conflitos de interesses e ideologias, dentre outros que expressam insatisfação com o poder vigente, é comum que as pessoas se organizem em movimentos de luta contra opressões, em busca de reafirmar as próprias convicções. Estas organizações podem se dar por formação de grupos utilizando-se de estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos, coletivos autônomos como ONGs ou em aglomerações sociais espontâneas, nas quais diferentes atores ocupam espaços públicos ou privados por julgarem possuir objetivos comuns que os levam a lutar lado a lado. Estas manifestações de indignação podem receber nomes distintos de acordo, principalmente, com sua organização e finalidade. No presente artigo, algumas dessas formas de resistência serão tratadas com o intuito de compreender as semelhanças e diferenças entre suas manifestações, das quais pode-se citar com maior destaque: revoluções, re-

voltas, insurreições e levantes. Cabe ressaltar que, apesar de propor um debate em torno dos distintos temas, o principal foco delineado diz respeito às revoluções e aos levantes, trazendo à tona eventos como o Maio de 68 francês e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

Georges Didi-Huberman lançou, em 2016, o livro *Levantes*, fruto de uma exposição do próprio autor na Galeria Internacional Jeu de Paume, em Paris. Didi-Huberman buscou trabalhar, por meio do visível e do invisível, os processos do que ele intitula levantes. Ao longo da introdução do livro uma pergunta acompanha seu pensamento: o que faz com que os sujeitos se sublequem? Esta indagação vem acoplada ao questionamento do que fazer em tempos nebulosos, dando a entender que sublevar-se é um movimento que nasce da escuridão de alguns períodos. De acordo com Michel Foucault (1994, p.547) “a sublevação é um modo pelo qual a subjetividade (não aquela

dos grandes homens, mas aquela de qualquer um) é introduzida na história e lhe dá seu sopro”. Já sobre o negrume, tempos obscuros, o próprio Didi-Huberman tece ideias:

Tempos sombrios; o que fazer quando reina a obscuridade? Pode-se simplesmente esperar, dobrar-se, aceitar. Dizemos a nós mesmos que vai passar. Tratamos de nos acostumar. Ou melhor, na escuridão, pintamos o piano de branco. De tanto nos acostumarmos - e isso logo acontece, pois o homem é um animal que se adapta rápido -, não esperamos mais nada. O horizonte temporal do esperar acaba desaparecendo, como já tinha desaparecido nas trevas todo horizonte visual. Onde reina a obscuridade sem limites não há mais o que esperar. Isso se chama submissão ao obscuro (ou se preferirem obediência ao obscurantismo). Isso se chama pulsão de morte: a morte do desejo. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.14).

Segundo Didi-Huberman, levantes aconteceriam como respostas a estes momentos de escuridão, por meio dos quais, levadas a seus limites, as pessoas se manifestam de forma organizada, ou não, considerando, ou não, estratégias de luta. Nem sempre há, nesses instantes, um objetivo claro em relação ao ato de sublevar-se. Em alguns casos acontece um estopim que dá início a uma onda quase incontrolável de luta e potência, em outros são traçados modos de organização e há um objetivo comum em manifestar-se, muitas vezes relacionado à expectativa de tomada do

poder. É preciso ressaltar que estes momentos são distintos entre si e que, mesmo dentro destas formas de demonstração de indignação há maneiras diferentes de manifestar-se.

Quando pessoas se manifestam dessa maneira, a ação pode muito bem ser chamada por um nome inexato pelo que se opõe a seus objetivos ou táticas. Esse tipo de aproximação às vezes é compreensível: afinal, levantes, rebeliões e revoltas podem se assemelhar em certos aspectos e, em determinadas condições, podem evoluir ou até se confundir. Há, entretanto, situações em que essa proximidade indica um desconhecimento fundamental do que está em jogo. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.29).

Na tentativa de desdobrar esse questionamento sobre “levantes, rebeliões e revoltas”, optou-se, neste texto, por percorrer por semelhanças e diferenças entre os conceitos de revolução, revolta, levante, insurreição, dentre outros, a fim de iniciar uma pesquisa que aponte alguns importantes processos de sublevação que ocorreram nos últimos 220 anos da história ocidental, ou seja, desde as revoluções burguesas.

Das revoluções aos levantes: maio de 68, contracondutas, resistências e movimentos sociais no cenário contemporâneo

O historiador Ricardo Oliveira da Silva, no artigo *Revolução, História e Tempo*, publicado na revista

História: debates e tendências, de 2015, afirma que o conceito moderno de revolução surgiu na Europa, na segunda metade do século XVIII. No mesmo período a História também recebeu sua concepção moderna, fato que está vinculado ao processo de secularização, ou seja, rompimento com vínculos religiosos e com o passado e apontamento para um futuro (em noção linear de tempo) que concretize um novo mundo. Ou seja, a conceituação de História da modernidade vem acompanhada de uma “uma tarefa da revolução”. (SILVA, 2015, p.251). Esta revolução de gênese similar à modernidade, segue, de acordo com o autor, cinco premissas que influenciaram diretamente os movimentos políticos e sociais desde o século XVIII, são elas: (i) aceleração do tempo; (ii) finalidade social dos movimentos políticos; (iii) caráter universal e permanente; (iv) surgimento do novo, do inédito; (v) rejeição do passado como valor no presente. É possível definir revolução como “o espaço histórico que separa um poder de outro poder, e onde uma idéia de ação humana sobre a história substitui-se ao instituído” (FURET, 1988, p.40).

Apesar de Silva (2015) afirmar que o conceito de revolução, como é entendido hoje, teve sua gênese no século XVIII, o autor lembra que o vocábulo em termos políticos foi utilizado já no século anterior. Entretanto, naquele momento, seu sentido ainda se aproximava da origem do substantivo que designava retorno a uma ordem do passado. Nesse período, as manifestações que visavam um rompimento com o governo eram denominados

motim, sublevação, insurreição, tumulto ou rebelião; não revolução. Portanto, foi no século seguinte, por meio do pensamento iluminista, que revolução passou a ser entendida como transformação, rompimento, apontando para o futuro, não mais para um retorno. Além disso, destaca-se a aproximação do conceito de revolução com a noção de aceleração do tempo, com um dinamismo nos movimentos e com uma mudança do modo de se relacionar com o passado. Aparecem no texto de Silva (2015) outras características que dão forma ao termo, das quais pode-se citar uma elongação da esfera política para a social e seu caráter universal. Segundo Silva, a revolução, como conceito moderno, relaciona-se com dois elementos principais: ruptura e tempo. Com a soma dos dois, comparece um terceiro: irreversibilidade.

O debate acerca da noção de revolução foi realizado por muitos outros pensadores e tem em Hannah Arendt uma referência importante. A autora aponta que, no século XVIII, o conceito de revolução deixa de ser ligado a acontecimentos astronômicos e passa a designar ações humanas. (ARENDR 2001). Neste contexto, o termo começa a tratar da expectativa de um novo começo, ainda disforme, após o fim de um período de opressão. Arendt (2001) afirma que a busca por mudanças que leva às revoluções têm, de modo geral, intento de liberdade.

A ideia de liberdade se torna central na busca por compreender o sentido de revolução para Aren-

dt, o que faz com que nem todos os conflitos, tomadas de Estado e/ou realização de guerras, possam enquadrar no que a autora designa processo revolucionário. Caso não haja uma nova forma organização por meio da qual os grupos que se sublevaram se tornem parte da arena política, não há revolução.

Só podemos falar de revolução quando esta característica de novidade está presente e quando a novidade se liga à ideia de liberdade. É evidente que isto significa que as revoluções são mais que insurreições bem sucedidas e que não temos o direito de chamar revolução a qualquer golpe de estado ou até de vermos uma revolução em cada guerra civil. (ARENDR 2001, p.39).

Cabe ressaltar que a liberdade aqui tratada diz de uma relação direta com a política. Segundo a autora, não há possibilidade de liberdade que se afaste do âmbito social e de relações externas. A liberdade interna está diretamente relacionada, em Arendt, com certa passividade que acaba por fazer dos indivíduos seres apáticos e, algumas vezes, escravos. A liberdade implica, então, no contato com outros indivíduos em espaços públicos comuns. (ARENDR 2001). Portanto, é preciso entender em Arendt o conceito de revolução enquanto forma que leva à liberdade não individual, mas vinculada à política, compreendendo a relação direta entre esta liberdade e a existência de espaços públicos plurais por meio dos quais seja possível, a esses homens livres, falar e agir em termos políticos.

Walter Benjamin, por sua vez, entende que a revolução só é possível se houver a destruição do capitalismo. Para tanto, ele denuncia a falsa aliança de luta entre burguesia e proletariado, apontando para o fato de que já na Comuna de Paris ficou claro que não seria possível que as duas classes lutassem lado a lado.

Assim como o Manifesto Comunista encerra a época dos conspiradores profissionais, também a Comuna põe fim a fantasmagoria que domina o primeiro período do proletariado. Ela desfaz a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária concluir a obra de 1789 de mãos dadas com a burguesia. Esta ilusão domina a época de 1831 a 1871, da insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia nunca compartilhou desse erro. Sua luta contra os direitos sociais do proletariado inicia-se já na Grande Revolução e coincide com o movimento filantrópico que a encobre que experimenta sua máxima expansão sob Napoleão III. (BENJAMIN, 2006, p.50).

Este modo de ver a revolução, pautado, não pela liberdade, mas pela luta de classes, denunciando a impossível aliança entre burguesia e proletariado, está presente também em Florestan Fernandes (2000). O que afasta ambos, Benjamin e Fernandes, de Arendt é o fato de que, apesar de a autora não deixar de lado a relação entre revolução e mudanças estruturais de classe, para ela o fim da pobreza não se dá pelo espectro político e a revolução tem como principal foco a liberda-

de. Já Fernandes (2000) associa revolução a uma tomada de poder de caráter social e político.

[...] mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Daí o contraste frequente de “mudança gradual” e “mudança revolucionária” que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade. (FERNANDES, 2000, p.55)

Partindo da ideia de que revolução é uma ruptura, apesar de afirmar que não o interessa a definição do conceito por si só, Fernandes (2000) atenta para o fato de que o uso do termo “traduz relações de dominação”, afirmando que quando um golpe de Estado é definido enquanto revolução, isso não se dá por mero acaso, simula-se que o processo democrático não foi interrompido de forma que sua ocorrência serve à Nação. Ou seja, confundir o significado de palavras-chave é estratégico no intento de inverter as relações de dominação, fazendo com o que o oprimido não perceba que está ocupando essa posição e legitimando os abusos de poder. (FERNANDES, 2000). Mas a apropriação das palavras-chave também pode ser feita pelos revolucionários. Segundo Fernandes (2000), se os operários quiserem realizar tarefas criadoras, eles têm que se apropriar de determinadas palavras, que não podem ser compartilhadas com outras classes e

“calibrá-las cuidadosamente” para que seu sentido se confunda com o sentido de ações coletivas relacionadas à tarefa histórica da revolução.

Pensando a realidade brasileira dos anos de 1980, o autor lembra que o significado de revolução não estava apenas ligado ao desejo da classe trabalhadora. Algumas mudanças estruturais, chamadas revolução agrária, urbana, demográfica, dentre outras, apontam para aproximações ou afastamentos do crescimento da ordem burguesa. Isso porque, caso uma sociedade capitalista não realize nenhuma dessas transformações, ela estará em déficit com as revoluções nacional e democrática. “Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito”. (FERNANDES, 2000, p.56). Nas sociedades onde o capitalismo está menos desenvolvido a revolução deveria ser realizada pelas “classes despossuídas e trabalhadoras”, entretanto o modelo que se apresenta advém, em geral, de locais onde tal sistema encontra-se mais adiantado e que os processos revolucionários ficam majoritariamente a cargo de membros da classe alta ou média. (FERNANDES, 2000, p.56).

Para o autor, um capitalismo “semi-democrático” é melhor que uma sociedade capitalista sem nenhuma democracia, pois no primeiro modelo há possibilidade de existência de sindicatos e de algum crescimento do movimento operário. Entretanto, Fernandes (2000) lembra que revoluções

possibilitadas pelo processo capitalista acabam trazendo danos à classe trabalhadora. Para ele, a revolução deveria ser calcada por esta classe em oposição à burguesia, denunciando o fim dos tempos do modelo de revolução vigente e apontando para o fato de que sua realização nos países de periferia advém de um “egoísmo autodefensivo das burguesias”. (FERNANDES, 2000, p.57). Esta ação se justifica pela possibilidade de revolução realizada pelo proletariado, da periferia para o centro do capitalismo. Fato que fomenta um movimento de autoproteção das burguesias do centro que “se organizam como verdadeiras bastilhas e promovem seu ‘pluralismo democrático’ ou seu ‘socialismo democrático’ como se fossem equivalentes políticos do socialismo revolucionário e do comunismo”. (FERNANDES, 2000, p.57).

Fica exposta, neste momento, a forma como o capitalismo relaciona o desenvolvimento da burguesia e do proletariado - classes sociais que são sua base de formação e consolidação - e agrava o antagonismo entre capital e trabalho. Deste acirramento Fernandes (2000) aponta para a existência de uma guerra civil permanente e, em termos, velada, o que leva à abertura da possibilidade da revolução. Essa constante tensão, vez ou outra desequilibrada, é o que gera, para o autor, as principais transformações da sociedade. Assim a revolução em Fernandes (2000) só tem sentido pelas mãos dos trabalhadores, mas é preciso ter ciência da existência de uma “contra-revolução” relacionada à burguesia que alimenta esta tensão

social. Revolução e contra-revolução aparecem como guerra política e/ou civil e a vitória de uma ou outra depende da relação das forças sociais que cada classe aplica para a transformação revolucionária ou defesa da ordem.

Revolução e contra-revolução constituem, por conseqüência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da “legalidade”; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não. Ele força e violenta os dinamismos da sociedade capitalista, obrigando os setores estratégicos das classes burguesas a retomar pé na transformação revolucionária da ordem social competitiva. (FERNANDES, 2000, p.62)

Na sequência do texto *O que é Revolução*, escrito em 1981, Fernandes (2000) recorre à Lenin ao afirmar que, em *A Falência da II Internacional* (1914-1915), o autor aponta para a impossibilidade da revolução caso a sociedade não esteja imersa em uma situação revolucionária, entretanto, isso não basta para a eclosão da revolução. Em seguida, Fernandes (2000) lista três indícios do que seria uma situação revolucionária: (i) uma crise que gere impossibilidade da classe dominante manter seu

poder de forma inalterada; (ii) um agravamento da pobreza e miséria; (iii) intensificação, derivada das situações anteriores, da ação das massas. Mas essa soma de fatores não é o suficiente para que aconteça uma revolução. Ela só ocorre, de acordo com Fernandes (2000) se, somado aos itens supracitados, houver uma transformação subjetiva, ou seja, uma capacidade das massas de conduzirem a revolução na direção de destruição total ou parcial do antigo governo. Para além de tudo isso, o autor destaca que o centro da revolução está na luta de classes, colocando-a como ponto zero da “situação revolucionária”.

Pensando na relação revolução contra-revolução, chega-se a outro ponto colocado por Fernandes (2000): a burguesia não sabe lidar com a luta de classes. Assim, o autor denuncia uma cooptação burguesa tanto do socialismo quanto do capitalismo, o que fez com que sua centralidade fosse posta sobre a forma de democracia criada pela própria burguesia. O que não significa o fim das possibilidades revolucionárias, mas aponta para o avanço da luta em direção aos interesses da burguesia ao mesmo tempo que ocorre um declínio da possibilidade da classe operária alcançar o poder.

Se se procede a uma análise rigorosa, que leve em conta as evoluções ocorridas nas sociedades capitalistas centrais, descobre-se que a burguesia não só aprendeu a conviver com a luta de classes - ela foi mais longe e vergou o próprio movimento socialista, primeiro, e o mo-

vimento comunista, em seguida, forçando-os a definir como seu eixo político a forma burguesa de democracia (isto é, forçou-os a renegar a luta de classes e os meios violentos, “não democráticos”, de conquista do poder). (FERNANDES, 2000, p. 66).

A situação tende a agravar-se ainda mais quando Fernandes (2000) afirma que o surgimento da indústria “ultramoderna” minimizou o poder de atuação da classe operária. Isso porque, de acordo com o autor, houve um crescimento da classe média e estreitamento da trabalhadora, principalmente com a predominância do trabalho intelectual, tendendo a uma sociedade de massas onde os indivíduos são despolitizados. Esse fato pode ser relacionado ao pensamento de Eric Hobsbawm (1995) ao afirmar que a década de 1960, principalmente Maio de 68, representa a última revolução, especialmente se acometida no sentido da universalidade da palavra. Também Silva (2015) afirma que os anos 1970 representam a queda do sentido da revolução no mundo ocidental. Neste período a classe operária deixa de ser considerada um grupo revolucionário potente, principalmente em países da Europa Ocidental e EUA, devido às políticas do estado do bem estar social e ao crescimento da sociedade de consumo. A forma de atuação deste tipo de sociedade é pautada pelo “roubo” de energia dos trabalhadores, que corrobora para uma alienação em massa, pautada pelo uso sistemático de vocábulos estratégicos ao neoliberalismo tanto no

que tange a produção e aquisição de produtos, informações e modos de vida, quanto à mobilidade, flexibilidade e produtividade, apostando na lógica do efêmero.

Dentre o caos presente ao longo da década de 1960, o mês de maio de 1968 em Paris se apresenta como o mais simbólico, aquele que perdurou com intensidade nas mentes e questionamentos sobre os fatos e as forças que o conduziram e que dele brotaram, principalmente em relação aos levantes urbanos.

A França dos anos de 1960 vivia um período de contradições. Sob a figura de De Gaulle, o país passou por uma rápida modernização industrial e econômica que alterou substancialmente a estrutura social francesa. Esse crescimento da indústria fez aumentar o investimento em educação, principalmente entre os anos de 1962 e 1968. Alain Badiou (2012) afirma que, com o crescimento na indústria, não foi possível evitar a criação de universidades de massa, e que “uma ampla fração da pequena burguesia progressista (isto é, tentada a se unir ao proletariado, em razão de sua exclusão do poder) teve acesso ao ensino superior, exercendo uma pressão cada mais forte sobre seu academicismo servil”. (BADIOU, 2012, p.28). Este fato, influenciado pelos exemplos internacionais de revolução que ocorreram com intensidade durante aquela década, pelo fracasso estadunidense na Guerra do Vietnã e pela complexa situação das universidades criadas, representou um dos gran-

des potenciais que influenciaram o início das manifestações francesas.

Em termos gerais, o país encontrava-se em um momento econômico e social favorável que vinha apresentando, como exposto, avanços significativos ao longo dos dez anos anteriores. Assim, para, Alan Woods (2008), o intenso fluxo de mobilizações foi uma surpresa não só para a direita, mas também para parte da esquerda que não via mais nos operários o potencial revolucionário. Entretanto, o ano de 1968 se revelou como a maior efervescência do século XX. Cabe lembrar que esse processo iniciou alguns anos antes, já em 1966 aconteceu a primeira manifestação em Paris que denunciava a oposição dos estudantes franceses à Guerra do Vietnã. No ano seguinte o estudante Benno Ohnesorg foi morto em Berlim pela polícia alemã e as manifestações germânicas ecoaram na França. Em 1968 houve outro atentado a um estudante alemão, desta vez Rudi, ferido com dois tiros na cabeça disparados por um simpatizante da extrema direita.

Em 1967, os impactos da recessão mundial chegam até Paris gerando desemprego. As indústrias começam a estagnar, principalmente as de aço e tecido e os sindicatos organizam manifestações a fim e não perder o controle da situação, porém os processos foram duramente reprimidos pela polícia. Além disso, houve uma onda de manifestações no campo, por meio da qual produtores rurais denunciaram significativa queda de rendi-

mento de sua produção. Este ano foi marcado por vários conflitos nas ruas do oeste rural francês. As manifestações de 1968 começam já no início de janeiro, na Universidade Nanterre, uma das fundadas naquela década, em proveito da presença do ministro da juventude François Missoffe, que estava na região para inaugurar uma nova piscina. As principais pautas de reivindicação no momento estavam ligadas ao livre acesso às universidades e melhoria no ensino; libertação dos estudantes presos e mais liberdade política e pessoal.

Alguns acontecimentos importantes ocorreram na França no ano de 1968, destes pode-se destacar a ocupação do prédio da administração da Universidade de Nanterre, em 22 de março; a marcha em Paris em solidariedade a Rudi Dutschke, 12 de abril; o confronto entre estudantes em policiais após a ordem do reitor da universidade de desocupação do campus, resultando em mais de cem estudantes feridos, 03 de maio; e, por fim, a Noite das Barricadas, nos dias 10 e 11 de maio, na qual o Quartier Latin, antigo centro universitário de Paris, foi envolto por dezenas de milhares de pessoas.

De acordo com João Bernardo (2008) é comum se considerar que na França de 68 havia duas principais correntes ideológicas seguidas pelos estudantes. A primeira, vinculada ao pensamento de Marcuse, dizia que a classe operária se integrou ao capitalismo por meio do consumo e colocava os jovens de diferentes origens so-

ciais como responsáveis pela revolução, já que eram vítimas de diversas opressões. A segunda se baseava no pensamento marxista e sustentava a ideia de que a classe operária era mais potente para realizar revolução. Havia então uma questão: como luta estudantil e operária se dariam de forma conjunta? A ideia era uma recusa à universidade burguesa que propagava a exploração, buscando sua transformação radical e visando a formação de intelectuais dispostos a lutar ao lado dos trabalhadores e não contra eles. A “convergência das lutas estudantis e operárias se devia fazer não através das negociações entre dirigentes sindicais, mas na rua, nos confrontos com a polícia”. (BERNARDO, 2008, p. 26).

As reivindicações iniciais dos operários estavam mais relacionadas às pautas locais e imediatas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, salários mais justos e nenhuma demissão, mas o movimento foi tomando proporções inesperadas e no dia 20 de maio toda a França estava parada. De acordo com Woods (2008), as escolas estavam fechadas e foram ocupadas por professores e estudantes que organizavam atividades para os filhos dos grevistas; havia comitês de mulheres e advogados; o observatório foi ocupado pelos astrônomos; e as reivindicações chegaram até na igreja, onde debates políticos ocupavam os horários das missas. Até a polícia deu apoio aos estudantes, lançando uma nota em 13 de maio na qual repreendia a renúncia de diálogo anunciada pelo general de De Gaulle.

O governo aparentemente já não tinha controle sobre os levantes e muitos começaram a pedir a renúncia de De Gaulle, que respondeu aos protestos em 24 de maio por meio de um discurso para a televisão no qual prometeu um plebiscito que daria aos estudantes e trabalhadores mais direitos.

Em outra tentativa de uso da mídia, dessa vez endereçando o recado aos líderes sindicais e ao Partido Comunista, De Gaulle usou o rádio, em 30 de maio, para anunciar a dissolução da Assembleia Nacional, a manutenção das eleições para a data já programada e de George Pompidou como primeiro ministro. Pode-se entender que havia uma oferta para sindicatos e PC - Partido Comunista - para ocuparem uma secretaria ministerial no governo gaullista. Ao mesmo tempo foi feita uma ameaça de repressão às manifestações com o uso da força, deixando claro que a burguesia não entregaria seu poder sem lutar. Woods (2008) lembra que houve uma reestruturação na condição vigente e as eleições foram marcadas para os dias 23 e 30 de junho, simultaneamente à tentativa de De Gaulle de mobilizar apoio fora do parlamento. Em decorrência disso, houve uma marcha, na qual dezenas de milhares de apoiadores do governo manifestaram sua posição. Essas pessoas enroladas em bandeiras francesas eram cidadãos de classe média, prefeitos aposentados, pensionistas e outros aparentemente indignados com os levantes que estavam ocorrendo.

Para Woods (2008), o contraste entre as manifes-

tações, mostrava a potência da revolução, entretanto ainda era preciso um último golpe para a tomada de poder. Mas este nunca foi dado. Os operários não conseguiriam se manter mobilizados por muito mais tempo e começaram a voltar para as fábricas, a presença nas assembleias diminuiu, e o cansaço que começou a tomar os corpos outrora indóceis. Já no início de junho, as greves começam a se deparar com seu fim. Com a queda do movimento, a força do Estado aumentou e manifestou-se na forma de agressões. Em 11 de junho houve um massacre com muitos feridos e detidos, no dia seguinte, manifestações foram proibidas na França. Jornalistas e estudantes foram presos e a polícia ocupou as universidades.

As análises sobre maio de 68 geram, ainda hoje, diversas hipóteses e fragmentações na tentativa de compreender as ocorrências do período. Badiou (2012) explica o momento por meio da divisão em quatro diferentes maios: o estudantil, o operário, o libertário e o que não terminou em 68.

O primeiro é formado pelos estudantes universitários e secundaristas munidos de duas principais forças: de um lado a ideologia e o símbolo marxista representados pela ideia de revolução, de outro a aceitação da violência anti-repressiva.

O segundo foi construído pela classe operária que realizou a maior greve geral da história da França. Este também contava com elementos radicais e inovadores, apesar de ser classificada

pelo autor como um movimento “classicamente de esquerda”. Badiou (2012,) cita três principais elementos de radicalidade: a gênese grevista, que foi externa às organizações operária tradicionais; a estratégia de ocupação das fábricas; e a ocorrência sistemática de confrontos periféricos e violentos, como sequestros dos patrões.

Já, o terceiro maio, diretamente relacionado com o primeiro, é chamado por Badiou (2012) de “maio libertário”, e contava com pautas que questionavam as tradições morais e sociais em busca de liberdades individuais, principalmente dos corpos e sentimentos. Esse viés formador dos movimentos de 68 ocupou a esfera cultural, propondo novas formas de ação coletiva, principalmente em relação ao teatro e ao cinema. Trata-se também de “um componente particular de Maio de 1968, que podemos chamar de ideológico e que, apesar de cair algumas vezes no anarquismo esnobe e festivo, faz parte do tom geral do evento”. (BADIOU, 2012, p.20). O confronto ideológico entre a esquerda clássica e o esquerdismo foi presente em todo o movimento que se mostrou muitas vezes contraditório e repleto de fissuras internas.

Apesar da relevância de todos esses maios, para o autor, o mais importante e emblemático é o quarto, pois é transversal aos outros três. Este maio durou de 68 a 78 e por isso é conhecido como década de 68. A principal questão deste momento foi a transformação da concepção da política, apostan-

do que a chamada “velha política” teria acabado e, assim, buscando desesperadamente nos anos 70 e 80 a construção de uma “nova política”. Com essa concepção que nascia, houve também a crença na existência de um “agente histórico que traz a possibilidade de emancipação”. (BADIOU, 2012, p.20). O responsável por isso seria o proletariado e sua existência enquanto potencial de modificação, para o autor, é a principal diferença entre aquele período e o atual. Acreditava-se em uma emancipação completa, marcada naturalmente pela linha da história, não era apenas um inconformismo generalizado que deu origem à união de diferentes grupos.

Para Badiou (2012), a existência de atores objetivos traz consigo a necessidade de criação de uma força subjetiva. Para que esta soma funcione como potência é necessária uma organização própria dos sujeitos que se sublevam, entendida como os partidos. Assim, grande parte da força de 68 estava na bandeira vermelha, entretanto, o que estava escondido ali que foi aos poucos aparecendo é que este processo foi um dos responsáveis pelo sumiço gradual de tal símbolo. “Maio de 1968 apresenta uma ambiguidade fundamental entre uma linguagem unanimemente compartilhada e o começo do fim do uso dessa linguagem”. (BADIOU, 2012, p.21). O apagamento gradual da bandeira comunista que se iniciou em 68 e continuou nos anos que seguiram e, com ele, ganhou força o questionamento sobre as instituições básicas da esquerda como os sindicamentos

tos, os partidos e os líderes conhecidos. Houve uma aproximação muito grande do movimento de 1968 com as linhas anarquistas e uma crítica profunda à democracia representativa. O mais contraditório é que frente a toda essa manifestação e indignação, as eleições que sucederam maio de 68 levaram à câmara mas reacionária que já havia se visto. “Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das rupturas”. (BADIOU, 2012, p.22).

Diante desse movimento revolucionário e contraditório, o que aconteceu como resposta visível foi um forte mover-se da burguesia no sentido de recuperar a hostilidade ao proletariado e ao socialismo científico, acompanhado de desconfiança e rejeição à luta de classe, evidenciado num processo profundo de individualismo entreposto à decepção, à frustração e ao cansaço.

Foucault, como coloca o estudioso César Candiotto (2013), viu, neste final de século XX, o que pode ser entendido como fim dos processos de revolução. Ou pelo menos, o fim da forma como eram entendidos até então. Após o ocorrido em 1968, com destaque para o enfraquecimento do Partido Comunista e aproximação da luta estudantil do cotidiano, da liberdade e do autonomismo, o autor afirma que a nova fase de revoluções não ocorreria no âmbito institucional, dentro dos

partidos ou sindicatos, mas no domínio social, por meio do qual outras formas de convívio surgiriam.

É sobre esta nova maneira de manifestar-se que Foucault trabalha o conceito das contracondutas. Quando não há luta de classes, ou significativos embates sociais, não se pode falar em revolução, mas é muito possível denominar o evento de contraconduta. Esta forma de luta não está vinculada a um partido ou uma classe e nem mesmo tem a intenção de tomada de poder.

[...] movimentos coletivamente identificáveis, como a sublevação, o levante, a insurreição, a clandestinidade e todas as lutas anárquicas inscritas no interior de uma história imediata, somente para lembrar o texto *Le sujet et le pouvoir*. Essas modalidades de contracondutas impõem limites à condução da vida e da individualidade de parte dos governantes, sempre que ela envolve abuso de poder, opressão de um povo, utilização de meios questionáveis e de justificativas escusas. (CANDIOTTO, 2013, p.228).

Foucault (1994) diferencia revolução de insurreição afirmando que a primeira, como já colocado por outros autores supracitados, tem relação íntima com o tempo e, portanto, ocupa um lugar na história, enquanto a segunda diz do homem e sua humanidade em um recorte pequeno do tempo. Insurreições são como interrupções do fio da história que ocorrem do lado de fora dela. A insurreição pode ser vista, então, como um escape

ligado à busca pela liberdade e pelos direitos.

Outra diferença fundamental entre revolução e insurreição apontada por Candiotto (2013) é a forma de valoração e avaliação dos movimentos. No caso da revolução é fundamental analisar se ela foi bem ou mal sucedida para que possa ser considerada ou não uma revolução, o que a distingue, também, de um processo revolucionário. Já a insurreição e as contracondutas fogem desse método de análise, já que não têm por finalidade a tomada de poder. Sendo assim, qualquer ato que vá contra a servidão, qualquer sublevação, tem valor significativo nestas categorias de luta.

Mais uma forma conhecida de contraconduta é a revolta. Ela é marcada como momentos de contestação que, tal com as insurreições, não objetivam diretamente a vitória. Entretanto se aproximam um pouco mais do que conhece-se como revolução. Isso porque uma insurreição não é vitoriosa, não se aplica a ela esse valor, ela é composta por pequenas perdas e ganhos, comumente instauradas na escala do micro, mas uma revolta pode ser vitoriosa e quando isso acontece, ela se transforma em uma revolução. Além disso, Luiz Arnaut (2017) lembra que há uma constante nas revoltas relacionada à existência de um referencial teórico que não só acompanha, mas também modifica a prática. Esta tende a acontecer por um período menor que as reflexões acerca da revolução (que vem sendo construída há mais de um século), mas maior do que acontece, de

forma geral, nas insurreições e nos levantes.

Os levantes também não têm em si a vitória ou derrota como forma de análise e valoração. De acordo com Didi-Huberman (2016), os levantes estão sempre ao lado das submissões, mas podem ser entendidos como a sobrevivência do desejo “neste espaço concebido para neutralizá-lo”. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Eles podem ser entendidos como um gesto. As mãos estendidas, o pulso fechado, o movimento dos corpos, a inclinação do tronco, a profanação da palavra. Tudo isso pode ser um levante e não há escala capaz de medir essas ações. Os levantes “vão do mais minúsculo gesto de recuo, ao mais gigantesco movimento de protesto.” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.16). Para o autor, trata-se de um sinal infinito, retomado várias vezes e soberano, como pode ser também denominado o desejo pela liberdade.

O levante é um pôr-se de pé junto a outros contra uma forma de poder, é se mostrar e se fazer ouvir em situações nas quais, justamente, não é permitido se pôr de pé, se mostrar e se fazer ouvir. O levante não se dá simplesmente pelo valor simbólico de aparecer em público quando esse ato é proibido. Ele se faz com certa energia, força, com uma intenção física e visceral que não é apenas individual, mas compartilhada - o levante se dá com uma determinação que um dia vai pôr fim a uma condição comum por tempo demais suportada. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 25).

Didi-Huberman alerta para o fato de que é impossível fazer um levante sem uso de determinada força, mas ele não explica de onde vem essa força. O que se sabe é que o levante é o lugar que se chega quando um limite foi ultrapassado e por isso atenta-se ao fato de que é preciso levantar-se. Retirar-se daquele espaço de sublevação. Trata-se de duas faces da mesma moeda. O levante é, então, o impulso que busca o fim a uma condição que perdurou por tempo demais e se tornou insuportável.

Uma diferença significativa entre levante e revolução, para além da valoração da vitória ou derrota, é que a revolução é um singular-universal e, dentro disso, é coletiva, já o levante é individual. De acordo com Didi-Huberman (2016) um Estado, por exemplo, é incapaz de fazer um levante, mesmo que entre em guerra com outro Estado.

Num levante, são indivíduos que participam da ação que tem uma forma e um sentido de ordem sociopolítica, mesmo que figuras do Estado não estejam nele engajados. No âmbito dessa ação social, indivíduo algum age sozinho, mas nem por isso emerge um sujeito coletivo capaz de homogeneizar diferenças individuais. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p.23 - 24).

Não se imagina que, em um levante, todas as pessoas estejam de acordo com os mesmos objetivos políticos. O que leva ao levante, não é a pauta final dele, mas um sentimento coletivo

de indignação, alimentado pelo desejo do fim de uma situação que se coloca como insuportável. A questão do levante está em negar a escuridão e não na luz que se espera, ele vem da recusa e não da proposta. O levante é contra determinada coisa não a favor de outra já traçada. Está aí uma diferença fundamental entre levantes e revoluções.

É importante ressaltar que um levante não é a mesma coisa que uma manifestação pontual, mas para Didi-Huberman, quando se trata de manifestações mais intensas e duradouras, elas podem vir a se tornar levantes.

Levantes, insurreições e contracondutas e a questão urbana em tempos de capitalismo pós-fordista

Atualmente os principais levantes, insurreições e contracondutas - o que se pode chamar de forma genérica de resistência - estão relacionados com a questão urbana. Isso se dá não apenas pelo fato que esses movimentos têm ocupado os espaços da cidade, que pode ser considerada o “chão de fábrica” das lutas contemporâneas, mas também porque apresentam questões tocantes às urbes como debates centrais. Esse é o caso, por exemplo, das pautas relacionadas ao direito à cidade e à moradia, também o direito à mobilidade, à ocupação dos espaços públicos, incluindo uma disputa pelo que é comum, assim como o questionamento da propriedade privada.

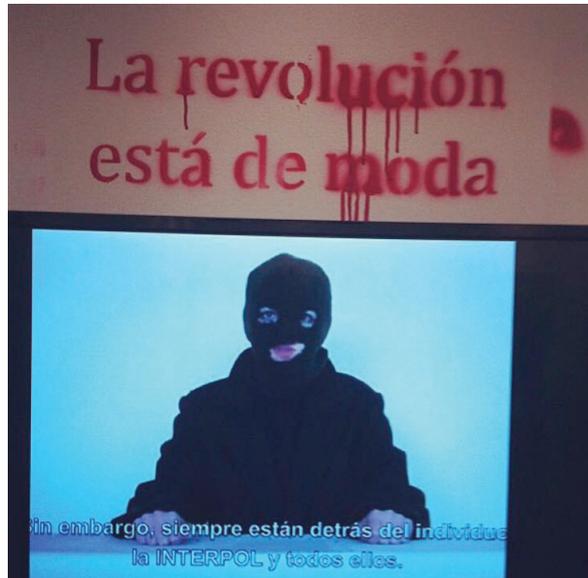


Figura 1. Foto de trabalho exposto por Maria Mercedes Salgado, na Feira ARTBO - International Art Fair of Bogotá - 2012. Natacha Rena.

1. Gohn (2014a) relaciona os novos movimentos sociais à onda de movimentos ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 que se caracterizava por apresentar pautas de caráter mais universal, relacionadas primordialmente à luta de classes e estruturas institucionais como sindicatos e partidos políticos. Os movi-

mentos grevistas brasileiros do período, incluindo a Greve do ABC de 1979, são exemplos importantes do que pode ser caracterizado como estes movimentos. Em geral apresentam estrutura verticalizada, ou melhor, arbórea, relacionada ao que pode ser definido como militância.

Observa-se no século XXI uma onda de resistências com níveis de intensidade que lembra o ocorrido na década de 1960. Levantes ocuparam parte significativa dos mundos oriental e ocidental. Maria da Glória Gohn (2014a) relaciona essas manifestações com o que denomina novíssimos movimentos sociais. Esses se diferenciam dos novos movimentos sociais¹ tratados pela autora principalmente por seu caráter horizontal e híbrido, ou, se buscarmos em Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011), rizomático, e por apresentarem pautas que, de forma geral, não tratam mais da luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. Estes movimentos de caráter global foram alimentados, em grande parte, pelos reflexos da crise de 2008 e tem seus principais exemplares na chamada Primavera Árabe, abarcando diversos países (Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Sudão, Iraque, Líbia, Síria, dentre outros) e nos Occupies, como é o caso do Occupy Wall Street em Nova Iorque, do 15M na Espanha, das Jornadas de Junho no Brasil, dentre outros. Como denunciou a artista Maria Mercedes Salgado, em vídeo exposto na Feira ARTBO - International Art Fair of Bogotá - em 2012 e registrado por Natacha Rena (Figura 1), as revoluções, ou o que entende no senso comum por elas, estavam na moda.

Manuel Castells (2013) se questiona sobre o que aproximou movimentos que ocorreram em contextos econômicos, sociais e culturais tão distintos. De acordo com ele, a principal semelhança

apresentada é a indignação com a cumplicidade perversa entre as elites financeiras e políticas. Esta descrição se aproxima do que Didi-Huberman (2016) aponta pela motivação que dá origem aos levantes. Pode-se, então, pensar que as formas de sublevação dos novíssimos movimentos sociais se aproximam mais das insurreições e levantes que da revolução? Se adotarmos a aposta de Foucault (1994), sim! O autor afirma que as revoluções tiveram seu fim ainda no século XX, indicando que a partir deste momento, o que viria a ocorrer estaria enquadrado no âmbito das condutas. Mas, para que se possa desenhar este debate, é preciso que se apresente, de forma mais clara, a diferenciação entre os novos e os novíssimos movimentos sociais proposta por Gohn.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais,

2. Estado-Capital, entendido sob as lentes de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) é uma associação entre a instituição Estatal e as empresas em uma lógica na qual o Estado se faz forte quando associado aos desejos empresariais e cada vez se esvazia mais quando se trata dos interesses sociais. Não se tem, neste contexto, um Estado mínimo, pelo contrário, ele é suporte fundamental para o bom funcionamento do capitalismo, chegando a assumir em seu funcionamento interno lógicas e vocabulários empresariais.

3. A transferência do que se chama capitalismo fordista para o pós-fordista é fundamental para que se entenda de forma geral as transformações nos modos de vida e de manifestar-se. O capitalismo contemporâneo é imaterial e apresenta fortes características rizomáticas.

grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. (GOHN, 2014a, p.11-12).

O que se pode entender dessa nova conformação de lutas desenhadas pelos novíssimos movimentos sociais é a articulação da sociedade civil de forma organizada (ou não) a fim de posicionar-se contra políticas públicas e decisões tomadas pelo que se tem chamado por Estado-Capital². Essa associação da sociedade civil ocorre, em sua maioria, por meio do que se entende por ativismo. De acordo com Bernardo Neves et al. (2018, p. 230) as principais características do ativismo estão na sua forma de organização rizomática que “conta com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer”. Rena (2015) localiza os movimentos que surgiram pós crise de 2008 na gama do ativismo e aponta para sua formação

heterogênea, vínculo com as ruas e redes, tanto em termos de ação quanto de divulgação, tendo como base, a indignação com as constantes expropriações daquilo que é público ou comum por parte do Estado-Capital, que é privatista.

Entendem-se, dessa forma, três mudanças, totalmente imbricadas, que marcaram as formas de resistência em todo o mundo a partir da década de 1960. A primeira delas se dá no fato de que as revoluções deixaram de estar presentes e deram lugar ao fortalecimento das contracondutas, como os levantes e insurreições; a segunda, que ocorre no Brasil após o final dos anos 80, diz da transferência dos novos movimentos sociais para os novíssimos; e a terceira se relaciona com um enfraquecimento da militância - engajada, nacional e vertical - que dá lugar ao ativismo - de enxame, local/ global e horizontal -. Totalmente relacionadas, essas modificações têm relação direta com mudanças no modo de atuação do capitalismo³ que amplia a tendência ao pós-fordismo suscitando outras maneiras de organização, mesmo que seja em sua oposição. Segunda Pelbart (2003):

O ideal hoje é ser o mais enxuto possível, o mais leve possível, ter o máximo de mobilidade possível, o máximo de conexões úteis, o máximo de informações, o máximo de navegabilidade, a fim de poder atentar para os projetos mais pertinentes, com duração finita, para o qual se mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todos novamente disponíveis para outros

convites, outras propostas, outras conexões. A própria figura do empreendedor já não coincide com aquele que acumula tudo, capital, propriedade, família - ao contrário, é aquele que pode deslocar-se mais, de cidade, de país, de universo, de meio, de língua, de área, de setor. O mundo conexonista é inteiramente rizomático, não finalista, não identitário, favorece os híbridos, a migração, as múltiplas interfaces, metamorfoses etc. Claro que o objetivo final do capitalismo permanece o mesmo, visa o lucro (...) (PELBART, 2003, p.97).

As Jornadas de Junho de 2013 foram a marca brasileira de participação nos movimentos do supracitado ciclo de lutas globais pós-crise econômica mundial de 2008. Dentre as categorias aqui abordadas, pode-se compreender que se tratou de um conjunto de levantes, composto, em sua maioria, por ativistas envolvidos em processos denominados por Gohn (2014a) como novíssimos movimentos sociais. Tal análise só é possível quando se pensa a formação dos grupos e os interesses envolvidos naquele contexto. Segundo Gohn (2014b) em seu livro *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*:

Deve-se observar, entretanto, que as manifestações de junho no Brasil não são 'nacionalistas'; ao contrário, mostram-se como modos e formas de agir coletivo, especialmente adquirido/construído via redes sociais e telefonia

móvel, e advêm de ondas globais, internacionais. (...) Os manifestantes de junho no Brasil atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob coordenação de uma liderança central. São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários (mulheres, quilombolas, indígenas etc). (GOHN, 2014b, p.11).

Tal qual o descrito a respeito dos levantes, as Jornadas de Junho de 2013 foram uma espécie de trama muito complexa de movimentos que se fez presente nas redes e ruas, construído por individualidades que compunham um coletivo, mas não por possuírem objetivos comuns transversais como em uma revolução, e sim por partilharem insatisfações diversas. Não havia luta por tomada de poder aos moldes revolucionários e muito menos um conjunto homogêneo de pautas e propostas claramente desenhadas. Os corpos nas ruas se punham contra grandes projetos urbanos, contra a política, contra as organizações verticais e institucionalizadas e, em muitos momentos, negavam as instituições partidárias e suas bandeiras. Os levantes se espalhavam de forma aparentemente incontrolável e os grupos que compunham os atos eram tão diversos (e por vezes opostos) quanto se é impossível imaginar.

Havia liberais, marxistas, anarquistas e autonomias, todos juntos nas indignações e separados nos desejos e ideias.

Pela multiplicidade de leituras sobrepostas, força e impacto dos levantes, 2013 em muito se assemelha a 1968. Entretanto, não apenas em relação a isso. A boa situação de desenvolvimento da economia nacional, se considerados indicadores clássicos da condição social, são pontos intrigantes que compõe os levantes franceses e brasileiros. Neste sentido, nasce a dúvida sobre o que levou tantos corpos a se levantarem com gestos descritos por Didi-Huberman (2016). Em ambos os casos pode-se citar o que Badiou (2012) coloca como a crença de que haveria agentes envolvidos nos processos de resistência capazes de mudar a história em um sentido emancipante. Estes agentes presentes apresentavam características muito semelhantes como a presença de uma forte crítica ao que se poderia chamar de democracia representativa. Para além disso, dos movimentos novíssimos por múltiplos direitos (moradia, transporte, natureza urbana, etc) pode-se citar reflexos parecidos como o crescimento de partidos de extrema direita e um ataque constante aos partidos tradicionais de esquerda, levando ao surgimento de outros que apresentam ideias socialistas dentro do espectro da “nova política”.

A ausência de espaço para manifestações partidárias e participação dos sindicatos nas Jornadas de Junho entra como outro elemento que se deve

levar em conta quando se dispõe a analisar as ocorrências no período. Em geral, as lutas traçadas por essas organizações estão vinculadas ao que entende-se por novos movimento sociais que tradicionalmente pautavam a questão de classe como base importante de sua disputa. Vazias destes grupos, as manifestações foram, em geral, marcadas pela presença de uma sociedade civil de classe média que tinha por interesse central questões relativas a direitos individuais e coletivos. O que sobrou de luta deixou de lado a narrativa da luta de classe e incorporou pautas relativas às questões urbanas, no mais, almejava-se o direito à cidade⁴, moradia, transporte, assim como repetido discurso vinculado ao apartidarismo e a nova política destituída de corrupção.

Benjamin (2006) e Fernandes (2000) alertaram sobre as ciladas presentes em composições revolucionárias que somam burguesia e proletariado. O primeiro diz que a revolução fica a cargo da classe operária que não deve ser influenciada pela burguesia; enquanto o segundo traz a classe burguesa como grupo responsável por um contra-revolução, apontando para a existência de uma constante guerra civil entre os revolucionários (operários) e os contra-revolucionários (burgueses).

Por fim, a maioria das lutas contemporâneas se dá no âmbito dos direitos e não da luta de classes e essa é uma mudança radical que toca frontalmente as incertezas supracitadas. Tem surgido, ainda de forma tímida, a preocupação com o que

4. Caso seja de interesse do leitor, o artigo A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios (NOBRE; LOTT; RENA, 2018) será publicado na próxima edição do e-book Seminário de Urbanismo Biopolítico, no qual o debate acerca do direito à cidade é tratado de forma mais completa.

se chama transversalidade, na tentativa de somar às pautas identitárias a questão das classes. Entretanto, essa formação típica dos movimentos contemporâneos, tende a se distanciar de uma unidade de pautas e objetivos, o que tem preocupado vários teóricos como David Harvey (2016), principalmente no que tange à centralidade do tema da liberdade, ao ganhar proeminência em relação aos assuntos ligados à justiça social.

Será que trabalhamos, quase sem saber, com conceitos parciais, corrompidos e, por fim, restritivos de liberdade e autonomia, que só fazem apoiar o status quo e, em sentido mais profundo, representam a visão deformada do capital sobre o que são os direitos humanos e a justiça social? Será que o motor econômico do capital está tão fortemente ligado a certos conceitos fundamentais, embora parciais, de liberdade e autonomia a ponto de tolher uma abordagem que não seja, na pior das hipóteses, empresarial e, na melhor, humanista liberal da questão política crucial da liberdade versus dominação? (HARVEY, 2016, p.186).

Considerações Finais

Apesar de apontar o levante como uma ação individual, Didi-Huberman (2016) diz da presença de um “nós” que aparece no compartilhamento da ação, mas que só acontece no agora, não há comprometimento futuro. Nesse movimentar-se do presente o levante se apresenta com reivindi-

cações precisas. O autor aponta para o fato de que atualmente é praticamente impossível pensar um levante sem cibermilitância, o que indica uma possibilidade contemporânea de diferentes espaços ocupados pelos corpos para a realização das ações: o físico e o virtual, que para Manuel Castells (2013) seriam as redes e ruas atuando sincronicamente.

Desta forma, os gestos contemporâneos dos quais os levantes aqui tratados fazem uso, apresentam semelhanças inegáveis independentemente das diferenças temporais, mas os contemporâneos são compostos por uma forma de articulação peculiar que conta com a sobreposição dos espaços físicos e virtuais. Essa nova característica diz do surgimento de outras maneiras de articulação e criação de redes, diretamente relacionada às estratégias de atuação dos ativistas. A flexibilização da luta, inserida na lógica neoliberal de articulação da vida, seu foco no presente e a maneira de comprometer-se que muito difere das ações militantes, tanto em envolvimento teórico, quanto de tempo, aponta para um distanciamento dos padrões propostos pela esfera militante que, em grande parte das vezes, tem perdido espaço de atuação.

Diante do exposto quadro de transformações nas formas de luta, que inclui desde o “fim” das revoluções, até o surgimento do ativismo dentro do contexto dos novíssimos movimentos sociais, cabe questionar quais os reflexos que tais mu-

danças trazem para as formas de organização política e social das resistências como um todo. Para além disso, é importante que se pense sobre a origem de tais mudanças que, certamente, se relaciona com o modo de vida em uma sociedade pós-fordista.

De onde surgiram estas novas demandas de formação de grupos e estratégias de lutas? A quem interessa que haja essas mudanças? Quem financia as principais Fundações e ONGs que financiam as principais pautas dos novíssimos movimentos sociais ativistas? Porque o fazem?

Também seria necessário recuperar o que é possível aplicar do modelo de militância e novos movimentos sociais no processo contemporâneo já que as classes populares no Brasil são muito mais evidentemente representadas pelos movimentos populares como MST e não pela ampla classe média enredada nos novíssimos movimentos sociais?

Como é possível que os movimentos militantes e populares possam avançar para o campo do ativismo, principalmente para o urbano, sem que se perca uma visão de luta mais ampla, mais nacional e universal, envolvendo, para além das pautas por direitos, as amplas pautas sociais por real distribuição de renda e riqueza, como é o caso da reforma agrária? Como imbricar os novos movimentos sociais aos novíssimos movimentos sociais ganhando mais velocidade e intensidade

quando é necessário ocupar as redes e as ruas para além do campo dos militantes organizados no campo popular?

Estas questões são tão fundamentais quanto a necessidade de entender os resultados vitoriosos ou fracassados das revoluções e os reflexos positivos ou não dos levantes no sentido de compreender a complexidade de tais ocorrências em direção a uma análise composta pela sobreposição das inúmeras controvérsias que se revelam ao longo das investigações. É preciso que se compreenda a multiplicidade de interesses e atores relacionada não só a cada movimento, mas também a ligação entre eles no sentido das mudanças externas e internas que se apresentam. Em se tratando de movimentos que participam de ondas globais ou de que alguns denominam #globalrevolution, também se faz necessário ampliar as investigações sobre as lutas dentro de um contexto geopolítico.

Por fim, esta pesquisa está só começando e avançar no sentido de produzir mais dados e informações, conceitos e teorias que possam clarear os processos de luta na contemporaneidade é parte do objetivo principal.

Referências:

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Morais. Lisboa: Relógio D'Água. 2001.

- ARNAUT, Luiz. Dossiê Temático: Revoltas e Revoluções no Século XX. **Temporalidades, Revista de História**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, ed. 24, v. 9, n. 2, mai./ago. 2017. P. 8 – 11.
- BADIOU, Alain. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Biotempo, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- BERNARDO, João. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo n. 19/20, 2008 p. 22-31.
- CANDIOTTO, Cesar. Política, Revolução e insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia: Aurora**. Curitiba, v. 25, n. 37, jul./dez. 2013, p. 223-264.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo**: Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: vol.1. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DID-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: PRADO Jr., Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. cap. 3, p. 55 - 148.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**, III. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1994.
- FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. Portugal: Edições 70, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014a.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. São Paulo: Editora Vozes, 2014b.
- HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel et al. (org). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018. P. 222-241.
- PELBART, Peter Pal. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

RENA, N. S. A. Arte, espaço e biopolítica. In: WOODS, Alan. **A revolução francesa de maio de 1968**. Maio 2008. Disponível em: <https://www.marxist.com/revolucao-francesa-maio-1968.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p. 251-267. ■

Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo

Before and after the walls: what is common among women in the outskirts of São Paulo

Alana Moraes*

*Doutoranda pelo Programa em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. Mestre pelo Programa de Sociologia e Antropologia da UFRJ (2012). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropo-

logia Política e Antropologia do Trabalho; estudos de gênero e movimentos sociais. Pesquisadora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ e da Fundação Perseu Abramo (FPA). Especialista em América Latina pelo Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL), Nouvelle Sorbonne Paris III.

Resumo

Este artigo relata vicissitudes de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST, segundo uma abordagem etnográfica que, ao explorar os espaços de construção coletiva da cotidianidade, conforme a acepção de Maria Gallindo, reinterpreta os problemas sociais e as lutas urbanas como práticas políticas de experimentação do estar junto e da gestão das vulnerabilidades individuais e coletivas.

Palavras-chave: Política sem teto. Construção coletiva. Cotidianidade.

Abstract

This article recounts the vicissitudes of members of the Movement of Homeless Workers, the MTST, according to an ethnographic approach that, by exploring the collective construction spaces of daily life, according to the meaning of Maria Gallindo, reinterprets social problems and urban struggles as political practices of experimenting with being together and managing individual and collective vulnerabilities.

Keywords: Homelessness politics. Collective construction. Daily life.

“Quando cheguei no alto do morro e vi lá embaixo aquela multidão de velhos, crianças, mulheres construindo suas barraquinhas, veio um sopro no meu ouvido e senti que era Deus falando: fique aí e crie raiz. Comecei a cozinhar para todos no acampamento e depois disso não tive mais depressão. Acho que o movimento me curou”. (Tereza, 57 anos)

Pistas de uma política sem-teto

A fala de Tereza poderia apenas ser inscrita em uma fala de “militante do movimento dos trabalhadores sem teto” e não seria de todo errado se assim o fizéssemos. Tereza conheceu o MTST há dez anos em uma ocupação na zona sul da região metropolitana de São Paulo e durante esse período esteve em quase todos os atos e assembleias, encontros, reuniões. No entanto, a palavra “militante” nos parece pouco representativa do universo heterogêneo que constitui o processo contínuo de produção de subjetividades dessas mulheres que insistem em borrar as fronteiras que separam as várias esferas da vida: a vida familiar e doméstica, a vida coletiva, vida religiosa/espiritual e também a vida corporal, por assim dizer, aonde habitam as experiências de sofrimento, medos e curas.

Nosso fio condutor etnográfico segue, portanto, essas desestabilizações de fronteiras vindas de contextos periféricos e femininos a cerca do

que usualmente entende-se como “política” ou mesmo “movimentos sociais”. Pretendemos fazer isso junto a um dos maiores movimentos urbanos existentes hoje do país, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, perseguindo, entretanto, o que a teórica feminista boliviana Maria Galindo chama de “espaços de construção coletiva da cotidianidade”. Pretendemos nesse trabalho discutir uma outra “espacialidade política” presente nas ocupações de terrenos vazios capaz de reinterpretar o problema da reprodução social e dos cuidados, do sofrimento e também da dimensão que circunscreve o que podemos chamar mais provisoriamente de “fé”.

Trata-se de compreender o que seria uma política sem-teto que pensa e fabrica possibilidades de resistência desde seus lugares invisíveis: cozinhas, relações, curas e novas corporalidades, deslocando e redistribuindo o jogo dos habituais papéis de gênero, também de singularidades e

coletividades em um cotidiano sempre provisório de uma ocupação. Essa política sem-teto que se atualiza na possibilidade de viver junto e se fabrica desde a matéria-prima de uma vulnerabilidade compartilhada é, sobretudo, uma composição das mulheres – empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras, babás, mães, avós, “donas de casa”, mulheres que vendem bolo e café na saída do trem ou metrô – a classe que cuida – e é com elas que seguimos vários caminhos que aqui se abrem.

Nossa investigação também parte do cuidado de, como alertou Isabelle Stengers (2009), não terminar de fazer “o trabalho do capitalismo”, qual seja, o da destruição dos laços a partir de grandes aparelhos conceituais que tornam invisíveis essa fabricação cotidiana dos vínculos, implicações e relações. Trata-se de pensar as novas resistências e lutas urbanas desde um território de relações. Nossa hipótese é que essas experiências se constituem como um comum urbano, no qual a interdependência torna-se aspecto incontornável das novas lutas políticas.

Tereza é uma mulher negra de 57 anos, baiana e que como muitas vieram “tentar a vida” em São Paulo. Sua trajetória de vida poderia contar bem a história da classe trabalhadora em São Paulo dos últimos 40 ou 50 anos. Na infância passou pela experiência do trabalho rural. Já em São Paulo, trabalhou em uma fábrica metalúrgica até os anos 1990 e com a crise do capitalismo industrial, não só a cidade de São Paulo e o grande

ABC sofreram uma profunda transformação, mas também um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras que naquele momento não tiveram outra opção senão traçar, eles próprios, novos mapas no mundo do trabalho. Tereza começou a ganhar a vida como faxineira intermitentemente, enquanto seu marido continuou por mais alguns anos na fábrica onde se conheceram. Ela, o marido e as duas filhas deixaram tudo em São Paulo no começo dos anos 2000 por conta do desemprego do marido e voltaram à Bahia para tentar reconstruir à vida. “Eu nem lembrava do Norte, saí de lá muito pequena. Mas chegando em Cruz das Almas, nada deu certo”.

Sem emprego e nenhuma condição de sobrevivência na Bahia, a família volta outra vez para São Paulo, mas não antes de Tereza “pegar um menino pra criar” lá mesmo, de Cruz das Almas, pois sua mãe “não tinha mais condições, resolveu me dar para eu trazer comigo pra São Paulo”. Como gosta de lembrar o antropólogo David Graeber (2014), a “maldição” da classe trabalhadora é “se importar demais”. Para ele, a “classe trabalhadora” nunca foi majoritariamente a classe operária fabril, mas é, fundamentalmente, a “classe que cuida,” aquela que se ocupa dos trabalhos de cuidados dos outros: alimentação, limpeza, cuidados com velhos e crianças, cuidados da saúde, segurança etc. No caso das mulheres, o “se importar” demais adquire, obviamente, uma dimensão muito mais constitutiva da experiência feminina. Não à toa, quase a totalidade de pes-

soas que “fazem a luta” para outras pessoas, é composta por mulheres¹.

A história de Tereza, e de tantas outras, é uma história de como atravessar as crises. Migrações, desemprego, migrações de retorno, relações de idas e vindas com o mercado de trabalho formal, separações conjugais, despejos frequentes. No caso das mulheres, entretanto, a única condição permanente é aquela que as vinculam ao trabalho da reprodução social, o que inclui não apenas os cuidados, a reprodução da mão de obra masculina e sua manutenção para o mercado de trabalho assalariado, o trabalho doméstico pago na casa de outros, mas também o trabalho cotidiano de fazer relações, (re)constituir comunidades – e é sobre esse último aspecto que pretendemos expandir nossa investigação.

Os relatos que nos servem aqui de matéria-prima são inundados dessas relações que se produzem no decorrer da luta por moradia em uma ocupação – cozinhar junto, ajudar nos casos de doenças, compartilhar informações sobre as burocracias necessárias para o cadastro de espera pela casa própria; correr o risco de fragilizar os laços familiares domésticos enquanto se produz outros, “na rua”, “na luta”; “passar a noite no acampamento”, escutar o sofrimento de outros e oferecer o seu relato de sofrimento como exercício permanente de alteridade. Cuidar da segurança do grupo, das crianças e dos mais velhos. Nesse trabalho, pretendemos lançar luz à essa

dimensão fundamental da luta coletiva – o que a filósofa Isabelle Stengers chama de “experimental togetherness” (Stengers, 2003) e que podemos traduzir para a experimentação (e feitura) do “estar junto” – um idioma de conexão que produz a ocupação como um comum urbano.

eu estava na cama, já não conseguia fazer nada, não. Vi aquela movimentação toda, o povo indo construir barraca. Uma mulher veio na minha casa com um bebezinho no colo, ela estava desesperada, sem emprego, nem nada... eu falei pra ela: “vai lá nessa invasão, eles parecem ser honestos.” Eu falei pra ela ir porque eu mesma não conseguia, não conseguia sair de casa, estava numa depressão muito forte. Um dia eu fui, consegui. Cheguei naquele terreno e vi as coisas todas acontecendo. Fui esquecendo da depressão. (Luciana, liderança de uma ocupação da Zona Leste)

Nesse ensaio, iremos refletir com mulheres que passaram pela experiência de uma ocupação e que conseguiram conquistar a casa própria através do programa “Minha Casa, Minha Vida – entidades”², uma modalidade mais recente do programa que transfere a totalidade da gestão da habitação, desde a construção passando pelos mecanismos de decisão sobre quem irá morar nos prédios, para os movimentos sociais de luta por moradia. Antes de conquistarem a casa própria, no entanto, elas passaram por 9 anos de luta: “na luta você precisa de canela e fé. Nunca

1. “Fazer a luta para outro” – geralmente filhos ou irmãos – é quando, mesmo com uma casa própria, ou algum outro arranjo habitacional mais favorável (ou por várias outras restrições burocráticas que impedem acessar os programas de habitação) – uma pessoa decide acompanhar o movimento, ir às manifestações, atos, assembleias, para conquistar a moradia para alguém que não si próprio.

2. O programa Minha Casa Minha Vida Entidades está previsto no programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” (2009) e tem como objetivo, segundo a Caixa Econômica Federal, banco público que financia as construções, “promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos. A modalidade denominada “entidades”, foi criada para “tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades...” (...) “estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais”.

ninguém acreditou. Meu marido não acreditava. Quando saiu a casa eu peguei a chave e mostrei pra eles: isso aqui é a minha fé”.

Essa unidade, na periferia do Taboão da Serra, foi entregue em 2014 e possui 192 apartamentos. Trata-se, por isso, de um caso bastante singular no qual pessoas que passaram por uma luta de quase 10 anos, como elas mesmo contam, conseguiram realizar o sonho de uma moradia própria. Como essas mulheres vem narrando para si a experiência dessa transição? Os relatos e as várias intensas formas de contar essa história, no caso das mulheres, produz-se em um espaço afetivo de relato, repleto de “matéria-prima da fala”, como bem nos sugere Svetlana Aleksievitch (2016).

Estas formas de contar nos revelam – junto com a disposição dos móveis, os programas de televisão, os retratos e símbolos religiosos que povoam a nova “casa própria” – novas subjetividades, reacomodações e uma produção de memória recente sobre as diferenças entre a vida na ocupação e a “vida no prédio”.

Agora, essas paredes

“Antes era tudo junto. Quando um chorava, o outro já ouvia logo. Agora tem essas paredes, todo mundo no seu lugar, ninguém sabe mais de ninguém”. (Cristina, 37 anos)

Na primeira vez que conversei com Cristina, ela

estava sozinha em seu apartamento. Não demonstrava muito ânimo para mostrar cômodo por cômodo, explicar sobre as reformas que estava planejando – como é de costume nas primeiras visitas - estava visivelmente abalada, tinha uma fala mais arrastada. Cristina é uma mulher negra de 37 anos, inspetora escolar hoje desempregada, foi uma liderança importante em um dos acampamentos que hoje já não existe mais, em Itapeperica da Serra.

Eu que era a responsável pela documentação do pessoal todinho, 340 famílias. Eu era responsável por um monte de coisas, e aos poucos conforme eu fui tendo problemas, fui operando, uma cirurgia quase atrás da outra, as minhas tarefas foram divididas pra outras pessoas e eu fiquei sem tarefa nenhuma. E aí eu me tranquei.

Cristina enfrentou problemas de saúde por conta de uma cirurgia bariátrica mal sucedida que acabou gerando um colamento em seu intestino, causa de suas dores frequentes. Depois disso, descobriu que tinha miomas e terá, ainda, que fazer outra cirurgia para retirada dos ovários. Por conta da saúde frágil, Cristina foi se afastando de várias tarefas do movimento, um processo doloroso que, como nos relata, produziu uma depressão bastante forte. Hoje Cristina é atendida por um psiquiatra no Hospital das Clínicas de São Paulo e toma antidepressivos diariamente. O problema da depressão está longe de ser um caso isolado entre as acampadas do MTST – ela parece frequen-

temente nos relatos e em várias dimensões da vida cotidiana. No caso de Cristina, ela nos conta como, em um primeiro momento, o movimento fez com que ela “não tivesse tempo para lembrar dos problemas”: os conflitos e a separação conjugal, os cuidados com o filho pequeno, a falta de dinheiro para pagar o aluguel. Sua memória sobre o “tempo do acampamento” é repleta de imagens do que poderíamos chamar de “experimental togetherness”, esses espaços constituídos por práticas cotidianas do estar junto, o compartilhamento dos cuidados de si e dos outros que acabam criando fortes vínculos entre as pessoas que compartilham essa mesma experiência.

Os relatos sobre doenças curadas no processo de uma ocupação não são incomuns. Duas lideranças importantes, uma do Capão redondo (zona sul) e outra de Pirituba (zona Norte) relatam como a ocupação “fazia não sentir os efeitos da quimioterapia”. Para elas, o cotidiano de tarefas, as novas relações feitas nas ocupações obstruíam os sintomas de alguma forma: “aqui a gente sabe que é importante, não pode faltar. Acaba nem pensando na doença”. Também nas ocupações se constroem redes de conhecimento sobre o funcionamento do SUS: as unidades de atendimento que distribuem medicamentos, aquelas cuja espera não é tão longa ou alguém que já construiu uma relação com enfermeiros ou médicos e que podem ajudar em um melhor atendimento. Sem falar em todas as receitas caseiras – naturais ou mesmo alopáticas – para tratar algumas doenças.

Elas também falam sobre a importância do compartilhamento dos cuidados com os filhos menores. Como nos conta Cristina:

No acampamento era bem mais tranquilo deixar o Cauê...(seu filho mais novo). Lá eu deixava, ou até fora mesmo do acampamento, se eu tinha uma coisa pra fazer, a gente morava, geralmente uma turminha acabou morando perto, próximo um do outro, então a gente era um na casa do outro. “Segura a bomba aí que eu vou ali resolver outra coisa”. E assim a gente ia tocando (...) Aqui no condomínio fica chato ficar batendo na porta dos outros toda vez e pedindo isso.

Não queremos sugerir uma “romantização” da vida nos acampamentos. Os elementos que compõem essa memória também são aqueles que resgatam a experiência do sofrimento, os pés sujos de lama, os dias de chuva, a resiliência. Rosa, uma outra mulher que sempre trabalhou “em casa de família” nunca deixa de contar sobre a dificuldade de cozinhar com “restos de comida” no acampamento, sobre a angústia de “errar a mão” ou de não ter comida para todos. No entanto, as experiências de vida dessas mulheres (e como elas mesmas elaboram a narrativa dessa experiência) nos parecem melhor compreendidas a partir da ideia de “vidas precárias” de Judith Butler (2011). A filósofa feminista, em uma discussão com o pensamento de Hanna Arendt, argumenta o quanto da visão ocidental sobre a “esfera política” é marcada por uma certa

concepção de “cidadania masculina”. Para ela, tal concepção é decorrente de uma extensão da separação entre as esferas da produção e da reprodução social, divisão que institui, por consequências os domínios “políticos” daqueles que são “pré-políticos”.

A proposta de Butler é que possamos refazer nossos modos de pensar a política a partir de uma nova ontologia que seja fundada no pressuposto inicial de que compartilhamos uma condição fundamental de precariedade. Ainda que alguns corpos estejam mais expostos à precariedade do que outros, o que pode mover nossas vidas políticas, segundo ela, é justamente essa condição compartilhada da precariedade corpórea, que revela sempre, por outro lado, a importância de pensar pela interdependência. “Agora não sou eu, nem é você”, a fala de uma liderança mulher importante da zona sul de São Paulo, não diz tanto sobre o apagamento de individualidades, mas chama atenção justamente para isso que existe no entre.

As ocupações produzem caminhos de reconstrução cotidiana do próprio mundo despedaçado em um contexto de produção intensa e diferenciada de despossessão que incluem diversas formas de violência – institucional e doméstica – os constantes despejos de suas próprias casas pelo capital imobiliário, o difícil acesso ao mundo dos direitos. Nesse sentido, o encontro com o movimento e a experiência coletiva são os elementos que aca-

bam por atravessar suas trajetórias traçando novas marcas, produzindo sentidos fortes de vínculos e vida em comum para além do restrito espaço doméstico, como bem nos conta Tereza:

T: - o dinheiro acabou, meu marido ganhava muito pouquinho, aí veio a depressão. Eu com três crianças, uma neta...Eu vivia mais sedada do que lúcida”

P: - E como a senhora descobriu que estava com depressão?

T: - Nossa... eu comecei a ficar muito nervosa e queria morrer. Chorava dia e noite. Até que uma médica do SUS descobriu que era depressão e me acompanhou até eu descobrir o movimento. Um dia, bateu na minha porta uma vizinha: olha, tem uma invasão, vamos conhecer o movimento? Eu perguntei o que era isso de movimento e ela disse: “olha, tem um monte de gente... podemos pegar um pedacinho pra gente”. Era depois de Itapeverica. Eu vi aquele um monte de gente, as barracas, parecia um sonho, aquilo não existia na minha mente (...). Aquilo me comoveu tanto. Eu descii o barranco e um moço disse que me ajudava a fazer um barraquinho com bambu. Eu comecei a me importar com aquelas pessoas. Minha família dizia que eu tinha ficado maluca. (risos).

Essas experiências fazem parte, na nossa opinião, de uma dimensão central das lutas e mobilizações coletivas e que quase nunca recebem

a devida atenção ou são compreendidas como meros “bastidores da luta política”. As ocupações de terrenos baldios na periferia nos parecem ser um exemplo bem acabado do que Antonio Negri (2005) e outros autores vêm chamando de produção de singularidades – não mais a ideia de um sujeito-individualizado, mas a existência atravessada pela relação com o outro.

Sem apagar mais uma vez, no entanto, as marcas de gênero nesse processo de singularizações, trata-se de investigar, como bem escreveu Julia Di Giovanni (2017) “no coração disso que chamamos política estão, por exemplo, todas as operações e tarefas ordinárias, anti-heróicas e não remuneradas que as mulheres fazem e refazem todos os dias”.

Está muito difícil, muito doído. A gente sabe quem está passando fome, quem não tá conseguindo mais comprar comida. Dá pra ver no olho, a pessoa fala mais baixo, sabe? Hoje era uma mulher com três filhos pequenos, sozinha. Dá um aperto, depois volta pra casa e fica pensando na pessoa. A gente até arrumou de comprar umas fraldas pra ela ontem. (Tia Angélica, liderança da ocupação do Embu).

A passagem do acampamento para o “condomínio” ou para os “prédios”, como elas costumam dizer, é relatada, por um lado, como o resultado de uma vitória individual recompensadora e “merecida” depois de “nove anos de luta”, fruto,

sobretudo da “fé” e , por outro, como uma experiência de enfraquecimento dos tecidos de colaboração e compartilhamento da vida – o que nos revela também um conjunto de valores fortemente ancorados nas potencialidades da experiência comunitária como possibilidade de produção de outros modos de vida. No caso de Cristina, sua depressão se intensificou na ida para o “prédio” e sua mobilidade agora é bastante reduzida por conta da intensidade de medicação.

Essas relações que se produzem no cotidiano permitem uma experiência de geração de uma infraestrutura capaz de permitir a reprodução da vida material mais básica – desde as cozinhas coletivas que possibilitam a alimentação, a “segurança” do terreno responsável pela proteção do grupo, o compartilhamento dos cuidados das crianças. Dividir a pasta de dente, elaborar um dispositivo de fiação elétrica para esquentar a água do café e assim economizar o gás. O trabalho afetivo das mulheres que sustentam as ocupações é um trabalho indispensável para o funcionamento do cotidiano e tem a ver com uma certa habilidade para contornar e amortecer os momentos mais difíceis. “Tive que segurar ele. O Toninho estava com muita raiva, achei que ia matar o Fábio”. Essa ética do cuidado está longe de ser uma dinâmica pacificada das relações, mas envolve uma disposição corpórea que muitas vezes leva ao esgotamento, como no relato acima de Tia Angélica.

Muitas dessas mulheres que passaram pelos acampamentos não moravam, de fato, nos acampamentos. Na verdade, a maior parte dos acampados do MTST vive de aluguel em arranjos habitacionais precários e instáveis, “mantendo” a existência dos acampamentos como forma de pressão política para a conquista do terreno. Nesse sentido, elas puderam experimentar uma “vida dupla” em certo sentido – uma marcada por essa trama comunitária de reprodução da vida e outra ainda atravessada pela organização doméstica e familiar, pela relação sempre intermitente com o mercado de trabalho e pelas relações mediadas mais estritamente pelo capitalismo.

Dois elementos aparecem de forma recorrente na reflexão sobre suas próprias experiências. O primeiro tem a ver com uma certa alteridade radical produzida no momento do encontro com outras famílias, momento esse “fundador” de um deslocamento da própria subjetividade. Segundo elas, nesse momento, elas percebem que “tem gente com muito mais dificuldade” do que elas próprias. Quando eu pergunto o que elas sentiram quando entraram no acampamento pela primeira vez, há um tipo de relato recorrente:

Acho que é viver em grupo e dividir as coisas e ver a dificuldade das pessoas. Porque você passa por coisas e acha que a vida está horrível, mas tem cada situação que você vê e aprende a dar mais valor pra sua vida. Você passa situação difícil, mas não pode ficar reclamando

porque tem gente bem pior que você. (Vilmena, 35 anos, mãe de três filhos e faxineira).

Essa condição compartilhada da precariedade dos corpos, a vida desnudada em sua vulnerabilidade, acabada produzindo um território existencial comum. Mais do que isso, como nos faz pensar Judith Butler em seus trabalhos recentes, a exposição dos nossos corpos em um espaço comum produz relações de interdependência fundamentais, uma socialidade que nos excede (Butler, 2011). É importante afirmar que para grande parte das pessoas que hoje fazem parte do MTST e sua dinâmica, as experiências mais coletivas se resumiam à relação com a igreja evangélica (em sua grande maioria) ou católica. Muitas das mulheres viviam (e vivem) a condição do desemprego, se relacionando de uma forma muito contingencial com o mercado de trabalho através, majoritariamente, dos trabalhos domésticos temporários.

O encontro com o movimento, por diversas vezes, nos é relatado como uma possibilidade de “cura” – um momento no qual o sofrimento individual e o desespero, encontram, justamente, uma nova dimensão capaz de produzir implicações e interdependências. A “cura” é produzida por esses diversos deslocamentos. O primeiro tem a ver com o reconhecimento da vulnerabilidade do outro, o segundo com a nova espacialidade vivida para além da casa e do espaço doméstico e uma nova comunalidade radical, o terceiro des-

locamento tem a ver com o momento de novas implicações e responsabilidades com a vida coletiva, o “tornar-se alguém que importa” porque se é capaz de “fazer funcionar” as demandas do acampamento.

Esse último elemento - aquele produzido pela experiência de ser valorizada e reconhecida por uma tarefa – constitui-se como uma camada densa no sofrimento de Cristina. A depressão de Cristina, que foi uma importante coordenadora de seu acampamento, é produzida por esse “esvaziamento”.

Porque no último ano, principalmente no último ano de ocupação, quem tomou conta fui eu. Tinha os outros coordenadores, claro, porém assim, tudo que ia ser feito, vinha primeiro “Cristina, a gente pode fazer isso?” Então eu acabei como que assumindo o acampamento (...) era correria. Era gente na minha casa duas horas da manhã, ou vindo me chamar pra eu resolver um problema que tava tendo em tal lugar. Então não me dava tempo de pensar em mim, não dava tempo de ser eu, eu tinha que mostrar uma postura de liderança, né? E quando a gente veio pra cá eu já perdi isso. Agora eu tô mais isolada, não estou conseguindo ser o que eu era. Eu passo a maior parte do tempo dentro do apartamento sozinha. (Cristina)

O novo condomínio do MTST possui apenas três anos e é interessante perceber agora um novo universo de conflitos que emerge: inadimplência,

barulho, os incômodos em relação ao “uso de drogas”, a relação com as crianças “malcriadas” nos espaços comuns. O que as mulheres mais sentem é uma certa ausência de um espaço coletivo de regulação da vida: “as pessoas acham que agora são donas do apartamento e podem fazer o que quiser”. Mesmo se orgulhando de terem agora uma “casa própria”, elas não deixam de identificar que a propriedade privada traz, por outro lado, um certo esfacelamento das dinâmicas coletivas e um esvaziamento radical no papel de algumas das mulheres que assumiam importantes tarefas na fase do acampamento.

No caso de Cristina, esse esvaziamento é tão profundo que se expressa mesmo em um adoecimento corporal. A ida para o condomínio não apenas lhe afetou nessa dimensão mas também, de alguma forma, afetou sua relação com o marido que, segundo ela, “está cada dia mais violento”, afastando sua mãe e irmã de seu próprio convívio. “Ele não acredita muito na minha doença”. Com forte insônias, dores no corpo, Cristina nos contou que já não consegue dormir nem acordar sem os remédios e que, ultimamente, só consegue sair de casa para levar o filho mais novo ao portão. Como insistem Negri e Hardt (2016), a biopolítica é formada por “acontecimentos e resistências e articulada por um discurso que vincula o processo decisório político à construção de corpos em luta”. Resistir, enfim, é fazer um corpo, uma nova corporeidade capaz de escapar de muitos poderes de obstrução, paralisia, isolamento.

Cristina me contava sobre um sofrimento demasiado difícil de ser pronunciado, “o difícil é que as pessoas não entendem essa doença”, pensei rapidamente em como “essa doença” é mesmo uma arma de guerra contra as mulheres, expressão daquilo que nos encerra em territórios cercados e que nos fragiliza na medida em que o capitalismo e seu modo de vida nos expropria não só dos nossos meios de produção da vida mas também de nossas possibilidades imaginativas de organização que escapem das paredes da domesticidade.

De outro modo, levar a doença para o espaço coletivo da ocupação assim como a feitura permanente de um corporeidade é intuir outro processo operativo, constitutivo de um comum urbano. O princípio operativo da lógica do cuidado (Mol, 2008) propõe pensar pela vulnerabilidade do corpo e criar uma zona de relação a partir da doença, uma zona na qual podemos nos engajar juntos, com cumplicidade, onde podemos pensar pela especificidade da relação de cada doença com um determinado corpo. Pensar pela doença é deixar de se constituir como um “sujeito autônomo”, mas compartilhar uma expectativa de atenção e cuidado.

O paradigma da cidadania ocidental moderna é entendido como a capacidade das pessoas controlarem seus corpos – deixarem o corpo fora da arena pública e escolherem, continuamente, os melhores representantes. Mas o corpo doente, o corpo depressivo é incontrolável, ele é errático,

ele necessita de cuidado permanente, ele necessita ser pensado permanentemente. Não se trata de uma servidão em relação à doença ou ao cuidador, mas sim de buscar uma heteronomia que potencialize outros vínculos e relações.

Como conta Svetlana em seu relato sobre as mulheres soviéticas em meio à segunda guerra mundial:

O que me ajuda é estarmos acostumadas a viver juntas. Em comunidade. Somos gente da comunidade. Tudo entre nós acontece na presença dos outros - tanto as alegrias quanto as lágrimas. Somos capazes de sofrer e contar o sofrimento. O sofrimento justifica nossa vida dura e sem graça. Para nós, a dor é uma arte. É preciso reconhecer que as mulheres se lançam nesse caminho com coragem. (ALEKIÉVITCH, 2016).

As experiências dessas mulheres nos revelam, ao contrário, uma ecologia política cheia de camadas que misturam elementos de fé, sofrimento, esgarçamento das relações conjugais – muitos maridos ameaçam as mulheres que estão nas ocupações com violência ou mesmo a separação conjugal - a produção de outras relações capazes de fabricar uma vida coletiva, cura, cansaço, mas também um sentido forte da “luta”, que talvez seja mesmo uma síntese desses vários elementos. Avtar Brah (2006) salienta o fato de que é preciso afirmar o “corpo inteiro, em sua fisicalidade, mentalidade e espiritualidade” como produtor de poder, e, para ela, “(...) é dentro des-

se espaço relacional que desaparece o dualismo que separa mente e corpo”.

Essas reflexões são também fortemente inspiradas na obra de Silvia Federici (2004) que insiste, entre outras proposições importantes, no fato de que a história do capitalismo é também e, sobretudo, a história de como o capitalismo atuou na regulação da vida reprodutiva das mulheres para que fosse possível a própria produção de uma mão de obra assalariada e outra não-paga, a das mulheres, e inteiramente disponível. Uma vida entre paredes. Da mesma forma, o pensamento de Judith Butler (2006;2010), nos permite pensar mesmo, junto com a lutas dessas mulheres, em uma ontologia corpórea cuja potencialidade situa-se, justamente, em explorar as possibilidades do que ela vem chamando de “mobilização das vulnerabilidades” em um mundo marcado por novas e mais intensas formas de produção de precariedade e despossessão.

Gostaríamos de pensar com as mulheres esse lugar que se constitui justamente nas fronteiras entre o doméstico e familiar e o público-doméstico (nos acampamentos), entre o trabalho reprodutivo e aquele que produz a própria possibilidade material da luta (a diferença de cozinhar em casa e de cozinhar em uma cozinha coletiva, por exemplo); as feitura cotidianas desse mundo materialmente sempre provisório e que só pode ser sustentado por uma prática constante de produção de relações.

Ocupação, gênero e seus deslocamentos

Ao contrário do que acontece nas experiências de muitas ocupações em prédios, nas regiões mais centrais da cidade, nas ocupações de terreno do MTST, o esforço de pensar um “nós” coletivo, um terreno comum capaz de produzir identificações e pertencimento é parte de uma dinâmica muito central do cotidiano. Vem daí a escolha de não lotear os terrenos, “é ruim o sentimento de que a pessoa tem ao fechar uma porta e já pensar: isso é meu”, me disse um coordenador.

Uma primeira questão importante é a diferença que se estabelece entre as mulheres casadas e aquelas que não o são. Muitas vezes ouvi de mulheres casadas, inclusive, que as mulheres “mãe solteiras” são as que mais “fazem a luta”: “são muito batalhadoras, não tem nada a perder”, me disse Tereza. As mulheres casadas, ao contrário, sempre falam sobre as constantes negociações que precisam ser feitas com os maridos que não estão na luta. Dormir no acampamento para elas, por exemplo, é quase impossível. “Eu posso fazer tudo, só não posso dormir”. A vida coletiva da “luta” guarda uma grande zona de poder e perigo para as mulheres e, não rara as vezes, o terreno da família nuclear é perturbado.

Maria de Fátima, uma mulher de 54 anos que foi coordenadora de um acampamento, casada, me conta que quando começou a ir no acampamento, toda a família começou a sugerir que ela era “vagabunda”.

Eles acham que a gente tá caçando homem no acampamento. Mandaram até conselho tutelar ir pegar minha filha. Não adianta! Eu falei: Vocês acham que eu sou vagabunda? Vou ser vagabunda até o fim!”. Tereza passou pelo mesmo conflito e disse que teve que ir “provando aos poucos que o acampamento era um acampamento de família.

A acusação de “vagabundas” por vizinhos e familiares é constante e tem dois sentidos importantes. Por um lado, ela acusa esse lugar da “ilegalidade” dos acampamentos, o “tomar um terreno dos outros”. Por outro, tem a ver com estar em um lugar “perigoso” do ponto de vista das relações sexuais e de afetos, que mistura o registro da intimidade com aquele que é público, onde, eventualmente, dorme-se junto.

O acampamento e a “luta” tornam-se também territórios de negociações, fluxos, e quando não, transformações constantes da própria feminilidade/masculinidade.

Cristina, que também foi coordenadora, casada na época e agora em uma situação de crise conjugal (agravada ainda mais porque o apartamento novo está no nome dela), nos conta um episódio interessante:

eu ia pro acampamento como homem, praticamente vestida como homem. Um dia eu tinha médico e foi muito engraçado, porque eu me arrumei pra ir pra lá e de lá pro médico. E quan-

do eu cheguei no acampamento, ninguém me reconheceu. “Não, você não é a Cristina, a Cristina não é assim”. Eu estava maquiada, com o cabelo solto, eu estava de vestido e o pessoal ficou “Mas não é você!” e eu falei “Ah, se não fosse eu, eu não estava aqui, né?”

A mesma Cristina narra um outro episódio de briga provocada pelo “ciúme” do marido, também acampado, por ela ter abraçado um outro companheiro de acampamento na ocasião da comemoração de conquista do terreno.

O Zeca chegou do nada, e quando eu soltei mão do meu marido, o Zeca me pegou, me abraçou e saiu me rodando feliz porque eu tinha ido pra negociação. E o meu marido entendeu tudo errado. Nossa, foi aquele tererê pra mostrar que o focinho de porco não era tomada, demorou!.

A domesticidade transposta para a cena mais pública do cotidiano acaba por borrar várias fronteiras interessantes que separam a vida doméstica-conjugal da vida coletiva, assim como a produção de uma intimidade compartilhada que se transforma em uma substância potencialmente “contaminadora” da economia que regula a sexualidade das mulheres.

A cozinha e o preparo coletivo dos alimentos constitui-se, nesse sentido, como um espaço muito interessante de abertura para as conversas e o fortalecimento dos vínculos a partir das

trocas e conversas sobre sexo, sexualidade, prazer. Talvez um dos espaços mais marcadamente femininos, a cozinha nos oferece também uma proteção contra as regulações da economia moral masculina, circunscrevendo dessa forma uma certa zona autônoma temporária para as mulheres. Foi na cozinha que comecei a ouvir sobre sexo nos acampamentos: “o que tem de filho de acampamento!”; “nessa próxima ocupação quero ir solteira, Deus que me perdoe!”; “essa parte aqui da galinha ó, come isso aqui que dá um teste danado”; “hoje estou estressada, tenho que transar”; “ih, fala baixo que chegou homem”.

A ida para o condomínio, nesse sentido, também interrompe essa dinâmica coletiva da cozinha – ainda mais porque as cozinhas dos novos apartamentos são de um modelo onde existe uma extensão da cozinha com a sala. Nos demos conta que, como chama atenção Silvia Federici (2004) em sua reflexão sobre as relações não monetarizadas pré-capitalistas e feudais, onde as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares, a divisão sexual do trabalho não hierarquizada, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres – o que chamamos hoje pejorativamente de “fofoca”, sempre foi um espaço importante de troca de informações e fortalecimento mútuo das mulheres.

No caso da vida cotidiana dos acampamentos e mesmo nas ocasiões de reuniões e encontros fora do terreno, as tarefas fundamentais são aquelas

ligadas aos cuidados e à manutenção das relações interpessoais responsáveis pela dinamização de uma economia das confianças: cozinhar, limpar, arrumar, cuidar das crianças, atentar aos prazos das burocracias que exigem os cadastros e demandas por moradias, cuidar do número de faltas e presenças que cada pessoa precisar ter nas atividades do movimento – tudo isso acaba compondo um universo feminino e um terreno político que tem mais a ver com a produção e manutenção das relações de interdependência, uma cartografia delicada que precisa cuidar e mover vulnerabilidades e confianças, do que propriamente com uma política de programas, resoluções e mapas discursivos. O que podemos resumir em uma frase muito dita pelas mulheres: “os homens só sabem dar opinião”!

Política, movimentos sociais e algumas reflexões preliminares

As reflexões que pretendemos traçar nesse trabalho são movidas também pelo esforço teórico de importantes pensadoras da teoria política feminista que, de diversas formas, vêm produzindo outras compreensões sobre a ação política e a própria resistência a partir da experiência das mulheres no terreno das lutas. Raquel Gutiérrez, socióloga mexicana, vem acumulando imprescindíveis aportes a partir de sua experiência com as lutas comunitárias na Bolívia. Trata-se de pensar, em nossa opinião, esses saberes e capacidades, os quais, segundo Gutiérrez, são fundamentais para

a produção dos momentos mais visíveis do antagonismo social, as “tramas que geram mundos(...) saberes cooperativos que anidam em las más íntimas e inmediatas relaciones de producción de la existencia cotidiana, sobre todo en aquellas relaciones no plenamente subordinadas a las lógicas de valorización del valor” (Gutiérrez, 2013, p.).

Vem da mesma autora uma importante crítica à própria noção de “movimentos sociais”. Se o termo cumpriu um papel fundamental no começo do século XXI, especialmente na América Latina, na medida em que logrou expressar os novos sujeitos coletivos que nesse momento emergiam na região, retomou o próprio entendimento da história a partir das lutas complexificando o que seria a tradicional “classe trabalhadora” como sujeito das transformações, por outro lado, a noção de “movimento social” acabava por eclipsar uma multiplicidade bastante heterogênea das lutas em um novo “sujeito político” mais ou menos estável. Compreender as lutas a partir de sua “instabilidade”, sugere Gutiérrez, é quase sempre atender para as dinâmicas de reapropriação coletiva do que já existe, começando pelo tempo e os meios de existência (Gutiérrez, 2013).

Inserindo-se muitas vezes no movimento a partir de toda a legitimidade que envolve o esforço pela conquista de uma moradia, as mulheres, em negociações intra-familiares, acabam conquistando esse espaço próprio de experiência e por muitas vezes também convencem seus maridos

de se engajarem na “luta”. No entanto, na maior parte dos casos, elas são chamadas de “loucas”, “vagabundas” e olhadas com desconfiança pela família e vizinhos.

“De repente, eu não tive mais medo” é o que muitas delas falam quando relembram a experiência de uma primeira passeata ou de quando chegaram, pela primeira vez, em um acampamento. Nesse sentido, é importante termos em conta o significado da própria mobilidade para essas mulheres que se recompõem entre empregos domésticos precários, todo o universo de suas relações familiares, a penosa atividade de se relacionar com os serviços públicos e do mercado (cadastros para benefícios, a insistência em filas para consultas e exames, o saber de toda uma cartografia sobre farmácias populares, atendimentos mais rápidos, vagas em creches e escolas, mercados mais baratos, etc...). O transitar entre mundos, do doméstico para o mundo do movimento e suas relações é, em nossa opinião, o que acaba por produzir transformações importantes naquilo que o filósofo Rancière (1999) chama de “posição de corpos”, ou seja, a possibilidade de produzir uma outra corporalidade capaz de deslocar aqueles papéis e posições que são cotidianamente impostos a elas. “Não ter mais medo”, nos parece ser a formulação exata sobre a experiência desse deslocamento.

Esses deslocamentos silenciosos traçam importantes caminhos que nos ajudam a pensar sobre

novas formas políticas para além dos grandes atos públicos e eventos críticos mais “visíveis”, o que estamos pensando aqui como experiências de um comum urbano. As recentes reflexões de Judith Butler (2014) também são bastante úteis para prosseguirmos em uma agenda de investigação comprometida com o trabalho de composição cotidiana do que ela chama de produção de interdependências e exposição de vulnerabilidades: compreender a ação política como um ato de independência do sujeito que o faz é reificar continuamente uma visão masculinista da própria política.

É importante lembramos que a composição ocupacional das mulheres que hoje integram o MTST, se quisermos pensar em termos da relação com o mundo do trabalho, é feita, majoritariamente, de mulheres que trabalham em ocupações ligadas aos cuidados de uma forma muito direta: empregadas domésticas, cuidadoras, diaristas, babás. Nos parece, portanto, incontornável do ponto de vista de qualquer análise sobre a nova configuração de classes na sociedade brasileira contemporânea compreender os modos de produção política, em todos os seus atravessamentos, desse sujeito que emerge de maneira incontornável na paisagem social de um dos maiores movimentos urbanos do Brasil hoje: a mulher negra, trabalhadora doméstica, periférica e evangélica. “Firme e forte que nem mulher do norte”, como muitos deles dizem (homens e mulheres) em forma de saudação em uma das ocupações do sul da região metropolitana de São Paulo.

Entre relatos de cura, depressão, sofrimentos, mas também aqueles momentos permeados pelas alegrias dos encontros, o impacto de tornar-se importante para o funcionamento de uma coletividade e de poder decidir algo, os deslocamentos entre o espaço doméstico e a própria domesticação dos espaços coletivos, a experiência de gestão de vulnerabilidades, a fé - conseguimos visualizar uma composição bastante heterogênea do que pode ser entendido como “fazer a luta” hoje para essas mulheres.

Para além da gramática oficial do “fazer política” marcada por agências, sujeitos completos e dispostos a encenar os antagonismos nos espaços públicos, queremos nos situar no terreno mais baixo, naquele aonde mesmo os sujeitos estão sendo feitos a partir de novas relações, uma contínua fabricação de relacionalidades capazes de mover mais subjetivamente essas pessoas que chegam mesmo a falar em duas vidas: uma primeira vida “doente” na qual os sentimentos de impotência e incapacidade funcionam como substâncias anestésicas e atomizantes dos sujeitos e uma outra vida, aquela feita pelas relações produzidas no “movimento”, as relações da “cura”, capazes de oferecer sentidos fortes de comunidade, cuidados, convívio e mesmo de novos conflitos.

Nesse sentido, a luta adquire um sentido extremamente material e corporal – nada mais material do que a sensação física da cura, um novo corpo se constituindo, uma nova disposição corporal

feita de outros e outras. Aparecida, uma mulher muito evangélica (no intervalo das assembleias e reuniões, ela liga seu celular e vê vídeos de cultos evangélicos), diarista, de 53 anos, nos contava que o mais difícil pra ela era “fazer a trilha” – a tarefa de passar a noite caminhando pelo terreno para fazer a segurança de todos, sem dormir. É preciso, justamente, um outro corpo que possa dar conta dessas novas inscrições, “não ter medo”, experimentar também outras espacialidades que não aquela circunscritas entre a casa, o trabalho e a igreja.

Em um bonito e forte manifesto intitulado “teoria da mulher doente”, Johanna Hedva (2015) nos conta o que para ela seria o gesto mais profundamente anti-capitalista em nossas sociedades:

O mais anti-capitalista dos protestos é cuidar de alguém e cuidar de si. Levar a sério a prática feminilizada e historicamente invisibilizada de cuidar, alimentar, receber. Levar a sério a vulnerabilidade, a fragilidade, a precariedade de cada um e dar apoio, honrar, fortalecer. Proteger uns aos outros, fazer e praticar comunidade. Um parentesco radical, uma socialidade da interdependência, uma política do cuidado. (Hedva, 2015)

A noção de “política” é, de certa forma, ausente entre as mulheres e quase sempre relacionada a política institucional partidária, portanto, exterior. “No movimento não tem política!”. Se quisésse-

mos radicalizar em um enunciado, diríamos que os homens políticos fazem política e as mulheres sem-teto fazem relações³. Mais do que relações, o que pretendemos explorar no decorrer da pesquisa etnográfica, é o processo mesmo de produção do que Isabelle Stengers (2005) chama de “tecnologia de pertencimento”: tornar-se capaz de fazer e pensar porque se pertence a algo. Ao pertencer, os sujeitos situam-se em um novo terreno de obrigações e implicações, um entremeado relacional, mas que ao mesmo tempo, é capaz de localizar e dar sentido às práticas comuns.

Em uma entrevista, Stengers (2009) nos abre um campo interessante de reflexão para pensarmos os próprios sentidos da política e agenciamentos coletivos. Para a filósofa, é preciso pensar em uma “política do meio” que seja capaz de conectar a micro-política com a macro (para ela, duas dimensões implicadas em um jogo de afirmação de verdades) a partir de uma ecologia política pragmática cuja pergunta é como “fazer funcionar” as relações. Um campo de invenção de práticas suscetíveis de “produzir novas percepções dotadas de novas consequências”. Acreditamos que, nesse sentido, pensar com as mulheres sem-teto na periferia de São Paulo pode nos ajudar a criar também esses caminhos do “meio” habitado por práticas de experimentação do estar junto e por um profundo senso relacional.

Avtar Brah (2006) também nos parece imprescindível nessa reflexão quando afirma que para re-

3. Com a candidatura a presidente da República de Guilherme Boulos, principal figura do movimento, os trânsitos da noção de “política” começam a mudar.

formular as formas de “agência” é preciso afirmar que : “O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas” (Brah, 2006, p.130).

Pensar o “nós” é entender o seu modo contínuo de produção – entre paredes e também quando derrubamos elas.

Referências:

ALEKIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329- 376.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. El poder del duelo y la violencia, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

_____. **Marcos de Guerra**. Las vidas lloradas. Barcelona: Paidós Ibérica, 2010.

_____. Bodies. In **Alliance and the Politics of the Street**. Disponível em: <http://www.eipcp.net/transversal/1011/butler/en>. 2011

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria

feminista à análise dos movimentos sociais. In **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.212-225, set. 2006.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch. Women. The Body and Primitive Accumulation**. New York: Autonomedia, 2004.

GUTIÉRREZ, Raquel. **Insubordinación, antagonismo y lucha en América Latina** ¿Es fértil todavía la noción de “movimiento social” para comprender la lucha social en América Latina? Ciudad del México: Cátedra Jorge Alonso, 2013.

HEDVA, Johanna. Sick woman theory. **Mask Magazine**, 2005. Disponível em: <http://www.mask-magazine.com/not-again/struggle/sick-woman-theory>

Mol An. **The logic of care: health and the problem of patient choice**. New York, NY: Routledge; 2008

Rancièrè, Jacques. **Disagreement**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. In **Cultural Studies Review**, Vol 11, n 1, March, 2005.

_____. Histoire du milieu : entre macro et mésopolitique. In: **Micropolitics: Exploring EthicoAesthetics**. Inflexions : A Journal for Research Creation. No. 3, September 2009. ■

Ativismo urbano e patrimônio cultural

Urban activism and cultural heritage

Mariana Kimie da Silva Nito* e Simone Scifoni**

Resumo

É possível pensar outro papel para o patrimônio cultural na cidade, que não seja aquele ligado necessariamente a sua reconversão em espaços de animação cultural voltados à revalorização de áreas centrais e à gentrificação? É possível um ativismo urbano que transforme o patrimônio cultural em fonte de questionamento e contraposição a processos da urbanização como negócio? Este artigo pretende responder a essas questões iniciais, a partir da exposição e debate de uma experiência que vem sendo desenvolvida na cidade de São Paulo e que tem como objetivo mobilizar argumentos e produzir narrativas para a defesa da permanência dos grupos sociais mais pobres nas áreas centrais, colocando o patrimônio contra a gentrificação. Tal experiência se enquadra em um tipo de ativismo urbano que toma a ação educativa no campo do patrimônio cultural como tática essencial de atuação. Neste sentido, afirma-se a necessidade de democratizar o patrimônio e, também, os processos de memorialização, os quais têm produzido, ao longo do tempo, a invisibilidade de determinados grupos sociais, entre os quais os trabalhadores e os moradores pobres do centro de cidades.

Palavras-chave: Direito à memória. Gentrificação. Inventários participativos.

Abstract

Is it possible to think of another role for cultural heritage in cities that is not necessarily linked to their reconversion in spaces of cultural entertainment, towards recovering the value of central areas and gentrification? Is it possible to have an urban activism that transforms cultural heritage in a source of reflection and counterpoint to processes of urbanization as a business? This article aims to answer these initial questions from the exposition and discussion of an experience that is being developed in the city of São Paulo and has the objective to gather arguments and produce narratives in defence of the permanence of poorer social groups in city centers, using cultural heritage against gentrification. Such experience fits a kind of urban activism that has educational actions in the field of cultural heritage as an essential tactic. In this sense, it affirms the need to democratize heritages and also memorialization processes which have produced, over time, an invisibility of certain social groups, among which are workers and poor inhabitants of city centers.

Keywords: Right to the memory. Gentrification. Participatory inventory.

*Educadora no Museu da Imigração. cursou o mestrado profissional interdisciplinar do Iphan, no qual atuou e desenvolveu pesquisa sobre entorno de bens tombados. Membro do conselho gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. É representante da sociedade civil pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB na Comissão de Proteção a Paisagem Urbana – CPPU da prefeitura de São Paulo.

** Docente do Depto de Geografia da FFLCH/USP. Prêmio Capes de Teses, conferido, em 2006, pelo trabalho “A construção do patrimônio natural”. Atuou e atua em instituições públicas de proteção do patrimônio cultural como o IPHAN, Condephaat/SP e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil.

Introdução

No Brasil, a experiência institucional de proteção do patrimônio cultural em diferentes esferas (seja federal, estadual ou municipal), com forte influência europeia, particularmente francesa, nos delegou um conjunto homogêneo e coeso do ponto de vista dos sujeitos sociais e das memórias ali representadas, o que terminou por criar ausências, invisibilidades e ocultamentos das classes populares e dos trabalhadores, pouco ou nada representados nesse universo.

Reforçando essa situação de desigualdade social do patrimônio, o Estado, por meio de ações de conservação e restauro, tem investido recursos voltados à transformação desses bens culturais em produtos para o consumo visual, dentro de uma estratégia combinada de usar o patrimônio como forma de promover a valorização espacial, o que resulta, em contrapartida, em expulsão dos moradores e trabalhadores pobres de áreas centrais. O patrimônio transforma-se, assim, em

vilão e fonte de exclusão social. Ele tem sido usado, na contemporaneidade, como elemento estratégico de políticas urbanas voltadas a promover o chamado “retorno ao centro”, conforme analisou Riviere d’Arc (2012). Esse retorno tem a marca de uma conquista classista do centro, de acordo com que afirmou Smith (2006), já que o horizonte que se coloca é o de deslocamento dos moradores das classes populares do centro.

Décadas de abandono das áreas centrais pelos segmentos sociais de maior renda, seja na forma de moradia ou de atividades econômicas, resultou em reocupação pelos grupos sociais mais pobres, em função da necessidade de proximidade com o emprego, ainda que seja o trabalho informal do comércio de rua. O barateamento dos alugueis em um cenário de desvalorização imobiliária ou a atuação de um movimento social por moradia que ocupou imóveis ociosos, como ocorreu na cidade de São Paulo, contribuiu para

a reocupação popular do centro. O resultado é que depois de algumas décadas de declínio de população moradora nos bairros da área central, contemporaneamente se constata tanto o seu crescimento, quanto a mudança significativa do perfil socioeconômico, com predominância dos estratos de menor rendimento.

No entanto, por concentrar infraestrutura e serviços urbanos, atualmente, essas centralidades se tornam objeto de disputa constituindo-se em nova fronteira para a atuação do mercado imobiliário que busca atrair, para ali, grupos de moradores solventes. Como estratégia que envolve a articulação entre o político e o econômico constrói-se o discurso da degradação do centro, que é usado para legitimar planos de intervenção que constituem pontas de lança para a revalorização espacial e a expulsão dos grupos mais pobres.

Criação de parques, projetos ditos de requalificação de espaços públicos, intervenções viárias, recuperação e restauração do patrimônio histórico fazem parte da fórmula criada para reverter a representação negativa do centro como um lugar degradado, perigoso e violento. A defesa de um patrimônio recuperado e reincorporado ao novo cotidiano das áreas centrais transforma-se, assim, em poderoso alibi justificador desse urbanismo excludente.

Nesse contexto, é possível pensar outro papel para o patrimônio cultural que não seja o de contribuir para a expulsão dos moradores pobres

do centro? O presente artigo busca discutir esta questão, apresentando e debatendo uma experiência educativa que vem sendo construída nesse caminho e que toma o patrimônio como fonte de reflexão e mobilização pela permanência e pelo direito dos grupos sociais mais pobres ao centro da cidade; questiona-se e problematiza-se, neste sentido, o uso e abuso do patrimônio como fonte para legitimação do processo de gentrificação.

Trata-se de uma forma de ativismo que toma como tática essencial a educação voltada a colocar em evidência outros patrimônios possíveis, mais próximos do cotidiano e do trabalho das classes populares. Essa ação está sendo desenvolvida por meio de um inventário participativo de referências culturais, que adota o método elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹. Parte-se do entendimento de que o inventário participativo é uma ferramenta educativa que busca a democratização do patrimônio e dos processos de memorialização, alinhando-se a uma pedagogia humanista e libertadora, conforme propõe Paulo Freire (2011). Uma educação que seja capaz de formar sujeitos para o desvelamento do mundo, para que eles, assim, possam transformar a sua própria realidade. Ao contrário de ensinar sobre um patrimônio escolhido pelo Estado de forma autoritária, seletiva e excludente, os inventários participativos constroem um caminho oposto, permitindo que os grupos sociais possam se reconhecer, selecionar e escrever sua própria história.

O método é de uso livre, sem a necessidade de autorizações ou cessão de direitos, e o manual de aplicação está disponível na publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/>

A experiência vem sendo realizada em um recorte da área historicamente constituída como centro da cidade de São Paulo, em um território que foi cortado, nos anos 1970, pela construção de uma via elevada, chamada popularmente de Minhocão (Elevado Presidente João Goulart). A construção dessa via elevada, ao mesmo tempo em que contribuiu para a desvalorização imobiliária e a saída de segmentos sociais mais abastados, também favoreceu a formação de um perfil mais popular para os trechos que lhe são contíguos, tanto no que diz respeito às atividades econômicas, quanto aos seus moradores.

Além da popularização deste território, ao longo dessas quatro décadas, um conjunto de práticas culturais urbanas se constituiu na existência cotidiana dos moradores e trabalhadores desse espaço da cidade. São modos de fazer, de viver e de ser, manifestações culturais diversas e em íntima relação com os lugares centrais da cidade de São Paulo. Como exemplos há a roda de samba que acontece atrás da igreja e toma início depois da missa, ou as intervenções artísticas e políticas que têm como suporte físico a estrutura do elevado. São saberes e formas de expressão da luta por moradia, que se constituíram na organização e mobilização pela permanência no centro e pelo direito à cidade. Neste inventário foram identificados mais de quarenta referências culturais entre celebrações, formas de expressão, saberes, lugares, edificações e objetos, que estão relacionadas aos grupos so-

ciais que reocuparam o centro no momento de sua desvalorização imobiliária.

O método do inventário de referências culturais estimula e fomenta a participação e o envolvimento dos grupos sociais, para que o processo de identificação se dê a partir da compreensão e do ponto de vista daqueles que são os intérpretes do patrimônio. O objetivo do inventário foi levantar e mapear as referências culturais dos grupos sociais mais vulneráveis ao processo de gentrificação, subvertendo o olhar do patrimônio cultural daquilo que é mais consagrado, para pensar outros patrimônios possíveis, a partir das memórias coletivas que são construídas no cotidiano e trabalho das classes populares.

Ação educativa como ativismo urbano

O inventário participativo Minhocão contra Gentrificação é uma iniciativa que surgiu, a partir de 2016, do encontro entre a Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial) e o Movimento Baixo Centro. A Repep é um coletivo de profissionais que busca repensar conceitos e práticas educativas na área de cultura, memória social e patrimônio. Já o Movimento Baixo Centro atua na área central da cidade de São Paulo em busca da ocupação criativa dos espaços públicos, visando tensionar as políticas públicas para a região, defendendo o direito do cidadão de ocupar as ruas e praças para diferentes formas de expressão, ou a humanização urbanística como se refere Carrapatoso (2012).

A intenção inicial do inventário era trazer à tona outras narrativas sobre o espaço público e as edificações do centro, mais próximas da memória e da experiência de vida de moradores e frequentadores antigos. O que justifica o inventário no território cortado pelo Minhocão é a possibilidade de gentrificação que está associada às propostas e projetos de sua transformação em parque público ou a sua demolição. Ainda que não viabilizadas em sua totalidade, a anunciação destes projetos e propostas já está influenciando a dinâmica local, estimulando uma valorização imobiliária da região que pode levar a expulsão dos mais pobres e vulneráveis.

Tendo em vista a dimensão das ações e do território a ser inventariado, em dado momento, como tática para sua execução, foram realizadas chamadas públicas de voluntários para compor o grupo e auxiliar na identificação das referências culturais. Mais de 50 pessoas se envolveram no inventário participativo como pesquisadores e como cidadãos preocupados com o território em que vivem. Entre eles, professores e estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, tais como arquitetos, historiadores, geógrafos, antropólogos, além de servidores públicos e profissionais do patrimônio. Como o trabalho é voluntário, durante o tempo de execução a equipe variou bastante em número de profissionais envolvidos, mas conseguiu manter constante um núcleo central que organiza e gerencia as atividades e o seu encaminhamento.

O inventário do Minhocão está sendo realizado a partir de um método de ação educativa desenvolvida pelo Iphan e que se baseia na noção de referência cultural. Por meio desta noção é possível pensar o patrimônio de forma ampliada, distanciando-se da visão tradicional e conservadora que o identifica apenas ao antigo e ao monumental e aquilo que é expressão da história oficial dos grandes feitos e heróis. A referência cultural está enraizada no cotidiano e na memória dos grupos sociais e baliza uma experiência que é coletiva. Pode ser uma prática, um saber, um ofício, mas também o lugar onde ambos acontecem. Pode ser um objeto material ou uma construção, independente da existência de valor arquitetônico ou artístico. O conteúdo da referência cultural é dado pela qualidade da relação estabelecida, no passar do tempo, no seio do grupo social.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o

que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p.29)

Como parte do método, o inventário busca não apenas identificar e qualificar estas referências culturais, mas também explicitar suas diferentes especificidades, o que é feito por meio de sua classificação nas seguintes categorias: celebrações; formas de expressão; saberes; lugares; objetos; e edificações. Trata-se de um exercício de compreensão e de interpretação dos sentidos e significados próprios atribuídos a cada referência.

As celebrações dizem respeito a festas, mas também a rituais de trabalho e devoção, são momentos diferenciados da vida social. Por formas de expressão se entendem todas as maneiras pelas quais os grupos sociais comunicam a sua experiência, em diferentes formas de linguagem: oral, corporal, gráfica, sonora, artística. Os saberes dizem respeito aos conhecimentos, técnicas ou ofícios, são modos de fazer que dizem respeito a produção material ou ao exercício de alguma atividade social, de serviço. A categoria lugar busca abranger os espaços apropriados para a execução de práticas e manifestações, constituindo a base material para a realização da cultura ou aqueles espaços de importante significado simbólico atribuído pelo grupo social. O lugar pode ser uma esquina, uma cachoeira ou uma praça; independe da existência de qualquer edificação, já que o seu sentido foi construído a partir de sua localização, ou seja, como ponto espacial. Mas a

referência pode estar ligada a uma determinada construção que tenha valor simbólico, independente de qualidade arquitetônica ou estética-artística; neste caso, a categoria é a de edificação. Por último, a categoria objeto diz respeito a instrumentos de trabalho ou de devoção religiosa, utensílios ligados ao cotidiano, a formas de lazer e brincadeiras, entendidos como parte da memória do grupo social.

Com a temática definida e tendo em vista o conhecimento da complexidade local do território cortado pelo Minhocão, questionou-se sobre quais seriam os grupos sociais abordados no inventário participativo. Com a multiplicidade de possibilidades, foi feita uma escolha ponderando quais seriam os sujeitos mais vulneráveis ao processo de gentrificação, possibilitando circunscrever cinco grupos sociais que são os intérpretes das referências culturais. Ressalta-se que, nesse processo, não foram os objetos e/ou manifestações culturais em si que eram primordiais, mas a relação dos sujeitos que atribuem valor a eles, a partir da leitura de como foram construídos socialmente.

O protagonismo observado no inventário participativo resulta na produção coletiva de conhecimentos elaborados por diversos agentes durante a identificação e a seleção daquilo que é mais significativo e parte da vida social. Nesse sentido, trata-se de uma atividade dialógica, construindo constantemente sentidos e experiências.

O inventário participativo se insere enquanto uma pedagogia do patrimônio que problematiza um território e busca nele identificar um patrimônio vivo e complexo relacionado às condições e necessidades locais. Portanto, a educação patrimonial que o inventário suscita é aquela ligada a reflexão crítica sobre o patrimônio, que afirma e está de acordo com a contínua transformação de seus valores relacionados diretamente aos grupos e sujeitos sociais. Deste modo, trata-se também do exercício da cidadania, uma ação formativa, que pode ser também entendida como uma ferramenta política, uma estratégia para a mobilização social.

Um dos primeiros sujeitos sociais abordados foi o chamado grupo LGBT+, que possui uma relação histórica de centralidade no Largo do Arouche. Com os primeiros contatos constatou-se que fazem parte desse grupo tanto os moradores locais, como também os frequentadores habituais que têm forte identificação cultural com a região, muitos destes, moradores da periferia da cidade. Também compõem o grupo os trabalhadores do sexo (prostitutas, michês e dançarinas de boates), trabalhadores das atividades complementares do comércio do sexo (das boates, bares, saunas, sex-shop, casas de show, hotéis) e os turistas que não se enquadram no uso habitual, mas que têm na região um ponto tradicional de visitação. A aproximação foi feita a partir de entrevistas e conversas com frequentadores, com agentes de coletivos e de órgãos públicos, na

participação em eventos e debates e por meio de oficinas educativas de interação com o público diverso, como exemplo: Coletivo Arouchianos, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Ataque! Queer e Frente pela Diversidade e Melhoria da Região do Largo do Arouche.

Outro grupo social para o qual foram pesquisadas as referências culturais é formado por moradores e trabalhadores pobres do centro. Nesse grupo estão trabalhadores com vínculos formais, mas também os do comércio informal e ambulante, ambos com baixa remuneração (copeiros, mecânicos, borracheiros, garçons, porteiros, etc.). As ferramentas de pesquisa para esse grupo foram conversas que aconteceram durante o conhecimento dos lugares de trabalho e sociabilidade. A mesma estratégia de aproximação foi utilizada com o terceiro grupo social, os imigrantes e refugiados, muitos oriundos de países africanos, mas também haitianos, bolivianos, paraguaios, sírios, entre outros. Apesar de também fazerem parte do grupo de trabalhadores e moradores pobres do centro, pois muitos trabalham no comércio informal e moram em pensões, no entanto, a questão migratória apresenta-se como fator diferencial, pois sua situação de vulnerabilidade é maior frente ao preconceito e discriminação pela origem, condição social e pela cor.

O cenário de problemas sociais complexos foi um desafio constante do inventário, em relação à identificação dos sujeitos sociais que vivem a

realidade do território do Minhocão. Neste sentido, outro grupo social que compõe o inventário diz respeito aos moradores em situação de rua, aqueles em condição de vulnerabilidade social mais crítica. São vistos pela sociedade a partir de representações negativas, como ligados a criminalidade e, em geral, são os primeiros alvos de políticas de “embelezamento” urbano. Trabalhou-se no sentido do reconhecimento de que a situação de rua é um fenômeno social urbano de proporções dramáticas e desumanas, e a aproximação com o grupo foi feita por meio de movimentos sociais, ongs e agentes pastorais que já estabeleceram uma atuação de longa data com essas pessoas, por meio de ações de assistência social e solidariedade. Falar de patrimônio para este grupo social que tem um conjunto de carências mais urgentes pode ser encarado como supérfluo, porém, como o trabalho do inventário participativo tem como perspectiva a luta contra gentrificação, a intenção é justamente iluminar questões que estão sendo invisibilizadas no local.

Por outro lado tem-se o quinto grupo social que apresenta algumas ambiguidades; são os trabalhadores da cultura. A presença de artistas e a produção de um meio cultural agitado tem sido, historicamente, propulsora da valorização de áreas urbanas que tornam-se alvos atrativos à especulação imobiliária. Reconhece-se este potencial, mas também a possibilidade que a arte tem ressignificar espaços como forma de consciência crítica. Assim, englobou-se pessoas liga-

das às mais diversas linguagens (artes cênicas e visuais, música, performance, pixo etc.) que também são atraídos para região pelo aluguel barato; em geral, estão ligados à atividade de produção de cultura fora do mercado, e ainda impulsionados à atuar em uma região central.

Outros patrimônios possíveis

Ao todo foram identificadas e inventariadas 44 referências culturais, sendo elas 4 celebrações, 13 formas de expressão, 6 saberes, 11 lugares, 9 edificações e 1 objeto. Algumas delas dialogam com mais de um grupo social, apresentando e reconhecendo conflitos entre significações. A seguir são apresentadas algumas referências que exemplificam o universo trabalhado e que possibilitam pensar outra relação com o patrimônio cultural possível, dentro do contexto de áreas centrais grandes cidades. Na impossibilidade de explicitar e qualificar a totalidade das referências encontradas selecionamos 8 delas para destacar. São elas: ocupação de edifícios vazios; luta por moradia; pixo; folhinhas; teatro de rua; modos de fazer teatro de janela; ativismo negro feminista; Largo do Arouche.

Como parte integrante dos modos de fazer e viver, foi identificada a Ocupação de Edifícios Vazios, referência cultural classificada na categoria Formas de Expressão. Trata-se de uma prática que nasce da experiência coletiva e organizada de trabalhadores da área central da cidade, que

expressa e comunica a necessidade de cumprimento do direito fundamental à moradia e da função social da propriedade, ambos dispositivos estabelecidos constitucionalmente. Essa prática que é social, manifesta, também, sua dimensão cultural na medida em que envolve ideias, valores e sentidos que são transmitidos pelo grupo como uma herança, como parte da sua memória coletiva. Essa forma de expressão se destaca pela permanência no tempo, tendo sido produto das primeiras mobilizações pela melhoria das condições de moradia na área central, no ano de 1984, realizadas pela população moradora de cortiços. São, assim, mais de três décadas de experiências consolidadas que afirmam uma cultura política, de caráter reivindicatório e de afirmação pelo direito à cidade, como direito a permanência dos trabalhadores mais pobres no centro. Entende-se por cultura política o conjunto de práticas culturais que se produzem articuladamente às lutas sociais, as quais buscam transformar a realidade no sentido da superação das formas de injustiça social e de luta política pela hegemonia, conforme apresenta Chauí (2006).

Da mesma forma, os conhecimentos adquiridos pelos movimentos sociais nessa experiência de atuação no centro foram identificados como uma referência cultural na categoria Saberes. Trata-se de um saber específico da Luta por Moradia. Corresponde a um conjunto de conhecimentos que foram construídos a partir das práticas, rotinas e experiências de organização e mobilização

que conformam um repertório de ação coletiva, de acordo com Tabagiba, Paterniani e Trindade (2012). São saberes que se produzem de forma compartilhada e se reproduzem no grupo social pela transmissão da memória coletiva e que envolvem a formação da consciência crítica de uma série de injustiças sociais. Mas são também conhecimentos da prática da luta, das formas de planejamento, de organização, da execução e negociação, da resolução de conflitos, além da viabilização do cotidiano do espaço ocupado.

Na categoria Forma de Expressão destaca-se, também, o Pixo, como uma expressão urbana paulista que possui características únicas em sua grafia, apresentando-se como marca e disputa do território que tem o centro da cidade como espaço simbólico de grande visibilidade. As relações gráficas dos muros são reflexo também da forma como as pessoas se organizam socialmente. Desmistificando o pixo como ato de vandalismo, ele é entendido como uma referência cultural de uma linguagem de sistema fechado que só aqueles que a praticam conhecem seus significados, provoca quem não entende e ao mesmo tempo coloca o nome (pessoal ou do grupo que fazem parte) em um lugar de destaque na cidade que cotidianamente os excluem. Parte do universo do pixo, há também as folhinhas que são registros dessa escrita em folhas de caderno, agenda ou soltas guardadas, colecionadas e até vendidas. As folhinhas foram identificadas como referência cultural na cate-

goria Objeto, já que são artefatos produzidos e trocados em encontros entre pixadores e são valoradas individualmente ou em conjunto pelo tempo de cada registro, e ainda por serem feitas por pixadores mais experientes e/ou famosos. Ao mesmo tempo são suporte de memória do pixo e reflexo das relações sociais do pixador.

Outra referência reconhecida no inventário do Minhocão na categoria Formas de Expressão é o Teatro de Rua, caracterizado por ocorrer sem ou com pouca infraestrutura, no qual o imprevisível faz parte do espetáculo. É uma expressão que tem como principais características a democratização do acesso à cultura e a interrupção da rotina dos cidadãos, inserindo-se e trazendo apresentações no espaço público que, por vezes, dialogam com temáticas políticas provocando o público. Similar a experiência teatral na rua, há os Modos de Fazer Teatro de Janela, outra referência cultural, dessa vez na categoria Saberes. Trata-se de um conjunto de conhecimentos associados à produção de apresentações teatrais, executadas com técnicas desenvolvidas especialmente para a relação janela palco e minhocão público. Foi criada e desenvolvida pelo Grupo Esparrama que iniciou uma série de peças a partir de uma janela do apartamento de seus integrantes, em frente ao Minhocão. A partir das primeiras experiências, o grupo conseguiu adaptar as técnicas do teatro de rua, lidando com a estrutura e a distância do próprio Minhocão constituindo uma experiência inédita nas artes cênicas.

Ainda dentro da categoria dos Saberes, cabe destacar como referência cultural o Ativismo Feminista Negro. Esse constitui um conjunto de conhecimentos produzidos na experiência diária e cotidiana da luta antirracista, contra a discriminação racial, sexual e de gênero e de combate a violência contra as mulheres, além da mobilização e de esforços de empoderamento negro. A experiência mais antiga vem da organização de um grupo de mulheres negras, reunido em torno do Instituto da Mulher Negra, o Geledés, que tem sua sede muito próxima ao Minhocão. O Geledés foi fundado em 1988, por mulheres que atuam na luta feminista e antirracista. No entanto, sua experiência que conformou esse conjunto de saberes é anterior, com origem ligada à resistência no período da ditadura militar dos anos 1960-1970. Os saberes são difundidos para universos cada vez mais amplos por meio do uso das redes sociais e do ambiente virtual, tendo o Portal Geledés se tornado uma importante referência de informações e de reflexão crítica sobre o tema da discriminação racial e do movimento feminista. Tais saberes relacionam-se à atuação nas áreas de direitos humanos e igualdade racial, o que contempla o atendimento jurídico às vítimas de discriminação social, ações de conscientização e organização política, pesquisas sobre sistemas de saúde e direitos dos cidadãos e ações educativas. Além do Geledés, outra referência importante de ativismo anti racista presente neste território do Minhocão é o Aparelha Luzia, um espaço cultural que é ao mesmo tempo lugar de resistência, debate e diálogos sobre o empoderamento negro, como também lu-

gar de encontro, cursos, saraus e festas. O espaço é responsável pela difusão da produção artística e política da comunidade negra em São Paulo e, segundo a sua idealizadora e fundadora, Erica Malunguinho, localizar-se na Barra Funda é ato simbólico de uma espécie de reintegração de posse, já que as tradições negras que estão ligadas a origem do bairro foram apagadas da história da cidade.

Por fim, outro exemplo de referência cultural que merece destaque é o Largo do Arouche, dentro da categoria Lugares, uma vez que este logradouro constituiu-se historicamente como uma centralidade para os grupos LGBT+. O Arouche, desde os anos 1950, constituiu-se como um ponto de encontro homossexual, o que foi acentuado nas décadas seguintes com a abertura de equipamentos de lazer, tais como bares, restaurantes, cinemas, danceterias, saunas, entre outros. No final dos anos 1970, o Largo do Arouche já se encontrava como território apropriado para a afirmação do direito à diversidade sexual, sendo compreendido como o epicentro do movimento de “sair do armário”. Inicialmente com a frequência mais ligada às classes médias, com destaque para artistas, universitários e intelectuais, ao longo dos anos este território se diversificou do ponto de vista social, sendo hoje, marcadamente uma centralidade para jovens pobres da periferia metropolitana que não podem assumir sua sexualidade em seus bairros de origem. O Largo do Arouche afirma-se atualmente como o locus principal de sociabilidade, do encontro e da pos-

sibilidade de relações afetivas em um contexto de afirmação da diversidade sexual e social.

Considerações finais: a subversão do patrimônio em direção ao direito à memória

Apesar de previsto constitucionalmente no Brasil, o direito a memória está longe de ser oficialmente reconhecido e realizado. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, conceituou patrimônio cultural de forma ampla, atrelando-o de maneira incondicional aos valores que são atribuídos pelos diferentes grupos sociais, reconhecendo que o patrimônio é suporte da ação, identidade e memória destes grupos, criando, portanto, a base para a formulação de um direito social à memória. Da mesma forma, estabeleceu que a sua preservação deve se dar de maneira compartilhada entre o Estado e a sociedade, o que implica, necessariamente, que as instituições públicas a quem cabe a sua tutela criem formas de participação social e de escuta em relação a tarefa de identificar e proteger o patrimônio cultural.

Se os valores emanam dos grupos sociais, tal como esclarece Meneses (2012; 2017), por qual razão os processos de identificação continuam a se dar de forma discricionária, sem ouvir aqueles que vivem cotidianamente o patrimônio. É fundamental, na atualidade, problematizar a forma como se dão esses procedimentos de seleção e eleição, os quais passam muito longe de apreender os sentidos e significados que os grupos sociais atribuem

aos bens culturais, uma vez que não estabelecem qualquer diálogo com aqueles que são os sujeitos do patrimônio. É preciso compreender a relação existencial e de fruição social que estes grupos têm com o patrimônio e isso só será possível quando os procedimentos de identificação, seleção e eleição se abrirem ao diálogo com estes sujeitos, valorizando e incorporando os saberes empíricos, os desejos e expectativas dos grupos sociais.

O Inventário Participativo de Referências Culturais é um caminho para tal. Por meio dele pode-se operar a transformação do olhar, no sentido de superar os objetos mais consagrados pela memória oficial, para colocar na centralidade da ação o universo do cotidiano, da vivência e da experiência social. A ferramenta do inventário permite refletir sobre as coisas do cotidiano, retirando-as de sua invisibilidade diária e ressignificando-as, processo que ocorre quando essas coisas são enunciadas como lugares da vida, como celebrações, e rituais do trabalho, como formas de ser, de viver, ou modos de fazer.

O inventário pode promover uma subversão das formas hegemônicas de pensar o patrimônio cultural. Essas formas hegemônicas impuseram, desde muito cedo, uma ideia de herança coletiva que não representa a totalidade dos grupos sociais, principalmente os setores populares, os grupos subalternizados. No entanto, essa herança foi e é imposta como se fosse de todos, como se fosse um consenso. Na verdade ela é suporte

de uma memória exterior aos grupos, mas que é internalizada pelas classes populares como se fosse a sua própria memória. O processo de internalização se dá por meio do discurso estatista, que afirma a sua legitimidade como o único ente capaz de enunciar o que é patrimônio, por meio do reconhecimento institucional.

Assim sendo, usando um método criado no campo do patrimônio cultural, o inventário como ativismo educativo busca enunciar e anunciar outros patrimônios possíveis, considerando a experiência e a vivência, as práticas e as memórias dos grupos populares no centro da cidade. Desta forma, o patrimônio se transforma em um discurso em defesa da permanência dos moradores e trabalhadores pobres no centro e do direito à cidade, contra o urbanismo que promove a segregação socioespacial e aprofunda as desigualdades e as injustiças sociais.

O inventário do Minhocão tenta mostrar que, passados mais de 40 anos de presença do elevado nesta porção central da cidade, não é mais possível concebê-lo só como fracasso urbanístico. Tal discurso que vê o Minhocão como cicatriz é o mesmo que defende medidas curativas, voltadas à valorização imobiliária, ao embelezamento e à substituição de classes no espaço. O Minhocão se tornou, no passar das décadas, em lugar de uma atividade cultural multidiversificada, fora do mercado, errática e que tem nessa via elevada o seu eixo central, uma vez que ele gerou diferentes usos e formas de

apropriação social acompanhados da produção de cultura igualmente diversa e complexa.

O inventário do Minhocão permite problematizar o consenso do fracasso urbanístico e da cicatriz a maquiagem, propondo a subversão do olhar, reconhecendo que nesses 40 anos o elevado foi ressignificado, tornando-se “[...] locus de intensa atividade cultural, de apropriação e uso social e de vida urbana em sua complexidade.” (NITO; SCIFONI, 2017, p. 49).

Referências:

BORGES, Pedro. **Aparelha Luzia, um território de resistência negra na capital paulista**. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/aparelha-luzia-um-territorio-de-resistencia-negra-na-capital-paulista>. Acessado em 01/08/2019.

CARRAPATOSO, Thiago. Humanização urbanística. **Ateliê 397**, set. 2012. Disponível em: <https://ateli397.com/baixo-centro/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2016.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. INRC 2000. Manual de Aplicação. Bra-

sília: Iphan, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc**, n.05, nov/2017, p.38-49. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/e41e4678/e25f/4759/adf4/75827c81fcbb.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

RIVIÈRE D’ARC, Hélène. Introdução. In: RIVIÈRE D’ARC, Hélène; MEMOLI, Maurizio (org.). **Intervenções urbanas na América Latina**. Viver no centro das cidades. São Paulo: Senac, 2012. p.9-19.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local a “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU_ZACHARIASSEN, Catherine (org.). **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p.59-87.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Z.; TRINDADE, Thiago A. ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, n.2, novembro, 2012, p. 399-426. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/issue/view/784/showToc>. Acesso: 01/08/2018. ■

A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura

Culture as Urbanism, or the Territorial Dimension of Culture

Daniela Sandler*

*Daniela Sandler leciona história da arquitetura na Universidade de Minnesota. Seu livro *Counterpreservation: Architectural Decay in Berlin since 1989* (Cornell University Press, 2016) analisa decrepitude, memória e gentrificação em Berlim. Suas outras publicações, em livros e revistas científicas como *Third Text* e *Social Identities*, abordam espaço público e cultura em São Paulo, memoriais na Alemanha, modernismo brasileiro, e habitação social em São Paulo, entre outros.

Resumo

Este artigo desenvolve o conceito de “dimensão territorial da cultura” (proposto por Raquel Rolnik) no contexto dos novos urbanismos de base de São Paulo, em especial nas periferias da cidade. O argumento central é o valor da cultura como elemento integral ao urbanismo, e não como área separada de aporte ocasional. O artigo examina o uso da cultura na construção de espaços públicos periféricos, definidos não por seus aspectos formais mas por sustentarem uma esfera pública diversa e inclusiva. A cultura é entendida como urbanismo por servir tanto à compreensão crítica de processos de urbanização, quanto à intervenção prática nesses processos. O artigo também sugere uma ampliação das premissas epistemológicas do urbanismo para incluir práticas e saberes de comunidades e grupos diversos, não necessariamente reconhecidos por instituições educacionais e profissionais oficiais. Uma tal visão ampliada tem o potencial de gerar um urbanismo mais democrático, participativo e eficiente, e uma cidade mais justa e humana.

Palavras-chave: Ativismos urbanos. Periferia. São Paulo. Epistemologia. Espaço público.

Abstract

This article develops the idea of a “territorial dimension of culture” (proposed by Raquel Rolnik) in the context of contemporary grassroots urbanism in São Paulo, in particular in the peripheries of the city. The central argument of the article is the value of culture as an integral element in urbanism, and not as a separate area that is occasionally brought to bear on it. The article examines the use of culture in the construction of public spaces in the periphery—spaces defined not by their formal aspects, but for sustaining a diverse and inclusive public sphere. Culture is understood as urbanism both because it helps in critically understanding urbanization processes, and also because it aids in intervening in these processes concretely. The article also suggests a broadening of the epistemological assumptions of urbanism, so as to include practices and bodies of knowledge by diverse communities and groups, which are not necessarily recognized by official educational and professional institutions. Such a broadened vision has the potential to generate a more democratic, participatory and efficient urbanism, and a more just and humane city.

Keywords: Urban activism. Periphery. São Paulo. Epistemology. Public space.

Introdução

Em um texto curto porém intrigante, publicado em seu blog na ocasião do lançamento da Lei de Fomento à Periferia de São Paulo, a urbanista Raquel Rolnik propõe que consideremos a “dimensão territorial da cultura” como uma variável importante no planejamento e desenho urbanos (2016). Rolnik parece falar de algo novo, diferente da nossa noção familiar de que há conexões entre cultura e território. Ela aponta não apenas para as intersecções entre território e cultura, mas principalmente para a dimensão onde ambos se fundem. Neste artigo, eu uso a terminologia evocativa de Rolnik – a “dimensão territorial da cultura” – como ponto de partida para meu argumento. Aqui, exploro o termo tanto como proposição conceitual quanto como dado empírico, fruto de minha pesquisa em andamento sobre urbanismos de base em São Paulo.

Juntar cultura e território na mesma investigação pode não soar muito original à primeira

vista. Afinal, muitas disciplinas que estudam o território também veem a cultura como fator importante na produção e compreensão do espaço construído: de programas de preservação do patrimônio que consideram práticas culturais e patrimônio imaterial como elementos essenciais à preservação histórica; a planos de urbanismo que contemplam a cultura como importante função urbana; a arquitetos que pensam na cultura ao projetar edifícios. Ao mesmo tempo, disciplinas no campo cultural também abarcam o território: estudos literários, de cinema e comunicações, a história da arte, estudos culturais e visuais consideram o espaço como fator na produção artística, não apenas como cenário mas também como tema, figura de linguagem, inspiração e contexto. Esta atenção ao território, vinda de disciplinas de arte e cultura, é chamada de “virada espacial” ou “spatial turn” (NIEUWENHUIS E CROUCH, 2017; WARF E ARIAS, 2009, entre outros).

Os exemplos acima tratam de como a cultura influencia o espaço, ou de como o espaço influencia a cultura. Mas a dimensão territorial da cultura é diferente. Não é uma interface onde cultura e território se encontram como entidades separadas e “conversam”. Trata-se de uma dimensão (temporal, espacial, conceitual) onde a cultura adquire propriedades espaciais e vice-versa. A cultura deixa de ser um fator externo que pode afetar o urbanismo, e passa a ser uma força integral à formação do espaço urbano. A cultura torna-se constitutiva do, e constituída pelo, território; os dois são, portanto, inseparáveis. Esta discussão talvez soe um pouco abstrata (o que é apropriado, já que as ramificações teóricas do tema são importantes), mas meu argumento é derivado de achados empíricos.

A minha visão da dimensão territorial da cultura é baseada na minha pesquisa sobre urbanismos de base em São Paulo nas duas últimas décadas, onde tenho verificado o poder da cultura como formadora de espaços e consciências urbanas. Ato culturais produzem e transformam o uso, forma e significado do ambiente construído. Reconhecer este fato tem repercussões políticas e epistemológicas, pois implica reconhecer simultaneamente as contribuições de grupos e indivíduos tradicionalmente excluídos das definições profissionais e acadêmicas de “urbanismo”. Esses grupos e indivíduos encontram-se fora de estruturas disciplinares convencionais, e trazem consigo métodos e temas aparentemente alheios

às técnicas e parâmetros do planejamento e do desenho urbano, tais como: cultura, raça, gênero, identidade sexual, arte, literatura e performance, entre outros. Pretendo demonstrar que esses métodos e temas são na verdade essenciais para uma produção mais democrática e igualitária do espaço urbano contemporâneo.

Reconhecer a importância desses elementos para o planejamento, produção, transformação, gestão e uso da cidade também significa ampliar o rol dos discursos “autorizados” a participar de processos de política e construção urbanas. Aqui, baseio-me no trabalho de Marilena Chauí sobre o que ela chama de “discurso competente” (1981). Para Chauí, a ideia de um suposto discurso competente serve à exclusão e dominação sócio-políticas de determinados grupos. O discurso competente, legitimado por um positivismo científico e tecnocrático e movido por interesses de classe, determina um pequeno círculo de vozes autorizadas a emitir opiniões sobre campos como a política, economia, cultura e tecnologia, ao mesmo tempo em que impede outras vozes de participar em debates e processos decisórios nesses e outros campos. A crítica ao discurso competente ilumina o potencial dos urbanismos de base de contribuir não apenas para a melhora de espaços específicos na cidade, como também para ampliar e democratizar o campo profissional e teórico do urbanismo como um todo.

Os ativistas que praticam a dimensão territorial da cultura, na maior parte das vezes, não são

profissionais do ramo do planejamento ou projeto. A maioria não se formou em faculdades de arquitetura e urbanismo, não tem credenciamento profissional na área, e também não trabalha em órgãos públicos ou escritórios privados de urbanismo. A despeito disso, minha pesquisa indica que as práticas, ideias, valores, métodos e objetivos desses ativistas constituem um campo de conhecimento heterogêneo que deve ser levado a sério, e sem hierarquias, pelos “discursos competentes” do planejamento e desenho urbano. A cultura é uma entre as muitas contribuições possíveis que os urbanismos de base podem oferecer na construção de uma cidade mais justa e inclusiva. Esta é uma reverberação epistemológica do meu trabalho, pois demanda não apenas a expansão do status quo disciplinar do urbanismo, como a sua revisão e questionamento críticos.

Há, é claro, muitos profissionais do setor público, privado e não-governamental que trabalham em áreas como programação cultural, educação e eventos. Mas suas atividades – embora muito importantes e cruciais à inclusão social e urbana – reiteram, na maior parte dos casos, a divisão entre território e cultura que mencionei anteriormente. Já os ativistas urbanos fundem cultura e território, usando a cultura para transformar o espaço urbano, sem se restringir a jurisdições e delimitações profissionais estabelecidas. Os ativistas lidam com a cultura como um elemento integral ao planejamento e desenho urbanos, e não como uma disciplina anexa ou contígua (pois a contiguidade,

ainda que sugira proximidade, também implica separação em entidades distintas).

É necessário esclarecer o histórico de minha investigação. A dimensão territorial da cultura não foi uma premissa inicial ou a priori do meu projeto; quando comecei a olhar para o espaço urbano e ativismos informais, nem mesmo assumi que eu necessariamente iria englobar a cultura como tema. Eu comecei tentando abordar os urbanismos de base em São Paulo da forma mais ampla possível, evitando restringir o foco a certas áreas, temas ou posições críticas pré-definidas. Foi por meio de minha pesquisa, ao alargar meu universo e incluir a cidade inteira como campo de estudo, ao visitar iniciativas urbanas locais e entrevistar ativistas, que me deparei com a ação cultural como urbanismo em si. Ao prosseguir com minha pesquisa, minhas hipóteses e ideias preliminares foram se abrindo a novas perspectivas surgidas no encontro e diálogo com ativistas, e foi essa transformação que me levou a repensar minha metodologia e minhas hipóteses sobre o que constitui urbanismo (de base ou não).

Eu já vinha me debruçando sobre o tema da ocupação informal do espaço urbano como força transformadora da cidade desde os anos 2000, quando tais manifestações eram mais esporádicas e também mais aparentadas ao formato de demonstrações e passeatas (formato este que não é novo) (SANDLER, 2007). Acompanhei o desenvolvimento de movimentos sociais no início

da década, como o Fórum Centro Vivo, e, mais adiante, o surgimento de um tipo diferente de expressão e organização no espaço público, simbolizado pelo ato-performance *Traga Sua Luz*, auto-definido como “ação coletiva,” em 2008. A palavra “coletivo” gradualmente foi de adjetivo a substantivo, com a proliferação de “coletivos” dos mais variados naipes a partir da década de 2010 (que fique claro que os coletivos não surgiram em 2010; tanto a ideia de coletivos artísticos ou sociais quanto exemplos de coletivos paulistanos específicos já existiam antes, e o que ocorre a partir de 2010 é um aumento em seu número e proeminência). Em 2013, notoriamente, as Jornadas de Junho catalisaram uma maré crescente de urbanismos de base; ao mesmo tempo, as Jornadas chamaram a atenção de um público mais amplo para esses urbanismos, não mais restritos ao universo dos ativistas. Com as Jornadas, tanto passeatas como urbanismos de base viraram temas centrais nas mídias tradicionais e sociais, e também nos meios acadêmicos, em um número cada vez maior de teses, palestras e publicações (FRIENDLY, 2017; SCHERER-WARREN, 2014; ESCOLA DE ATIVISMO, 2015; BURATTO, 2016; HOLSTON, 2014; CALDEIRA, 2015; entre outros).

As Jornadas de Junho, e em particular os debates e conversas tanto em plataformas oficiais como informais, me chamaram a atenção por dois motivos: primeiro, pela animação e entusiasmo de pesquisadores e ativistas, tomados pela

sensação de que algo fundamentalmente novo (em qualidade e quantidade) estava acontecendo na cidade. E, ao mesmo tempo, notei algumas críticas recorrentes vindas de uma parte do meio acadêmico, críticas que consideram a proliferação de ativismos urbanos de base problemática por se concentrar no centro de São Paulo, em áreas já privilegiadas com recursos sócio-econômicos, capital cultural e infraestrutura urbana. O argumento desses críticos era que os novos ativismos não apenas ignoravam os problemas seríssimos das periferias, mas acabavam por servir como cúmplices (ainda que inadvertidamente) em processos de gentrificação e discriminação social, ao mesmo tempo adotando um discurso benevolente de “espaço público para todos”. Guilherme Wisnik, que, em suas atividades acadêmicas e curatoriais apoiou muitos desses novos ativismos urbanos, descreve esses debates como tensos:

(...) foi criada uma situação aguda no momento em que se acusou de elitistas movimentos como o Parque Augusta, A Batata Precisa de Você, ou as várias correntes que debatem em São Paulo a transformação do Minhocão em parque. Pois seriam, todos esses, movimentos de classe média intelectualizada que se preocupa apenas (ou prioritariamente) com as áreas centrais da cidade, e não com as periféricas. (2015)

Eu havia testemunhado alguns desses debates em discussões acaloradas nas mídias sociais.

Mais tarde, durante minha pesquisa de campo, ouvi relatos desses debates em entrevistas e conversas informais com acadêmicos e ativistas. Levei a sério todas as posições com que me deparei, mesmo as mais opostas umas às outras. Sem desmerecer críticos ou criticados, eu me perguntei se esse impasse (que para mim soava um tanto maniqueísta) representava de fato a realidade vivida do ativismo. Em outras palavras: era mesmo o caso que urbanismos de base ignoravam a periferia e os bairros de baixa renda? Ou seria possível que houvesse urbanismo de base nas periferias e bairros pobres, e alguns de nós simplesmente não estávamos cientes das iniciativas, ou (crucialmente) não considerávamos essas iniciativas como urbanismo de base? No passado, o tamanho de São Paulo havia me indisposto a conduzir pesquisas abrangendo a cidade inteira. Agora, no entanto, pensei ser esta a única via para responder a essas questões e testar a validade das críticas aos novos urbanismos. Tomar a cidade toda como campo de estudo possibilitaria fazer justiça à variedade de iniciativas urbanas, e também ajudaria a mapear tendências amplas, temas recorrentes e ausências ou vazios.

A cidade como um todo

Em seu trabalho sobre mutirões autogeridos em São Paulo, Caio Santo Amore propõe um insight metodológico valioso, ao abordar o tema do duplo ponto de vista do telescópio e da lupa, combinando o foco em casos de estudo específicos (micro-

-escala) com o contexto da cidade inteira e das políticas urbanas em geral (macro-escala) (2004). O trabalho de Santo Amore apresenta um argumento convincente para a abordagem de dupla escala, não apenas por oferecer um retrato amplo e balanceado, mas também por considerar os próprios desafios dos movimentos de habitação, que derivam sua força da conexão profunda e micro-escalar com comunidades locais, mas que dependem de apoio político e financeiro de instituições, sistemas e políticas globais, na escala da cidade, estado e país. O insight de Santo Amore também se aplica ao estudo dos urbanismos de base (o que não é surpresa considerando que tanto ativismos urbanos quanto movimentos de habitação coincidem em sua missão de justiça social e em seus métodos de base, de baixo para cima).

A escala telescópica da cidade é necessária para entender onde urbanismos de base acontecem, onde não acontecem, e como acontecem em cada lugar – ou seja, quais as diferenças entre iniciativas ativistas dependendo do contexto territorial e sócio-econômico. A macro-escala também é importante para que o ativismo urbano seja compreendido em relação a um contexto complexo de instituições e políticas públicas e privadas, que por vezes favorecem e por vezes dificultam a ação ativista. A macro-escala permite traçar essas conexões às vezes invisíveis. Um dos achados incidentais de minha pesquisa foi justamente a permeabilidade do formal e do informal, o entrelaçamento entre ativismos de base e setores

oficiais (sejam no campo público ou privado) de formas variadas. A ideia de um urbanismo de base completamente independente e auto-suficiente é uma idealização romântica que não condiz com a realidade da maior parte das iniciativas (o que não significa que não existam exceções e exemplos mais autônomos e insurgentes).

Ao mesmo tempo, a lupa voltada aos estudos de caso é necessária não apenas para dar corpo à diversidade e particularidades de cada iniciativa (que, individualmente, são únicas, e não intercambiáveis), mas também para entender suas nuances e paradoxos – contradições e conflitos próprios a cada iniciativa, e também ao urbanismo de base de forma geral. O close-up nos estudos de caso permite não apenas revelar as contradições, mas também demonstrar que, na maior parte dos casos, essas contradições não comprometem o urbanismo de base de forma decisiva. O close-up evita o maniqueísmo categórico. Quando aprendemos sobre as experiências de vida, dilemas e desafios de sobrevivência dos ativistas, podemos entender suas contradições de um ponto de vista experiencial, em vez de um ponto de vista normativo. Isso não significa varrer para baixo do tapete as limitações, concessões e até mesmo consequências negativas de algumas iniciativas de base – mas essas limitações não invalidam as suas muitas conquistas e contribuições.

A abordagem telescópio-lupa apresenta dificuldades. Por um lado, é preciso lidar com o que

se chama de “Big Data”: dados em grande escala, em sua maior parte quantitativos, por meio de análises estatísticas e bancos de dados produzidos por entidades públicas. Por outro lado, o processo de encontrar e entender estudos de caso específicos acontece passo a passo, manual e individualmente, justamente para cobrir as áreas da cidade que frequentemente ficam de fora das plataformas dominantes de publicações e notícias. E essas duas abordagens têm de ser mediadas, acontecendo em paralelo e informando uma à outra. Conduzir esta pesquisa na condição de acadêmica expatriada, que só pode visitar a cidade uma vez por ano para pesquisas de campo de curto prazo (um mês ou dois de cada vez), é uma condição que me levou para bem longe de qualquer pretensão a uma “amostragem representativa”, ainda mais porque só se poderia determinar tal amostragem se o universo completo (o total de iniciativas de base na cidade) fosse conhecido. Salvo engano meu, não creio haver ainda um recenseamento completo que possa afirmar com segurança o número de exemplos de urbanismo de base na cidade inteira. Em parte, isso é porque o próprio caráter do urbanismo de base – dinâmico, local, em pequena escala, muitas vezes temporário (consistindo em eventos, performances, ações e programas de duração limitada) e também efêmero (frágil, vulnerável, sem pretensões à permanência ou durabilidade) –, combinado aos desafios físicos de uma cidade de 12 milhões de habitante, torna muito difícil medir e estimar o número total de ini-

ciativas, seja em um determinado momento, seja ao longo de vários anos.

Ainda assim, feitas essas ressalvas, após dois anos de pesquisa de campo e remota, vinte entrevistas realizadas, e um mapa digital em andamento com mais de trezentas iniciativas geolocalizadas¹, acredito ser possível fazer várias constatações sobre urbanismo de base em São Paulo com um grau considerável de confiança². A primeira constatação, que não irá surpreender os muitos pesquisadores e ativistas que vêm trabalhando nas áreas periféricas e de baixa renda da cidade há décadas, é que os novos urbanismos de base não se limitam às áreas centrais e privilegiadas da cidade (MAZIVIERO E ALMEIDA, 2017; TURRA NETO, 2013; AFFONSO, 2010; SUZUKI E BERDOULAY, 2016; ADERALDO, 2017; MESQUITA, 2008; BORTOLOZZO, 2014; CAFFÉ E HIKIJI, 2009–2013; TRINDADE, 2012, entre muitos outros). Muitas – e, dependendo dos parâmetros, a maior parte – das iniciativas estão localizadas nas periferias da cidade, especialmente (mas não apenas) nas zonas sul e leste. Muitas outras iniciativas ocorrem em áreas centrais, mas de baixa renda; e outras ainda acontecem em bairros privilegiados, mas adotam postura insurgente e crítica, configurando o que o pesquisador Jeff Hou chama de “urbanismo guerrilheiro”. Hou identifica e explora os conceitos de urbanismo guerrilheiro (guerilla urbanism) e de espaço público insurgente (insurgent public space), práticas que ele distingue dos conceitos mais genéricos

de urbanismo feito à mão, tático ou faça-você-mesmo. Para Hou, urbanismos insurgentes e de guerrilha são intrinsecamente críticos ao status quo, e comprometem-se a transformar o espaço urbano de maneira inclusiva e democrática, diferentemente de ações táticas ou faça-você-mesmo, que não necessariamente assumem postura política ou de crítica social (2010).

A segunda constatação, que decorre da primeira, é que os novos urbanismos de base não podem ser reduzidos a apenas um tipo de iniciativa ou ação. Considerar apenas os festivais, instalações e equipamentos autoconstruídos que figuram no centro das atenções (como o Movimento Parque Augusta, A Batata Precisa de Você e Festival Baixo Centro, entre outros) como emblemáticos do ativismo urbano significa ignorar uma enorme variedade de ações, movimentos e conquistas em outros lugares. As críticas que consideram o urbanismo de base elitista reduzem todo o ativismo a uma amostra pequena, amostra esta que se localiza justamente nas áreas mais ricas da cidade e que representa o trabalho da tal “classe média intelectualizada” (o caráter pejorativo deste termo também precisa ser revisto criticamente, se a intenção é ser democrático e inclusivo). Essas críticas são portanto tautológicas, focando numa amostra tendenciosa que confirma suas premissas. É claro que iniciativas não são perfeitas; análises individuais de várias iniciativas podem demonstrar, de forma convincente, que essas iniciativas acabam por colaborar com processos de

1. Friso que esse saldo é parcial e que a pesquisa ainda está em curso; pretendo realizar mais entrevistas e visitas, além de continuar a expandir o mapa digital.

2. Como maneira de verificar se minha amostra é potencialmente representativa, comparei um mapa da densidade das iniciativas relativa à sua distribuição geográfica com um mapa da densidade populacional da cidade, e os dois mapas coincidem, com maior concentração de iniciativas em áreas de mais alta densidade populacional. Isso sugere, no mínimo, que minha amostra tem o potencial de ser representativa. Meu mapa da densidade de iniciativas foi feito na plataforma ArcGIS.

exclusão social, gentrificação e mercantilização da cidade. Mas isso não implica que o ativismo urbano em geral (como conceito, e como força sociocultural) seja necessariamente suspeito, problemático ou inadequado.

Além disso – o que me leva à terceira constatação – o efeito do ativismo urbano sobre a cidade é maior do que a soma de suas partes. Consideradas como um todo, as constelações de iniciativas – ainda que imperfeitas, variadas e contraditórias – configuram uma força social ampla, força que vem transformando espaços urbanos específicos, influenciando políticas e programas urbanos mais gerais, e mudando expectativas sobre o que a cidade poderia ser. Encontrei indícios desse impacto mais amplo ao conduzir entrevistas com ativistas e urbanistas, ao observar diretamente locais e atividades específicos, e ao estudar políticas urbanas recentes (em especial dos anos 2013 a 2016, na gestão municipal de Fernando Haddad). Descartar uma gama inteira de iniciativas apenas porque são “hipsters” ou “gourmetizadas” significa ignorar o poder dessas iniciativas de abrir portas para a ideia de urbanismo de base; ao conquistar o apreço da mídia convencional, do público e de agências financiadoras, essas iniciativas familiarizam vários setores da sociedade com o urbanismo de base, e plantam sementes que podem levar à aceitação e suporte de outras iniciativas menos “elitizadas”. Ao mesmo tempo, reduzir urbanismo de base apenas a essas iniciativas corresponde a

ignorar muito do que acontece nas periferias e até mesmo no centro.

Finalmente, considerar a cidade como um todo levou-me a ampliar não apenas o escopo geográfico e metodológico do meu trabalho, mas também minhas premissas disciplinares. Olhar para além e para fora do centro (um centro que é tanto simbólico quanto físico) significou encontrar ações e projetos que não se encaixam nas definições tradicionais de “urbano”, “arquitetônico” e “design”. Quando comecei meu projeto, elaborei uma definição provisória do que seria urbanismo de base: qualquer ação ou projeto visceralmente ligado ao espaço urbano (seja a um local específico, ou a um tema ou aspecto do urbanismo) que representasse um esforço de agir sobre ou transformar tal espaço ou aspecto (o que implica que esses projetos não estariam apenas tentando reagir a uma situação ou representar ou expressar tal situação, mas que seriam proativos, antecipando questões e propondo intervenções e mudanças efetivas). Com essa definição, eu esperava encontrar os “suspeitos de costume”: equipamento urbano público autoconstruído, jardins e hortas comunitários, talvez um movimento para a proteção de algum recurso natural. Encontrei esses exemplos, sim, mas encontrei muito mais exemplos de atividades diferentes, que eu não esperava. As atividades que encontrei utilizam a ação cultural como método e objetivo: estúdios musicais comunitários, sessões de cinema gratuitas, saraus de poesia a céu aberto, centros e grupos focados nos

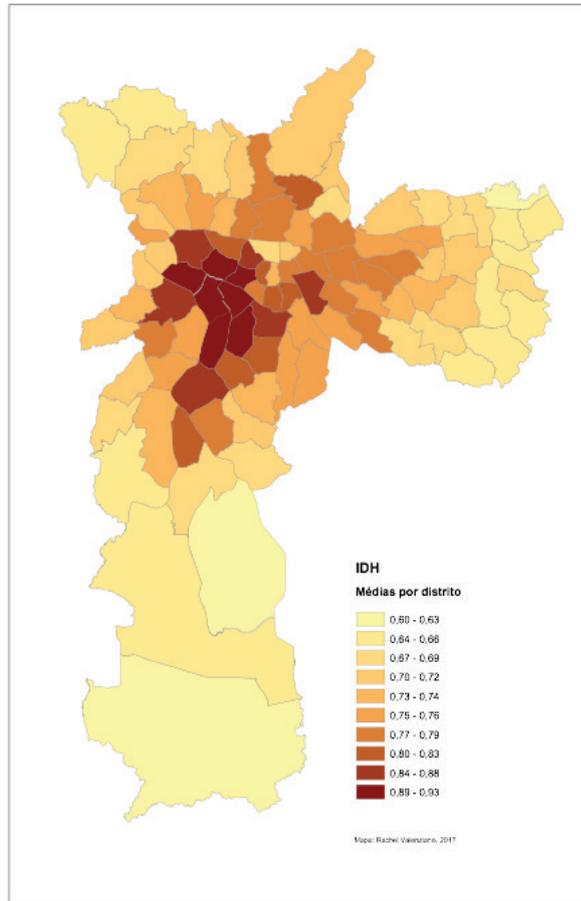


Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano em São Paulo, média por distrito. Mapa realizado por minha assistente de pesquisa, Rachel Valenziano, com base em dados da Prefeitura de São Paulo. Direitos de reprodução: Rachel Valenziano e Daniela Sandler, 2017.

direitos das minorias, plataformas de jornalismo alternativo, cursos e projetos de moda, grafite e skate, entre muitos outros. Todos se enquadravam na minha definição inicial de “urbanismo de base”: profundamente arraigados em seus locais e comunidades, focados em espaços urbanos específicos e em temas urbanísticos, e empenhados em transformar tais espaços e temas (empenho que, na maior parte das vezes, vem surtindo resultados incontestáveis em termos de participação social, melhorias físicas e oportunidades culturais e econômicas). E ao mesmo tempo esses exemplos não eram nada do que eu tinha em mente. Encontrei-me diante da força plena da “dimensão territorial da cultura”.

Tive momentos de dúvida: mas será isso urbanismo? Será que a literatura estabelecida e meus pares acadêmicos ou profissionais vão concordar? Eu poderia ter mudado minha definição inicial, reduzindo o foco para excluir esses exemplos inesperados que punham em xeque minhas premissas mais básicas sobre minha disciplina e sobre o significado do “urbanismo”. Ou eu poderia ter deixado o “urbanismo” de lado para fazer um trabalho sócio-cultural e semiológico sobre o “urbano”, conceito mais geral cuja conexão com a cultura talvez seja mais evidente. Mas, diante do impacto espacial e urbanístico dessas iniciativas em suas comunidades, e diante da eloquência com a qual os ativistas discorrem sobre temas de planejamento, infraestrutura, projeto, ambiente construído e recursos naturais, eu considere

mais apropriado (e mais justo à realidade) rever minhas premissas e assunções apriorísticas. Não é a categoria de “urbanismo de base” que precisa ser revista; é o conceito de “urbanismo” que deve ser ampliado para além de epistemologias tecnocráticas ou positivistas.

A Periferia Invisível

A Associação de Arte e Cultura Periferia Invisível é emblemática desse ativismo urbanístico-cultural. A Associação surgiu em 2009 da convergência de moradores e artistas na Vila Sílvia, na zona leste, perto do limite com Guarulhos e em meio aos bairros do Itaim Paulista, Itaquera e Vila Guilherme (SOARES, 2016; PERIFERIA INVISÍVEL, 2016). Essas áreas, como a maior parte das periferias paulistanas, têm os menores índices de desenvolvimento humano da cidade (Figura 1).

A Associação se define como uma organização dedicada à arte e cultura. Sua apresentação oficial não faz menção a pretensões explícitas ao papel de agente urbanístico. No entanto, em suas atividades e objetivos, a Associação cumpre esse papel, criando espaços públicos para reuniões formais e informais, programas educacionais e de arte para a comunidade local, discussões e debates sobre temas de planejamento, e conexões entre as zonas leste e sul da cidade. O próprio nome da Associação indica a consciência aguda de seus membros sobre problemas locais e sistêmicos da cidade. O nome reconhece a in-

visibilidade da periferia – o fato de que a periferia é ignorada pelas mídias oficiais (com exceção de notícias alarmistas sobre chacinas, gangues, drogas e outros crimes), por imaginários sociais dominantes (de novo, com exceção de estereótipos alarmistas e preconceituosos), e por agentes públicos e privados de investimento. Com duas palavras – Periferia Invisível – o nome aponta ao mesmo tempo para os desafios locais e específicos dos bairros periféricos, e para o contexto mais amplo que gera esses desafios: a subordinação histórica, geográfica, política e econômica das periferias à cidade como um todo e aos bairros centrais de classes média e alta em particular.

Por quase uma década, a Associação vem conduzindo uma série regular de atividades sociais, artísticas e culturais em sua sede (ocupam agora uma segunda sede, tendo mudado de endereço em 2013) e também em espaços da vizinhança, tanto abertos (como praças e ruas) como fechados (salas de eventos em paróquias, por exemplo). Embora muitas das atividades ocorram nesses espaços fechados, como sessões de cinema, oficinas e debates, as atividades são todas públicas e gratuitas, abertas à comunidade local e a pessoas vindas de outros bairros. Muitas dessas atividades são explicitamente focadas em temas urbanísticos e na condição política e sócio-econômica da periferia (SOARES, 2016).

A Associação cultiva sua vocação para a arte e cultura como maneira de preencher um vazio, a

falta de estabelecimentos e programação cultural na zona leste. A Associação supre essa necessidade com um espírito idealista e coletivista de prover um bem público à comunidade (diferentemente de um raciocínio mercadológico de explorar um nicho comercial ignorado). Todas as atividades são baseadas nas convicções críticas e conceituais dos membros da associação, que partilham de uma consciência profunda sobre as complexidades das periferias paulistanas: seus desafios espaciais e infraestruturais; seu papel em um sistema mais abrangente de desenvolvimento desigual; e sua riqueza sociocultural, representada tanto numa história de movimentos sociais e políticos desde os anos 60, como pelo florescimento de uma produção cultural e de uma crítica sócio-urbana desde os anos 80.

Gustavo Soares, um membro da Associação que entrevistei em agosto de 2016, começou nossa conversa com uma narrativa contagiante sobre a história dos movimentos literários da zona sul de São Paulo. Ele abordou a ligação desses movimentos com a cultura hip-hop, e seu papel na formação de uma consciência crítica nos moradores das periferias – começando com a zona sul e depois se espalhando para as zonas leste e norte. A eloquência de Soares talvez devesse muito a sua formação acadêmica (estava fazendo mestrado em comunicações, e havia dedicado muito tempo ao estudo da história cultural das periferias), mas ao mesmo tempo também revelou seu sentimento de pertencer a um universo

sócio-cultural que define uma geração e conecta áreas distantes da cidade por meio de experiências comuns. Esse sentimento de pertencimento geográfico-cultural, por assim dizer, também foi palpável em outras entrevistas que realizei com ativistas das zonas leste e sul, mesmo quando esses ativistas tinham menos vínculos acadêmicos do que Soares (MARINO, 2016; CARRIL, 2006; TENNINA, 2017; HOLSTON, 2008; MOASAB, 2011; KOWARICK E FRÚGOLI, 2016; VAZ, 2015, entre outros).

A periferia como um todo é um espaço simbólico de identidade e conexão social, parte de um imaginário social; ela é definida tanto por seus valores e práticas comuns (um gosto por música de protesto e pela cultura punk, saraus literários, rap, grafite) quanto por seus problemas. Tal espaço simbólico transcende os perrengues geográficos da cidade – as distâncias enormes entre zonas e regiões diferentes, a falta de transporte público seguro e eficiente, os quilômetros de trânsito separando as periferias sul, norte, leste e oeste – e configura, no imaginário, um espaço unificado: a periferia como conceito e universo social. Essa transcendência e esse sentimento de pertencimento são representados em eventos ao nível da cidade inteira, como o Festival Estéticas das Periferias.

Após apresentar sua reflexão ponderada e embasada sobre o arco histórico das periferias, e o papel da cultura e da literatura como chaves para

a emancipação socioeconômica e o pensamento crítico, Soares discorreu sobre os desafios práticos de sua organização. A Associação depende de financiamento público na forma de editais e programas de apoio à cultura, como o Redes e Ruas. A maioria dos membros da Associação têm outros empregos em tempo integral, e dedicam tempo e energia à Associação de forma voluntária, além de suas outras ocupações e obrigações profissionais. A sede da Associação foi doada por um parente de um dos membros, e o grupo estava reformando o espaço gradualmente com as próprias mãos (quando visitei, dois membros estavam ocupados trabalhando no salão que abre para a rua). Ingenuamente, perguntei se eles faziam financiamentos coletivos por rede social, e Soares, com muita paciência, explicou que os cidadãos de sua comunidade não têm renda suficiente para fazer doações, mesmo que quisessem. A Associação, então, busca maneiras de se sustentar financeiramente a longo prazo, sem depender de financiamentos públicos, que são de duração limitada e dependem de tendências políticas que nem sempre são favoráveis.

Soares explicou que estavam apostando no estúdio de gravação musical, um espaço minuciosamente construído nos fundos da casa, pequeno mas impecável, com equipamento de gravação e isolamento acústico. Ele disse que o estúdio serve duas funções diferentes. Pode ser alugado para artistas periféricos, a um custo muito mais baixo do que estúdios comerciais; e também pode ser

usado para gravar o trabalho de uma série de artistas que a Associação selecionou para produzir e promover. Esses artistas vieram todos de áreas periféricas, e fazem música de caráter independente e não-comercial. A ideia da Associação é promover esses músicos por meio de gravações, vídeos e shows. Soares relatou que assim a Associação esperava ter uma fonte de renda, e ao mesmo tempo apoiar e disseminar a produção cultural das periferias paulistanas. A renda ajudaria a manter a Associação e suas atividades de cunho público (a maioria das quais é gratuita).

Esse entrelaçamento de idealismo e pragmatismo representa uma tática de sobrevivência que está mais interessada em fazer acontecer do que em manter uma pureza ideológica. Não havia conflito entre o discurso comunitário e cooperativo da Associação e seu empreendimento musical – não apenas porque um financia o outro, mas também porque (como Soares ressaltou) o “empreendimento” não tem nada a ver com o comercialismo sedento de lucros do mercado de música popular. O empreendimento musical é uma tentativa de construir uma economia alternativa, que intersecciona a economia dominante apenas o suficiente para manter-se viável.

A dimensão territorial da cultura

Ainda assim, o leitor pode perguntar: não seriam todas essas atividades apenas a boa e velha programação cultural? À primeira vista, podem pa-

recer que são. Mas o que defendo, aqui, é que essas atividades são, ao mesmo tempo, urbanismo. Neste ponto, uma definição operativa de urbanismo talvez seja útil – uma definição provisória, baseada em premissas dominantes na academia e na profissão. Há muitas dessas definições; aqui utilizo uma delas, uma explicação sucinta proposta pelo arquiteto, urbanista e professor de Harvard Charles Waldheim, que define urbanismo como um termo que “refere-se reflexivamente tanto à descrição empírica e ao estudo das condições e características da urbanização, como à capacidade disciplinar e profissional de intervir nessas condições” (2016, p. 2).

A definição proposta por Waldheim é útil por indicar que urbanismo consiste tanto no conhecimento e análise das condições urbanas (estudo) quanto na ação sobre e transformação dessas condições (prática). Waldheim planta a definição firmemente na “capacidade disciplinar e profissional”, alinhando-se à conotação dominante do termo como pertencente a uma classe de especialistas sancionados oficialmente (o discurso competente de Chauí). Waldheim também ressalta o design como elemento que diferencia o urbanismo (ação e transformação) da urbanização (processos sócio-econômicos, políticos e espaciais). O foco no design é notável porque ele também reitera ideias dominantes ou convencionais sobre o que é urbanismo e quais são seus métodos e ferramentas: desenhos, plantas, mapas, a prancheta, o computador, a cartografia, a

análise geoespacial, planilhas, gráficos, tabelas e cálculos estatísticos.

Mas a urbanização não engloba apenas processos físicos ou quantificáveis. Também inclui as relações humanas que formam o espaço urbano em primeiro lugar, e que são por ele afetadas; ações, valores, hábitos e imaginários sociais; representações, significados e suposições culturais que influenciam a maneira pela qual as pessoas ocupam e navegam pelas cidades. Isso não é novidade para a teoria urbanística e para a prática do planejamento – essa visão do urbanismo, animada por um entendimento da dimensão sócio-cultural do espaço, está presente em um vasto horizonte de trabalhos historiográficos, teóricos e práticos, indo de Henri Lefebvre e sua teoria da produção social do espaço nos anos 70 (1974), passando por críticas ao planejamento tecnocrático modernista ou neoliberal (JACOBS, 1961; BRENNER, 2017; JAYNE E WARD, 2017), e chegando a estruturas contemporâneas de governo que contemplam a arte, cultura, educação e lazer como elementos essenciais do planejamento. A décima edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, em 2013, curada por Guilherme Wisnik, Ana Luiza Nobre e Ligia Nobre, sintetizou esta abordagem em sua visão da cidade como universo definido tanto pelo fazer como pelos “modos de usar” (WISNIK, 2016; ANELLI, 2013)³. Podemos agora comparar as atividades da Periferia Invisível com a definição de urbanismo mencionada acima – urbanismo

como o estudo de, e intervenção em, ambientes urbanos produzidos socialmente.

As atividades da Periferia Invisível incluem ações, reflexões e planos coordenados para compreender condições urbanas, e para melhorar essas condições. Os debates, oficinas, shows e programação de arte obedecem à motivação principal da Associação, que é focar em seu contexto urbano em várias escalas: o logradouro, o bairro (Vila Sílvia) e a região (zona leste). A programação da Associação conecta esses lugares específicos ao contexto mais geral das periferias paulistanas, distantes geograficamente mas próximas umas às outras em termos de características espaciais, políticas, históricas e sócio-econômicas. Assim, a Periferia Invisível liga o concreto (a vizinhança) ao conceitual (a periferia). Afinal, as periferias da cidade não são apenas áreas geográficas; são o produto sócio-econômico de processos urbanos complexos. Assim como o subúrbio norte-americano é uma categoria crítica que permite entender o modelo de urbanização dos Estados Unidos, a periferia brasileira também funciona como conceito e tipologia que iluminam a formação das cidades do Brasil. Essa formação, como sabemos, decorre da maneira precária pela qual a industrialização, o crescimento demográfico e a migração urbana aconteceram na segunda metade do século vinte no país. A Periferia Invisível, em seu próprio nome, leva-nos a pensar nessa condição e nos desafios estruturais da cidade. Ao mesmo tempo, o nome Periferia Invisível in-

3. O título da Bienal era “A Cidade: Modos de Fazer, Modos de Usar”. Os agentes que fazem e que usam a cidade podem ser tanto formais como informais. A Bienal ajudou a legitimar os agentes informais (ativistas, ou simplesmente cidadãos em suas vidas cotidianas) ao exibir seus trabalhos ao lado da obra formal e oficial de arquitetos e urbanistas.

siste em nos manter firmemente ancorados nas experiências de vida dos moradores periféricos.

A Periferia Invisível organiza eventos e conversas (em espaços físicos ou virtuais, em tempo real ou assíncronos) que conectam grupos e indivíduos que lidam com temas parecidos em outros bairros periféricos da cidade. Até mesmo o empreendimento musical contribui com essa conectividade. Por exemplo, a cantora Camila Brasil, que no passado colaborou com a Periferia Invisível, vem de M'Boi Mirim, na zona sul. Soares foi me contando como Brasil atravessava a cidade por horas, usando transporte público, para chegar ao estúdio de gravação. Imaginei Brasil circulando pela cidade, levando consigo o projeto cultural de sua música e da Periferia Invisível para lá e para cá, ligando a cidade com seu corpo, seu olhar e sua produção artística. Ela é uma entre muitos outros artistas, escritores, agentes culturais e cidadãos interessados, provindos de perto e de longe, que colaboram ou colaboraram com a Periferia Invisível. A Associação apoia e cultiva relações multilaterais entre residentes e bairros periféricos, ajudando a formar uma rede que abarca mais pessoas e mais lugares do que uma iniciativa isolada poderia conseguir.

Essa conectividade também cria um sistema – de diálogo, colaboração e ação conjunta. O sistema vai além de cada projeto individual; implica (e gera) linhas de comunicação, processos para coordenar ações, e mecanismos para comparti-

lhar recursos. De acordo com Leonardo Benevolo, é justamente o surgimento de um sistema (ou de uma abordagem sistêmica) ligando uma série de órgãos, agentes e especialidades diversos que deu origem ao que ele chama de “urbanística moderna” no século dezenove (1963). Para Benevolo, o urbanismo, desde o princípio – e diferentemente de outras formas de ação e organização territorial – foi definido pela conexão e coordenação de uma rede de agências e campos do conhecimento, muitos dos quais (na época) pareciam ter pouco ou nada a ver com planejamento (como medicina e a teoria dos germes).

Mas a natureza sistêmica dos urbanismos de base periféricos é ao mesmo tempo muito diferente da urbanística moderna. Enquanto esta pressupõe uma estrutura centralizada de governo, aqueles operam por meio de uma conectividade horizontal, em múltiplas direções e sem um claro “centro de comando”. A Periferia Invisível é apenas um entre centenas de projetos, iniciativas, grupos, centros e associações, de variados tamanhos e características: centros culturais, grupos focados em inclusão de gênero e raça, saraus literários, projetos de permacultura, oficinas de grafite, escolas de skate, entre muitos outros. Isso não significa que cada projeto tenha o mesmo escopo ou impacto. Alguns são efêmeros, localizados e atingem um número pequeno de pessoas; outros são longevos e ganham notoriedade na cidade inteira. Às vezes os projetos se unem e juntam forças, e às vezes agem de ma-

neira individual, paralela, fragmentada e dispersa. Quando consideramos todos esses projetos juntos, eles formam um sistema, mas um sistema muito diferente dos sistemas do planejamento urbano oficial. O sistema dos urbanismos de base é, por natureza, informal, dinâmico e de certa maneira frágil – mas é um sistema mesmo assim.

Por fim, a Periferia Invisível transforma o espaço urbano de maneira concreta. Seus eventos (cursos, oficinas, discussões, assembleias, sessões de cinema, shows) são pontos de encontro para moradores locais e pessoas de outros bairros. Alguns ocorrem em praça pública, outros em espaços fechados, mas isso não faz diferença: todos os eventos são inclusivos, abertos a um público diverso, acessíveis e acolhedores. Esses eventos ativam e cultivam uma esfera pública: um campo de diálogo, encontro, conversa, proximidade física e cultural, e até mesmo conflito, pois tal proximidade não requer harmonia e consenso o tempo inteiro.

Aqui desenho um argumento paralelo ao de Rosalyn Deutsche em sua discussão sobre arte pública. Para Deutsche, a localização de uma obra de arte em espaço urbano aberto, como uma rua ou praça, não garante automaticamente que tal obra irá repercutir com um público (ou vários públicos) de forma substantiva (1996, p. 59). James Young sugere algo parecido ao observar que monumentos, quando não provocam reflexão ou quando são ignorados pelas pessoas, podem ser considerados apenas como meras pedras na pai-

sagem (1993, p. 2). Tanto Deutsche como Young defendem que monumentos e obras de arte tornam-se significativos quando geram debate e reflexão; quando as pessoas (em grupos ou individualmente) prestam atenção, emocionam-se, ficam comovidas ou com raiva, produzem novas memórias, decidem tomar iniciativas e agir, ou simplesmente abrem a mente a novas ideias em razão de seu encontro com essas obras.

Esse argumento pode ser estendido ao espaço urbano. Se ruas e praças estão vazias e subutilizadas (por qualquer que seja o motivo), não configuram espaços públicos plenos. Podem ser acessíveis publicamente, mas não sustentam uma esfera pública. Ao mesmo tempo, espaços fechados (pertencentes ao governo, ou a ONGs, ou mesmo a instituições ou indivíduos privados) podem se tornar locais de encontros públicos, debates e ações; podem fomentar reflexões, novos significados e ideias, a união de forças convergentes ou o debate entre opiniões divergentes.

A Periferia Invisível oferece espaços reais e virtuais para grupos e indivíduos diversos, gerando uma esfera pública dinâmica, que está sempre em andamento, renovada a cada evento, comentário de blog ou conversa. A Periferia Invisível supre a necessidade de espaços de encontro num bairro que sofre com a falta de programação e infraestrutura cultural e de lazer, uma área que carece de parques, playgrounds, equipamentos e mobiliário urbano e até mesmo manutenção bá-

sica de calçadas e pavimentos. Mas é importante notar que a Periferia Invisível não tenta resolver essas carências de acordo com convenções dominantes de planejamento e desenho urbano – convenções que arquitetos e urbanistas podem imaginar facilmente, na forma de projetos, objetos, paisagens desenhadas e controladas, edifícios, estruturas e planos. Quem for esperando algo assim (mesmo que espere apenas um projeto “design-build” em pequena escala) vai se decepcionar. Pois a Periferia Invisível transforma e produz espaços públicos de maneira gradual e quase imperceptível àqueles que procuram sinais físicos monumentais. Como a própria Associação sabe, seu trabalho, para muitas pessoas, é, numa palavra, invisível. Mas é preciso que deixemos de lado nosso olhar treinado de “experts” do ambiente construído; é preciso que afastemos nossas expectativas de espaços e formas marcantes, permanentes, monumentais e bem acabados para que possamos enxergar a presença urbana da Periferia Invisível. Sua presença começa pela fachada, com o grafite colorido sobre a porta metálica de enrolar que separa a rua da pequena casa de alvenaria autoconstruída. Do outro lado da rua, a calçada é ladeada por um muro também coberto em grafite, com poemas e imagens que ecoam e respondem ao portão multicolorido, estendendo a conversa e as ideias da Associação pelo arcabouço urbano e criando um marco visual que vai além da pequena fachada.

Se um arquiteto, paisagista ou urbanista criasse

uma praça perfeitamente concebida e construída, com equipamento e materiais de primeira qualidade – ou seja, um sucesso de design – mas ninguém viesse usar o espaço, não iríamos considerar a praça um fracasso? Numa cidade ideal, claro, gostaríamos de ter ambos: design da mais alta qualidade com intenso uso social. Mas na cidade real e imperfeita que é São Paulo, realizar ao menos o “intenso uso social” já é uma conquista considerável. As periferias da cidade, historicamente, eram associadas à falta de vida urbana; tidas como bairros-dormitório, sem infraestrutura, empregos, escolas, hospitais, lazer ou comércio suficientes; com seus espaços abertos tomados por precariedade física, violência urbana, altas taxas de mortalidade e repressão policial de fundo racista. Os moradores das periferias deslocam-se todos os dias até as áreas mais ricas e centrais da cidade, para trabalhar, ir ao médico, fazer compras, ter acesso a serviços públicos e privados; mas, embora seus corpos conectem a cidade num sistema circulatório de idas-e-voltas, as periferias são profundamente segregadas do resto da cidade, física e simbolicamente.

Mas agora, quando olhamos para sua efervescência cultural – em associações e iniciativas como São Mateus em Movimento, Sarau do Binho, Pretas Peri, Permaperifa, Sarau Cooperativa, Agência Solano Trindade, Casa Ecoativa, Bloco do Beco, Cine Favela, entre centenas de outros exemplos – podemos enxergar as periferias como fontes de arte, cultura e sociabilidade;

como lugares onde as pessoas se encontram, se divertem, aprendem, dançam, festejam, expressam suas identidades com confiança, nas ruas ou na rede capilar de casas e salas de reunião que, uma por uma, animam vastas áreas.

Essas iniciativas culturais não resolveram todos os problemas urbanos das periferias (que não podem ser resolvidos sem uma mudança estrutural e profunda na organização política, econômica e social da cidade e do país). Também é preciso admitir que essas iniciativas envolvem um número relativamente pequeno de pessoas, o que não surpreende no contexto de uma cidade de 12 milhões e uma região metropolitana de 21. Mas os ativistas urbanos conseguiram, e conseguem, construir espaços públicos vivos e potentes. O impacto desses espaços é maior do que a sua metragem quadrada, pois melhoram a qualidade de vida de suas comunidades, inspiram iniciativas similares em outros locais, e consolidam uma imagem positiva das periferias como lugares de produção cultural relevante, diversidade social e identidade confiante.

A cultura não apenas ajudou esses projetos a entender e analisar criticamente suas condições urbanas, como também possibilitou que esses projetos transformassem e melhorassem essas condições. É a cultura como meio e mecanismo de ação, e não apenas de expressão ou reflexão. Ora, combinando reflexão e ação, retornamos à definição de urbanismo proposta por Waldheim.

Logo, podemos sim considerar a cultura como urbanismo. Isso não quer dizer que a cultura dê conta de todas as áreas e atividades do urbanismo – mas tampouco pode o urbanismo ser reduzido a apenas um de seus muitos componentes, seja engenharia de trânsito, traçado de ruas, paisagismo, infraestrutura, demografia, zoneamento, saneamento, saúde pública, etc. Todos esses componentes são considerados essenciais ao urbanismo, planejamento e desenho urbano – não são considerados campos paralelos e separados que ocasionalmente interagem ou colaboram com o campo do urbanismo. Pois a cultura também carrega consigo um potencial transformador se for considerada como integral ao urbanismo.

Mas as lições dos ativismos urbanos paulistanos não podem ser resumidas a incluir mais um ou outro especialista na mesa de reuniões (agora, especialistas em cultura). O que faz esses ativismos tão potentes é sua conexão profunda em comunidades, algo que só pode ser atingido de baixo para cima. Além disso, as diversas comunidades locais (considerando-se não apenas comunidades de vizinhos, mas também comunidades de gênero, raça, orientação sexual, credo, etc.) possuem suas próprias visões de mundo, valores e costumes. Encaram e entendem o mundo a partir de perspectivas específicas, e suas práticas e ideias configuram corpos de conhecimento (empírico, conceitual, ético) que nem sempre são reconhecidos por instituições profissionais e educacionais oficiais.

Ampliar nossas premissas dominantes sobre o que constitui um “corpo de conhecimento” válido não significa descartar o saber oficial, ou princípios dominantes de especialização técnica, científica e organizacional. E também não significa absorver toda a nova abordagem que aparece numa mistura indistinta.

O que significa, então, ampliar nossas premissas diante de saberes alternativos, sem jogar o bebê fora junto com a água do banho? Significa uma nova epistemologia, que incorpore vozes diversas de forma democrática e sem hierarquia entre especialistas e comunidades, por meio de diálogos, cooperação e negociação – um processo que não tem horizonte final, e que deve comportar não apenas acertos e concordâncias, mas também conflitos e erros. Para chegar lá, primeiro precisamos repensar o que significa e a quem serve (para voltar às palavras de Waldheim) a “capacidade disciplinar e profissional” na teoria e na prática do urbanismo.

Referências:

AFFONSO, Elenira Arakilian. **Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANELLI, Renato. X Bienal de Arquitetura de São Paulo: Quando o meio é a mensagem. **Drops**,

n. 074.09, Vitruvius, 2013, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.074/4967>. Acesso em: 28 out. 2018.

ADERALDO, Guilherme. Territórios, mobilidades e estéticas insurgentes. Refletindo sobre práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, vol. 6, n. 2, pp. 31–48, 2017.

BENEVOLO, Leonardo. **Le origini dell'urbanistica moderna**. Roma: Laterza, 1963.

BORTOLOZZO, Gabriela. **Espacialidade e ativismo social na zona leste de São Paulo**: o caso do Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes. Tese (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2014.

BRENNER, Neil. **Critique of Urbanization: Selected Essays**. Basel: Birkhäuser, 2017.

BURATTO, Maria Gianini. Considerações acerca dos interstícios entre arte e ativismo. **Ponto Urbe** n. 18, 2016, <http://pontourbe.revues.org/2989>. Acesso em: 28 out. 2018.

CAFFÉ, Carolina Caffé e HIKIJI, Rose Satiko Giritirana. Lá do Leste: Uma etnografia audiovisual compartilhada. Projeto multimídia, 2009–2013, <http://www.usp.br/ladoleste/sobre.html>. Acesso em: 28 out. 2018

- CALDEIRA, Teresa. Social Movements, Cultural Production, and Protests: São Paulo's Shifting Political Landscape. **Current Anthropology**, vol. 56, suplemento 11, pp S126–S136, 2015.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: A longa busca da cidadania São Paulo**: Annablume, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Contemporânea, 1981.
- DEUTSCHE, Rosalyn. **Evictions**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.
- ESCOLA DE ATIVISMO. Ativismo no Contexto Urbano: Diagnóstico para Atuação nas Cidades. **Escola de Ativismo**, Materiais, Ativismo no Contexto Urbano, 2014, https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Diagnostico_AtivismoNoContextoUrbano_EscoladeAtivismo.pdf. Acesso em: 28 out. 2018.
- FRIENDLY, Abigail. Urban Policy, Social Movements, and the Right to the City in Brazil. **Latin American Perspectives**, vol. 44, n. 2, pp. 132–48, 2017.
- HOLSTON, James. “Come to the Street!”: Urban Protest, Brazil 2013. **Anthropological Quarterly**, vol. 87, n. 3, pp. 887–900, 2014.
- _____. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- HOU, Jeff. **Insurgent Public Space: Guerilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. Londres e Nova York: Routledge, 2010.
- JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.
- JAYNE, MARK e WARD, Kevin. **Urban Theory: New Critical Perspectives**. Abingdon: Routledge, 2017.
- KOWARICK, Lúcio e FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- MARINO, Aluizio. **Insurgências: Arte, tecnologia e território**. São Paulo: Centro Cultural São Mateus em Movimento, 2016.
- MAZIVIERO, Carolina e ALMEIDA, Eneida de. Urbanismo insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 22 a 26 de maio de 2017, São Paulo. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Te

maticas/ST%206/ST%206.1/ST%206.1-04.pdf.
Acesso em: 28 out. 2018.

MESQUITA, André Luiz. **Insurgências poéticas:** Arte ativista e ação coletiva (1990–2000). Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOASSAB, Andréia. **Brasil periferia(s):** A comunicação insurgente do hip-hop. São Paulo: EDUC, 2011.

NIEUWENHUIS, Marijn e CROUCH, David (eds.). **The Question of Space:** Interrogating the Spatial Turn between Disciplines. Londres e Nova York: Rowman & Littlefield, 2017.

PERIFERIA INVISÍVEL. Sobre. **Periferia Invisível.** 2016. <https://www.periferiainvisivel.com.br/sobre/>. Acesso em: 28 out. 2018.

ROLNIK, Raquel. Lei de Fomento à Periferia de SP inova ao reconhecer a dimensão territorial da cultura. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 4 de agosto de 2016, <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/08/04/lei-de-fomento-a-periferia-de-sp-inova-ao-reconhecer-a-dimensao-territorial-da-cultura/>. Acesso em: 28 out. 2018.

SANDLER, Daniela. Place and Process: Culture, Urban Planning, and Social Exclusion in São Paulo. **Social Identities**, vol. 13, n. 4, pp. 471–493, 2007.

SANTO AMORE DE CARVALHO, Caio. **Lupa e telescópio:** O mutirão em foco. São Paulo, Anos 90 e Atualidade. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, vol. 27, no. 71, pp. 417–29, 2014.

SOARES, Gustavo. Entrevista I [ago. 2016]. Entrevistadora: Daniela Sandler. 1 arquivo mp3 (90 min.).

SUZUKI, Júlio César e BERDOULAY. Agricultura urbana entre necessidade e utopia: Experiências paulistanas. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2 a 7 de maio de 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_suzuki.pdf. Acesso em: 28 out. 2018.

TENNINA, Lucía. **Cuidado com os poetas!** Literatura e periferia na cidade de São Paulo. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

TRINDADE, Agência Popular Solano. Mapa Cultural da Quebrada, 2012. Não mais disponível online.

TURRA NETO, Nécio. Movimento hip-hop do mundo ao lugar: difusão e territorialização. **Revista de Geografia**, vol. 1, n. especial, pp. 1–11, 2013.

VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia.** São Pau-

Io: Global, 2015.

YOUNG, James. **The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning.** New Haven: Yale University Press, 1993.

WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism: A General Theory.** Princeton: Princeton University Press, 2016.

WARF, Barney e ARIAS, Santa (eds.). **The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives.** Abingdon: Routledge, 2009.

WISNIK, Guilherme. O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público. **Folha de São Paulo**, 15 de novembro de 2015, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>. Acesso em: 28 out. 2018.

_____. Entrevista II [ago. 2016]. Entrevistadora: Daniela Sandler. 1 arquivo mp3 (60 min.).





São Paulo, um mosaico visto a partir da Rua Paim

São Paulo, a mosaic as viewed from Paim Street

Todd Lanier Lester* e Paula Van Erven**

**Paula Van Erven é formada em artes visuais pela Bard College de Nova York, em 2014. Ela cursou mestrado em estudos urbanos na Sciences Po, Paris, em 2016, e atualmente é estudante na pós-graduação “Habitação e Cidade” na Escola da Cidade, São Paulo. É tradutora e artista plástica, vive e trabalha em São Paulo, SP.

Resumo

Todd Lanier Lester é membro fundador de Lanchonete.org, ao qual Paula Van Erven se juntou nos últimos dois anos de seu projeto de cinco anos, que questiona o Direito à Cidade. Eles consideram a intervenção urbana artística e a organização comunitária em São Paulo, tendo suas respectivas experiências como pano de fundo. Lanchonete.org é uma plataforma cultural conduzida por artistas, com duração de cinco anos, focada em como as pessoas vivem, trabalham, navegam e compartilham a cidade contemporânea, tendo o centro de São Paulo como panorama de observação. O nome vem dos onipresentes balcões das lanchonetes – pontos de comércio amigável, sem barreiras, laboriosos e com suas luzes brancas – que ocupam todas as esquinas da cidade. Lanchonete.org discute sobre problemas que cidades grandes encaram, as diferentes formas de “poder urbano”, e o Direito à Cidade, não como uma maneira de definir esses conceitos, mas de estender a plataforma o máximo possível para considerar diversos pontos de vista.

Palavras-chave: Lanchonete.org. Plataforma Cultural. São Paulo. Direito à cidade.

Abstract

Todd Lanier Lester is a founding member of Lanchonete.org, and Paula Van Erven came onboard in the last two years of its five-year project, which questions the Right to the City. They consider urban artistic intervention and community organizing in São Paulo against the backdrop of their respective experiences. Lanchonete.org is an artist-led, cultural platform lasting for five years and focused on how people live and work in, navigate and share the contemporary city with the Center of São Paulo as our outlook. It gets its name from the ubiquitous lunch counters—convivial, fluorescent-lit, open-walled, laborious, points of commerce—that populate almost every street corner. Lanchonete.org is about the issues that big cities face, the different forms of ‘urban power’, and the Right to the City, but not inasmuch as to define these constructs, but to stretch the ‘platform’ as far as is necessary to consider diverse viewpoints.

Keywords: Lanchonete.org. Cultural platform. São Paulo. Right to the city.

Lanchonete.org revê brevemente uma intervenção artística dentro e ao redor do centro da cidade



Figura 1. Membro do Lanchonete.org, Raphael Daibert, com jovens (moradores da região) da Associação Novolhar, durante oficina em frente à lanchonete do Tarcísio. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org

1. O primeiro projeto entre o Centro Cultural da Ocupação São João e o Lanchonete.org foi durante a Bienal de Arquitetura de São Paulo de 2013.

No início de 2015, ao escutar uma conversa entre alunos da Universidade de Leuven que planejavam a oficina de Cartografias Insurgentes na Ocupação do Hotel Cambridge, Raquel Rolnik, professora da FAU-USP e anteriormente Relatora Especial da ONU sobre Habitação Condigna, observou a pronunciada função de agentes culturais como um novo desenvolvimento nos movimentos de moradia e espaço público em São Paulo. De fato, a subsequente oficina de Cartografias Insurgentes buscou integrar moradores da Ocupação Cambridge, um “studio” de design instrucional e um grupo de participantes de uma “chamada aberta” através de uma maneira criativa de mapear pesquisas que resultaram em uma exposição instalada no centro cultural da ocupação, um espaço comunitário que inclui uma biblioteca e um cyber-café adjacente à padaria no segundo andar. A Ocupação Cambridge também inclui um playground inteiro (ou lobby, dependendo de como se enxerga) feito de rodas de pneu

pelo artista espanhol Basurama, que também transformou o Viaduto do Chá em um imenso balanço há alguns anos atrás.

Nazaré Brasil, que administra o Centro Cultural da Ocupação São João nos contou que colaborações com artistas internacionais e produtores culturais levam credibilidade e estratégia cultural à abordagem, que é usada para “construir uma ponte” entre pessoas que vieram ao centro, enquanto ele ainda continha prédios abandonados procurando conveniência, e aqueles que agora “descem da Paulista”, e que frequentemente carregam impressões negativas de ocupações, enclaves étnicos, grupos informais, e pagadores de aluguéis baixos. Ao explicar a estratégia do movimento no início, Nazaré ajudou o Lanchonete.org a encontrar a sua “pegada” na paisagem do tecido urbano de São Paulo, e através de uma parceria contínua – fazendo a co-curadoria de residências artísticas e programas públicos – Lanchonete.org e a Ocupação

São João desenvolveram uma relação profunda durante estes cinco anos.

E ao usar termos artísticos – como “pesquisa artística”, “duracional”, “plataforma”, “site-specific” – para se referir à organização comunitária, tentamos convocar e parcialmente reduzir as distinções que orientações disciplinares, e vocabulários relacionados, podem aplicar a uma prática híbrida que se movimenta entre o mundo da arte, do planejamento urbano, diferentes orientações de classe e a experiência vivida por membros de movimentos sociais.

Da introdução de Dialogues in Public Art, discutindo as “falhas do estabelecimento de planejamento” dos anos 70 e 80 na cidade de Nova York, o atual Comissário do Departamento de Assuntos Culturais, Tom Finkelpearl (2001) afirma:

Assim como os arquitetos foram demonizados como destruidores da cidade, artistas foram irrealisticamente solicitados para o seu resgate. Em um nível básico, havia esperança de que a arte poderia reviver a velha ideia de uma cidade. Não é exatamente que pessoas queriam arte em seus prédios, mas que elas queriam uma volta ao tipo de ambiente urbano que elas imaginavam estar presente na época em que artistas estavam regularmente incluídos na arquitetura. O ímpeto inicial era conservador – uma nostalgia pelo pré-moderno, no lugar de qualquer senso do pós-moderno. As leis foram

criadas em um esforço de atrair pessoas de volta às áreas do centro que elas estavam abandonando. E, de fato, o reordenamento urbano ainda é uma motivação em muitos programas de arte pública.

Intervenção na Intervenção

Ao considerar seus cinco anos focados no Direito à Cidade no centro de São Paulo – e assim, comparando as estratégias e abordagens de ocupações e outros enclaves, como a comunidade do Conjunto Santos Dumont na Rua Paim – Lanchonete.org coloca uma série de questões que também se alternam entre abordagens teóricas e táticas de organização comunitária para o uso da mega-cidade contemporânea: Qual é a função de uma intervenção urbana artística como o centro cultural de uma ocupação, lanchonete.org e algumas outras discutidas neste texto? Com quem a intervenção está dialogando? E qual é o processo no qual um membro da audiência se torna participante?

Após enquadrar a “Cidade Como Site”, no primeiro capítulo de Dialogues in Public Art, Finkelpearl descreve a escultura “Tilted Arc” de Richard Serra, comissionada por um prédio de escritório federal de Nova York, e posteriormente removida do local pela mesma agência governamental. Relata ainda a atividade de outro artista, John Ahearn, comissionado por Nova York para criar três esculturas de bronze para um posto de po-

lícia no Bronx – onde ele morava – mencionando o pedido de remoção do próprio artista, por conta de um protesto da comunidade. Não se pode sempre discernir a intenção artística em tais intervenções urbanas, nem se pode argumentar que todos trabalhos site-specific – sejam de caráter material, ou processual, ou ambos – embora tenham a organização comunitária como um objetivo tácito. E, em alguns casos, o artista pode explicar sua abordagem geral no estabelecimento de metas e utilidade, como Thomas Hirschhorn fez com *The Specter of Evaluation*², recusando responder muito sobre suas intenções em projetos artísticos específicos, como o Monumento Gramsci no Bronx, no meio de um “project” ou conjunto de moradia pública. A reação de Serra à situação do “Tilted Arc” nos anos 80 foi de articular o que hoje são princípios amplamente aceitados para a “site-specificity” que Andrea Liu explica em seu texto, *Theorising Art Interventions: Manifesta 6 and Occupy 38*³:

“1. Antagonismo a um local é um componente crucial para o site-specificity; 2. Inseparabilidade: Contra a noção de uma escultura “portátil”, ontologicamente hermética, que poderia circular e ser colocada em qualquer lugar a qualquer hora, alheia ao seu contexto, Serra insistiu que um trabalho site-specific deveria ser inseparável de seu local; 3. Irrepetibilidade: Não apenas contra a noção de portabilidade, Serra insistiu que um trabalho site-specific deveria ser irrepetível.” (LIU, 2013, p.96).

Porém, alguns artistas e projetos oferecem explicitamente articular objetivos-sociais ou não – para seus trabalhos de arte. Em um texto de outubro de 2004⁴, Simon Sheikh afirma que “o contra-público é uma reflexão consciente das modalidades e instituições do público normativo, mas em um esforço de se dirigir (...) a outros imaginários.” Durante os últimos quatro anos, houve diversos momentos nos quais Lanchonete.org serviu como uma plataforma na qual estes outros imaginários sociais, econômicos, políticos e culturais se tornaram mais familiares para mim. E, de fato, é isso que Lanchonete.org almeja fazer, no sentido mais amplo. Portanto, ela pode usar esses princípios anteriormente mencionados sobre “site-specificity” como um “barômetro da história da arte”, enquanto também tentando estabelecer uma pergunta, como a nossa sobre “O Direito à Cidade” e oferecer de conhecer profundamente a comunidade com a qual se busca aprender e fazer coisas junto. Talvez isso garanta a “inseparabilidade” de uma maneira diferente. Para isso, eu gostaria de falar sobre dois assuntos juntos – intenções e pesquisas.

Começar uma relação com uma comunidade é uma posição de alta responsabilidade. Isso provavelmente não é nada diferente para os campos da arte, arquitetura, planejamento, etc. Se alguém quer ganhar confiança, então é evidente que existe responsabilidade embutida nas relações que se formam ao percorrer de um projeto. Lanchonete.org tem tentado constantemente

2. Os autores optaram por inserir nas notas os endereços eletrônicos referentes às plataformas consultadas, como segue: http://www.gladstonegallery.com/sites/default/files/FlashArt_2011_e.pdf.

3. *Theorising Art Interventions: Manifesta 6 and Occupy 38*.

4. *Representation, Contestation and Power: The Artist as Public Intellectual*.



Figura 2. Tarcísio toca o triângulo durante evento de Festa Junina. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org



Figura 3. Membro do Lanchonete.org, chef Abdoulaye Guibilla, e artista em residência, Adler Murada, durante evento na lanchonete. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org

reconsiderar suas intenções – as mantendo responsáveis – estabelecendo uma data de encerramento para o projeto. Isso não significa que pararemos o nosso envolvimento abruptamente no final do projeto, mas que, por ter um marco final, os envolvidos podem saber quando o projeto será avaliado, modificado, transformado, tomando riscos maiores, mudando a liderança, etc. Isso pode divergir dependendo todo tipo de participante – artistas e não-artistas – como o dono de muitos anos da lanchonete, Tarcísio, que está muito mais interessado em marcos impostos por um contrato contínuo e qualquer aumento no aluguel que ele possa esperar.

Usamos a palavra “plataforma” para descrever as atividades que vão evoluindo com o tempo, e as redes em colisão que compreendem Lanchonete.org. É uma palavra esperta, mas o que quer dizer uma “plataforma”? Até hoje, somos mais de 30 pessoas, incluindo arquitetos, jornalistas, chefs, designers, jardineiros, um coletivo de publicações, artistas de rua e vídeomappers, para nomear alguns. Juntos estamos desenvolvendo uma metodologia através de nossas séries de oficinas. Para Lanchonete.org, o objetivo foi de permanecer um processo aberto durante sua duração de cinco anos, convidando ideias e projetos à “mistura” até culminar em vários formatos de diálogo e feedbacks, assim como de documentação. Talvez seja apenas através da escolha de um ponto de parada (ou de desaceleração) que se possa olhar em retrospectiva ao “que aconte-

ceu”, e que a plataforma e seu impacto possam ser descritos. E, é isso o que queremos dizer com “pesquisa” artística.

Outra pergunta que poderemos fazer é se a organização comunitária baseada nas artes só funciona quando o participante também faz parte de movimentos sociais tais como o movimento de moradia, que reivindica um território ou um ambiente construído, ou se existem estratégias implícitas que vêm de comunidades de classes e culturas homogêneas, como a que se desenvolveu organicamente na Rua Paim entre os três prédios do Conjunto Santos Dumont. Conjunto Santos Dumont—Rua Paim

A rua Paim vem vivenciando grandes mudanças em sua composição, como todo o resto do bairro da Bela Vista, que compreende do Bixiga ao Baixo Augusta. A partir dela observamos o poder estrutural do setor imobiliário e a mudança drástica que ele traz, não apenas para a estética do bairro, mas também impactando diretamente os preços e, naturalmente, a população que consegue permanecer no local.

O conjunto Santos Dumont é hoje um dos últimos vestígios desta última composição arquitetônica (e demográfica) da rua. Um conjunto modernista de 1955, construído pelo arquiteto Aron Kogan, os três edifícios (Demoiselle, Caravelle, e 14 Bis, todos nomeados em referência aos três primeiros aviões do aeronauta e inventor Santos Dumont)



Figura 4. Seu Zé Nilson, morador do Conjunto Santos Dumont, mostra o prato que preparou para evento, junto ao Abdoulaye Guibila, membro do Lanchonete.org. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org



Figura 5. Oficina de gravura em tapiocas, conduzida por Adler Murada e Sol de Noite (Ingrid Cuestas) na lanchonete do Tarcísio. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org

carregam um passado complexo, retratando em grande parte a história de uma versão da migração nordestina à cidade de São Paulo.

A nossa porta de entrada de trabalho com os moradores ocorreu por meio do Tarcísio, morador do conjunto há mais de 30 anos. Piauiense e dono do bar da Loja 3, que se encontra na galeria (rua que divide os prédios), no térreo do conjunto ao lado de vários outros bares e lojinhas. Assim que começamos nosso engajamento com o espaço, logo percebemos a forte influência da cultura nordestina no local, presente devido à proveniência da maioria dos moradores. Nosso trabalho em colaboração com o Tarcísio logo se desenvolveu ao redor de algo que salientasse a cultura nordestina, como uma forma de manifestação face às mudanças que vêm ocorrendo na rua, que provaram uma certa negligência em respeito às culturas e histórias existentes no local.

Assim, o trabalho de Lanchonete.org começou a se voltar a um apoio às culturas existentes do conjunto, assim como uma compreensão maior das necessidades e limitações espaciais dos edifícios. Contemplando a ideia de direito à moradia no centro de São Paulo, o projeto desenvolveu durante o ano de 2017 uma série de eventos e debates que experimentavam novas maneiras de se usar o espaço ali existente. Concebido junto ao coletivo norteamericano Amber Collective, o “Museu da Vizinhança” foi desenvolvido em um dos apartamentos localizados no edifício Demoiselle, onde

almoços comunitários semanais, oficinas e rodas de conversas, entre outros eventos, serviram como momentos para juntar moradores, visitantes curiosos e parceiros (ativistas, artistas, arquitetos, etc), ao fomentar discussões conjuntas sobre o que compõe este direito ao centro de São Paulo.



Figura 6. Grupos de artistas, ativistas e moradores, no Museu da Vizinhança. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org



Figura 7. O Grupo Loka de Efavirenz e o Coletivo Amem durante conversa no Museu da Vizinhança. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org



Figura 8. Bate-papo durante “almoço de segunda” no Museu da Vizinhança. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org

Para comemorar o final do Lanchonete.org como um projeto artístico, no ano de 2018, em parceria com a Escola da Cidade, conduzimos uma aula aberta sobre “Poder Local” no Museu da Vizinhança, onde estão sendo elaboradas maneiras de se trazer as dinâmicas comunitárias compartilhadas durante todo o processo de pesquisa para fora. Um exemplo seria por meio da criação de uma horta comunitária que possa ser usada, a longo prazo, como um espaço comum no térreo do conjunto após o encerramento do Museu e da pesquisa artística do Lanchonete.org. O entendimento (da cidade) pela plataforma, sua duração de cinco anos, assim como sua abordagem prática, baseada em atividades – oficinas de criatividade, uma programação de comida e nutrição, comunicação e um foco em uma mídia alternativa – são todos gestos conscientes de troca, abertura e seriedade, e de fato pegam emprestado de várias metodologias da organização comunitária. Existem outras questões importantes que também surgem ao considerar diferentes experiências de gênero dentro de um contexto específico.

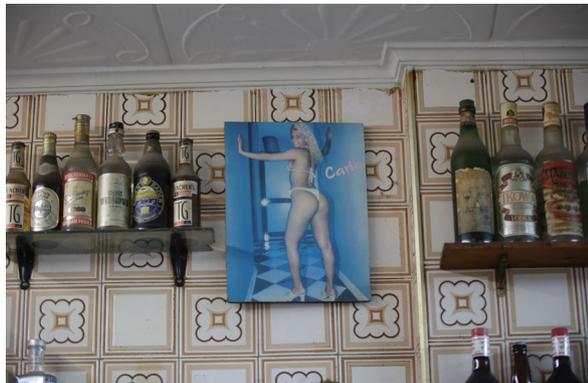


Figura 9. Carla Perez na parede do bar do Tarcísio. Fonte: Leandro Moraes/Lanchonete.org

A foto de Carla Perez, que agora acumula poeira ao lado de garrafas de cachaça já remanescentes de décadas passadas, com sua tinta de impressão se esmaecendo em tons de azul ciano, ainda suscita uma estranha mistura de terror e afeto. Que criança no Brasil não cresceu com essas representações hypersexualizadas de mulheres, que transitam suavemente entre programas infantis de televisão e capas de revistas da Playboy?

A foto de Carla Perez ornamenta o pano de fundo de cenas cotidianas no bar do Tarcísio na rua Paim. Três homens bebem suas cervejas geladas e discutem as atuais polêmicas da política brasileira: “com as reformas da previdência, só vai ficar pior para a gente.” Um comentário que rapidamente incita uma concordância dos outros dois presentes, que então concluem que “eles [políticos] são um bando de ladrões.” Como trabalhadores cansados, que acabam de terminar seus longos dias de serviço em restaurantes e mercearias por toda a cidade, eles se juntam ao redor de um litrão para ter conversas rotatórias e piadas que aliviam o desgaste do dia-a-dia. Eles também de dão o direito de, só um tempo curto, sentar em silêncio, junto. É, durante todo o tempo, flagrantemente notável, o fato de que não há mulher alguma presente para se engajar nessas discussões informais, ou estes importantes momentos de uma quietude compartilhada. Onde estão elas?

Ao olhar para a rua pela grande abertura na frente da lanchonete, se veem mulheres de todas as idades passando de um lado para o outro, tipicamente com carrinhos de bebê e crianças pequenas. O fato que o capitalismo prospera em forças de trabalho “invisíveis” é algo que, a esta altura, é bem reconhecido, tendo permeado relações humanas há centenas de anos. A vista a partir deste bar, dominado pela presença de homens, se torna uma foto desta estrutura social que é naturalizada. Esta mão de obra invisível, e mais tipicamente feminina, que cozinha, limpa, e bota as

crianças para dormir, para que estes trabalhadores possam providenciar um sustento econômico à família, e passar as suas tardes bebendo cerveja um com o outro. Uma realidade angustiante que retrata o que parece ser consequências de uma mistura de necessidades práticas reais com construções sexistas teimosas.

Como parte de nossa série de Encontros na Paim – encontros nos quais experimentávamos com diferentes formas de interação e de diálogo com a lanchonete, convidamos Vanessa de Oliveira Andreotti para conversar conosco sobre sua pesquisa na descolonização da linguística e da pedagogia. Andreotti propôs que, ao invés de tentar representar existências que têm sido sistematicamente apagadas da narrativa histórica, ou de tornar presente aquilo que está invisível, essas existências deveriam é serem feitas “visivelmente ausentes.”

Ao se sentar na bancada da lanchonete, reconhecer esta invisibilidade é imediato, e parte de uma história de práticas normalizadas que representam uma condição estrutural muito maior. Uma condição que é marcada pela dependência de uma força de trabalho subalterna ou não remunerada, que continuamente carrega um peso que a agenda política no Brasil, em geral, recusa dar a importância que ele requiere. Assim, a população se encontra trancada em ciclos de trabalho que replicam sistemas econômicos exploradores internamente para se sustentar, como é tipicamente assimilado o trabalho doméstico. E claro, isso

acontece ao lado de uma divisão de trabalho entre gêneros que é desnecessariamente machista.

E aí tem o bolo. Além de café e bebidas alcoólicas, existe um único outro item clássico que Tarcísio vende em sua lanchonete, famoso entre os clientes fieis que o engolem rapidamente com um café ao seu caminho para o trabalho todos os dias, cedo de manhã. A história que o bolo carrega está entrelaçada na discussão de onde está esta presença feminina na lanchonete, que parece ser tão extinta – a mulher de Tarcísio, a Mundinha, prepara esse bolo para a lanchonete há anos, e hoje em dia seus dois filhos se encarregam da preparação matutina quando ela está ocupada com outras responsabilidades, como cuidar de sua netinha.

De fato, Mundinha, sua nora Larissa – uma arquiteta recém-formada – que fez parte do projeto “Museu da Vizinhança”, do Lanchonete.org, e sua neta Alica, são provavelmente as mulheres mais presentes na lanchonete. Elas costumam passar por ali para conversar com o Tarcísio, deixar coisas para ele, e em geral usar o espaço como uma extensão da casa da família. Sua amiga de longa data, que é quase um membro da família, Maria, também aparece com frequência na lanchonete, e nos leva a uma outra narrativa pessoal.

Maria e o Direito ao Centro

Maria do Carmo veio a São Paulo quando tinha

onze anos de idade. De origem Piauiense, ela veio para a metrópole Paulistana para ajudar a cuidar dos filhos de sua irmã, e acabou ficando de vez. Durante 30 anos, Maria morou no bairro do Bela Vista, no centro de São Paulo. Deslocada por conta de aumentos no preço dos alugueis, ela se mudou de um prédio a outro nesta região de São Paulo. Seu padrão migratório incorpora a dificuldade que várias famílias de baixa renda encaram para continuar morando em um bairro familiar. Com os preços que continuam a subir, se torna cada vez mais difícil para essas populações continuarem no centro da cidade, próximos aos seus trabalhos e amenidades.

Desde que Maria chegou a São Paulo, ela tem trabalhado como anfitriã em um restaurante italiano, de uma distância curta a pé de seu apartamento atual. Com um intervalo de três horas no meio do dia, essa proximidade permite que Maria volte para casa para descansar um pouco antes de começar seu próximo turno que vai até tarde da noite. Ela explica que tentou morar longe do centro durante dos anos, pois os alugueis estavam caros demais e ela não conseguia encontrar moradia com preço acessível nas proximidades. Maria passava mais de quatro horas no trânsito entre o trabalho e sua casa, sem mencionar as três horas de intervalo no meio do dia que agora ela podia passar de volta em sua casa. Um total de sete horas extras sem nenhuma compensação. A distância logo se mostrou difícil demais de aguentar.

Dado o aumento dos preços imobiliários da Bela Vista, Maria se preocupa com a possibilidade de em breve ter que se mudar novamente. Atualmente, ela acomoda em sua casa sua filha, uma estudante de Farmácia, e seu sobrinho, que está desempregado. Maria é uma cuidadora implacável, não só ajudando a criar várias crianças fora as suas próprias, mas também continuamente acolhendo indivíduos que estão em necessidade de uma ajuda extra, seja por dificuldades financeiras, de saúde e/ou psicológicas. Ela também mantém companhia aos moradores idosos do prédio, conversando com eles e fazendo práticas de artesanato junto. A costura e a pintura, por exemplo, são hobbies que Maria diz que ela praticaria mais ao fundo, se tivesse mais tempo livre.

Como é evidenciado na história de Maria e de vários outros, o sistema atual de remuneração por horas de trabalho não consegue completamente compensar o trabalho, em sua totalidade, que indivíduos estão realmente fazendo. Seja o trabalho de cuidar de sua família, ou de tempo gasto em longas horas de trânsito para o trabalho, essas horas negligenciadas são significantes. É impossível discutir desenvolvimento econômico sem questionar o que não se está levando em conta na remuneração, o que impõe limitações severas à capacidade do indivíduo de ser resiliente face às mudanças demográficas. O salário de Maria tem sido o mesmo há 30 anos, e ao mesmo tempo, o custo de aluguel de seu bairro não para de aumentar. Se é para o tempo der comodificado em

como ele pode ser traduzido em compensação financeira, talvez seja a hora de que políticas públicas se dirijam a essa dinâmica maior que dita a importância de morar no centro da cidade.

Em seu texto de 2007 sobre *Artistic Activism and Agonistic Spaces*⁵, Chantal Mouffe afirma que:

Espaços públicos sempre são estriados e estruturados hegemonicamente. Uma dada hegemonia resulta de uma articulação específica da diversidade de espaços e isso significa que a luta hegemônica também consiste da tentativa de criar uma diferente forma de articulação dentro de espaços públicos. (MOUFFE, 2007)

Centros Culturais de Ocupações e Agentes Culturais em São Paulo

Dependendo da configuração original do prédio, Centros Culturais de Ocupações são constituídos de um ambiente grande e de formato aberto no térreo, primeiros, e últimos andares, e podem ter bibliotecas adjacentes, salas de projeção e estúdios de produção de arte (onde pincéis e outros materiais são visíveis). Algumas ocupações são antigos hotéis, o que suporta essa configuração, mas não sempre. Os quartos adjacentes frequentemente têm uso duplo, para assembleias de igreja, salões de cabelo e outros pequenos negócios, e creches. A sala de vídeo na Ocupação São João é frequentemente utilizada como creche e para propósitos educacionais, assim

como a sala maior é usada para lições de capoeira e outras formas de exercício, brechós, e reuniões gerais para a comunidade. Não existe uma aparência universal destes centros culturais, mas percebem-se algumas similaridades após visitar alguns. Eles também existem em rede com outros centros culturais. Pouco depois de visitar o centro cultural na Ocupação São João pela primeira vez em 2012, eu fui convidado para um sarau de poesia na Ocupação Mauá, perto da estação de trem na Praça da Luz, que era aberto ao público. Outras ocupações, como a Cambridge, Prestes Maia, e Marconi, têm centros culturais no local, e é comum que suas noites de sarais, exposições, filmes e literatura atraem moradores de vários movimentos pela moradia em São Paulo.

Durante uma oficina conjunta em março de 2015, chamada Concreto amado: habitar e conviver no centro de São Paulo, entre a Escola da Cidade (São Paulo) e a KTH Architecture School (Stockholm), no Centro Cultural da São João, a líder da ocupação, Antonia Nascimento, explicou a importância de ter o Centro Cultural no primeiro andar: a) Isso ajuda os ocupantes a se acostumar com o centro, o que pode ser bem diferente de onde eles estão vindo; b) Isso ajuda a re-politizar famílias sobre a cause do movimento social (pela moradia), do qual fazem parte, e serve como; c) Um espaço transicional entre o movimento e o público em geral (da cidade).

Para o projeto do Goethe Institut, Episodes of

5. <http://www.artandresearch.org.uk/v1n2/mouffe.html>

the South, Raphael Daibert, membro do Lanchonete.org, escreveu sobre um grupo de refugiados e imigrantes sem teto baseados na Ocupação Cambridge, chamados GRIST (Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto), em seu artigo *Enclaves of Struggle*⁶. Por mais que nem todos os membros do GRIST morem na Ocupação Cambridge, Carmen Silva, líder do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), parte da Frente de Luta por Moradia (FLM), oferece o centro cultural da ocupação para reuniões de grupo. A cineasta brasileira, Eliane Caffé, popularizou o grupo; seu líder, o refugiado Congolês Pitchou Luambo; e a solidariedade entre grupos de moradia a de auto-determinação imigrante no centro de São Paulo, com seu aclamado filme *Éra o Hotel Cambridge*⁷. Através de uma visita recente à Ocupação Cambridge, organizada pelo Lanchonete.org, um grupo de estudante de Princeton pode visitar um prédio próximo – agora chamado Ocupação 9 de Julho – que acabava de ser ocupado na noite anterior por uma nova comunidade e seus apoiadores de ocupações ao redor, algo nem sempre observado pelo público. E, em sendo aberto ao público, o Centro Cultural São João é elegível para que financiamentos públicos conduzam uma variedade de programas, tais como aulas, sarais, e seu Café Imaginário mensal, enquanto também acomodando os usos e perspectivas de pessoas morando lá para atividades como as igrejas e reuniões políticas, LGBT e outros grupos identitários, e aulas de Inglês.

O Centro Cultural da Ocupação São João: Uma visão mais profunda

A Ocupação São João é um membro constituinte do movimento de moradia que é disperso pela cidade inteira, a Frente de Luta por Moradia (FLM), ao qual a Ocupação Cambridge também está afiliada. Antonia Nascimento, sua líder, faz parte do movimento há 25 anos. Ele é composto de aproximadamente 60 famílias e 170 residentes em total. A maioria vem da mesma parte da periferia da Zona Leste, São Mateus (incluindo algumas famílias estendidas), mesmo se a comunidade inclui novos integrantes que chegam de outras partes da cidade e do país, assim como uma família da Colômbia. A comunidade liderou o processo de fazer o prédio virar patrimônio, o histórico Hotel Columbia Palace, e é geralmente conhecido por ser politicamente ativo dado o seu tamanho pequeno.

Um exemplo de um artista internacional trabalhando no movimento de moradia foi uma colaboração em 2011 entre a Ocupação São João e artistas de Nova York, SWOON e Paula Segal, quando vieram para São Paulo para a exposição *De dentro para fora, De fora para dentro*, no MASP. SWOON engajou a comunidade da São João em seu *Ersilia Encampment*⁸ abaixo do museu, e Paula pode conhecer a ocupação onde SWOON mais tarde providenciou of murais que agora acentuam seu primeiro andar, renovado, do centro cultural. Durante a Bienal de Arquite-

6. <http://www.worldpolicy.org/blog/2016/02/25/enclaves-struggle>.

7. <https://www.youtube.com/watch?v=OkIJADMDYGw&feature=youtu.be>

8. <http://caledoniacurry.com/ersilia.php>

tura de São Paulo de 2013, Lanchonete.org e o Centro Cultural São João produziram um projeto junto em seu quintal, com o artista Thiago Gonçalves, chamado “Acarajé+Gravura”. Usando comida e entretenimento, o evento de um dia foi meramente um gesto para convidar o público para visitar a ocupação, algo que é raro fora da arquitetura, do planejamento urbano, e de círculos de artistas e ativistas.

Em setembro de 2014, Jakub Szczesny (Polônia) foi o primeiro artista residente do Lanchonete.org a morar na Ocupação São João. Depois de duas semanas de contato diário com as famílias e as tarefas coletivas da ocupação, ele montou uma oficina de fazer bandeiras, produzida por Lanchonete.org, que focou nas histórias de famílias morando na ocupação. As bandeiras foram eventualmente feitas (principalmente pelos jovens durante uma sessão de costura de sábado) e eventualmente penduradas ao lado de fora do antigo Hotel Columbia Palace, como uma instalação de um “brasão”. Realizadores do Lanchonete.org, Raphael Daibert e Lorena Vicini apresentaram o conceito por trás da oficina de fazer bandeiras na São João durante a conferência Cities as Community Spaces⁹, em Valletta, em Malta, em novembro de 2016. Em sua apresentação, Developing Identities to Improve Collectivity¹⁰ eles oferecem que:

Dada a maneira na qual a mídia de massas brasileira criminaliza as várias ocupações na cidade, o ato de levantar a bandeira da frente da

Ocupação São João tem sua própria importância simbólica. Vai para além da exposição de trabalhos de arte, demonstrando aos passantes que o espaço é ocupado por pessoas e famílias, todos com suas próprias complexidades singulares. (DAIBERT;VICINI, 2016)

Essa criminalização de fato que é dada pela mídia é uma experiência comum, compartilhada com outras comunidades desfavorecidas como refugiados e imigrantes, e então vira uma fonte de solidariedade que vemos entre os movimentos de moradia e de imigrantes, e exemplificados entre a Ocupação Cambridge e o Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto (GRIST) e marcado em maio de 2015 em uma declaração do GRIST, em um fórum aberto na Ocupação Cambridge, intitulado Morar em Refúgio.

Em setembro de 2015, Jakub voltou para trabalhar na ocupação com uma organização de jardinagem, Cidades Sem Fome, baseado na periferia da Zona Leste perto de São Mateus (de onde vários dos ocupantes vêm, antes de ocupar o Hotel Columbia Palace em 2011) em um projeto¹¹ de construir um jardim na ocupação e de oferecer uma oficina de quatro dias sobre jardinagem para os membros do movimento de moradia mais amplamente, e o público geral ao fazer assim. A oficina de jardinagem e resultante “guia”¹² foram apoiados pela Casa das Caldeiras e o Instituto Goethe, e foi a primeira vez que uma organização cultural de um governo estrangeiro apoiou um programa dentro da ocupação.

9. <http://conference.valletta2018.org/speakers/lorena-vicini-raphael-daibert>

10. http://lanchonete.org/wp-content/uploads/2016/11/developingidentities_presentation.pdf

11. <http://www.worldpolicy.org/blog/2015/10/15/immersed-context-jakub-szczesny>

12. http://pontoaurora.com/download/HORTAS_LIVRES_A4.pdf

Em 2015, Pepe Dayaw (Filipinas) foi o segundo artista internacional a ficar na Ocupação São João, através de sua colaboração com Lanchonete.org, e em 2016, Edgar Calel (Guatemala) foi o terceiro. Em todas as três ocasiões, os artistas colaboraram com Nazaré Brazil, que administra o centro cultural da ocupação a suas atividades foram incorporadas nesta noite temática, cultural, e mensal, o Café Imaginário¹³.

Conclusão

Até aqui, nós reconhecemos a distinção entre artistas internacionais e locais, assim como entre artistas locais observando o contexto de uma ocupação ou movimento para propósitos de pesquisa, e aqueles que vivem dentro dele por necessidade econômica. A Professora Rolnik oferece alguns exemplos que ela testemunhou durante a campanha do Parque Augusta, relacionando a observação de um “agente cultural” com iniciativas de jardinagem urbana, redes de espaços verdes, a atores anti-gentrificação, assim como atuações dentro de cooperativas baseadas no trabalho, como COOPAMARE, uma coletiva de coletores de papelão e reciclagem, situada embaixo de um viaduto no bairro de Pinheiros. Em 2016, Rolnik participou de uma série de falas na intervenção Residência Artística Cambridge pelo artista Ícaro Lira, Juliana Caffé, et al; professora da Escola da Cidade a membro do grupo de trabalho HABILITACIDADE, Carla Caffé encabeçou uma charrette de design de jardins e instalação também no

Cambridge; Lanchonete.org produziu um projeto desenvolvido por dois artistas locais, conduzindo uma série de oficinas de fotografia, mídia social, e auto-empoderamento, de seis semanas, com COOPAMARE através de seu programa Zona da Mata¹⁴ no vizinho Instituto Goethe, no mesmo ano. A intervenção Residência Artística Cambridge também incluiu projetos baseados no diálogo com membros do Aurora¹⁵ e d’O Grupo Inteiro¹⁶, coletivos de artistas baseados em proximidade ao centro da cidade, assim como as Dulcineias Catadoras¹⁷, um ramo artístico que tem o nome de um membro adorada da COOPAMARE.

A complexidade e natureza de sobreposições destes espaços culturais, movimentos e agentes no centro de São Paulo – encontradas na “ponte” que Nazaré evoca em sua estratégia – são paralelas à inabilidade de se capturar todos os atores e influências relevantes em um único texto. Na tentativa de fazer isso, devem ser incluídas referências da história da arte e site-specific, como o arte/cidade¹⁸ de Nelson Brissac Peixoto, o que costumava ser o espaço do Coletivo Comboio na Ocupação Prestes Maia, o artista Mundano, e a tese de pesquisa de Julia Masagão de 2008 para a Escola da Cidade, Entre, morando no Conjunto Santos Dumont na Rua Paim, anos antes do Lanchonete.org trabalhar no local. Assim como projeções e filmes da Ocupação Cambridge e Arnaldo de Melo desenvolvendo um espaço cultural temporário no topo da Ocupação Marconi em 2011-2012, durante sua pesquisa de doutorado

13. <https://www.facebook.com/Ocupação-São-João-MSTRU-490900594319238/>

14. <http://www.zdm2016.lanchonete.org>.

15. <http://www.pontoaurora.com>.

16. <http://www.ogrupointeiro.net>.

17. <http://www.dulcineiacatadora.com.br>.

18. <http://www.artecidade.org.br>

na FAU-USP, e a série de retratos de Leandro Viana com as famílias da Ocupação São João¹⁹, depois exibida em seu centro cultural.

Devemos considerar coletivos tais como o Baixo-Centro, Ocupeacidade²⁰, e o Terreiro Coreográfico²¹, um coletivo artístico que emergiu de suas ações durante a Bienal de Arquitetura de 2013, focados no acesso ao espaço e a passagens de água, através de uma programação cultural embaixo e no entorno de um viaduto no bairro do Bixiga, face ao Teatro Oficina. Terreyro Coreográfico é então implicado em uma luta de décadas pelo espaço público liderado pelo diretor artístico extraordinário do Teatro Oficina, Zé Celso. Não apenas considerando o trabalho focado no centro da cidade, é importante incluir o trabalho de grupos de outras partes da cidade, e sua assim chamada “periferia”, como o Coletivo Coletores, um coletivo de arte urbana que faz e usa diferentes formas de engajamento e ação, variando do interativo à arte digital (video mapping), a produção de hip hop, arte de rua, vídeo, o ambiente construído e móvel, contra-mapping e caminhadas pela vizinhança baseada no bairro de São Mateus, parte do São Mateus em Movimento, na Zona Leste da cidade. Coletivo Coletores já trabalhou por toda a cidade.

Em todos os exemplos anteriormente mencionados, existe certa mistura na distinção entre tópicos “ativistas” (ex. jardinagem, água, permacultura, o espaço público, direitos à moradia

e à imigração) e formas coletivas que estão historicamente presentes em meios a lutas ambos sociais e artísticas. Enquanto o mercado da arte a suas instituições têm um apetite saudável pelos subprodutos, ambos físicos e de processo na estética relacional urbana, existem normalmente múltiplas intenções e influências integradas em qualquer um destes projetos. Mouffe (2007) insiste que elas não “enxergam a relação entre arte e política em termos de dois campos constituídos separadamente,” enquanto relega a intervenção artística a um microcosmo do contexto social que ela afirma ou resiste:

Da perspectiva de uma teoria de hegemonia, práticas artísticas representam um papel na constituição e na conservação de uma certa ordem simbólica ou em desafiá-la, e é por isso que elas necessariamente têm uma dimensão política. O político, em sua parte, se refere ao ordenamento simbólico de relações sociais, o que Clause Lefort chama de “mise ne scène”, a “mise en forme” da coexistência humana e é aqui que se encontra sua dimensão estética. (MOUFFE, 2007)

Em uma entrevista de 2004 com Multitudes, André Gorz proativamente sugere que um alargamento do campo da arte é necessário “por intervir diretamente em uma multiplicidade de espaços sociais para opor o programa de uma mobilização social total do capitalismo”, e oferece que “uma frente de resistência total a este poder se torne possível” pela produção de sub-

19.<http://www.leandroviana.com/ocupacao/>

20.<http://popupcity.net/brazilian-situationism/>

21.https://www.facebook.com/pg/terreyrocoreografico/events/?ref=page_internal

jetividade ao capital e que: ela necessariamente transborda no terreno da produção de sabedoria em direção a novas práticas de viver, consumindo e se apropriando coletivamente de espaços em comum e da cultura do dia a dia.

Se o que Gorz está se referido é uma intuição conjuntiva, a empatia e as solidariedade resultante dessas massas flutuantes em algum lugar na parte inferior do capitalismo, então David Harvey (2005) explica as condições sob as quais esta solidariedade se vira em direção à resistência em A Brief History of Neoliberalism:

É precisamente em tal contexto de recursos pessoais diminuídos derivados do mercado de trabalho que a determinação neoliberal de transferir toda a responsabilidade do bem-estar de volta ao indivíduo tem efeitos duplamente prejudiciais. Ao estado se retirar de prestações sociais e diminuir seu papel em áreas como saúde e educação pública, e serviços sociais, que foram antes tão fundamentais para a incorporação do liberalismo, ele deixa segmentos cada vez maiores da população expostos à pobreza. ...Por trás dessas grandes viradas na política social se encontra importantes mudanças estruturais na natureza da governança. Dada a suspeita neoliberal da democracia, tem que ser encontrada uma maneira de integrar a tomada de decisões do estado nas dinâmicas do acúmulo de capital [para se formar, restaurar, sustentar] as redes do poder das classes. (HARVEY, 2005, p.76).

Em Times of Interregnum, Zygmunt Bauman, afirma que “Encontrar uma saída do estado de interregno e da incerteza crônica e resgatável requereria a restauração da comensurabilidade do poder e política.” (BAUMAN, 2012, p.52).

O modernista “Treme Treme” (como o Conjunto Santos Dumont é chamado, pejorativamente) onde está localizada a lanchonete, é uma solitária resistência que reflete a economia precedente do bairro em um pequena, porém bem conectada, rua no centro; existem sete novos prédios, edifícios de apartamentos de luxo aparecendo (ou já aparecidos) na rua; o “poder aquisitivo” cumulativo dos moradores da rua está mudando rapidamente. A campanha da Cidade Limpa de Doria – e a proibição de formas de arte de rua – inspirou um aumento da “escrita” de Pixação por toda a cidade, a linguagem local de dissidência de São Paulo²².

Existe uma razão para se ter cuidado quando se pergunta se a arte pode facilmente transcender a configuração urbana, e as lutas de classe que estão implícitas nela. Devemos questionar o impacto da produção e utilização mainstream cultural, que pode ser efetuada com horários mais longos no Minhocão, o hype de hortas urbanas, e mais ciclovias e acessibilidade no centro (sob o último prefeito, Haddad) e até o papel da cena de festas de rua, como é discutido no artigo crassamente intitulado, Reclaiming the Jungle²³. Precisamos considerar esses diferenciais de poder implícitos e explícitos, aspirando à solidariedade e confiança, quando tra-

22. <https://www.theguardian.com/cities/2016/jan/06/pixa-cao-the-story-behind-sao-paulos-angry-alternative-to-graffiti>

23. <http://www.brasilwire.com/reclaiming-the-jungle/>

balhando com nossos diversos vizinhos urbanos e para se assegurar de que algo mutualmente significativo possa ser compartilhado no processo.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. Times of Interregnum. In *Journal Ethics Global Politics*, vol. 5, n. 1, 2012, pp. 49-56. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3402/egp.v5i1.17200>.

DAIBERT, Raphael. Enclaves of Struggle. **World Policy Institute**. 25 de fevereiro, 2016. Disponível em: <http://www.worldpolicy.org/blog/2016/02/25/enclaves-struggle>

DAIBERT, Raphael, e VICINI, Lorena. Developing Identities to Improve Collectivity. **CITIES AS COMMUNITY SPACES CONFERENCE**, novembro de 2016, Valletta, Malta.

ERA O HOTEL CAMBRIDGE. Direção: Eliane Café. São Paulo. Produção: Rui Pires, André Montenegro, Edgard Tenenbaum e Amiel Tenenbaum.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HUNT, Daniel. Reclaiming the Jungle. In **Brasil Wire**. 20 de outubro, 2015. Disponível em: <http://www.brasilwire.com/reclaiming-the-jungle/>.

LIU, Andrea. Theorising Art Interventions: Manifesta 6 and Occupy 38. **Sarai Reader**. 09. Disponível em: <http://archive.sarai.net/files/original/51072c5b40d7feafdeb093cd5dff0265.pdf>.

MOUFFE, Chantal. Artistic Activism and Agonistic Spaces. **Arts & Research**. Vol. 1 No. 2, 2007. Disponível em: <http://www.artandresearch.org.uk/v1n2/mouffe.html>.

SCHUM, Mathew. Thomas Hirschhorn: The Spectre of Evaluation, Flash Art, maio-junho 2011. Disponível em: http://www.gladstonegallery.com/sites/default/files/FlashArt_2011_e.pdf.

SHEIKH, Simon. Representation, Contestation and Power: The Artist as Public Intellectual. In **Republicart**. Outubro 2004. Disponível em: http://republicart.net/disc/aap/sheikh02_en.htm.

SIWI, Marcio. Pixação: In The story behind São Paulo's 'angry' alternative to graffiti. **The Guardian**. Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/jan/06/pixacao-the-story-behind-sao-paulos-angry-alternative-to-graffiti>.

TAYLOR, Karina. Immersed in Context: Jakub Szczeny. In **World Policy Institute**. 15 de outubro, 2015. Disponível em: <https://worldpolicy.org/2015/10/15/immersed-in-context-jakub-szczeny/>.

TRIBOLI, Ana. Brazilian Situationism. In **Pop Up City**. 15 de março de 2011. Disponível em: <https://popupcity.net/brazilian-situationism/>. ■



Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos

Imaterial production of space and urban desires accomplishment

Bianca Jo Silva* e Silvia A. Mikami G. Pina**

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a produção imaterial do espaço público desencadeada pela atuação do movimento social urbano “A Batata Precisa de Você” em suas diversas formas de apropriação e ações políticas emancipatórias. A cidade, discutida aqui como simbiose de suas características espaciais e a potência social de transformação das mesmas, propicia às manifestações urbanas auto-geridas pela população uma dimensão instrumental de resistência, além de instigarem hipóteses sobre o futuro dos espaços e da vida urbana. Observou-se que a condição espontânea de atuação dos movimentos sociais urbanos permite ações colaborativas de coletivos que, ainda que efêmeras, são capazes de reinventar novos sentidos ao espaço e suscitar novas percepções das pessoas em relação à cidade. Ciente de que pequenas ações cotidianas ou apropriações pontuais não promovem transformações urbanas imediatas, considera-se que impulsionem a criação de um coletivo de imaginários sociais; ou que desencadeiem processos de transformação a longo prazo. Observa-se, por fim, a emergente demanda pela revisão do processo de construção das cidades, envolvendo e criando espaços de participação ampliada, onde criam-se processos de capacitação para produção de práticas coletivas, participação pública, e acesso às decisões que produzem efetivamente o espaço urbano.

Palavras-chave: Espaço Público. Políticas Públicas Urbanas. Práticas associativas.

Abstract

This article aims to analyze the public space imaterial production triggered by the performance of the urban social movement “A Batata Precisa de Você” in its various forms of appropriation and emancipatory political actions. The city, discussed here as its spatial characteristics and the transformation social power of these symbiosis, provides to population self-managed urban manifestations a resistance instrumental dimension, and beyond, instigate hypotheses about the future of spaces and urban life. It was observed that spontaneous action conditions of urban social movements allows collectives collaborative actions that, although ephemeral, are able to reinvent new senses to space and arouse new perceptions of the city. Aware that small daily actions or punctual appropriations do not promote immediate urban transformations, it’s considered that promote collective of social imaginaries creation; or long-term transformation processes. Finally, the emergent demand for cities construction process revision, involving and creating expanded participation spaces, where training processes are created for collective practices production, public participation, and access to decisions that effectively produce the urban space.

Keywords: Public Space. Urban Public Policies. Associative Practices.

*Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie (2014), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2017) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente pesquisa sobre a espacialização territorial e as dinâmicas urbanas da população refugia-

da em São Paulo.

** Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1983), Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1990 e 1998) e Livre Docente na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo na UNICAMP. Desenvolve pesquisas sobre conceitos humanizadores no projeto e cidade; apropriação do espaço público; e processos participativos.

No último século, as cidades que se desenvolveram de maneira capitalista utilizaram-se da arquitetura e urbanismo como importantes instrumentos de estruturação da matriz fundiária em uma dinâmica produção especulativa (GOTTDIENER, 1996). Favorecida pela pressão de espetacularização das cidades, esses processos estimulam uma contínua busca pela reconstrução de novas bases espaciais de produção por meio da substituição, renovação ou ruptura das estruturas preexistentes. A baixa disponibilidade de recursos públicos aliada ao conveniente interesse da iniciativa privada no setor construtivo, culminou no surgimento de instrumentos urbanísticos de outra ordem, onde se testam novos mecanismos de flexibilização da legislação urbana formuladas para a recuperação e reativação de setores específicos da cidade e que, evidentemente, permitem uma atuação mais livre do mercado (DEÁK, SHIFFER, 2007; SILVA, 2014). Instrumentos estes que demonstraram ser, nas últimas décadas,

uma das estratégias mais rentáveis para o setor imobiliário, pois os investimentos realizados são de ordem de grandeza muito superiores aos valores ressarcidos (FIX, 2007; FERREIRA, 2003). Da mesma forma como estes instrumentos contribuem para o fortalecimento da lógica de desenvolvimento urbano que restringe as oportunidades de acesso à cidade em seletivas parcelas socioterritoriais.

A potência social emancipadora do cotidiano

No entanto, na mesma medida em que as recorrentes parcerias público-privadas avançam com o propósito de adquirir ou readquirir regiões de potencial exploração imobiliária, se deparam com novas formas de reação e resistência articulada pelos movimentos sociais urbanos. Inserem-se no contexto de disputa pelo espaço como organizações de resistência popular, representativas de suas necessidades e de acesso aos seus

direitos, constituindo uma experiência emancipatória da sociedade civil. Uma vez que instituiu-se na política institucional brasileira uma tradição de não representatividade, as reações sociais coletivas de caráter político viabilizam formas alternativas para organizar e expressar suas demandas (MARICATO, 2011).

Entende-se, dessa forma, que a articulação social é sobretudo uma questão simbólica de constituição de cidadania: os movimentos propõem-se a transformar os meios em fins, pela recriação cotidiana da experiência em resistir impulsionada pelo surgimento contínuo de novas adversidades. O processo de institucionalização das organizações da sociedade civil, por exemplo, avançaram de forma significativa a conquista pelo reconhecimento oficial de suas demandas, descentralizada atualmente em canais públicos de mediação (a exemplo dos conselhos, criados no próprio corpo estatal).

A partir dos anos de 1990, algumas mudanças foram observadas na articulação dos movimentos sociais urbanos, decorrentes do avanço de novas tecnologias. A maior automação dos processos produtivos, o desemprego, o aumento significativo da economia informal e a forte presença da terceirização enfraqueceu os sindicatos - maior referência de organização do proletariado industrial desde início do século XX (SANTOS, 2008). Se essa condição configurou o movimento social como uma nova instância de luta, mais propen-

sa a particulares interesses do que a causas universais, por outro lado possibilitou ao movimento maior abrangência de mobilização e atuação através de novas ferramentas tecnológicas.

(...) as novas tecnologias, especialmente a Internet e as rádios comunitárias, são um elemento facilitador na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos, nós das redes, mas geralmente não são o único ou principal elemento mobilizador na geração de uma rede de movimento social (...) ela permite um rompimento com o olhar da mídia tradicional que enxerga no movimento uma negação da ordem legal da sociedade. Para eles, a força de um movimento social continua sendo a sua capacidade de organização e mobilização (SCHERER-WARREN, 2005, p. 513-514).

Scherer-Warren (2005) afirma que a nova forma de atuar como sujeito é via empoderamento social e democrático, de pessoas e causas diversas que objetivam o combate à exclusão em suas múltiplas faces. Por exemplo, apesar de existirem diferenças substanciais entre movimentos de moradia (que ocupam áreas ou edifícios privados com o mote de contestar a propriedade) e movimentos de ocupação dos espaços públicos (que contestam, via de regra, seu uso), a atuação de ambos tende a seguir diretrizes essenciais: a desconstrução das discriminações introjetadas na sociedade pelos poderes dominantes; resgatar positivamente as raízes culturais; a criação

de novas formas de práticas associativas, construindo novas lógicas éticas e processos sociais emancipadores; a troca de experiências entre coletivos em redes; e a participação de mobilizações de base, empoderando-se, assim, na direção de uma ampla rede de movimento social.

A internet, principalmente as redes sociais, evidenciam as cidades para além de simples palco das desigualdades e da vida automatizada. A conexão virtual faz com que a informação aproxime os lugares e crie novos formatos de sociabilidade, identidade e valores (SANTOS, 2008; HARVEY 2014). As redes possibilitam um fenômeno inédito na articulação e mobilização dos movimentos sociais, denominado por Scherer-Warren (2005) como transposição de fronteiras: i) territoriais, evidentemente, pela conexão entre as mais diversas escalas de resistência, de alcance regional, nacional e transnacional; ii) temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas também de forma inédita; iii) sociais em seu sentido amplo, através da compreensão e respeito pela multiplicidade de identidades, pluralismo de concepções de mundo e radicalização da democracia por meio de uma emancipação ampliada da população.

A rede e a rua como expressão do espaço público se interpenetram e criam uma política colaborativa, alimentada em tempo real. O aumento da sociabilidade gera aproximação e identificação dos

sujeitos entre si e dos sujeitos em relação ao meio no qual estão inseridos. A dinâmica da reprodução instantânea evidencia ainda mais esse processo e fortalece a militância política e as ações reivindicatórias. A flexibilidade de perpassar o lugar físico enquanto suporte de mobilização contribui significativamente para a reconquista da rua, devolvendo aos espaços públicos uma de suas principais funções, a atuação política (SANTOS, 2008). Pode-se dizer que os movimentos sociais urbanos de transformação espacial representam o ideal de que a gestão da vida coletiva não se resume apenas ao cumprimento de questões emergentes, mas também diz respeito ao direito de apropriação do espaço e da vida urbana.

Sansão (2013), por exemplo, defende a espontaneidade das atividades como uma tipologia de arquitetura, no sentido em que dá forma aos espaços urbanos (p.132). Sua contribuição é no sentido de despertar reflexões sobre a importância do destino aberto do desenho urbano, que construa morfologias propícias à realização do imprevisto onde as pessoas sejam responsáveis pela vocação do espaço. Ciente de que pequenas ações cotidianas ou apropriações pontuais decerto não promovem transformações urbanas imediatas, nada impede que sejam parte do descolamento da realidade contemporânea; que impulsionem a criação de imaginários sociais coletivos; ou que desencadeiem processos de transformação a longo prazo (CERTEAU, 1998). São desejos e utopias como esses, por exemplo,

que estruturam as formas de ativismo do coletivo “A Batata Precisa de Você”.

A Região do Largo da Batata

Se o Largo da Batata desenvolveu-se historicamente enquanto centralidade de comércio rural ao longo do século XIX, no final do século XX foi o vertiginoso adensamento que favoreceu o aumento significativo das atividades de comércio varejista, de serviços e dos vendedores ambulantes, instalados principalmente às margens do Largo. E, em 1995, a região entrou em um ciclo ininterrupto de ações públicas e privadas no sentido de valorização imobiliária e expulsão da então presente classe trabalhadora de baixos salários, iniciada pela Operação Urbana Faria Lima e que perdura até os dias atuais. Villaça (2012) afirma que o processo de valorização ou desvalorização de cada parcela do território urbano acontece em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado, via de regra em benefício do interesse privado. Representa um processo fortemente caracterizado por sua tendência à privatização e mercantilização de ativos públicos através da manipulação de crises e redistribuição via Estado.

O que hoje é chamado de controle de crescimento e regulação da especulação de livre mercado, na realidade constitui a administração do crescimento após às decisões do próprio mercado (GOTTI-DIENER, 1996). Dessa forma, a pressão pela ren-

tabilidade do solo urbano estimula um processo de reestruturação de novas bases espaciais de produção, por meio de uma mobilização frenética do espaço em autodestruição, renovação ou substituição das estruturas preexistentes (HARVEY, 1992). Em 2001 foi organizado o Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata¹, iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB, atual SP Urbanismo) e da Administração Regional de Pinheiros, sob a organização do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP). O projeto ganhador, com autoria de Tito Lívio Frascino e equipe², foi entregue em 2002 e inaugurado em 2013, ainda inacabado. Dentre os motivos para o atraso constam: a troca de gestão municipal (2004); a demora para a emissão da licitação para o desenvolvimento do projeto executivo e para a execução e acompanhamento de obra (2007); o condicionamento das obras no Largo ao cronograma de obras da linha 4, amarela do metrô (responsabilidade de distintas instâncias públicas, o que dificultou muito a mínima sincronia); o grave desabamento no canteiro de obras da estação de metrô Pinheiros (2007) e o embargo das obras pelo IPHAN para escavação e análise de material arqueológico encontrado no local (2009).

No entanto, as obras do Largo da Batata enfim entregues apresentavam uma lista infindável de incompatibilidades com o projeto vencedor do concurso público. Depois do extenso período

1.Reconversão urbana para a PMSP é entendida como “um determinado conjunto de intervenções e atuações no espaço urbano que, referenciadas nas características fundamentais desse espaço, visam a compatibilizá-las, associando as exigências técnicas de equipamento (ou modernização) do território com os imperativos de melhoria da condição ambiental e de valorização das práticas sociais” (PMSP, 2001, p. 1).

2. Detalhes do projeto disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/>



Figura 1. Largo da Batata recém-entregue em 2013. Fonte: catracalivre.com.br/, 2013.

de conturbadas obras pela região, os tapumes que cercavam o Largo foram finalmente retirados e o que se podia observar eram 29 mil metros quadrados de pavimentação. Sem o mobiliário urbano, as vias pedestrializadas e os demais equipamentos públicos previstos no projeto, em substituição a um território associado simbolicamente aos grandes fluxos, à mobilidade, às dinâmicas varejistas e à presença popular, criou-se uma ampla aridez (Figura 1).

A resistência

Em 2013, quando foi iniciado o processo de desmonte dos tapumes do Largo da Batata, houve uma comoção geral. Para muitos comerciantes e frequentadores da região, a praça recém-inaugurada se assemelhava a um deserto que repelia a presença de pessoas e usos cotidianos (CALDEIRA, 2015). Moradores e trabalhadores da região mobilizaram uma reunião com a subprefeitura de Pinheiros e, por falta de respostas dos representantes do poder público, foi decidido pelos presentes que se faria um evento no Largo em novembro de 2013 com diversas atrações culturais chamado de “não largue da batata”. Pretendiam, assim, despertar a atenção dos frequentadores da região com dois propósitos: discutir em conjunto o processo de transformação urbana atribuído ao Largo, ou seja, quais eram as reais intenções do projeto de Reconversão Urbana; e construir juntos hipóteses de potencialidades que o lugar, agora absolutamente transforma-

do, poderia representar. Cada pessoa presente naquela reunião se mobilizou para convidar seu círculo de conhecidos para se apresentar, para assistir e, assim, ocupar a praça.

Apesar de ter sido um evento de pequenas dimensões, os participantes já possuíam meios de se identificar como uma comunidade articulada em torno desta questão. Neste contexto surgiu o coletivo “A Batata Precisa de Você”, que durante um ano e meio ocupou o Largo regularmente às sextas-feiras no final da tarde. As reuniões, inicialmente, tinham pouca programação e eram organizadas com o objetivo de evidenciar que aquele espaço não havia sido anulado, que a presença e ocupação popular tão marcantes da região deveriam resistir. Foram organizados diversos eventos como debates, palestras, oficinas, performances artísticas e shows. O espaço foi mobiliado pelas próprias pessoas com guarda sóis, cadeiras de praia e tendas para os dias de chuva. A periodicidade da resistência deu legitimidade e credibilidade para o movimento, pois se convencionou que naquele dia da semana e horário, as pessoas estariam ali ocupando o lugar e abertos para diálogo para quem também quisesse participar dos encontros.

Muita gente aqui depois que a gente começou a fazer coisas perguntava: como é que faz para fazer um show no Largo da Batata? Como é que faz para dar uma aula de yoga ao ar livre? As pessoas não entendem que elas podem fa-

zer isso a qualquer momento, e não só no Largo da Batata como em qualquer outro lugar, então a consciência de si enquanto possível ator no espaço já mudaria completamente a dinâmica da cidade (SOBRAL, 2015).

A principal característica do movimento foi a espontaneidade da ação, sem muito planejamento e sem ferramentas de levantamento de recursos. Em nenhum momento houve uma chamada de financiamento coletivo para que as ações fossem concretizadas de forma mais perene, ou tivessem mais infraestrutura. Pelo contrário, a ocupação e a presença espontânea de pessoas colaborando voluntariamente caracterizam as atividades do Largo da Batata. Ou seja, representavam pessoas a princípio desarticuladas, mas que tinham aspectos em comum: transitavam por esse espaço, presenciaram sua agressiva transformação, incomodaram-se significativamente com a precariedade e a falta de interesse e envolvimento por parte do poder público e decidiram por transformá-lo em um espaço convidativo com recursos próprios.

Aos poucos, o movimento começou a ganhar visibilidade e, assim, diversos grupos de ativismo cultural foram espontaneamente se apresentando para contribuir com a ocupação. São exemplos deste momento: o coletivo agulha, que organizou uma oficina de crochê e tricô; ou o Rios e Ruas, organização que realiza atividades para despertar a consciência da população para os

rios invisíveis de São Paulo e promover a reflexão sobre o uso do espaço urbano, chamando atenção com arte urbana para a paisagem escondida dos rios que vivem sob o chão da cidade.

A gente precisa de espaços públicos mais vivos, que as pessoas estejam mais presentes neles, pra você construir isso coletivamente. A cidade não é dada pra você, é usando que você constrói a cidade. A gente acredita que estando regularmente em um território, você cria vínculos com ele, você cria cuidado, e assim você melhora a dinâmica urbana (...) seria um terreno de teste para algumas coisas que poderiam ser aplicadas na cidade inteira ou em outras cidades, uma outra relação com a cidade, mais presente no espaço público (SOBRAL, 2015).

Ao passo que a ocupação aumentava sua dimensão e visibilidade, ficava cada vez mais evidente a necessidade de mobiliário urbano, de estruturas que possibilitassem o estar na praça de forma mais confortável, como bancos e coberturas. Como uma nova forma de protesto e denúncia da negligência com a qual foram tratadas as obras dos espaços públicos do Largo da Batata, surgiu a iniciativa de promoverem-se oficinas de construção de mobiliário com pallets. O movimento foi assim se tornando uma complexa articulação de inúmeros coletivos, cada um com uma orientação específica. Para os mobiliários, no caso, articularam-se as Batatas Construtoras.

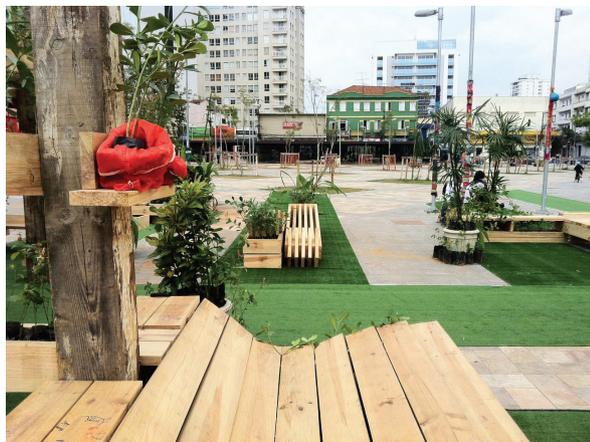


Figura 2. Mobiliários construídos pelas Batatas Construtoras. Fonte: largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/, 2014.



Figura 3. Mobiliários construídos pelas Batatas Construtoras. Fonte: largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/, 2014.

As oficinas de marcenaria no Largo da Batata se transformaram no grande chamariz de ocupação do espaço. Pagava-se uma pequena taxa para o custo dos materiais e aprendia-se a construir mobiliário urbano com pallets. A articulação popular, dessa forma, permitiu a produção e difusão de saberes em espaços não institucionais, em um processo de educação não formal (GOHN, 2011). O coletivo tomou conhecimento de que proporcionava com essa atividade uma educação mútua, onde oferecia a promoção destes eventos e as pessoas contribuíam com a habilidade ou conhecimento que possuíam para passar e capacitar os demais envolvidos: “às vezes passavam alguns senhores que se propunham a ajudar e serravam ou martelavam algo muito rápido, eram pessoas com muita habilidade para aquilo” (MARCHESI, 2015). Com mesas e bancos, a praça teve sua dinâmica completamente alterada (Figuras 2 e 3). As pessoas já reconheciam-na como um lugar de estar, de convivência, e os bancos foram rapidamente apropriados por pessoas que não eram do coletivo, ou seja, o mobiliário demonstrou ter uma capacidade significativa de aglomeração.

O cuidado de uma coisa comum do espaço público, borra a perspectiva do público e do privado, mostrando que as pessoas podem investir tempo, energia e afeto em uma coisa coletiva, que não é só dela, que traz benefício para todos (...).

É visível que uma praça mais ocupada é mais segura, principalmente se a ocupação não for seletiva nem propagar qualquer tipo de preconceito e exclusão, tudo que vivenciamos em excesso na cidade. Seria restringir um benefício que é de todos por que há um uso que algumas pessoas não concordam. Mas que é absolutamente legítimo; a questão de onde dorme o morador de rua é uma questão social, ou seja, da sociedade como um todo. (MARCHESI, 2015)

As diversas formas de privação que se vive cotidianamente nos espaços públicos da cidade tornam cada vez mais intimidador o confronto com o desconhecido (INNERARITY, 2010). Neste contexto se insere o plano da habitabilidade urbana, que desponta no encontro vivido entre os habitantes de uma cidade e o que os envolve, o espaço humano e humanizado. O caráter de temporalidade perene da atuação impactou com muita expressividade as dinâmicas já presentes do Largo, mesmo que estivessem ainda em um momento de consolidação após a entrega das obras. No entanto, o movimento se propôs a trabalhar exatamente dentro de uma lógica de protótipo, ou seja, por meio de experimentações e aprendizagens com o processo e com o próprio uso da praça. Como o movimento estava ali presente todas as semanas, era possível acompanhar a opinião e a ocupação de quem vive o espaço, com melhor desempenho do que algumas estratégias de prancheta distantes da realidade que podemos observar.

No início eram poucas as pessoas que vinham aqui toda sexta-feira e a ideia era justamente ocupar e ver o que poderia acontecer nesse lugar (...) já tinha essa discussão, a gente não inaugurou ela, a gente inaugurou o fato de estar aqui semanalmente e propor o cuidado de outra maneira, um pouco mais prático, físico (SOBRAL, 2015).

Em 2015, após um ano e meio de ocupações regulares do Largo da Batata, o coletivo se inscreveu e foi vencedor do edital Redes e Ruas de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital, lançado pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Segundo o edital, seriam selecionados os projetos que propusessem ações de cultura e inclusão digital e promovessem iniciativas de ocupação nos espaços públicos da cidade (PMSP, 2014). Assim, o movimento comprometeu-se a manter a ocupação semanal da praça, organizar rodas de conversa temáticas e oficinas de inclusão digital, realizar de um vídeo do projeto, promover oficinas em outros territórios e produzir uma publicação. O objetivo era registrar oficialmente as ações e transformá-las em pilotos de uma construção experimental e participativa, que pudessem ser disseminadas e construídas de outras formas em outros espaços da cidade.

O cumprimento das atividades previstas no edital intensificou de forma significativa o calendário de oficinas e eventos, uma vez que agora haviam recursos para viabilizar as atividades. A

premissa de inclusão digital proporcionou ao coletivo novas tecnologias sociais para implantar e se mobilizar em maior escala. Foi desenvolvido o site largodabatata.com.br, uma plataforma pública, aberta e colaborativa para agendamento das atividades do Largo onde qualquer pessoa pode incluir o evento que deseja realizar no espaço, determinando a hora e acrescentando algum contato de comunicação. Esse sistema digital propicia autonomia aos cidadãos para utilizar o espaço independentemente de qualquer tipo de produção cultural do coletivo para acontecer. Autonomia essa, que gera uma relação de pertencimento e respeito com o lugar. Segundo relato de frequentadores da praça, a dimensão e a ação colaborativa que foi proposta ali tornou possível a ocorrência de atividades simultâneas de forma que não interfiram umas nas outras.

Por fim, a publicação se propôs a ser um manual de como fazer ocupações regulares em espaços públicos. Foram realizados: a coleta de dados sobre o histórico do Largo da Batata e as razões pelas quais sua dimensão histórica justifica a resistência do lugar; a elaboração de um manifesto das crenças e objetivos do movimento com a descrição dos referenciais teóricos, para que qualquer pessoa pudesse se apropriar dos conceitos e interpretá-los à sua maneira; referências de movimentos sociais urbanos de contestação de uso dos espaços públicos ao redor do mundo; uma apresentação dos instrumentos legais que abordam as questões de manifestações em



Figura 4. Fase 3 do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata. Fonte: piseagrama.org, 2016.



Figura 5. Fase 3 do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata. Fonte: piseagrama.org, 2016.

espaços públicos com a reprodução das orientações do “passos para dançar”, elaborado pelo Festival Baixo Centro; e o manual de ativação e ocupação de espaços públicos, que inclui instruções para construção de mobiliário com pallets.

Tendo em vista que o edital Redes e Ruas foi produzido pela gestão municipal, o movimento teve possibilidade de diálogo com essa instância. A proximidade direta e regular com as reais demandas do Largo fez o movimento pressionar a Subprefeitura de Pinheiros para que também tomasse ciência e dialogasse com as pessoas diretamente. Assim, foi desenvolvido um processo de planejamento participativo no Largo da Batata através de workshops coordenados pela Subprefeitura e algumas novas reivindicações integraram-se à fase 3 do Projeto de Reconversão Urbana (Figuras. 4 e 5). Foram instalados redários em estruturas metálicas que propiciam sombra, uma série de bancos, equipamentos de ginástica e um parque infantil em frente à igreja. Ainda que a maior parte das demandas não tenha sido atendida, criou-se um processo inédito com a Subprefeitura de Pinheiros de gestão coletiva do espaço entre população e poder público.

Atualmente, o coletivo Batatas Jardineiras, que surgiu da primeira formação do movimento, é o único coletivo remanescente do grupo que segue ativo nos encontros e trabalhos na praça (Figura 6). Suas atividades continuam tendo a periodicidade semanal, principalmente pelas especifi-

dades da jardinagem, que exigem cuidado e manutenção de forma constante e regular. Marchesi (2015) afirma ainda que:

A ação de plantar simboliza também deixar raízes no sentido figurado: você constrói o solo, cuida do que está nascendo e crescendo (...) além de não ser uma atividade exclusiva do jardim, você acaba observando o entorno também e é uma relação de afeto muito diferente de só usar ou passar pela praça.



Figura 6. Atuação das Batatas Jardineiras no Largo da Batata. Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Este coletivo ressalta a importância da presença do verde na cidade para saúde e conforto ambiental, além de representar uma resistência ao concreto. No Largo da Batata ficou evidente como a questão do verde no ambiente urbano é negligenciada no planejamento e gestão dos espaços urbanos. Observou-se que, ainda que os projetos

contemplem árvores, jardins e canteiros, como são, via de regra, os últimos elementos a serem implantados, correm maior risco de nem virem a existir ou não serem adequadamente executados.

Isso está ligado a um movimento no mundo chamado urbanismo tático, que é muito oposto a antiga visão do urbanismo como planejamento. Não é a ciência do urbanismo, é o inverso do espírito tecnocrático que moveu boa parte do urbanismo moderno com a ideia de um planejamento com bases econômicas. É muito mais baseado na noção de que você cria equipamentos de uso, é ligado ao uso imediato e em pequena escala por que depende da ação das pessoas (...).

Esses grupos que tem atuado muito em São Paulo muito por um certo esgotamento da relação tradicional da política. As pessoas estão percebendo que não podem esperar mais que os políticos façam coisas que são demandadas. É preciso que a sociedade ela mesma faça essa pressão (WISNIK, 2015).

Considerações Finais

Os movimentos sociais urbanos de supervivência representam a consolidação de uma ampliação significativa da perspectiva do significado da luta urbana. Representam uma subversão da ordem emanada de projetos que oprimem o livre uso dos espaços urbanos e, via de regra, utilizam-se

da criatividade relacionada ao uso para a ativação dos espaços públicos.

Para o coletivo “A Batata Precisa de Você”, a maior conquista de sua atuação foi poder oficializar simbolicamente o Largo da Batata como espaço público de livre ocupação, que abriga cada vez mais iniciativas autônomas de diversas origens e com as mais plurais reivindicações. O objetivo era ativar a praça e fazer com que as pessoas reconhecessem que elas podem usar e promover atividades culturais independentes de autorização ou qualquer tipo de burocracia. É interessante que as pessoas percebam que a cidade e os espaços públicos são delas, e não um “espaço privado do poder público” (TELLES, 2017)³. Atividades que surgiram inicialmente das reuniões organizadas pelo coletivo começaram a se tornar mais permanentes na agenda cultural da praça como o projeto do Forró dos Amigos, por exemplo, que começou como um evento pontual e depois se fixou mensalmente. O Largo ainda apresenta outra especificidade que potencializa mais as atividades realizadas ali: suas dimensões com permeabilidade visual muito ampla propicia que ocorram atividades simultâneas que não interferem umas nas outras.

São trinta anos de deserto do ponto de vista do fazer cidade, mas são cinco anos de muita esperança do lado do uso. O que nós percebemos que é esse uso ativista talvez vai forçar outros projetos, ele não se esgota nele mesmo.

3. Nota de palestra da professora Vera da Silva Telles realizada no Fórum Direito à Cidade – Desafios para uma Agenda Metropolitana em 04 de abril de 2017 na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.



Figura 7. Manifestações contra o golpe de 2016. Fonte: Paulo Pinto (fotospublicas.com/manifestacao-contra-o-impeachment-de-dilma/), 2016.

A melhor maneira de pensar o urbanismo tático é que ele não vai ser urbanismo tático para sempre. É um urbanismo tático que vai forçar o poder público a entender que é preciso projeto. Que espaço público é uma coisa complexa e que as pessoas querem o espaço público (...).

Agora está claramente colocada a pauta de que a população reconhece o espaço público como o lugar legítimo do seu direito de ser cidadão. Agora como a prefeitura e o governo do estado vão reagir a isso? Eles precisam ter respostas (WISNIK, 2015).

Essas iniciativas influenciaram ainda mais a característica do Largo enquanto espaço de estar e permanência, não apenas de passagem. A intensa presença popular durante o carnaval de rua, que já se repetiu por três anos, a instalação de palcos oficiais da Virada Cultural pelas gestões municipais e a expressão da ocupação do Largo durante as manifestações mais progressistas referentes ao golpe político de 2016 (Figura 7) também reforçam a construção imaterial e simbólica deste espaço enquanto suporte de lutas urbanas contemporâneas.

Acredita-se que a intervenção do coletivo “A Batata Precisa de Você” tenha contribuído para a expressão evidente da potência social por dois motivos: primeiramente pela questão morfológica e de espacialidade que o Largo apresenta. Apesar de ter tido seus contornos, proporções e materialidade inúmeras vezes reconfigurados,

morfologicamente manteve-se enquanto praça em seu sentido simbólico e, portanto, de lugar marcado no território pela permanência. Em segundo lugar, a condição de periodicidade intensa e escala que caracterizou toda a ação do coletivo possuem os benefícios de uma relação mais próxima e do maior envolvimento entre as pessoas inseridas no processo. As oficinas de marcenaria no Largo, segundo relatos, sempre foram os eventos que mais atraíram as pessoas por terem dinâmicas muito propícias para isso. Pessoas com habilidade, conhecimento ou simples interesse em ajudar no processo. Observa-se na prática que o movimento proporciona uma educação não formal, onde o coletivo é responsável por promover estes eventos e as pessoas contribuem com a habilidade ou conhecimento que têm para passar e capacitar outras pessoas.

O cuidado de uma coisa comum do espaço público borra a perspectiva do público e do privado, evidenciando que as pessoas têm disposição para investir tempo, energia e afeto em algo coletivo, que traz benefício para todos. A experiência do Largo da Batata, dentre outras questões, ressalta os aspectos positivos de se oferecer à cidade um amplo espaço aberto e público, que apresenta reais possibilidades de ocupação. Em um bairro onde boa parte dos espaços não edificados ainda que de propriedade pública são cercados, ressalta a força da urbanidade dos espaços públicos associados à potência social, ou seja, a de acolhimento das pessoas. Da mesma forma como ocorre nos

bairros periféricos e nos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado, onde espaços públicos ou abertos poderiam abrigar atividades de lazer e cultura, no entanto, pelo contrário, observam-se muitas vezes espaços que acumulam lixo e entulho ou apropriações privadas.

Por fim, observa-se que a sequência de obras inacabadas, indefinições e impasses dos investimentos e obras públicas do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata se demonstrou avessa ao discurso de qualificação, apresentando-se como prejudicial à microeconomia e catalizadora do esvaziamento dos espaços públicos na região. Em contrapartida, é possível supor que mesmo o limbo de indefinições e impasses de investimentos desse conjunto de obras públicas que perduraram por tantos anos, pode ter sido um dos motivos pelos quais o interesse privado se afastou da área, investindo nas demais regiões ao longo da Operação Urbana Faria Lima. Ou seja, a ineficiência da gestão política e econômica, neste caso, pode ter garantido alguma possibilidade de permanência de moradores e atividades comerciais tradicionais do bairro, mitigando efeitos do avanço da especulação e do processo de gentrificação.

Referências

AQUINO, Carlos. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia

Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALDEIRA, Daniel Ávila. **Largo da Batata: transformações e resistências**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli. **São Paulo: the metropolis of an elite society**. In: Segbers, Klaus (Org). **The making of global city regions**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOTTDIENER, Mark. **O setor imobiliário e o planejamento urbano: controle, gestão ou desregula-**

ção. Revista Pólis, São Paulo, n. 27, p.17-26, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Editorial Teorema: Lisboa, 2010.

MARCHESI, Mariana. Depoimento em documentário. **LARGO DA BATATA**. Direção: Jean Grimard, Produção: Neopsico Produções. São Paulo (SP): Cult Pictures, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=as5lcQHFYpl>>. Acesso em: 20 out 2016.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Edital Redes e Ruas divulga projetos selecionados**. São Paulo: PMSP/Secretaria de Serviços, out. 2014.

SANSÃO, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. VII Corredor das Idéias do Cone Sul, Unisinos, em agosto de 2005 e no XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), Porto Alegre, em agosto de 2005.

SILVA, Joyce Reis Ferreira da. **Zoneamento e forma urbana: ausências na regulação do uso e ocupação do solo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOBRAL, Laura. Depoimento em documentário. **LARGO DA BATATA**. Direção: Jean Grimard, Produção: Neopsico Produções. São Paulo (SP): Cult Pictures, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=as5lcQHFYpl>>. Acesso em: 20 out 2016.

WISNIK, Guilherme. Depoimento em documentário. **LARGO DA BATATA**. Direção: Jean Grimard, Produção: Neopsico Produções. São Paulo (SP): Cult Pictures, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=as5lcQHFYpl>>. Acesso em: 20 out 2016. ■



Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro

Citizen tactics for the activation of underutilized areas: the case of the community gardens in Rio de Janeiro

Adriana Sansão Fontes*, Fernando Espósito Galarce**, Leticia Martins do Valle***, Victor Fernandes Motta**** e Thais da Silva Faria*****

* Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ, Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em Urbanismo pelo PROURB-FAU/UFRJ, com Estágio Doutoral na ETSAB/UPC, em Barcelona. Atual Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ).

** Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Arquiteto pela Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, no Chile, e Doutor em Arquitetura pela ETSAB/UPC, em Barcelona.

*** Estudante de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), cursando atualmente o oitavo período. Inte-

grante do grupo de pesquisa do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) no período de abril de 2017 a março de 2018.

**** Estudante de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), cursando atualmente o oitavo período. Integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) no período de setembro de 2016 a agosto de 2017.

***** Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), cursando atualmente o oitavo período. Integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) no período de 2017 a fevereiro de 2018.

Resumo

Iniciativas comunitárias para transformação de espaços cotidianos “de baixo para cima” têm sido cada dia mais frequentes nas grandes cidades, respondendo, de maneira proativa, à incapacidade dos governos de lidar com os desafios urbanos urgentes, por meio do planejamento urbano tradicional. Dialogando com a temática do urbanismo insurgente e dos ativismos urbanos, este artigo discute as táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas, apresentando, como casos referenciais, as hortas comunitárias do Rio de Janeiro. Partimos de uma discussão sobre o urbanismo tático como abordagem para conversão de áreas subutilizadas em comuns urbanos, para, em seguida, proceder à análise dos casos das hortas Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras), iniciativas comunitárias de apropriação e transformação de espaços subutilizados em comuns urbanos, que trouxeram benefícios sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais a essas localidades. Procuramos questionar de que forma essas ações podem ser multiplicadas, e qual seria o papel do poder público nesse processo.

Palavras-chave: Urbanismo Tático. Vazios urbanos. Comuns urbanos. Agricultura urbana. Ativismo urbano.

Abstract

Community initiatives to transform everyday spaces in a bottom up manner have been increasingly in large cities, responding proactively to the inability of governments to deal with urgent urban challenges by means of traditional urban planning. Dialoging with the theme of insurgent urbanism and urban activism, this paper discusses citizen tactics for the activation of underutilized areas, presenting, as referential cases, the community gardens in Rio de Janeiro. The paper starts with a discussion about tactical urbanism as an approach for conversion of underutilized areas into urban commons, followed by the analysis of the cases of Parque Sitiê (Vidigal) and General Glicério (Laranjeiras) gardens, community initiatives for the appropriation and transformation of underutilized spaces into urban commons that brought social, economic, urbanistic and environmental benefits to these localities. We seek to question how these actions could be multiplied, and what would be the role of public power in this process.

Keywords: Tactical Urbanism. Urban voids. Urban commons. Urban agriculture. Urban activism.

Um vazio urbano é também um campo que pode ser cultivado. (FOLKERTS, 2014, p. 56)

Introdução

Iniciativas comunitárias para transformação dos espaços cotidianos têm sido cada dia mais frequentes nas grandes cidades. Respondendo a questões urgentes, como a carência ou inadequação de espaços públicos em áreas mais desassistidas, a degradação ambiental, o colapso da mobilidade rodoviária, a falta de moradia adequada, entre outros temas recorrentes nos mais diversos contextos culturais, essas formas de urbanismo insurgente demonstram a habilidade dos cidadãos em apresentar pequenas soluções de curto prazo, em face à morosidade ou ineficiência do poder público para executar ações estratégicas de longo prazo.

Essas ações cidadãs operam em várias escalas, seja no engajamento de vizinhos para melhoria dos espaços coletivos (escala doméstica), seja nas atitudes proativas comunitárias para construção de entornos mais habitáveis (escala de bairro), ou nas ações coletivas para revitalização de espaços públicos (escala urbana).

Como afirmado por LEITE (2012), nas últimas décadas tem-se observado que os espaços urbanos - normalmente os localizados nos centros das cidades - vêm perdendo muitas das suas funções produtivas, gerando espaços obsoletos e disponíveis para outras possibilidades de ocupação. Trata-se dos chamados “vazios urbanos”, wastelands ou brownfields. Ações de caráter insurgente se apresentam como uma oportunidade, em um cenário em que o desenvolvimento sustentável impõe e precisa reformular a cidade existente, reinventando-a de forma inteligente e inclusiva (LEITE, 2012).

As ações ativistas se expressam como operações espaciais que criticam e questionam a cidade em suas diversas escalas (LIMA, 2014). Trata-se de ações insurgentes de ocupação do espaço cidadão que demonstram o desejo de uma transformação e redefinição da esfera pública, quando se reivindicam novas possibilidades de

leitura dos espaços urbanos e colocam-se em pauta novas demandas, em benefício da vida pública e da paisagem.

Dando visibilidade a essas formas de ativismo urbano, ROSA (2013, p. 18) sugere que iniciativas como essas têm uma natureza política, “proliferando-se como respostas da sociedade à incapacidade dos governos de hoje de lidar com os desafios urbanos por meio do planejamento tradicional e seus instrumentos.” Essas respostas operam, portanto, em nível local, preenchendo micro agendas por meio da ação direta dos cidadãos.

No Rio de Janeiro o quadro não é diferente. Dentro desse contexto, se por um lado verificamos um maior engajamento e criatividade na apropriação e transformação do espaço público para uso dos cidadãos, em um processo paralelo, observamos a proliferação de vazios urbanos e espaços residuais de diferentes naturezas, com potencial de hospedar práticas criativas.

Vazios urbanos, segundo BORDE (2006, p. 5), são os “terrenos e edifícios vacantes que contrastam com o tecido urbano pelas condições de uso e ocupação (sem ocupação, sem uso ou subutilizados) e por não beneficiarem a coletividade, isto é, por não cumprirem sua função social.” Áreas residuais, subutilizadas ou abandonadas, nesse sentido, podem ser encaradas como oportunidades para novos espaços comuns, onde o vazio pode ser lido “não só como ausência, mas

também como promessa, como encontro, como espaço do possível, como expectativa” (SOLÀ MORALES, 2002, p. 187), encorajando a participação comunitária e o espírito empreendedor.

Baseado nessa observação, colocamos algumas questões: é possível transformar essas áreas residuais, subutilizadas e abandonadas em espaços comuns por meio de ações táticas de baixo para cima? Como impulsionar essas ações táticas de forma a alcançarem maior impacto? Como essas iniciativas podem ganhar escala e ser incorporadas ao planejamento?

Nesse artigo, enfocaremos a ativação de áreas residuais, subutilizadas ou abandonadas por meio de ações táticas relacionadas ao meio ambiente. Defendemos as hortas comunitárias como uma forma de ativismo urbano que transforma espaços subutilizados e induz a criação de comuns urbanos. Para comprová-lo, discutiremos táticas cidadãs voltadas a ativar espaços subutilizados da cidade do Rio de Janeiro, utilizando como casos referenciais as hortas comunitárias Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras), iniciativas comunitárias de apropriação de espaços subutilizados que trouxeram benefícios sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais a essas localidades.

Partimos de uma reflexão sobre os comuns urbanos, seguido de uma discussão sobre o urbanismo tático como abordagem para conversão de

áreas subutilizadas em espaços comuns. Após as discussões teóricas, procedemos à apresentação dos casos das hortas comunitárias Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras), por meio das quais procuramos refletir de que forma essas ações podem ser multiplicadas, e qual poderia ser o papel do poder público nesse processo.

Sobre os comuns urbanos

A qualidade da vida pública vem sendo analisada e criticada a partir de diversos olhares e disciplinas, principalmente no que diz respeito ao impacto das características físicas do espaço urbano no comportamento dos cidadãos. Como afirmado por SENNET (2002), a vida pública e o habitar em comunidade têm se transformado em uma questão de obrigações mais formais e pautadas pelos processos de mercantilização, esquecendo-se muitas vezes os princípios de convívio, contato e interação social no espaço público. As interações com os estranhos, com os outros, são percebidas, no melhor dos casos, como formais, distantes e frias. O espaço urbano é pensado como um bem de consumo e mercantilização, e já não mais como um contexto estimulante para a vida em comunidade.

Nesse cenário, discutir o tema dos comuns urbanos se faz importante e necessário. Trata-se de um tema que vem ganhando relevância no contexto contemporâneo, sendo abordado, recentemente, por autores como HARVEY (2014), FERGUSON (2014), STAVRIDES (2014), BRAD-

LEY (2015), entre outros.

Bradley (2015) comenta que os termos “bem comum”, ou “comuns”, têm sido tradicionalmente relacionados aos recursos naturais, como pastos, rios e florestas. Porém, os recentes processos de mercantilização do espaço público fizeram emergir, ou renascer, o interesse pelos comuns urbanos. Estes são o que ela denomina como os espaços não definidos primariamente por sua propriedade formal, mas pela forma como os cidadãos fazem uso dele, e cuja criação pode se manifestar por meio da apropriação de propriedade privada, ou de espaços abandonados, para usos coletivos, como jardins urbanos ou locais de diversão e experimentação.

Na visão de HARVEY (2014), há uma distinção importante entre espaços/bens públicos e comuns urbanos. Segundo ele, os primeiros dizem respeito ao Estado e à administração pública, sendo um tema de propriedade, não constituindo, necessariamente, um comum. O público torna-se um comum quando “as forças sociais se apropriam dele, protegendo-o e aprimorando-o em benefício mútuo” (HARVEY, 2014, p. 144), como, por exemplo, no caso das ruas e praças, espaços públicos frequentemente convertidos em comuns por meio das ações sociais insurgentes ou ativistas. O que é necessário, segundo ele, é a constante prática social da “comunalização”, que pressupõe uma relação coletiva e não mercantilizada entre o grupo social que se apropria do espaço e seu aspec-

to tratado como comum. O comum, portanto, não deveria ser entendido como um bem estático, mas uma relação maleável entre o grupo social atuante e os aspectos do espaço físico e social, já existentes ou ainda a serem criados.

Os comuns surgem, ou têm a oportunidade de surgir, quando o espaço público é tratado como um lugar para o engajamento democrático, e não como um negócio, como é regularmente praticado. FERGUSON (2014) enxerga os comuns como uma plataforma urbana e cívica, um espaço que é ao mesmo tempo real e simbólico, onde a renegociação dos valores sociais e políticos compartilhados pode ganhar uma forma construída, um espaço físico concreto de trocas.

STAVRIDES (2014), por sua vez, sustenta que a produção desse espaço comum é um processo que deve ser aberto, transbordando os limites de uma dada comunidade e neutralizando áreas de exclusividades a grupos específicos. É uma construção que deve abrir espaço para o surgimento de novos sujeitos, criadores potenciais, capazes de perceber, pensar e alterar as coordenadas desse mundo compartilhado. Ao mesmo tempo, deve ser parte de uma revolta do fazer criativo, que invente novas formas de relações humanas e sociais, que vão de encontro à exploração e desigualdade. O desafio está, segundo HARVEY (2014), em descobrir maneiras criativas de usar os poderes do trabalho coletivo para o bem comum, e manter o valor produzido sob o

controle das pessoas que o produziram.

Estes coletivos, quando organizados, podem conformar o que SARGISSON (2004) define como comunidades intencionais, que são grupos de pessoas que escolhem trabalhar juntas por algum propósito comum. A razão de ser dessas comunidades vai além do individual e familiar, tendo a capacidade de gerar lugares onde as pessoas experimentam uma vida alternativa, a partir da vivência de seus sonhos em uma base cotidiana.

Gostaríamos de abordar o tema das hortas comunitárias enquanto comuns urbanos, criados a partir de ações locais de baixo para cima, que podem ser enquadradas dentro da abordagem do urbanismo tático. De acordo com HARVEY (2014), se os bens públicos oferecidos pelo estado diminuem, ou mesmo desaparecem, só a auto-organização da sociedade será uma resposta possível para a criação de comuns para a população. Nesse sentido, o urbanismo tático surge como uma alternativa viável.

Urbanismo tático: transformando espaços subutilizados em comuns urbanos

Tomando como suporte físico os espaços subutilizados, enfocaremos as ações táticas ativadoras desses espaços e indutoras de comuns urbanos. O conceito de Urbanismo Tático é recente e significa a abordagem para construção e ativação de uma vizinhança, usando intervenções e políticas

de curto prazo e baixo custo, que permitam a imediata recuperação, redesenho ou programação do espaço público, visando futuras transformações.

A origem do termo está em CERTEAU (1999), que define e identifica diferenças entre estratégias e táticas. Ele chama de estratégia o cálculo das relações de força a partir do ponto de vista do poder, enquanto a “tática” seria uma reação gradual que aproveita as “ocasiões” e as brechas para atuar. Desta maneira, reconhece-se que as táticas são determinadas pela ausência do poder e servem como resposta dos fracos (cidadãos), ou, como diriam OSWALT, OVERMEYER e MISSELWITZ (2013), “a arte do fraco”, enquanto as “estratégias são as ferramentas formais dos poderosos (poder público)” (LYDON e GARCIA, 2015, p. 9).

O termo “tático” se refere às iniciativas modestas que contam com recursos mínimos para catalisar ganhos maiores. Urbanismo Tático seria então, segundo LYDON e GARCIA (2015), uma abordagem que utiliza ações rápidas e de fácil execução, através de pequenas intervenções, para demonstrar possibilidades de mudança em longo prazo e larga escala, significando uma resposta rápida para circunstâncias específicas do século XXI (DUANY, 2015, p. xi).

O Urbanismo Tático não é um movimento unificado, mas uma rubrica geral por meio da qual se pode captar uma ampla gama de projetos urbanos emergentes (BRENNER, 2018), sendo uma

abordagem passível de uso por uma série de atores, incluindo governos, empresas, ONGs, grupos de cidadãos e indivíduos (LYDON e GARCIA, 2015) para iniciar novos espaços ou reparar espaços existentes. As ações “faça você mesmo” (do inglês “do it yourself” - DIY), em que os próprios cidadãos demonstram as possibilidades de mudança, têm sido as mais difundidas, e alguns autores, como BRENNER (2016), consideram-na a real forma de mobilização do Urbanismo Tático. Segundo ele

O urbanismo tático é mobilizado “de baixo para cima” através de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes. Os designers profissionais, bem como governos, desenvolvedores e corporações, em geral, podem participar e estimular ativamente o urbanismo tático. Mas, suas fontes geradoras devem estar fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política. (BRENNER, 2016, p. 9).

SASSEN (2014) avalia de forma semelhante, defendendo que o Urbanismo Tático é, em parte, uma prática que envolve ocupação. “Ocupar é refazer, mesmo que temporariamente, um pedaço de território, refazendo, também, as lógicas de poder, geralmente não democráticas, impregnadas nas práticas urbanas” (SASSEN, 2014, p. 44).



Figura 1. Mapa de localização das hortas comunitárias Parque Sitiê, no Vidigal, e Horta da General, em Laranjeiras. Fonte: SANSÃO (2017).

OSWALT, OVERMEYER e MISSELWITZ (2013) enxergam os atores táticos como indivíduos que operam por meio de pequenas manobras reativas, trabalhando com o que está disponível no lugar. Dependem do tempo, exploram oportunidades, contam com cooperação e engajamento, perfeito conhecimento do campo, mobilidade e velocidade. O planejamento tático, segundo eles, tem um objetivo, olha as pessoas que já estão ativas e dá suporte a essas atividades. Esses autores defendem que atores táticos são os pioneiros das formas de vida não institucionais, espécies de “DIY de garagem” que atuam na zona cinza das atividades não lucrativas, contribuindo para a estabilização social das vizinhanças e funcionando como catalizadores de processos de inovação.

A habilidade dos ativadores táticos, segundo eles, está tanto na descoberta do lugar, quanto na formulação do programa para sua ativação. Uma vez definidos lugar e programa, o espaço é adaptado por meio de iniciativas de baixo custo, lançando mão dos materiais disponíveis, muitas vezes reutilizados, e pelo estabelecimento de parcerias com diversos atores sociais que possam trabalhar de forma colaborativa. Dessa forma, o espaço comum surge da experiência do “fazer” coletivo. Verificaremos como isso se dá no caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro.

Táticas cidadãs: duas hortas comunitárias no Rio de Janeiro

Nos anos recentes, pudemos observar um grande crescimento e difusão do tema da agricultura urbana no mundo. De acordo com BISHOP e WILLIAMS (2012), a prática se converteu em um movimento significativo de ocupação de excedentes de terra nos meios urbanos, tendo assumido distintas configurações e temporalidades, tais como paisagismo de guerrilha, hortas temporárias e áreas de cultivo de maior permanência.

Gostaríamos de apresentar um recorte do estado do tema no Rio de Janeiro, articulando as hortas comunitárias ao processo de produção dos comuns urbanos. Como casos de estudo, enfocaremos o Parque Sitiê, no Vidigal, e a Horta General Glicério, em Laranjeiras. Trata-se de dois exemplos que expõem situações distintas, se não podemos dizer contrastantes, de transformação de áreas subutilizadas em áreas produtivas: o Parque Sitiê é uma horta que ocupa um terreno público em área informal e carente, enquanto a Horta General Glicério ocupa um lote privado em um bairro formal e favorecido da cidade (Figura 1).

Parque Sitiê

1- Contexto e características do sítio

O Parque Sitiê está localizado na Favela do Vidigal, pertencente a VI Região Administrativa (Lagoa) da cidade do Rio de Janeiro. Ocupa a área de 8,5 mil m² em um terreno público acidentado e de vegetação densa, caracterizado por um

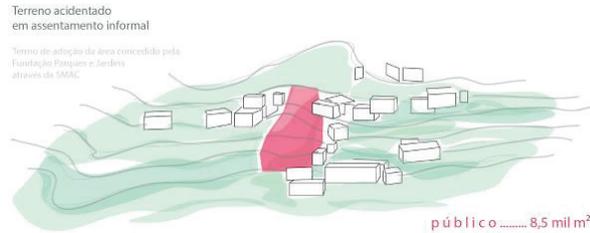


Figura 2. Diagrama esquemático das características do sítio do Parque Sitiê. Fonte: SANSÃO (2017).

histórico de degradação e abandono, e surgiu da necessidade da comunidade de espaços públicos verdes e de proteção contra invasões. A horta conta, hoje, com um termo de adoção da área concedido pela Fundação Parques e Jardins, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) (Figura 2).

A área consistia em um terreno de características naturais de Mata Atlântica, que ainda não havia sofrido intervenções pela comunidade local até meados da década de 1980, denominado como Sítio. Com a falta de espaços livres, o local era utilizado como área de lazer e recreação de forma espontânea, sobretudo pelas crianças que o frequentavam, para coletar as frutas, abundantes no local, e brincar na mata. A partir do processo de expansão da comunidade, o sítio foi ocupado por residências com condições precárias de infraestrutura sanitária básica, dando início a um processo de vulnerabilização do lugar, pelo acúmulo de lixo e esgoto, que persistiu por décadas (QUINTANILHA e CRISTO, 2015).

A Prefeitura, por meio do Programa Favela Bairro, iniciado na década de 1990, realizou uma série de intervenções que investiram na implantação de infraestrutura urbana e no controle dos assentamentos em áreas de risco nas comunidades do Rio de Janeiro. Nesse processo, famílias que ocupavam o sítio em questão foram indenizadas, tendo suas casas demolidas, sem, contudo, serem retirados os escombros da demolição. A par-

tir daí, os moradores começaram a utilizar o local como depósito irregular de lixo de forma ainda mais intensiva, que chegou a alcançar 16 toneladas, agravando a situação ambiental do lugar (PARQUE SITIÊ, 2017).

2- Processo de implantação

Foi nesse contexto de insalubridade que o músico Mauro Quintanilha, nascido e criado no Vidigal e morador das cercanias, iniciou, em 2006, um processo de remoção dos entulhos e do lixo, como uma tentativa de recuperação do lugar. Nessa empreitada, foi apoiado por seu amigo Paulo Cesar de Almeida, o Paulinho, vizinho e membro dos garis comunitários, formando, assim, a primeira parceria na transformação do espaço.

O período de remoção do lixo e dos escombros foi um momento de inconstância e dificuldades. Mesmo com a ajuda de voluntários locais e externos, identificados com a causa, o apoio era irregular e não havia suporte das organizações formais, como a associação de moradores e a Comlurb. Assim, a continuidade da execução de limpeza do terreno ficou a cargo da mesma dupla de pioneiros. Durante o processo de transformação da área, os líderes da ação e alguns voluntários se depararam com a dificuldade de conscientização da comunidade, que insistia em manter o despejo inadequado de lixo na região.

A partir de 2009, o lugar foi batizado de Parque



Figura 3. Placa de identificação, no acesso do Parque Sitiê, feita por um de seus colaboradores. Fonte: SANSÃO (2018).

Sitiê, em referência à memória do Sítio e de uma ave nativa, o Tiê-sangue (Sítio + Tiê) (Figura 3). Foi nesse período, entre 2009 e 2011, que os agentes perceberam que, ao fazer do sítio uma área produtiva por meio do cultivo de hortaliças, evitariam a ocupação inadequada e o despejo de lixo, além de recuperarem a terra, abrindo espaço para uma nova percepção do lugar e a possibilidade de novos usos do espaço pelos moradores. Assim, deu-se início à horta.

O envolvimento da comunidade na zeladoria e na manutenção do espaço foi ampliando, portanto, a partir da observação da oportunidade de se construir um lugar produtivo e de uso coletivo em uma região carente de áreas livres de qualidade. Assim, sob a liderança de Mauro, a transformação do espaço motivou uma transformação cultural na comunidade, fazendo com que esta se tornasse um coletivo ativo na proteção e na construção do lugar.

Impulsionado pela colaboração e amplo apoio da comunidade local, o Parque Sitiê atingiu reconhecimento público, em 2012, com o título de primeira agrofloresta urbana do Rio de Janeiro, devido à crescente demanda da produção e pela atribuição socioeconômica de distribuição dos alimentos na comunidade. Esse título trouxe ao parque a oportunidade de participar da Conferência das Nações Unidas, a Rio +20, onde os gestores conheceram Pedro Henrique de Cristo, arquiteto, formado em Administração e mestre

em design de políticas públicas, que passou a ser um de seus principais agentes de transformação e instrumentalização.

A percepção de Pedro sobre a eficiência e potencial do parque, apesar da falta de suporte técnico para sua construção e desenvolvimento, foi o que deu origem à parceria entre ambos. Pedro rapidamente se envolveu com o projeto, iniciando a construção de um conceito, um design urbano e um planejamento estratégico de desenvolvimento.

Devido à profissionalização que trouxe ao projeto, Pedro tornou-se o responsável técnico e estratégico do parque. Suas ações permitiram o desenvolvimento do espaço físico e institucional e a formação de parcerias estratégicas, com intuito de explorar a máxima potencialidade do lugar, sem tirar o protagonismo da comunidade.

Após aproximadamente quatro anos de parceria, em 2017, Pedro e Mauro se afastaram do parque e da comunidade. Segundo eles, isso se deveu à saída da UPP do Vidigal, em 2016, porém, Paulinho, atual liderança responsável por manter o espaço em funcionamento, diverge desses motivos e insinua a existência de divergências entre as lideranças. De toda forma, o parque segue em funcionamento, apesar da infraestrutura precária. A casa-sede do parque, agora denominado Parque Educacional Popular Sitiê, conta com uma caixa de contribuições, para ajudar na manutenção do lugar.



Figura 4. Construção de espaços e mobiliário com materiais encontrados no local, em um trabalho sitespecific de design e arquitetura. Fonte: SANSÃO (2018).

3- Usos e funções

O Parque Sitiê surge de um desenvolvimento marcado pelo protagonismo da comunidade como dona do processo de mudança (QUINTANILHA e CRISTO, 2015), trabalhando na transformação de um espaço subutilizado em uma área cultivável, por meio do plantio de mais de 50 espécies vegetais, como forma de preservação ambiental.

Os espaços da horta são o resultado de um trabalho sitespecific de design e arquitetura, respeitoso às características locais e aos materiais disponíveis. Segundo Mauro (QUINTANILHA e CRISTO, 2015), ao longo do processo de remoção de lixo da região, foi encontrada uma grande quantidade de pneus, cuja dificuldade de transporte motivou seu uso na estruturação do espaço. Assim, foram construídos, em um primeiro momento, escadas, e, posteriormente, muros de contenção, a partir da reutilização desse material descartado. Outros materiais reutilizados, como aros de bicicleta, foram responsáveis por uma das soluções mais criativas do parque, que são os guarda corpos que delimitam os desníveis do terreno (Figura 4).

Devido à formalização da parceria entre o Parque e o Studio +D, escritório de Pedro de Cristo, foi possível aprimorar as práticas já existentes e desenvolver os potenciais antes inexplorados, como a manutenção e qualificação de área produtiva e de lazer e o estabelecimento da área

como um espaço de discussão de assuntos da comunidade, centro de ensino e desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para meio ambiente, tecnologia e artes.

4- Atores e parcerias

Como já mencionado, a primeira parceria formada para transformação do lugar foi a união de Mauro e Paulinho, conjugando o trabalho de paisagismo, design e reciclagem (Mauro), com o conhecimento sobre agricultura urbana e reflorestamento (Paulinho). Esse encontro foi fortalecido com o suporte dos moradores do Vidigal no trabalho voluntário de limpeza e cultivo.

O êxito na produção da horta fortaleceu o envolvimento do parque com a comunidade a partir da distribuição da produção para a população. A inclusão da horta no projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro, que previa a distribuição da produção em creches e escolas da comunidade, conhecido como Hortas Cariocas, nunca foi de fato oficializada, mas, segundo as lideranças, aconteceu de forma autônoma, visando à integração com a comunidade (CHRISTO, 2017).

O envolvimento de Pedro na coordenação e direção do Parque possibilitou a incorporação de novas parcerias institucionais, investidores e agentes especializados. Através de workshops, oficinas, seminários e divulgação, as instituições FGV, Arq Futuro, Instituto Moreira Salles e Associação de



Figura 5. Conjunto da horta visto do alto. Fonte: SANSÃO (2018).

moradores contribuíram tanto na produção e na troca de conhecimento, quanto no fortalecimento do envolvimento da comunidade com Parque ao longo de seu funcionamento. Parcerias como o Studio +D e Harvard Graduate School of Design, além de contribuir na produção e troca de conhecimentos, investiram no desenvolvimento do Parque Sitiê através de projetos de infraestrutura para o lugar e recursos para implantação dessas ações. A contribuição de agentes especializados tais como: Alejandro Echeverri (Medellín), Joshua David (High Line), Elizabeth Rogers (Central Park), Regina Myer (Brooklyn Bridge Park), Pablo Lazo (Arup), Cláudia Moreira Salles, se deu pelo compartilhamento de experiências de design e políticas públicas efetivas, que obtiveram resultados positivos em seus projetos realizados (CRISTO, 2017).

Vale ressaltar a contribuição do Parque Sitiê na inclusão social dos jovens da comunidade, através da inserção em atividades produtivas e de capacitação.

No entanto, hoje, apesar de toda e articulação externa coordenada por Pedro, o que se vê é um lugar carente de apoio, funcionando de forma precária. Quatro pessoas, com empregos formais em outras instituições, trabalham na manutenção do lugar, em sistema de trabalho voluntário.

5- Transformação do espaço

Levando em consideração a falta de espaços livres públicos na comunidade, o espaço que agora é o

Parque Sitiê representa 57,6% de área livre pública de lazer no Vidigal, atualmente (PARQUE SITIÊ, 2017) (Figura 5). Suas atividades criaram a possibilidade de novas relações sócio espaciais na comunidade a partir da produção agrícola, em primeiro momento, e das atividades de ensino, pesquisa e práticas de ações de cidadania, após a criação do Instituto Sitiê, nos anos da direção de Pedro. A recuperação inicial do local resultou no ganho de área livre pública e de lazer para a comunidade, e a produção agrícola foi a possibilidade de manutenção coletiva desse espaço, com a distribuição de hortaliças para a população, além da possibilidade de geração de renda, algo que ainda não se desenvolveu, mas segue como um potencial.

Em um segundo momento, a institucionalização do Parque agregou valores sócio-políticos às questões ambientais já existentes. O fortalecimento desses valores se deu a partir de atividades educacionais, possibilitando que houvesse uma transformação cultural dos moradores, sendo esses os próprios protagonistas dessas mudanças.

Como defendido por MELLO e VOGEL (2015), para o desenvolvimento exitoso de uma apropriação do espaço, é necessário que, primeiramente, este faça sentido para as pessoas. Segundo os autores, um espaço que não estimula a apropriação indica que, provavelmente, este não carrega certos valores, sejam culturais, ou até mesmo produtivos e econômicos, quando consideramos que este espaço é também uma possibilidade de

renda. No caso do Parque Sitiê, é possível perceber que existe uma história que, paulatinamente, foi gerando esse sentido de pertencimento, e que há uma gestão voltada à recuperação e apropriação de um espaço subutilizado que, finalmente, potencializa esse sentido coletivo, aspecto fundamental para a conformação dos comuns urbanos.

Nesse âmbito, vale ressaltar a característica desse lugar como “espaço frouxo” (loose space) (FRANCK e STEVENS apud SELDIN e VAZ, 2017), que seria um lugar que abriga a espontaneidade através de atividades frequentemente não planejadas. No caso do Parque Sitiê, essa “frouxidão” vem da apropriação espontânea do espaço pela comunidade local, que enxergou novas possibilidades para seu aproveitamento (SELDIN e VAZ, 2017).

Assim, podemos considerar como principal transformação a conversão de uma área subutilizada em comum urbano. O ganho de escala e a oportunidade de criação de políticas públicas que fomentem processos “de baixo para cima” seria o próximo passo.

Neste sentido, é importante observar que o urbanismo profissional, tal como se conhece hoje, teve sua origem nas necessidades dos habitantes. A grande maioria das cidades, como indicado por GEHL (2006), surgiu e se desenvolveu por necessidade, configurada por seus habitantes em uma ação direta de construção urbana, evo-

luindo durante séculos em um processo lento, permitindo adaptações e ajustes contínuos do entorno físico e das funções urbanas. A cidade não era um objetivo em si mesmo, mas, sim, uma ferramenta modelada pelo uso. O resultado desse processo foram espaços que, ainda hoje, oferecem condições positivas para a vida em comunidade. Portanto, não é ilusório pensar que as dinâmicas observadas em casos como o Parque Sitiê possam contribuir positivamente no planejamento tradicional e nas políticas urbanas.

6- Desdobramentos

Segundo a página do Parque Sitiê (PARQUE SITIÊ, 2017), foi realizada uma série de ações durante os anos de funcionamento do Instituto, sob a coordenação de Pedro de Cristo. Dentre elas, podemos destacar (1) o fortalecimento da apropriação do lugar pela comunidade; (2) o desenvolvimento de planos de ação relacionados à coleta de lixo, à revitalização da área florestal, à delimitação e proteção do parque; à integração e desenvolvimento social e à falta de representatividade em nível municipal; (3) o desenvolvimento de estratégias de educação ambiental; (4) a transformação de espaços degradados em espaços públicos verdes, com introdução da agricultura urbana e do reflorestamento, com distribuição de frutas e legumes para os moradores e organizações locais; (5) a arquitetura paisagística como solução para contenção do solo e para construção de um espaço público;

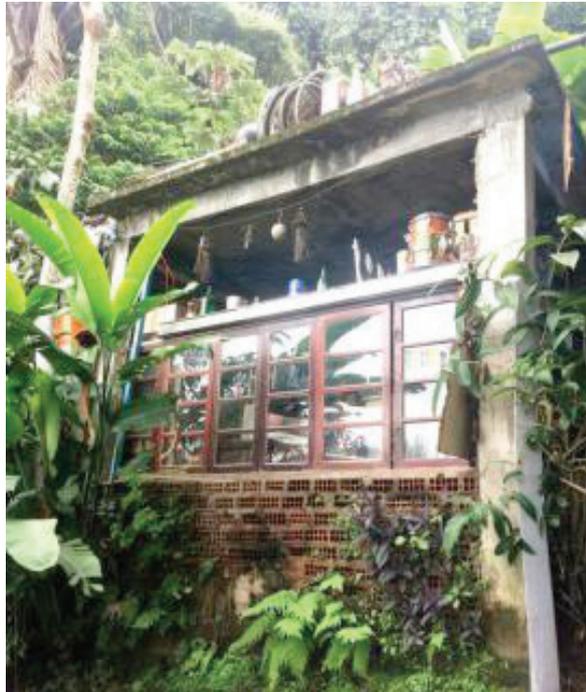


Figura 6. Atual sede do parque, de tamanho insuficiente. Fonte: SANSÃO (2018).

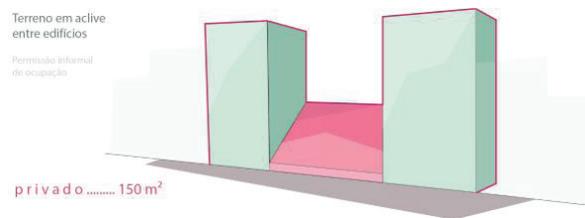


Figura 7. Diagrama esquemático das características do sítio da Horta da General. Fonte: SANSÃO (2017).

1. Projeto do +D Studio, que recebeu o prêmio de excelência no design de interesse público, Seed Awards 2015.

(6) a utilização do parque como modelo e catalisador de políticas sociais; (7) o desenvolvimento de projeto arquitetônico incorporando sistemas de infraestrutura urbana de captação de água, filtragem e armazenamento para utilização do próprio parque¹; (8) o desenvolvimento do projeto para construção da sede do Instituto Sitiê e para extensão do parque para incluir o Caminho do Céu (trilha ecológica que conecta o Parque Sitiê ao Morro Dois Irmãos); e finalmente (9) a assinatura do termo de adoção da área, concedido pela Fundação Parques e Jardins por um período de 2 anos.

Apesar de todas essas conquistas, a maioria dos projetos não saiu do papel, e o espaço físico ainda passa por muitas necessidades. Entre elas, destacamos a carência de infraestrutura de apoio, uma “sede” que contenha banheiros e um espaço coberto para atividades diversas, como reuniões e oficina para crianças. A construção existente hoje é precária e não atende às necessidades e expectativas (Figura 6). Nesse sentido, as lideranças expressaram o desejo de maior colaboração com a FAU-UFRJ, que já acontece de forma tímida, por intermédio de alguns discentes que começam a se aproximar do parque.

Finalmente, outro grande desafio das lideranças, hoje, é o constante trabalho de replantio da horta, que deve fugir das áreas de vegetação densa e ocupar locais com maior incidência solar. Esse

trabalho é uma das atividades a que Paulinho se dedica cotidianamente, na luta constante para manter viva a iniciativa.

Horta General Glicério

1- Contexto e características do sítio

A Horta General Glicério está localizada na Rua General Cristóvão Barcelos, no bairro de Laranjeiras, pertencente a IV Região Administrativa (Botafogo) da cidade do Rio de Janeiro. Ocupa 150 m² de um lote privado, vazio e em aclave, entre dois edifícios, e é resultado da iniciativa de um pequeno grupo de moradores da região. A horta é uma obra comunitária com permissão informal de ocupação do terreno privado (Figura 7).

A área era anteriormente ocupada por edificações residenciais, que desabaram em um trágico acidente, quando, no início do ano de 1967, chuvas e consecutivas enchentes castigaram o Rio de Janeiro e o bairro de Laranjeiras (PAINS e MAZZACARO, 2016) (Figura 8). Na área em questão, uma rocha se deslocou da encosta, entre as ruas Belisário Távora e General Glicério, provocando a destruição de uma casa e dois edifícios, que tiveram suas fundações arrastadas pela terra. O acidente deixou mais de cem mortos, dentre muitos feridos, e, possivelmente, foi causado pela exposição do solo e despejo de entulho, no alto do morro, por uma construtora. Após o ocorrido, o Instituto de Geotécnica realizou um trabalho



Figura 8. Foto do deslizamento de terra ocorrido no terreno, em 1967. Fonte: O GLOBO (2013).

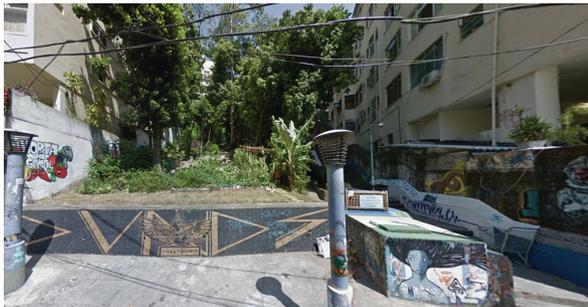


Figura 9. Conjunto da horta visto da rua. Fonte: Google Street View (2017).

de contenção do solo e, desde então, o terreno permaneceu abandonado, conservando apenas muitas árvores e vegetação que ali cresceu ao longo do tempo (O GLOBO, 2013).

Quase 50 anos depois, em 2014, um morador do bairro, Ícaro dos Santos, começou a idealizar o uso daquele espaço ocioso vizinho. A partir de pequenos encontros de amigos, surgiu a ideia de formalizar o local como um espaço de produção comunitária, integração social e horta urbana.

O terreno, que estava há quase 50 anos abandonado, foi ressignificado pelos moradores, ganhando espaço no cotidiano dos vizinhos. O local tornou-se não apenas lugar de cultivo e incentivo à alimentação saudável, mas também ponto de encontro, de eventos e de integração da vizinhança, mantendo-se ativo até hoje (PEIXOTO, 2016) (Figura 9).

2- Processo de implantação

Partindo das ideias de transformar aquele terreno, um grupo de moradores se uniu e abraçou a causa, com o propósito de colocá-las em prática. No ano de 2014, iniciou-se a limpeza de parte do terreno, retirada do entulho ainda restante do acidente e plantio das primeiras mudas, limitadas a uma pequena parte do terreno, devido à insolação e à mão-de-obra e financiamento limitados. A construção gradativa dos canteiros foi se dando mediante recursos disponíveis, assim como a construção de composteira. Tudo foi feito

com capital inicial dos próprios idealizadores do projeto e de alguns moradores (SANTOS, 2017).

Ao longo do tempo, a horta encontrou dificuldades em seu desenvolvimento, sendo o descontentamento dos vizinhos um deles. O terreno é de propriedade privada dos herdeiros dos edifícios que sofreram desabamento, e o fato de haver uma ocupação comunitária em um lote privado gerou estranhamento e rejeição.

Os moradores dos edifícios vizinhos eram contrários ao projeto, já que, segundo eles, devido à composteira, a horta atraía insetos aos apartamentos, além de gerar ruído, pela reunião de pessoas nos eventos e encontros. Como represália, chegaram a colocar sal grosso e produtos de limpeza nas plantações, a fim de matar os cultivos (SANTOS, 2017).

Entretanto, atualmente esse quadro vem se transformando. Poucos moradores ainda oferecem resistência ao projeto, enquanto a grande maioria aceita a horta e reconhece seus benefícios para este espaço outrora abandonado. Apesar de algum descontentamento pontual, um dos participantes ativos da horta comenta a alegria de que o maior motivo de divergência seja o barulho, afinal, o maior propósito da horta é, justamente, o de gerar encontros, piqueniques e reuniões que possam criar laços entre pessoas de todas as idades e aproximar as crianças do trabalho com a terra. Outra dificuldade atravessada pelo projeto da horta

diz respeito ao abastecimento de água. Os idealizadores comentam sobre tentativas de realizar um contrato com os herdeiros do terreno de forma a oficializar sua ocupação, assegurando que se tratava de um uso temporário, e que a horta poderia ser desocupada assim que os proprietários requisitassem o terreno. No entanto, não obtiveram êxito, não havendo interesse da parte dos herdeiros em estabelecer esse acordo. Assim, a ocupação do terreno é, na prática, ilegal, não sendo possível solicitar um ponto de abastecimento de água para a CEDAE (SANTOS, 2017). A falta de água se tornou, portanto, um grave problema para o desenvolvimento da horta. Para todos os encontros, era necessário que moradores fornecessem galões de água de suas próprias casas para permitir a rega, limpeza, lavagem e cultivo².

Outros problemas surgidos ao longo dos quatro anos de funcionamento da horta foram furtos de ferramentas e materiais, além de danos causados pela Comlurb nas limpezas da parte superior do terreno. Em 2015, ao limpar o terreno e podar as árvores, a equipe da Comlurb danificou os canteiros de cultivo, que até então se encontravam no solo, apenas cercados e demarcados por troncos. A horta passou pelo mesmo problema duas vezes em três meses, não desestimulando os vizinhos que, juntos, recuperaram o espaço e insistiram no cultivo (MAIA, 2015).

A fim de melhorar os espaços de convivência, aprimorar a integração dos vizinhos com o proje-

to e solucionar os temas da água e dos estragos da Comlurb, deu-se início, em 2015, a um projeto de crowdfunding (financiamento coletivo) através da plataforma Benfeitoria.com (PEIXOTO, 2016). Através desse site, qualquer pessoa pôde apoiar financeiramente a horta e ainda ganhar uma recompensa por isso. O valor de contribuição variou de R\$ 20,00 a R\$ 500,00, sendo os colaboradores desse último valor os “amigos da horta”, mercedores de uma placa de homenagem em seu canteiro “adotado”. O projeto estabeleceu como meta a arrecadação de R\$ 20.000,00 em 90 dias, e teve como objetivos para uso do recurso: criar um poço artesiano movido à energia através de pedalada humana; implantação de mobiliário multiuso para convivência e oficinas com escolas e permacultura; instalação de bicicletário e colocação de placas de energia solar para fornecer iluminação para todo o ambiente. O crowdfunding contou ainda com o “match” da Natura, estabelecido em edital, em que, para cada real arrecadado, a empresa colocava mais um real, dobrando a contribuição e também as recompensas para os doadores. Ao final do financiamento, o projeto contou com 181 benfeitores e um total de R\$ 22.444,00 arrecadados.

O recurso foi investido na execução de canteiros mais integrados, altos e resistentes, feitos de tijolos, contenção e nivelamento do solo com pneus, plantio de flores, grama e novas espécies de plantas, além da resolução da maior necessidade: a caixa d’água, que permite uma conexão

2. reinauguração Horta da General. Vídeo sobre as antigas dificuldades e sobre a realização do novo projeto, celebrado com um piquenique. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JPT4898GwJw>>.



Figura 10. Placa de recepção na entrada da Horta da General. Fonte: SANSÃO (2017).



Figura 11. Painel de identificação da Horta da General, visto da calçada. Fonte: SANSÃO (2017).

direta com mangueira para rega. No entanto, o abastecimento dessa caixa d'água tem enfrentado dificuldades atualmente, já que captava um desperdício de água da rua, gerado pela CEDAE, que já não existe mais. Além disso, o projeto do poço não pode ser concretizado por dificuldades em se conseguir uma avaliação técnica do solo, agravada pelas fundações remanescentes dos edifícios demolidos. Permanece, então, o desafio da água para a horta.

Para celebrar o resultado do crowdfunding, em novembro de 2016 foi realizado um piquenique com os benfeitores e cuidadores da horta, ocasião em que todos puderam observar os investimentos, comemorar em comunidade de forma integrada e receber as recompensas pelo apoio. Hoje, ainda resta um valor em caixa gerado pelo financiamento coletivo, dinheiro que é usado na manutenção e para qualquer outra necessidade.

O espaço é de uso público, sem cercas ou barreiras de acesso, aberto para servir a qualquer pessoa (Figura 10). A horta é mantida por meio de encontros semanais de um grupo aberto a voluntários, encarregado de limpar, plantar, regar e cuidar das plantas (PAINS e MAZZACARO, 2016).

3 – Usos e funções

O espaço da horta é composto por canteiros de cultivo, uma composteira, um local para materiais e ferramentas, além de bancos, um espantalho e algu-

mas placas de identificação das plantas e dos espaços. Um painel artístico no muro de acesso atrai os visitantes para conhecerem o local (Figura 11).

Dentre os alimentos cultivados encontram-se frutos, vegetais e temperos, tais como pimenta, salsa, boldo, erva-cidreira, manjeriço, alface, rúcula, quiabo, mamão, entre muitos outros. A vizinhança pode se sentir livre para colher e cultivar, gratuitamente, respeitando a organização do espaço. Existem ainda moradores que não participam dos mutirões nem tampouco colhem os produtos, mas colaboram com a composteira, ao deixarem lá o seu lixo orgânico.

Para organizar o recolhimento, no local há instruções sobre como contribuir e agir, além de ferramentas disponíveis, permitindo a reciclagem dos resíduos produzidos em suas casas e a geração de adubo orgânico para enriquecimento do solo da horta. Efetivamente, segundo os responsáveis, a composteira é o que melhor funciona na horta.

O local ainda opera como um espaço de convivência e atividades de lazer, como pequenos eventos, piqueniques e festas que integram a vizinhança.

4- Atores e parcerias

Os atores envolvidos são basicamente internos. Além de Ícaro dos Santos, idealizador inicial do projeto, o paisagista alemão Manfred Bert, outro



Figura 12. Encontro semanal de um pequeno grupo para manutenção da horta. Manfred Bert colhe frutos para compartilhar com os membros e as visitas. Fonte: SANSÃO (2017).

3. Horta da General – Mutirão de Novembro. Vídeo sobre um mutirão voluntário realizado pela vizinhança. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TFDjOcfvTcE>>.

morador da região, integrou-se ao projeto da horta e ajudou a concretizar seu crescimento através do conhecimento técnico que detinha sobre o tema (PAINS e MAZZACARO, 2016).

Há, hoje, um grupo assíduo de seis pessoas que toma a frente do projeto, responsável pela organização, suporte dos moradores, tanto na limpeza do terreno e manutenção da horta como no financiamento, e cerca de outras sessenta que colaboram de maneira livre, sem tanto comprometimento (SANTOS, 2017). O trabalho é voluntário³.

Segundo Ícaro, os moradores se sentem constrangidos de participar ou até mesmo de colher os produtos da horta, por esta ter pequeno porte e não resultar em grandes quantidades de alimento. Porém, afirma que os gestores pretendem sempre incentivar essa colheita e ficam muito satisfeitos quando atraem a comunidade, seja do bairro ou até mesmo de outros bairros vizinhos.

Desde a criação da horta, o grupo tem se transformado ao longo do tempo, ainda mantendo alguns de seus idealizadores iniciais, porém, também contando com novos membros, sempre receptivos a quem quiser fazer parte do projeto.

Nunca houve qualquer tipo de parceria com instituições, ONGs ou com o poder público. Todo o financiamento do projeto foi feito apenas por contribuições privadas, tanto dos idealizadores e colaboradores da comunidade, quanto dos ben-

feitores do crowdfunding (SANTOS, 2017).

5- Transformação do espaço

Ainda que em pequena escala, a Horta General Glicério traz muitos benefícios aos moradores da região. Isso se dá não só pela colaboração com a saúde física e alimentação saudável das pessoas, mas pelo importante papel de integrar a vizinhança, gerando uma convivência entre vizinhos e visitantes, em um espaço antes abandonado.

A horta deu novo sentido ao espaço, deixando no passado seu histórico trágico e infeliz. O espaço assumiu uma ambiência para possíveis encontros e eventos, criando laços entre os vizinhos e motivando a integração, seja entre a comunidade da região ou da comunidade com a terra (Figura 12).

Adicionalmente, a horta colaborou com o aumento da segurança, ao transformar um lote vazio em uma área ativa. O uso da horta é temporário, enquanto os donos do terreno não o destinam a outro uso. No entanto, serve como teste desse espaço, que pode colaborar para sua possível permanência no local. BISHOP e WILLIAMS (2012) chamam a atenção, precisamente, para o fato de que essas ações, temporárias, agregam valor ao espaço, sendo propostas vantajosas de ocupação no sentido que (1) geram segurança, pela ocupação de um espaço ocioso que vulnerabiliza o espaço público adjacente; (2) geram possibilidade de renda,

considerando que um terreno baldio é custoso para o proprietário e; (3) atraem outros usos, inclusive comerciais, valorizando a vizinhança. Nesse sentido, os autores incentivam o estabelecimento de parcerias entre os ativadores, a comunidade e os proprietários do terreno, no intuito de somar esforços na melhoria do espaço, para benefícios mútuos.

É possível perceber que esta reconversão do espaço, mesmo sendo um terreno privado e uma ação temporária, impacta de forma positiva nas relações de habitabilidade do lugar. O ato de habitar, como afirmado por PALLASMAA (2017), é a forma mais fundamental e básica de relação com o mundo. Habitar é um intercâmbio em que o habitante se acomoda e se ajusta ao espaço, e, por outro lado, o próprio lugar responde a essa acomodação e se transforma na exteriorização do ser e do sentido que o habitante atribui ao lugar. Ações de caráter coletivo e insurgente têm a capacidade de reconhecer e integrar esses sentidos, possibilitando mudanças na paisagem de uma forma sustentável e inclusiva.

6- Desdobramentos

Os planos para o futuro são manter a horta, sempre fortalecendo o espaço de integração, realizando mais encontros e atraindo mais pessoas, permitindo que a comunidade se sinta mais à vontade para contribuir e participar do projeto (SANTOS, 2017).

Quanto à expansão física da horta, não há projetos concretos, somente intenções. Porém, as dificuldades são muitas, e, caso a expansão aconteça, será de forma lenta, já que a horta está restrita ao financiamento exclusivamente privado, sem parcerias e com um grupo pequeno na liderança. Existe ainda uma limitação na ocupação do terreno devido à insolação, onde a parte superior não recebe suficiente sol para o cultivo, tal como ocorre na parte inferior. Ademais, a parte superior necessitaria de um investimento na limpeza e retirada de entulho, recurso hoje inexistente (SANTOS, 2017).

Além da integração física entre vizinhança, idealizadores e colaboradores da horta, existe um importante meio de comunicação, divulgação e partilha do projeto, que é a página do Facebook “Horta da General Glicério”. Através dela, o grupo compartilha divulgação dos encontros, novidades do projeto, fotos e vídeos dos eventos e dos cultivos que acontecem no lugar. O grupo responsável também divulga reportagens, artigos, vídeos e links sobre hortas urbanas, tipos de cultivo, desenvolvimento sustentável, entre outros temas incentivadores de ações socioambientais de semelhante natureza.

Neste sentido, a horta é também um dispositivo de integração, talvez uma das principais condições para a existência dos comuns, uma vez que a integração significa que várias categorias e tipos de pessoas podem interagir. Porque, se a segre-

gação implica a separação de funções e grupos de pessoas, a integração, pelo contrário, implica a articulação de funções diferentes no espaço público e, portanto, permite que as pessoas envolvidas nessas funções atuem juntas, estimulado e inspirando, também, outras pessoas. Finalmente, o importante são as pessoas que, trabalhando e vivendo em lugares diferentes, usam os mesmos espaços e se encontram para realizar ações que impactam positivamente nesses espaços.

Considerações finais

Observando as hortas apresentadas e as relações sócio espaciais que estimulam, podemos perceber que se trata de expressões que vão além do que tradicionalmente pode ser entendido como planejamento urbano. Estas iniciativas emergem como novas dinâmicas que operam de forma paralela aos serviços e administração oficiais. LEITE (2012) refere-se às cidades sustentáveis e inteligentes como cidades que têm a capacidade de estimular e aproveitar a emergência de uma série de novos serviços ligados à economia do conhecimento e cultura, destacando a ideia de reestruturação produtiva, como possibilidades que vão além das configurações territoriais usuais. Segundo ele, novos arranjos produtivos poderão se aliar a novos arranjos espaciais na construção de novos territórios que agreguem valor funcional produtivo e urbano.

Em acordo como as ideias de Leite, LERNER (2011)

defende que o planejamento é um processo e, por melhor que seja, não consegue gerar transformações imediatas. Segundo ele, uma pequena ação pode desencadear a propagação de outras ações, chamando esse processo de uma boa acupuntura urbana. Tanto no caso do Parque Sitiê como na Horta General Glicério, reconhecemos ações de caráter comunitário e insurgente, de pequena escala, correspondentes a ações de urbanismo tático, que podemos considerar uma acupuntura urbana sustentável, inclusiva e democrática.

Em ambos os casos, identificamos, como característica comum, o fato de que, para atender a uma determinada necessidade, um grupo ou outro se apropriaram de um espaço e, através de suas ações, o tornaram realmente público (AESCHBACHER e RIOS, 2008), ou seja, um comum urbano. “Agindo como membros de uma comunidade, passam a se reconhecer como sujeitos mais efetivos em seus papéis como cidadãos” (AESCHBACHER e RIOS, 2008, p. 87), neste caso, realizando pequenas ações de recuperação de espaços subutilizados que geram transformações concretas na cidade.

No início desse artigo, colocamos as seguintes perguntas: é possível transformar áreas residuais, subutilizadas e abandonadas em espaços comuns por meio de ações de baixo para cima? Como impulsionar essas ações táticas de forma a alcançarem maior impacto? Como essas iniciativas podem ganhar escala e ser incorporadas ao planejamento?

Após a análise dos casos, podemos constatar que o urbanismo de baixo para cima foi eficaz na transformação de áreas subutilizadas em comuns urbanos. As ações táticas preencheram lacunas de utilização, valorizaram o que não tinha valor, “marcando presença onde antes só havia silêncio e ausência” (SASSEN, 2014, p. 46) e testaram o uso coletivo dos espaços, mostrando um grande potencial ainda a ser explorado. Em um estágio inicial, as hortas comprovaram sua pertinência, e, atualmente, revelam que ainda há muito para crescer economicamente em ambos os contextos. É importante, no entanto, que os grupos pioneiros mantenham o protagonismo na gestão desses espaços, em um processo coletivo e não mercantilizado, sempre tendo em mente que, segundo HARVEY (2014), o problema dos comuns é sua apropriação para benefício privado. Isso não significa, no entanto, que parte da produção não possa ser comercializada de forma a beneficiar economicamente a coletividade.

Para responder às duas outras perguntas, entretanto, é necessário encarar que, para o ganho de escala, ações de baixo pra cima não são suficientes. LYDON e GARCIA (2015) defendem que estratégias e táticas têm grande e igual valor e podem atuar em conjunto, impulsionando transformações mais efetivas. Segundo eles, a “formulação de estratégias é a metade da batalha”, e as táticas devem incorporar medidas, “lubrificando as engrenagens para implementações de dentro para fora e de fora para dentro” (LYDON e GARCIA, 2015, p. 9).

Nesse sentido, os planejadores devem “aprender” com as ações de baixo para cima, de forma a colocar em prática a formulação de estratégias. É necessário observar a tática para permitir a elaboração de estruturas mais duradouras, aprimorando e formalizando o que já acontece informalmente.

Nesse sentido, colocamos algumas propostas para a inclusão do poder público no processo, que não se restringem somente a recursos, mas sim a esforços no sentido de catalisar tais ações. Podemos sugerir (1) a disponibilização, pelo poder público, de uma cartilha de terrenos públicos subutilizados que necessitem ativação; (2) a criação de editais de fomento a ações táticas para ativação desses espaços; (3) a capacitação de mão de obra comunitária para o trabalho produtivo nesses locais; (4) o aperfeiçoamento de programas existentes, de forma que possam contemplar ações que já ocorrem na prática; (5) a desburocratização de processos de licença ou autorização para a realização de ações temporárias de teste de espaços; (6) a criação de programas de renúncia fiscal que atraiam grupos organizados e pequenas empresas locais para atuações em espaços subutilizados; entre outras possibilidades.

No que se refere ao tema das hortas comunitárias, a Prefeitura do Rio de Janeiro já conta com o Programa Hortas Cariocas, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, programa que está presente em 30 comunidades e na Rede Municipal de Ensino da cidade. O programa está focado na geração de empregos entre os moradores e pessoas ligadas

às escolas, para, em sistema de parceria, cuidarem do cultivo, sendo parte da produção distribuída em escolas e entre a população carente das comunidades, e parte comercializada para gerar lucro aos parceiros e ser reinvestida. As duas hortas analisadas nesse artigo não fazem parte do programa. O Parque Sitiê, por razões não divulgadas, e a Horta General Glicério, por não se enquadrar no recorte do programa (comunidade e escolas públicas). Acreditamos que poderia haver um esforço de aprimoramento do programa, tendo em vista que existe uma real oferta de áreas de cultivo espalhadas pela cidade, uma demanda reprimida para o programa, que mereceria maior atenção.

Os desafios para o incremento de ações táticas de ativação de áreas subutilizadas estão presentes, portanto, em várias escalas, desde a motivação das comunidades locais para a participação comunitária e o trabalho colaborativo (escala local); passando pela busca de parcerias e o desenho de modelos de gestão (escala local com articulação com atores externos); até a elaboração de políticas para dar escala às ações (escala global), costurando, assim, as ações de base com as ações de topo. Assim, o urbanismo tático poderia ser entendido segundo a leitura de SASSEN (2014), como um *modus operandi* que é ao mesmo tempo local e multi localizado.

Referências:

AESCHBACHER, Peter e RIOS, Michael. Claiming public space. The case for proactive, democratic

design. In: BELL, Bryan e WAKEFORD, Katie. **Expanding Architecture**. Design as activism. New York: Metropolis Books, 2008, p. 84-91.

BISHOP, Peter e WILLIAMS, Lesley. **The Temporary City**. New York: Routledge, 2012.

BORDE, Andrea. **Vazios urbanos, perspectivas contemporâneas**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – PROURB-FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

BRADLEY, Karin. Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. **Footprint**. Delft Architecture Theory Journal, n. 16, primavera, 2015, p. 91-107.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista e-metropolis** n° 27, ano 7, p. 6 a 18, dezembro de 2016.

SASSEN, Saskia. Complex and incomplete. Spaces for Tactical Urbanism. In: GADANHO, Pedro (Ed.). **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art MoMA, 2014, p. 40-47.

CERTEAU, Michel de. **The Practice of Everyday Life**. Berkley: University of California Press, 1999.

CRISTO, Pedro Henrique de. Entrevista exclusiva realizada em 08 de junho de 2017.

DUANY, Andrés. Foreword. In: LYDON, M.; GARCIA,

- A. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. 1a. ed. New York: Island Press, 2015.
- urbano. Porto Alegre: Grupo A Educação, 2012.
- FERGUSON, Francesca. **Make Shift City**. Renegotiating the Urban Commons. Berlim: Jovis Verlag, 2014.
- LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Record, São Paulo, 2011.
- FOLKERTS, Thilo. Cultivateurs. In: FERGUSON, Francesca. **Make Shift City**. Renegotiating the Urban Commons. Berlim: Jovis Verlag, 2014, p. 56-57.
- LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. **Arquiteturarevista**, vol. 10, n. 1, jan/jun 2014, p. 31-36.
- FRANCK, K.A.; STEVENS, Q. Tying down loose space. In: _____. (ed.). **Loose space: possibilities and diversity in urban life**. Londres/Nova York: Routledge, 2007. p. 01-33.
- LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. New York: Island Press, 2015.
- GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano**. Barcelona: Editorial Reberté, S.A., 2006.
- MAIA, Gustavo. Comlurb danifica horta comunitária no Rio pela segunda vez em três meses. In: UOL NOTÍCIAS, jun/2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/30/comlurb-danifica-horta-comunitaria-no-rio-pela-segunda-vez-em-tres-meses.htm>>. Acesso em: maio/2017.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- O GLOBO, Acervo. Em 1966, enxurrada matou 200 pessoas e deixou mais de 30 mil desabrigados. In: ACERVO O GLOBO, jul/2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-1966-enxurrada-matou-200-pessoas-deixou-mais-de-30-mil-desabrigados-8970534#ixzz4gVh6LEkt>>. Acesso em: maio/2017.
- Horta da General. Mutirão de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TFDjOcfvTcE>>. Acesso em: maio/2017.
- HortadaGeneralGlicério**. Disponível em: <https://www.facebook.com/hortadageneral/?ref=br_rs>. Acesso em: 05/07/2018.
- LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes**. Desenvolvimento sustentável num planeta
- OSWALT, Philipp, OVERMEYER, Klaus, MISSE-LWITZ, Philipp. **Urban Catalyst**. The Power of Temporary Use. Berlin: DOM Publishers, 2013.

PAINS Clarissa e MAZZACARO, Natasha. Hortas comunitárias dão vida nova a terrenos abandonados no Rio. In: JORNAL O GLOBO, nov/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/hortas-comunitarias-dao-vida-nova-terrenos-abandonados-no-rio-14659729#ixzz4eZxA4KIR>>. Acesso em: maio/2017.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Trad. Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PARQUE SITIÊ. Disponível em: <<http://www.parquesitie.org/historia/>>. Acesso em: mai/2017.

PEIXOTO, Maurício. Horta comunitária vira ponto de encontro em Laranjeiras. In: JORNAL O GLOBO, dez/2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/horta-comunitaria-vira-ponto-de-encontro-em-laranjeiras-18249101#ixzz4eZtCtxRJ>>. Acesso em: maio/2017.

QUINTANILHA, Mauro e CRISTO, Pedro Henrique de. **Parque Sitiê**. São Paulo: ArqFuturo, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CcWFu4wJlKU>>. Acesso em: 04/05/2017.

Reinauguração Horta da General. Jan/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JPT4898GwJw>>. Acesso em: maio/2017.

ROSA, Marcos L. e WEILAND, Ute E. (eds.). **Handmade Urbanism**. Berlin: Jovis Verlag, 2013.

SANTOS, Ícaro. Conversa realizada em visita à Horta da General, em 20 de abril de 2017.

SARGISSON, Lucy. Imperfect utopias: Green intentional communities. **Ecopolitics Online Journal**, v.1, nº1, 2007.

SELDIN, Claudia e VAZ, Lilian Fessler. O Parque Sitiê na Favela do Vidigal: Um Novo Espaço. In: CONSTANTINO, Norma Regina Truppel; ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy e BENINI, Sandra Medina. **Paisagem: Natureza, Cultura e o Imaginário**. São Paulo: ANAP - Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista, 2017, p. 47-58.

SENNET, Richard. **El declive del hombre público**. Barcelona: Editora Península, 2002.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

STAVRIDES, Stavros. Empowering the Commons. In: FERGUSON, Francesca. **Make_Shift City**. Renegotiating the Urban Commons. Berlin: Jovis Verlag, 2014, p. 83-85.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio. Apêndice: Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: LIMA, Roberto Kant de. MELLO, Marco Antonio da Silva. FREIRE, Leticia de Luna. **Pensando o Rio - Políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar**. Niteroi: Intertexto, 2015, p. 289-315. ■



Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo

Activism and appropriation of urban space in São Paulo

Cintia Elisa de Castro Marino*

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre um novo tipo de apropriação dos espaços urbanos em São Paulo, Brasil. O uso de bicicletas, o plantio de hortas comunitárias e a organização de festas de rua são fenômenos que encontraram força ao lado da ação direta de grupos de ativismo urbano. As pessoas buscam refletir sobre questões cotidianas e novas formas de construção colaborativa da cidade. O trabalho analisa dois territórios de atuação ativista na cidade, o primeiro, o “Minhocão” é um espaço público de dupla função: uma via expressa elevada de ligação centro-oeste de 3,4 km de extensão que é usada como espaço de lazer à noite e nos finais de semana. O segundo espaço, o “Parque Augusta” é um terreno privado reivindicado por vizinhos e ativistas como uma área verde. Como estratégia de resistência à aprovação de um projeto de construção, um grupo ocupou o terreno e organizou atividades de arte e cultura. O espaço urbano torna-se cenário de conflito com desdobramentos lúdicos e disputas políticas.

Palavras-chave: Ativismo. Apropriação do espaço público. Ação direta. Comuns urbanos.

Abstract

A new type of appropriation of urban spaces is emerging in São Paulo, Brazil. The use of bicycles, the planting of communal gardens and the organization of street parties are part of a phenomenon that gains strength along with direct action of urban activism. These groups aim to discuss the everyday life in cities and seek new ways of building urban spaces. This paper analyzes territories that resistance groups occupy as part of their direct actions and activism. The “Minhocão” is currently a public space with two functions: a highway with 2.1 miles in length that people use as an urban park at night and in weekends. “Parque Augusta” is a private plot of land neighbors and collectives claim as a public green area. As a strategy to preserve the remaining vegetation of the Atlantic Forest, a coalition of activists occupied the land and organized art and culture activities. The urban space becomes a scene of conflicts, with playful developments and political disputes.

Keywords: Activism. Appropriation of public space. Direct action. Urban common.

*Arquiteta e urbanista atuou em projetos no Brasil, Chile, Angola e Espanha, entre as principais atividades, no escritório de Héctor Vigliecca - Operação Urbana Moooca Vila Carioca; Alameda Providencia, Chile; e Complexo Olímpico de Deodoro, Rio de Janeiro e na Secretaria de Habitação de São Paulo e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra.

Introdução

Recentemente em São Paulo surgem ativismos importantes no sentido de incentivar questões sobre o destino da cidade e dos espaços públicos e privados que a compõem. As origens desses grupos têm o mesmo contexto da crise de representatividade política que entrou em erupção no Brasil com os protestos de junho de 2013. Naquela época, as pessoas criticavam o sistema democrático, mas as manifestações foram definidas muito mais pela sua forma de desenvolvimento do que pelo seu conteúdo: dentro da conjuntura de submissão das políticas públicas aos interesses econômicos, a visão do Estado¹ se esgota para muitas pessoas, assim algumas delas partem para uma dinâmica de ações coletivas e ocupações do espaço urbano. As reivindicações ganharam visibilidade mediante mobilizações planejadas a partir das redes sociais e “colocar o corpo” na rua foi um importante instrumento de resistência. Nesse contexto, foram organizadas assembleias públicas, táticas diretas e de resistência no espaço urbano.

Em 1968, quando Henri Lefebvre (2001) cunhou a expressão “direito à cidade”, ele abriu caminho para repensar a caracterização da cidade entendendo-a como algo além de um subproduto da industrialização. O direito à cidade seria o direito à emancipação humana. Para o autor, a cidade era normatizada e planejada de modo a restringir a qualidade de vida. O cotidiano era programado e sem espontaneidade, feito de trajetos controlados entre a casa e o trabalho. Nas últimas décadas, os movimentos sociais vêm lutando pelo fortalecimento dos serviços públicos, proteção social e direito do trabalho. Contudo, com a guinada neoliberal a partir dos anos 1980 e a crescente privatização de propriedades e serviços estatais, o interesse comum aparece como uma nova forma de contestar o capitalismo e exigir maior acesso democrático. Conforme analisa Harvey se acentua uma dualidade entre o interesse comum e daquele defendido pelo Estado (HARVEY, 2014, p. 154):

1. O Estado de Bem Estar Social nunca existiu no Brasil, porém as reivindicações sociais coletivas estão calcadas em aspectos como participação, provisão e regulação.

Com que frequência os projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo Estado em nome do interesse comum quando, na verdade, os verdadeiros beneficiários são alguns proprietários de terras, financistas e empreiteiras?

Nesse contexto surge uma nova dinâmica de gestão coletiva. De tal modo, a atual definição dos movimentos urbanos do século XXI, defendida por Dardot e Laval (2017), parte dos membros da sociedade que adotam medidas solidárias. O cidadão pertence à uma comunidade política e atua diretamente, ou seja, faz além de gozar de seus direitos. A lógica envolve um sentido social que é diferente das medidas de provisão de Estado. A dimensão do agir compreende a participação, decisão e gestão direta do que é “posto em comum”. Uma das questões desses movimentos é orientar o serviço público para a gestão comum solidária e afastada do exercício de poder. O comum corresponde aquilo que deve ser protegido da apropriação capitalista e da lógica de propriedade. É também um princípio político, não a ser atribuído, mas a ser instituído.

Nota-se que a questão dos comuns é bastante ampla, não se limitando aos espaços públicos ou aos bens públicos. São itens que executam uma função essencial na vida coletiva. Uma das maiores preocupações atuais é que bens naturais essenciais para a vida humana – como água, costas, rios e florestas – estão correndo o risco de ser privatizados. Essa preocupação não

é diferente no espaço das cidades. Os comuns urbanos incluem os chamados bens e serviços públicos, como: parques, meios de transporte, sistemas de saneamento, coleta de lixo, universidades e escolas públicas.

Na cidade contemporânea capitalista, os espaços públicos construídos por meios oficiais são cada vez mais empobrecidos de diversidade, voltados para o consumo e circulação territorial. Produzida enquanto mercadoria, existe uma tendência de domínio da dimensão econômica, desde os espaços de uso público até às novas formas de moradia e trabalho (HARVEY, 2014).

O presente artigo analisa dois territórios na região central de São Paulo que contém aspectos da vida cotidiana, aspirações sociais e disputas urbanas, essenciais para a reinvenção do espaço público contemporâneo. O primeiro, o “Minhocão” é um espaço público de dupla função: uma via expressa elevada de ligação centro-oeste de 3,4 km de extensão que é usada como espaço de lazer à noite e nos finais de semana. O segundo espaço, o “Parque Augusta” é um terreno privado reivindicado por vizinhos e ativistas como uma área verde.

O trabalho é parte de pesquisa realizada para tese de doutoramento. Como metodologia, foi desenvolvido utilizando cinco ferramentas de análise essenciais, que se sobrepõem: escala espacial, temporalidade, narrativas, questões e referencial teórico. A investigação analisa o território urbano

em transformação, busca redesenhar e compreender os diferentes fenômenos, práticas e narrativas que ocorrem através das tensões cotidianas entre as diferentes escalas espaciais e temporais.

A escala espacial é o conhecimento que pode ser extraído do território que é observado. Na temporalidade, a pesquisa tem seu recorte em um fenômeno relativamente recente em São Paulo: são alternativas para o urbanismo contemporâneo que têm sua origem nas atividades de resistência e insurgência urbana.

As narrativas não são fenômenos em si mesmos, mas contribuem para uma descrição. As histórias que surgem podem ser usadas para entender o que não é documentado institucionalmente. As formas de narrativas podem dizer muito sobre o processo de ação coletiva e suas táticas. As entrevistas pessoais e a análise dos arquivos de áudio, vídeo e conferência disponíveis ajudaram a traçar uma trajetória e a estabelecer um perfil. Os questionamentos exploram diferenças e lacunas na investigação. O trabalho de pesquisa suscita a reflexão sobre um novo significado do espaço comum, público ou privado, por meio do inventário das diversas iniciativas e dos temas que cada um deles provoca.

É necessário fazer um exame exploratório de conceitos e proposições, em nível bibliográfico, com respeito aos autores que possam esclarecer o objeto da investigação. O objetivo é extrair um arcabouço teórico essencial para a análise dos dados.

A pesquisa utiliza uma base de múltiplas fontes de informação: publicações em jornais; documentos oficiais do poder público; fotos e documentos dos coletivos; entre outros. O trabalho tem uma abordagem analítica: com a exposição de diferentes iniciativas e o uso das ferramentas acima mencionadas, o objetivo é descrever o fenômeno do ativismo na construção da cidade contemporânea de São Paulo, onde se reivindica o direito à cidade, adotando táticas de ação direta e apropriação urbana.

Elevado Minhocão

O primeiro espaço de experiência ativista analisado é o Elevado Minhocão: uma via elevada de dupla função: parte do dia é uma via expressa de circulação de veículos e à noite e nos fins de semana é apropriada pelas pessoas que desenvolvem atividades recreativas e culturais no local. Vias expressas para o uso do automóvel individual foram criadas a partir dos anos 50 com o objetivo de organizar e resolver o transporte nas cidades. O objetivo principal era promover e garantir o desenvolvimento urbano. No entanto, anos mais tarde, foi possível verificar que esse tipo de solução acelerou o crescimento periférico e o abandono das áreas centrais. Na verdade, a paisagem se deteriorou em muitas cidades do mundo devido a esse tipo de medida.

Em São Paulo, a via elevada, popularmente conhecida como “Minhocão”, foi um projeto imple-

mentado em 1971. Em seus 3,4 km de conexão centro-oeste foi construído em uma região bastante edificada e anteriormente valorizada. Pode-se dizer que, desde o seu início, foi uma obra que desvalorizou os edifícios do entorno, devido à sua construção ser muito próxima aos imóveis existentes. Erguido a apenas cinco metros de distância das fachadas vizinhas, impede a abertura de janelas dos edifícios devido à poluição sonora e atmosférica. Não obstante, com o modelo de espraiamento urbano, toda a região do antigo centro de São Paulo passou por cerca de três décadas desvalorização.

Por muitos anos a estrutura do elevador representou um limite no tecido urbano entre bairro de classe média e alta, e uma região central mais pobre e esvaziada. Esse espaço público acolheu uma população de perfil vulnerável como moradores de rua, catadores de material reciclável, profissionais do sexo e dependentes químicos. É possível dizer esse cenário vem mudando na última década e os bairros agora passa por um processo de valorização com intensa apropriação do espaço público e a chegada de novos empreendimentos imobiliários (ASSUNÇÃO, 2016).

A apropriação desse espaço público para atividades esportivas e de lazer é anterior ao recente processo de transformação. Em 1989, em resposta à crescente pressão popular, a via deixou de funcionar de noite e nos fins de semana, preservando o repouso noturno dos vizinhos em to-

dos os dias úteis e permanecendo fechada aos domingos e feriados. A partir desse momento, sendo fechado para os carros, o espaço passa a ser usado espontaneamente pelos habitantes da região, carente em espaços públicos abertos.

É interessante observar sobre território do Minhocão que o espaço, com pouca ou nenhuma infraestrutura, permite uma variedade de usos espontâneos. Isso o torna um espaço atrativo para a apropriação de lazer. Hoje, acolhe atividades esportivas e artísticas, como dança e teatro. Também é bastante usado para caminhada e ciclismo. Os “guardrails” de segurança são utilizados como bancos de concreto para descansar e tomar sol. O único mobiliário urbano permanente são as lixeiras que estão instaladas nos postes de iluminação pública. Uma placa com um símbolo de praia divulga a hashtag “praia de paulista”. Vendedores informais estão presentes no local, muitos trazem guarda-sol de praia, outros encontram alguma sombra nos prédios ou nas árvores. Eles criam pequenas áreas de repouso onde as pessoas podem beber uma água de coco gelada. Toda a acessibilidade para pessoas é proporcionada por rampas projetadas para carros. Também é comum o uso para convívio de animais domésticos. Há atividades de turismo, grupos percorrem acompanhados por guias, pois, a partir daí, pode-se admirar edifícios históricos emblemáticos desde uma nova perspectiva.

É possível dizer que diversas iniciativas ativistas

recentes contribuíram para o incremento dessa atividade. Simultaneamente a ocupação espontânea, entre 2011 e 2014, um grupo de jovens ativistas do Movimento Baixo Centro realizou vários eventos de ocupações artísticas e intervenções temporárias. O coletivo trazia a bandeira “as ruas são feitas para dançar”, procurava engajamento comunitário e uma mudança de atitude social. Os atos de apropriação criticavam ações polêmicas durante a gestão municipal Kassab (2006-2012), como remoções na Cracolândia, Projeto Nova Luz, e cassação de licenças de vendedores ambulantes.

O grupo realizou várias iniciativas de ocupação do Minhocão e outros espaços públicos do centro, de forma colaborativa. Esses ativistas tiveram a ambição de encorajar as pessoas a se apropriarem da cidade. Em intervenções temporárias, eles usaram tapetes de grama artificial, cadeiras de praia e piscinas desmontáveis. Em 2012, um grande evento colaborativo foi organizado pela primeira vez, com financiado tipo crowdfunding. Durante três anos seguidos, o Movimento Baixo Centro produziu festival nas ruas, com centenas de apresentações culturais gratuitas.

Além dos festivais, o movimento organizou atos de apropriação em formato de Festa Junina, tinham como objetivo principal incentivar a apropriação sociocultural e ativar a cooperação da comunidade local. A organização foi repetida durante três anos, cada ano o grupo trazia um tema urbano para debate público. O movimento de gestão ho-

rizontal não desejava adquirir um carácter institucional de organização. Desde o princípio, os ativistas se surpreenderam com a presença massiva de jovens de outras regiões da cidade. Segundo eles, foi possível notar que o espaço estava ganhando visibilidade, e adquirindo características de gentrificação. Por diversos motivos, optaram por deixar de organizar os eventos.

Ainda no mesmo ano de 2013, um grupo de amigos fundou a “Associação Parque Minhocão” com o objetivo específico de influenciar a decisão do poder público para interromper definitivamente o uso rodoviário do Minhocão e transformá-lo em um parque elevado para as pessoas. Não é uma associação de bairro, são ativistas que têm sua demanda bem definida: a criação de um parque na via elevada. Durante a Bienal de Arquitetura, o grupo viabilizou uma exposição sobre o Parque High Line, Nova York. A sede da associação, um apartamento junto ao elevado, evidenciava a possibilidade de transformação do viário. Após poucos meses de atuação, conseguiu apoio de vereadores para apresenta um projeto de lei² para a criação do Parque. Segundo o texto da proposta, a implantação ocorreria progressivamente por meio da restrição de tráfego.

Nessa época, início de 2014, dois ativismos de ideários diferentes entre si surgem como resistência à criação do Parque. Um dos ativistas do “Movimento Baixo Centro” mobilizou na internet uma discussão sobre o processo de gentrifi-

2. Projeto de Lei Municipal n.10/2014.



Figura 1. Minhocão: Apropriação espontânea de uma via expressa elevada em São Paulo (3 de abril de 2017). Fonte: Elaboração própria

cação. Assim foi criado o “Movimento SP sem Minhocão”, que busca fomentar uma discussão ampla em torno do tema de transformação territorial e regulação estatal no sentido de manutenção do tecido sociocultural.

O outro grupo de oposição é o “Movimento Desmonte Minhocão”, um braço do Conselho de Bairro - Conseg, defende os interesses do bairro de classe média-alta de carácter conservador. Acredita que a retirada da enorme estrutura seria a opção mais adequada para recompor o tecido físico do bairro. A disputa dificultou a aprovação da lei naquele momento. Foi realizado um fórum de discussão pública entre os diferentes grupos da Sociedade Civil Organizada, porém o diálogo não foi conclusivo.

Entre 2014 e 2015, alguns grupos de ativistas culturais continuaram a usar o espaço público para eventos colaborativos. Dentro desse contexto, um dos itens mais criticados pelo Conselho de Bairro - Conseg foi uma suposta insegurança de uso do espaço em eventos. Esse grupo, que se caracteriza por uma atuação judicial, instruiu três Inquéritos Cíveis³ no Ministério Público. E embora nenhum incidente associado à insegurança tenha sido relatado no local, desse modo, logrou que a justiça proibisse a organização de todos os tipos de eventos neste espaço público, como festas, festivais, feiras, blocos de carnaval, entre outros.

Entre 2015 e 2016, nos dois últimos anos da gestão Haddad (PT), a Associação Parque Minhocão con-

quistou vários avanços por meio de atuação política, aos poucos foram sendo aprovadas várias leis que alteravam o uso do espaço, tais como: (i) extensão do horário de funcionamento do Parque aos sábados e dias de semana, o viário está interdito para os carros por mais tempo; (ii) denominação oficial, quando fechado para carros, o espaço recebe o nome de “Parque Minhocão”; (iii) a incorporação de uma diretriz de implementação do Parque no conteúdo do Plano Diretor (Figura 1).

Entre 2017 e 2018, durante a gestão Dória (PSDB), a associação consegue a aprovação da legislação⁴ que oficializa a criação do Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado. O texto foi alterado a partir da proposta de 2014, incluindo a necessidade de criação de Conselho Gestor, Projeto de Intervenção Urbanística, com opção de transformação em parque completo ou parcial da estrutura física, e instrumentos para a viabilidade financeira. A lei também alterou gradativamente, o uso do espaço para os carros. O tráfego fica autorizado apenas em horário de pico estabelecido pelo rodízio municipal, como consequência estende o funcionamento do Parque inclusive em feriados e períodos de férias escolares, em julho e janeiro. A trajetória de transformação do espaço é um assunto complexo e certamente no futuro próximo não será uma história isenta de disputas e impactos.

Parque Augusta

3. Inquéritos civis n. 43.0279.0000153/2016; n. 43.279.363/2015-9; e n. 14.279.295/2014.

4. Lei Municipal de São Paulo n. 16.833/2018 (sancionada com base no Projeto de Lei n.10/2014).

O segundo espaço analisado, o terreno conhecido como Parque Augusta, corresponde a uma área de 24.750 m² de propriedade privada. Localizado no centro de São Paulo, o espaço mantém remanescente de mata atlântica nativa, o bosque ocupa cerca de 40% da propriedade. Além disso, a história do lugar tem memória coletiva e significado para a opinião pública. De 1907 até a década de 1968, abrigou as atividades de uma escola de meninas tradicional, o Colégio Des Oiseaux. Quando o edifício histórico foi demolido, a área tornou-se objetivo de vários decretos; como de utilidade pública e de preservação das árvores, espécies nativas de Mata Atlântica, e dos remanescentes do edifício.

Como parte deste contexto restritivo, os proprietários assinaram um Termo de Compromisso, junto com a Prefeitura, que os obriga a permitir o acesso livre e gratuito da população ao lote, mantê-lo e preservá-lo. Por outro lado, o lote foi objeto de várias tentativas mal sucedidas de implementação de projetos imobiliários. Por quase quatro décadas sem edifícios, a propriedade ficou com as portas abertas e foi usada como parque pelos vizinhos.

A primeira iniciativa ativista realizada pela Sociedade Civil Organizada a favor da criação do Parque Augusta ocorreu em 2001. A associação de bairro Samorcc realizou uma campanha para coletar assinaturas solicitando ao município a implementação do parque público. Outro grupo surgiu em 2004, com o objetivo específico de

reivindicar essa demanda, desde o início da sua criação, os Aliados do Parque Augusta organizaram manifestações e eventos com o objetivo de defender a criação do parque. Em 2006, o grupo conseguiu coletar 15 mil assinaturas, em uma ação conjunta com a Samorcc. Com essa tática, obteve apoio político para apresentar na Câmara Municipal um projeto de lei⁵ para a criação do parque. No entanto, o mesmo não foi levado para votação naquele momento.

Em 2011, os ativistas criaram o piquenique no asfalto, uma mistura de encontro social e ato de reivindicação. O evento acontece todos os anos e envolve diversos grupos de ação a favor da causa. Em cada edição, como forma de protesto, as pessoas impedem a circulação de veículos na rua em frente ao lote, chamando a atenção para a área verde pública. De forma colaborativa, os grupos organizam toalhas de alimentos e bebidas para consumi-los enquanto estão sentados ocupando o asfalto. Nessas ocasiões, acontecem apresentações de música.

No contexto das manifestações de junho de 2013 no Brasil, muitos jovens foram às ruas em busca do direito à cidade e de acesso ao território urbano. No caso do Parque Augusta, um grupo de jovens ouviu os protestos de grupos menores e decidiu reivindicar a preservação desta área verde. O grupo de ativistas ocupou o terreno em dois eventos durante o mês de dezembro de 2013. Nessas ocasiões, como nova tática de resistência, festi-

5. Projeto de Lei Municipal n. 345/2006.



Figura 2. Parque Augusta: Ocupação a favor da criação de área verde pública (19 de janeiro de 2015). Fonte: Elaboração própria.

vais de arte e cultura foram organizados em favor da criação do parque: debates, refeições, oficinas, apresentações de teatro e de música. É interessante observar que os três grupos principais que atuam na causa do Parque Augusta são de perfis bastante diferentes, pode-se dizer que compõem uma pluralidade ideológica. No entanto, eles reivindicam conjuntamente por meio de uma bandeira unificada: eles defendem que o espaço seja verde em sua totalidade e são contra a construção de edifícios, ou seja, eles são claramente opostos ao empreendimento imobiliário.

Como resposta à crescente pressão popular, em 23 de dezembro de 2013, a lei municipal⁶ que promulgou a criação do Parque Augusta foi sancionada. A iniciativa utilizou o projeto de lei que esperava votação desde 2006, preparado pelos movimentos anteriores. Essa lei oficializou o parque no papel, mas não regulamentou mecanismos legais e financeiros para permitir sua implementação. Além disso, o lote é privado e a administração municipal na época, Haddad (PT, 2013-2016), argumentava que não pretendia gastar uma grande quantidade de fundos públicos em uma desapropriação, na região central, já bastante dotada de infraestrutura em relação ao resto da cidade.

Apesar do contexto de aprovação da lei, sancionado após o fervor das manifestações daquele ano, em 28 de dezembro de 2013, cinco dias após a aprovação, as construtoras fecharam as portas do lote para o público. Nessa época, mesmo após

o fechamento dos portões do local, os ativistas continuaram atuando dentro e fora do terreno. O grupo maior que surgiu no meio dos protestos de junho desse mesmo ano foi formalizado: o movimento Organismo Parque Augusta, que se autodenomina como coletivo de resistência urbana autogerido e horizontal. Os ativistas, que buscam garantir a existência de verde no urbano, idealizam o Parque Augusta como um laboratório de práticas urbanas ambientais, educacionais, culturais e sociais. Seria uma escola com práticas de permacultura, jardins urbanos, aulas públicas, cinema, festivais e atividades autogeridas.

Como táticas de ação, se organizam em assembleias semanais, grupos de trabalho e ações diretas na rua. O movimento não tem sede, e se reúne de preferência em espaços públicos. A Praça Roosevelt, após o fechamento do terreno, é bastante utilizada por estar próxima ao local. A mobilização da rede social é a estrutura central da organização, que tem 26 mil seguidores em sua página do Facebook (Figura 2).

O movimento Organismo Parque Augusta, em seu primeiro momento, teve como referência os ativistas do Parque Gezi, na Turquia. Em 2013, o parque no centro de Istambul seria transformado em um centro comercial. Ambientalistas protestaram contra o processo de transformação urbana. O movimento se espalhou por meio das redes sociais entre milhões de pessoas em todo o país, abraçando diversas causas. Os grupos

6. Lei Municipal n. 15.941/2013.

de ativistas do Parque Augusta e do Parque Gezi trocaram experiências que vão desde a ocupação cultural e espacial até formas de resistência contra possíveis atos de violência policial.

Durante o ano de 2014, o movimento Organismo Parque Augusta continuou a organizar eventos e assembleias no terreno, mas em menor escala. Foi em janeiro de 2015, em uma tentativa de resistência, que os ativistas abriram as portas que permaneceram fechadas desde dezembro de 2013 e ocuparam a área em protesto de vigília. Entre outras coisas, acusavam os proprietários de crime ambiental e ressaltaram que a área estava ilegalmente fechada. A ocupação de 2015 teve um caráter cultural, no formato do festival, ganhou o nome de “Verão Parque Augusta” e contou com uma programação de diversas atividades e apresentações artísticas. O objetivo da ocupação foi tornar visível a causa e consolidar a ideia de parque na imaginação coletiva da cidade.

Dois meses depois, em 4 de março de 2015, houve o ato de reintegração de posse. Quatro ativistas resistiram e houve violência policial. Porém a maior parte do grupo deixou de forma pacífica e partiu em manifestação em direção a Prefeitura. Embora a área do Parque Augusta seja de propriedade privada, há uma série de irregularidades de ênfase pública, como o fechamento da área de acesso público, desde 2013 e a falta de conservação da mata e remanescentes do edifício histórico. Logo após o processo de reintegração de

posse, o Ministério Público procurou os ativistas para abrir um inquérito civil e investigar possíveis danos ao patrimônio e bosque protegidos, bem como para examinar o processo de obtenção de licenças dos proprietários junto a prefeitura.

A partir desse momento, o perfil dos ativistas do movimento Organismo Parque Augusta foi modificando-se aos poucos. Ele deixou de ser representado por um perfil mais jovem e mais artístico e foi composto por um perfil mais maduro e técnico. Do mesmo modo, houve uma mudança importante nas táticas de ação. Por outro lado, vários órgãos municipais suspenderam os procedimentos em andamento para obtenção de licenças, considerando a existência da ação civil pública. A partir de então, houve diferentes tentativas de reconciliação judicial. Nas negociações promovidas pelo Ministério Público, durante a gestão Haddad (2013-2016) foram feitas tentativas de desapropriação não onerosa e negociação do valor de venda, sempre rejeitadas pelas empresas construtoras.

Nas tentativas de decisão durante a gestão Dória (PSDB- 2017), tratou-se da possibilidade de permuta onde o terreno privado seria trocado por um terreno público de interesse das construtoras. A propriedade municipal localizada em área de várzea no Rio Pinheiros, também apresenta interesse coletivo. A estratégia público-privada não foi aprovada pela maioria dos grupos que atuam na causa. No entanto encontrou aderência na associação de

bairro Samorcc, o que possivelmente causou uma fissura pontual dentro da coalizão do movimento.

Em 10 de agosto de 2018, durante a gestão Bruno Covas (PSDB- 2018), foi assinado um acordo pela aplicação do instrumento urbanístico de transferência de potencial construtivo. Bastante utilizado para estimular a preservação do patrimônio histórico edificado, o instrumento ainda não foi utilizado em áreas de preservação ambiental. Sua aplicação envolve a doação da propriedade do terreno que se tornaria público e traria um novo marco regulatório de interesse coletivo para a cidade. A transferência da propriedade do terreno é uma grande conquista para o movimento, porém a questão da gestão e construção do espaço de modo colaborativo ainda é um processo de disputa em aberto. O acordo prevê investimentos das construtoras na área e entorno, como forma de pagamento de multa, e a abertura do terreno prevista para 2020. No momento, o grupo pretende seguir com estratégias de atendimento do interesse coletivo por meio do Ministério Público.

Desde 2014, o aspecto ambientalista do movimento Organismo Parque Augusta foi fortalecido em defesa de uma rede de parques em São Paulo. Assim, surgiu um movimento de causa ambiental mais ampla, denominado “Rede Novos Parques SP”. Atualmente, defende a preservação de 48 áreas verdes dentro da cidade. Como principal instrumento para a implantação das áreas, busca a aplicação da desapropriação compulsória em casos de dívida ativa.

Conquistas, ambiguidades e contradições

A controvérsia maior que pode surgir, está no tipo de poder que estes ativismos podem exercer dentro do processo de produção da cidade. Podem surgir contradições e ambiguidades entre táticas ativistas e processo de transformação territorial. No espaço público do Minhocão é interessante observar como sem nenhuma alteração na estrutura física foi possível transformar a intensidade de uso do espaço. Antes considerado degradado passou a ser um dos espaços mais procurados na cidade para atividades de lazer aos finais de semana. O legado positivo é a criação, sem nenhum investimento público direto, de um espaço público de âmbito metropolitano, de caráter lúdico, esportivo e de interação social ao ar livre. Depois de seis anos de atuação, pode-se dizer que os ativistas conquistaram uma transformação no imaginário coletivo.

Conforme defendido por Zukin (2010), a retomada das ruas representam um ato de autenticidade, trazendo a vitalidade e diversidade de usos desejada as áreas centrais. Porém esse processo de “revitalização” acarreta no deslocamento dos pobres. Segundo a autora, aliada à cultura de lazer predatório, foi criada uma estratégia de transformação urbana para deslocar os investimentos dos shopping centers e dos subúrbios para as áreas centrais. Assim, são criados espaços urbanos abertos mais atrativos – como parques, teatros, museus e gastronomia – que exibem um

produto criativo exclusivo de centro de cidade e buscam um público mais amplo, fora do período territorial (ZUKIN, 2010, p.4):

Bistrôs substituem bodegas, bares de coquetéis transformam antigos botecos, e no bairro como um todo aparece um tipo diferente de sociabilidade [...] Quem pode dizer, no entanto, que esses novos espaços não são autênticos? Novas lojas e novas pessoas produzem novos territórios urbanos, localidades com um produto cultural específico e caráter que pode ser comercializado em todo o mundo, atraindo turistas e investidores e tornando a cidade segura, embora não seja barata, para a classe média.

Assim as cidades que vivenciaram o modelo de espraiamento, presenciam uma diferença entre o tecido físico e social no centro. Renovar o tecido físico, muitas vezes significa perder em tecido social, assim a autora defende que as cidades estão perdendo sua “alma”, ou seja, sua diversidade enquanto espaço de expressão social.

Contraditoriamente, é sabido o aspecto gentrificador da criação de parques e espaços públicos atrativos (HARDT; NEGRI, 2016: 180 e ZUKIN, 2010: 10). No Minhocão, as primeiras experiências aparecem de movimentos artísticos e posteriormente surgem táticas de atuação política. Conjuntamente à isso, a região assistiu a chegada massiva de novos empreendimentos privados no entorno, como edifícios residenciais e cultu-

rais. Processos de gentrificação similares foram assistidos em diversas cidades do mundo. No Minhocão, recentemente o Poder Público apareceu enquanto agente ligado ao processo de produção da cidade por meio de mudanças nas leis à favor do parque e atuação social na região conhecida como Cracolândia.

O Minhocão representou por décadas um limite claro, entre uma área mais valorizada e outra mais pobre, na região do centro da cidade, essa fronteira já se diluiu de maneira sensível. Recentemente, o município estabeleceu a previsão de um Projeto de Intervenção Urbanístico, que ainda não foi apresentado. É urgente o estabelecimento de medidas regulatórias e projetos habitacionais na região central de São Paulo. Essa disputa é um processo complexo que ainda não terminou.

No caso da luta pelo Parque Augusta, o processo de resistência em terreno privado marca um processo inédito de luta contra a construção da cidade pautada unicamente por interesses econômicos. A sociedade civil organizada logrou unir um amplo leque de ideários em torno de uma luta única de interesse público. Além disso, buscaram-se soluções em instrumentos urbanísticos inéditos, diferentes da desapropriação onerosa. Outra conquista é reunir movimentos locais em uma rede de atuação ambientalista na Rede Novos Parques, esse desdobramento aborda o tema ambiental bastante urgente na metrópole.

Contraditoriamente, a presença de um maior interesse coletivo acarretou no fechamento ilegal do terreno privado pelos proprietários. É um processo de disputa que dura há várias décadas e ganhou força junto às manifestações de 2013. A área de uso público que foi apropriada pelos vizinhos e utilizada como Parque desde a década de 70, agora permanece fechada há mais de quatro anos. Durante este período recente a população está proibida de utilizar o espaço, além disso, a falta de uso é propensa à degradação da área.

Embora seja um terreno privado, são questionadas na justiça irregularidades no processo administrativo municipal e no Termo de Compromisso no que tange a aspectos de utilidade pública e preservação da área. O movimento atuou com táticas de ocupação até 2015, mas atualmente busca uma resolução por meio judicial. A maior ambiguidade que pode surgir está no processo de decisão encontrar uma solução satisfatória na escala local e prejudicial à escala municipal, como por exemplo, no caso de comprometimento de fundos públicos com grande quantidade de investimentos na área central ou no caso de permuta por outra propriedade municipal de interesse coletivo.

No caso do Parque Augusta, a conquista de propriedade pública, não implica necessariamente em atendimento dos interesses coletivos. Em ambos os territórios, outra contradição aparece caso seja concretizada a proposta de privatização dos parques defendida pela atual gestão

municipal. Se isso acontecer, conforme defendido por Harvey (2014) e Dardot e Laval (2017), a luta pelo bem comum é constante no sentido de manter a gestão colaborativa no espaço, mesmo após a conquista enquanto propriedade pública. É importante dizer que a região do entorno do Parque Augusta, assim como o Minhocão, também foi valorizada recentemente. Conforme observado, a luta ativista pela transformação da cidade não priorizou vínculos com pautas de políticas habitacionais, e outros temas referentes à manutenção do tecido sociocultural, assuntos urgentes na região central.

Comparando-se o tipo de atuação, nos dois territórios estiveram presentes diferentes táticas e estratégias ativistas, de aspecto artístico e cultural, ambiental, político e judicial. No Minhocão foi possível observar que grupos que representam uma pluralidade ideológica atuaram por meio de estratégias diferentes. Atualmente a associação de causa específica alcança mudanças nas leis por meio de uma aliança política com vereança. Enquanto isso, o Conselho de Bairro - Conseg, busca inibir a apropriação espontânea para atividades de lazer mediante práticas de ativismo judicial junto ao Ministério Público Estadual. A justiça proibiu o uso do espaço para eventos em 2015, hoje em dia, o grupo busca a proibição total de uso por pessoas. No Parque Augusta em São Paulo, o Ministério Público mediante Ação Civil Pública aparece no sentido de ponderar a questão em terreno privado entre os diversos atores

envolvidos: Sociedade Civil Organizada (pauta unificada), empreendedores e gestão municipal.

Considerações finais

O artigo explora a ideia da presença de ativismos revelarem novas formas de ver e usar o espaço urbano, consolidando um tipo inédito de apropriação espontânea e transformação coletiva da cidade de São Paulo. O trabalho relaciona a tensão entre a institucionalização e a liberdade de ação existente na disputa pelos espaços urbanos. Ao longo do tempo, nos espaços analisados, foi possível verificar que a maioria das ações ativistas parou de utilizar táticas de ação direta e passou a adotar estratégias de ação mais institucionalizadas.

Em seu momento, os ativistas do Movimento Baixo Centro implementaram formas de resistência e ativação do território de Minhocão. No entanto, posteriormente surgiu a Associação Parque Minhocão que atua principalmente por meio de abordagem política e midiática, com o objetivo de influenciar a decisão e pressionar o poder público a destinar definitivamente o espaço público para as pessoas. E o Conselho de Bairro - Conseg que busca exercer poder por meio judicial.

No Parque Augusta, o perfil jovem do movimento, horizontal e autogerido, Organismo Parque Augusta - OPA foi mudando com o passar do tempo. Deixou

de integrar um perfil ativista mais artístico e passou a ser composto por um perfil técnico mais maduro. Recentemente, atua com uma abordagem judicial junto ao Ministério Público, que ainda não possui resultados para a questão. É interessante notar que existem diversos grupos atuando na causa, de pluralidade ideológica, desde sempre almejavam uma certa colisão e unificação da pauta. Por outro lado, essa causa deu origem a um outro movimento que atua na questão ambiental em escala municipal. Denominado Rede Novos Parques SP, o grupo está em defesa de uma rede de parques em São Paulo e articula movimentos locais dentro de um cenário de recuperação ambiental.

Durante a investigação, foi possível identificar que nos territórios analisados, surgiu um tipo de ativismo de ação direta, caracterizado principalmente pela apropriação cultural da cidade. Foi possível comprovar que esse tipo de ocupação de gestão colaborativa foi emblemática para a construção urbana e a reconquista do espaço público. No caso de São Paulo, não se tratava apenas de vizinhos e grupos de ativistas urbanos que realizavam intervenções de baixo custo financeiro e alto valor social. Mas também, uma nova discussão a longo prazo sobre o processo de construção do espaço comum, ou o tipo de urbanismo e projeto urbano que se aspira coletivamente. Em um território de disputa local, os grupos desejam construir um novo paradigma urbano capaz de incorporar práticas colaborativas cidadãs.

A luta pelo comum definida por Harvey (2014) e Dardot e Laval (2017) é um processo de resistência contínuo, vinculado à apropriação comunitária e construção coletiva do espaço. Os ativistas pressionam o Estado mais ao mesmo tempo agem com uma certa autonomia. Em seu momento, os grupos autônomos analisados formaram uma base de atuação ampla e diversa: artística, cultural, de urbanismo tático, ambiental, permacultura urbana, entre outros. Conseguiram atingir um grande número de adeptos à ocupação do espaço público da área central. Consolidaram um repertório de atuação, uma nova forma de luta pela cidade. Foram organizados de modo horizontal, e mobilizados pela internet. Incentivaram ações lúdicas, festa, piqueniques, encontros sociais, shows, apresentações artísticas, caracterizando-se por uma apropriação política apartidária, festiva e descontraída. Tiveram importância de formar espaços de experimentação, laboratórios de construção urbana e cidadã.

Referências:

ASSUNÇÃO, Eduardo L. de Lima. **Minhocão e arredores:** construção, degradação e resiliência. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orienta-

ção Abílio Guerra. São Paulo: 2016.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum:** Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum.** São Paulo: Editora Record, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson. Boitempo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZUKIN, Sharon. **Naked city:** The death and life of authentic urban places. Oxford University Press, 2010.



Estrutura

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

São Paulo, Brasil

Reitor

Ricardo Cançado Gonçalves de Souza

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo

Profa. Dra. Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos

Editores

Profa. Dra. Eneida de Almeida

Prof. Dr. Fernando Guillermo Vázquez Ramos

Conselho Curador

Professores Doutores: Adilson Costa Macedo, Ana Paula Koury, Andréa de Oliveira Tourinho, Edite Galote Carranza, Eneida de Almeida, Fernando Guillermo Vázquez Ramos, Luís Otávio Pereira Lopes de Faria Silva, Maria Carolina Maziviero, Maria Isabel Imbronito, Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Costa Macedo (USJT, Brasil), Prof. Dr. Alejandro Ochoa Vega (UAM-Xochimilco, México), Prof. Dr. Alessandro Castroviejo Ribeiro (UPM, Brasil), Profa. Dra. Ana Paula Koury (USJT, Brasil), Profa. Dra. Anália Amorim (USP e Escola da Cidade, Brasil), Profa. Dra. Ana Esteban Maluenda (ESTAM, Madrid), Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima (UPM, Brasil), Profa. Dra. Anna Paula Canez (UniRitter, Brasil), Profa. Dra. Andréa de Oliveira Tourinho (USJT, Brasil), Profa. Dra. Angélica Tanus Benatti Alvim (UPM, Brasil), Prof. Dr. Artur Simões Rozestraten (USP, Brasil), Prof. Dr. David Moreno Sperling (IAU, Brasil), Profa. Dra. Edite Galote Carranza (USJT, Brasil),

Profa. Dra. Eulália Portela Negrelos (IAU, Brasil), Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves (USP, Brasil), Profa. Dra. Fernanda Fernandes da Silva (USP, Brasil), Profa. Dra. Laís Bronstein (UFRJ, Brasil); Prof. Dr. Luís Otávio Pereira Lopes de Faria Silva (USJT, Brasil), Prof. Dr. Marcio Cotrim (UFPB, Brasil), Profa. Dra. Maria Carolina Maziviero (UFPR, Brasil), Profa. Dra. Maria del Carmen Ramírez Hernández (UAM-Xochimilco, México), Profa. Dra. Maria Isabel Imbronito (USJT, Brasil), Prof. Mauricio Cárcamo Pino (UdeChile, Chile), Prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar (IAU, Brasil), Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo (USP, Brasil), Profa. Dra. Myrna de Arruda Nascimento (USP e Centro Universitário SENAC, Brasil), Profa. Nidia Maidana (FADU-UNL, Argentina), Profa. Dra. Paula De Vincenzo Fidelis Belfort Mattos (USJT, Brasil), Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka (IAU, Brasil), Profa. Dra. Patrícia Cezario Silva (UFABC, Brasil), Profa. Dra. Patricia Rodrigues Samora (PUC-Campinas, Brasil), Profa. Dra. Regina Ruschel (UNICAMP, Brasil), Profa. Dra. Sara Eloy (ISCTE/ FA/UTL, Portugal), Prof. Dr. Sergio Luis Abrahão (FIAM-FAAM, Brasil), Prof. Dr. Vicente Guzmán Ríos (UAM- Xochimilco, México), Prof. Dr. Wilson Florio (UPM, Brasil), Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos (PUC-Campinas, Brasil)

Coordenação Editorial

Prof. Dr. Fernando Guillermo Vázquez Ramos

Revisão Técnica

Profa. Dra. Eneida de Almeida

Projeto Gráfico, Produção e Editoração Eletrônica

Prof. Me. Carlos Eduardo Dias Ribeiro

Estágio em Produção

Ricardo José Rossin de Oliveira

Programação visual do site

Núcleo Web – Portal da USJT

Grupo Fundador da arq.urb

Professores Doutores: Adilson Costa Macedo, Alexandre Emílio Lipai, José Ronal Moura de Santa Inez, Kátia Azevedo Teixeira, Marta Vieira Bogéa, Luis Octávio da Silva, Paulo de Assunção, Saide Kahtouni, Sérgio Roberto de França Mendes Carneiro, Yopanan Conrado Pereira Rebello

Editores anteriores

Kátia Azevedo Teixeira e Paulo de Assunção (n. 1 a 4); Paulo de Assunção (n. 5 e 6)

Correspondência e contato

Universidade São Judas Tadeu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo
A/C Secretaria de Pós-Graduação - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Rua Taquari, 546 - Mooca São
Paulo/SP - CEP: 03166-000 - Tel: 2799-1909

e-mail: revista.arq.urb@saojudas.br

editores: prof.eneida@usjt.br / prof.vazquez@usjt.br

Nota

Os artigos publicados na revista *arq.urb* são de responsabilidade dos respectivos autores; não representam a opinião dos editores e/ou dos conselhos curador e editorial da revista e não respondem necessariamente à política e às diretrizes da Universidade São Judas Tadeu. ■

Linha editorial

A revista eletrônica arq.urb é um periódico quadrimestral (que se publica nos meses de abril, agosto e dezembro) vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, de caráter acadêmico e científico, comprometido com a divulgação abrangente e ágil do conhecimento, condição, a nosso ver, imprescindível na contemporaneidade. Inserida pela CAPES no estrato B2 (Webqualis), a revista procura divulgar não apenas a produção teórica sobre arquitetura, urbanismo e design, mas também difundir a reflexão que a prática de projetos propicia e alimenta, entendendo que essas discussões dialogam entre si e se complementam, tendo em vista, sobretudo, a variedade de premissas, enfoques e de disposições metodológicas que comparecem na atualidade. Considera-se ainda que essa multiplicidade de abordagem possa contribuir para o avanço do debate e do pensamento teórico e crítico na área, sempre em formação e reformulação, pois é um campo vivo do conhecimento científico capaz de ampliar os horizontes e interagir com a realidade. Além de artigos e ensaios, e da reflexão sobre projetos, abertos à contribuição de pesquisadores, doutorandos e mestrandos, nacionais e internacionais, a revista mantém o constante incentivo à pesquisa na formação dos profissionais da Arquitetura, do Urbanismo e do Design. Com esse propósito, possibilita a publicação de artigos acadêmicos dedicados à reflexão teórica e aos procedimentos metodológicos presentes no desenvolvimento de pesquisas sobre a formação e o ensino em arquitetura, urbanismo e design. Esses espaços não se pretendem fixos, permanentes, mas ajustam-se às contribuições acadêmicas, em consonância com os ensejos e oportunidades que se apresentam no contexto de publicação.

Visão

A revista arq.urb aspira a ser reconhecida como um meio sólido de difusão e promoção da pesquisa em arquitetura, urbanismo e design no Brasil, cultivando a sistematização do conhecimento sobre esses campos de pensamento e de trabalho e suas áreas correlatas.

Missão

Incentivar e difundir o conhecimento nas Áreas de Arquitetura, Urbanismo e Design, através da publicação de artigos científicos, e outros tipos de textos de divulgação, que promovam o debate e a reflexão crítica.

Valores

Postura ética na formação do conhecimento. Favorecimento da produção intelectual, científica humanística e tecnológica. Forte vocação interdisciplinar. Imparcialidade na seleção do material publicado. ■

Normas para publicação de artigos na revista **arq.urb**

INFORMAÇÕES GERAIS

A revista **arq.urb** é uma publicação científica semestral do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP, Brasil.

As publicações na revista **arq.urb** contemplam artigos inéditos e trabalhos apresentados e/ou publicados em eventos da área, desde que correspondam a revisões, desdobramentos ou aprofundamentos dos temas anteriormente abordados, não tenham sido divulgados em periódicos, sites e revistas eletrônicas e obedçam às normas de publicação. Admitem-se as seguintes modalidades de trabalho relacionadas às Áreas de Arquitetura, Urbanismo, Design e disciplinas correlatas: artigos acadê-

micos decorrentes de pesquisas individuais ou de grupos; artigos embasados em dissertações de mestrado ou teses de doutorado; artigos de crítica e/ou de reflexão teórica; artigos relacionados ao ensino; artigos que fomentem discussões conceituais acompanhados de reflexão sistematizada; depoimentos e entrevistas; resenhas de livros; comentários e apresentações de eventos de interesse para a área. A revista aceita também artigos que incluam traduções ao português, comentadas, de textos emblemáticos para a história, a crítica ou a teoria da arquitetura, do urbanismo ou do design.

O processo de avaliação só será iniciado se o texto obedecer a todas as condições menciona-

das nestas normas e no template cujo link pode ser encontrado na página da capa da revista. Esse template deverá ser usado como base para a formatação do texto do artigo, assim como do arquivo de dados do(s) autor(es).

Os artigos enviados serão submetidos à avaliação cega por pares. Os pareceristas indicarão se o artigo será aceito, aceito com restrições, ou não aceito para publicação. O artigo que vier a ser reapresentado, atendendo a sugestões de “aceito com restrições”, será encaminhado aos Editores para verificação das alterações. Os artigos avaliados serão encaminhados posteriormente aos autores, acompanhados das avaliações. Será preservada a identidade dos pareceristas.

A revista publica artigos em português, castelhano e inglês, mantendo o idioma original. Os trabalhos encaminhados ao Conselho Editorial não serão desenvolvidos e a revista não remunera direitos autorais.

CONDIÇÕES PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS

1. Encaminhar só 3 tipos de arquivo:

TEXTO DO ARTIGO.doc (um único arquivo)

DADOS DO AUTOR.doc (um único arquivo)

FIGURA XX.jpg (tantos arquivos como figuras contiver o artigo)

2. Esses documentos devem ser encaminhados para o e-mail: revista.arq.urb@saojudas.br

3. Toda identificação de autoria do trabalho deverá ser removida do arquivo TEXTO DO ARTIGO. Doc (substituída pela frase “suprimido para preservar identidade do autor”), garantindo o critério de sigilo exigido pela avaliação cega por pares.

4. A revista não determina um tamanho específico para o artigo, mas sugere-se que não tenha mais de 20 nem menos de 10 páginas, com as características definidas no template, incluindo títulos, notas de rodapé e referências.

5. Os artigos devem incluir: título do trabalho em português (ou castelhano) e inglês; resumo com um mínimo de 100 e um máximo de 200 palavras, em português e inglês (abstract); de três a cinco descritores (palavras-chaves) em português e inglês (keywords). Caso o artigo seja escrito em inglês ou em espanhol (idiomas aceitos para publicação) deverá estar acompanhado obrigatoriamente de um Resumo em português.

6. Ilustrações de qualquer natureza (gráficos, fotografias, esquemas, gravuras, croquis) serão denominadas como “Figura” e devem ser numeradas sequencialmente (1, 2, 3 ..). A identificação da ilustração deverá aparecer na parte inferior da mesma, indicando o número sequencial, seguida de uma legenda explicativa breve e clara que dispense a consulta ao texto. A identificação deve apresentar também os dados da fonte de referência da ilustração. A ilustração, compactada para o formato Web/Tela, e sua legenda devem ser inse-

ridas depois, e o mais próximo possível, do trecho a que se refere e estar incluída e referenciada no mesmo entre parêntesis (Figura 1). Por questões de formatação da revista, todo artigo deverá conter pelo menos uma imagem. Recomendamos que os artigos tenham no máximo 10 imagens. As imagens (fotos e desenhos) devem respeitar a Lei de Direitos Autorais vigente no Brasil, sendo aceitas, portanto, apenas imagens: a) de autoria dos próprios autores dos artigos; b) de direito comum, com mais de 70 anos desde sua publicação original (neste caso, a data deve estar indicada na legenda) ou imagens livres de direito (por exemplo, Creative Commons e Wikicommons).

7. Posteriormente, e só para os trabalhos aceitos para publicação o(s) autor(es) deverão enviar em separado as imagens numeradas de acordo com a legenda (Figura 1.jpg, Figura 2.jpg, [...], Figura X.jpg) e com o tamanho mínimo de 1000 pixels no lado maior. A Comissão Editorial se reserva o direito de não publicar toda e qualquer imagem que não respeitar as exigências acima descritas.

8. Formatação: ver template.

9. As Referências, assim como as citações, devem respeitar rigorosamente as indicações estabelecidas no template. Também podem ser consultadas as normas:

>[Normas ABNT NBR 6023](#)<

>[Normas ABNT NBR 10520](#)<

10. Qualquer tipo de dúvida será esclarecido através do e-mail da revista.

revista.arq.urb@saojudas.br



i | Apresentação

ensaios & pesquisas 2 | Editorial

6 | Jeffrey Hou

> Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns: diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking

19 | Marcos L. Rosa e Bruna F. Montuori

> Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e articulação de uma constelação de ações no território

41 | Máira R. Nobre e Natacha S. A. Rena

> Das revoluções aos levantes

64 | Alana Moraes

> Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo

82 | Mariana Kimie da S. Nito e Simone Scifoni

> Ativismo urbano e patrimônio cultural

95 | Daniela Sandler

> A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura

117 | Todd L. Lester e Paula Van Erven

> São Paulo, um mosaico visto a partir da Rua Paim

133 | Bianca Jo Silva e Silvia A. Mikami G. Pina

> Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos

147 | Adriana S. Fontes ; Fernando E. Galarce; Leticia M. do Valle; Victor F. Motta; Thais da Silva Faria

> Táticas cidadãs para a ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro

170 | Cintia E. de C. Marino

> Ativismo e apropriação no espaço urbano de São Paulo

>> acesse a edição integral deste número